



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

Leonardo Dias Alves

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos
e disputas no processo de formação acadêmico-profissional**

Brasília-DF

2020

LEONARDO DIAS ALVES

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos
e disputas no processo de formação acadêmico-profissional**

Dissertação apresentada para banca de defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli.

Brasília – DF

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

474s

Alves, Leonardo Dias

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional / Leonardo Dias Alves; orientador Reginaldo Ghiraldelli. -- Brasília, 2020.

192 p.

1. Serviço Social. 2. Formação Acadêmico-profissional. 3. Racismo. 4. Sistema Escravista Mercantil. 5. Projeto Ético Político . I. Ghiraldelli, Reginaldo, orient. II. Título.

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos e disputas no
processo de formação acadêmico-profissional**

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova a dissertação de Mestrado em
Política Social do discente Leonardo Dias Alves para obtenção do título de mestre em
Política Social.

Área de concentração: Estado, Políticas Sociais e Cidadania.

Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli (Orientador – Docente PPGPS/UnB)

Prof.^a. Dra. Mariléia Goin (Membra Interna – PPGPS/UnB)

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento (Membro Externo – FIL/UnB)

**Prof.^a. Dra. Maria Elaene Rodrigues Alves (Membra Suplente – Membro interno
não vinculado ao Programa)**

Ao meu avô Edivaldo Lelis de Souza (in memorian), o seu sonho era me ver se formando no ensino médio, hoje sou assistente social e mestre. Saiba que tudo isso se iniciou na “bodega” com um caderno de caligrafia. O senhor me ensinou escrever o meu nome, me despertou o interesse pelos estudos, ou seja, pela escrita e pela leitura. Sou eternamente grato.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que a caminhada não é solitária. Até aqui foram muitas mãos, pés, colos e ombros que fortaleceram a minha caminhada. O caminho que trilhei foi acompanhado por uma legião afetiva e protetora. Com vocês e por vocês eu não parei quando o medo, a injustiça e a violência tentaram cercear os meus passos. Portanto, agradeço:

A Èsu que me protegeu e renovou as minhas forças dia após dia nessa caminhada pela busca do conhecimento, que foi perpassada pela rebeldia e pela necessidade de descobrir o oculto.

Ao professor Reginaldo, por ter aceito trilhar esse caminho comigo, por ter sido um excelente orientador, por me presentear com sugestões e dicas que foram fundamentais para iluminar esse percurso teórico. Você é uma inspiração, um quadro importante para o Serviço Social brasileiro.

À professora Mariléia, o seu compromisso ético-político me inspira, as suas contribuições no TRASSO e no processo de qualificação foram como um prisma para a elaboração deste trabalho.

Ao professor Wanderson, por ti cultivo uma profunda admiração e um sincero respeito. As suas contribuições na caminhada em descortinar o racismo, principalmente na produção do conhecimento, serviram como uma engrenagem potente para as minhas reflexões.

À Normalice, minha mãe, agradeço todos os dias por ter sido honrado pela riqueza que é ser o seu filho, de ter a oportunidade de conviver e aprender com a mulher maravilhosa que a senhora é. Saiba que a senhora é a minha maior referência na luta antirracista. Obrigado por tudo, eu tenho um amor profundo pela senhora.

À Narla, minha irmã, essa dissertação não teria saído se não fosse pelo seu constante apoio. Obrigado por todas as vezes que acreditou e me fez acreditar em mim. Você é luz e afeto, eu te amo.

À Noeni, minha vovó e mãe, o amor da minha vida. É um presente ser o seu neto, eu te amo.

Ao Paulo Henrique, meu primo e irmão, pela irmandade e pelo apoio nessa caminhada, e à sua companheira Danila, por me mostrar uma forma genuína de viver e ver a vida. Vamos construir um mundo melhor para a pequena Isabel que está chegando.

Aos meninos da minha vida, João Paulo, Arthur Miguel, Miguel e Matheus Junior, por vocês busco forças para lutar por um mundo melhor.

À minha grande família, tias, tios, primas e primos, que me oferecem um porto seguro.

Às professoras Camila, Lúcia, Marlene e Lucélia, que me proporcionaram importantes reflexões, por me oferecerem subsídios teóricos para elaborar as minhas questões, vocês são referências de profissionais e de professoras.

À professora Kênia, que me acompanhou na prática docente, obrigado pela confiança e pelo incentivo em trilhar o caminho da docência.

À Valdenízia, professora e amiga, você é uma referência para mim. Por ti nutro amor, contigo aprendo que a luta é pra valer. Obrigado por todas as trocas teóricas e de vida. Você é uma grande mulher.

À Marina, professora, amiga e confidente. Eu me inspiro em você e confio muito no seu potencial. Nesse trabalho tem muitas conversas nossas. Eu te amo!

À Fabiana, por ser essa engrenagem de luta no campo do Serviço Social e por acreditar em mim, eu te amo!

Às/aos participantes do Grupo de Estudos “Serviço Social, Trabalho e Racismo Institucional”, o nosso processo de reflexão coletiva enriqueceu o meu amadurecimento teórico.

À turma “A” de “Gênero, Raça/Etnia e Política Social” do 1/2019, as nossas reflexões em sala de aula impulsionaram essa pesquisa. Espero que quando me tornar professor, eu tenha a sorte de ter alunas/os como vocês.

À Elisandra, minha cantora/artista e assistente social favorita, você sabe que é o amor da minha vida, meu porto seguro, as nossas trocas teóricas e afetivas se materializam nesse trabalho e na vida. Você é um presente ancestral na minha vida.

À Thatyana, você é a pessoa mais doce e humana que eu conheço. Você é especial, quero sua presença em minha vida por toda a minha existência. Obrigado por todas as vezes que você me impulsionou e acreditou em mim.

À Ana Lúcia, você me inspira a viver, a correr atrás dos meus sonhos e objetivos. Obrigado por todos os momentos de sorrisos, de conversas, de diversão e pelas trocas de vida.

Ao Guilherme, as suas reflexões e formas de ver o mundo me impulsionam, você é um dos caras mais inteligente que eu já conheci. Obrigado por todas as conversas enriqueceu e muito as minhas reflexões.

À Juliana, você me inspira, a sua existência me mostra que não devo ter medo de ter sede de conhecimento, além disso, me ensinou o sentido de nós por nós. É uma honra andar lado a lado com você! É por nós, como sempre foi!

À Bárbara, o meu mundo fica iluminado quando te encontro. A sua energia me faz prosseguir, vamos juntas/os de forma estratégica construir o nosso futuro.

À Larissa, a sua existência é um presente para o povo preto, você é uma artista potente.

À Sarah Luiza, que não é apenas uma amiga, é uma irmã que o Serviço Social me deu. Eu te amo muito. Obrigado por todos os conselhos e compartilhamento de vida.

À Gleice Kelly, uma das minhas amigas queridas, te carrego no peito. Obrigado por me agradecer com a sua energia viva e bondosa.

Ao Marcello, uma das minhas referências de assistente social, você é inteiramente comprometido com o projeto ético-político do Serviço Social.

À Débora, que é o sol que ilumina a minha vida. Obrigado pelo apoio nesse processo, pelos encontros, poucos, mas cheios de motivações.

À Amanda, por ser essa referência potente na luta antirracista no campo do Serviço Social brasileiro. Em vários momentos nesse árduo processo do mestrado, você foi inspiração para prosseguir. Te amo!

Ao Gabriel Neiva, você sabe é mais que um amigo, é um irmão que a negritude me deu. Você é uma referência essencial na minha vida. Eu sei que os nossos ancestrais vibram

com o nosso encontro. Obrigado por cada conversa, por cada reflexão, é por nós e sempre será. Eu te amo.

Ao Alex, pelos nossos momentos afetuosos.

À Melina, uma das pessoas que mais me apoiou, em amplo sentido, nesse processo, por ti é só amor. Obrigado pelas palavras, pelas trocas afetivo-teóricas.

À Lídia, você emana bondade, é a pessoa mais acolhedora que eu conheço nessa vida. Obrigado por todos os momentos que você foi luz e me fez enxergar para além das aparências.

À Gabriela, você é uma das pessoas que impulsionam vida dentro de mim. Obrigado pelo apoio e por me acolher em momentos que nem eu queria me acolher. Você é grande, nunca deixe ninguém te diminuir.

À Aline, eu amo tanto ter você na minha vida que transbordo e me transformo em rio. Obrigado por presentear a minha vida com a poesia de ser livre.

À Dhebora, você transpira potência, que sorte o povo negro tem em ter você.

À Debora Obirin, você é imensidão preta, um mar aberto de conhecimento e potência. Você nunca será colonizada, a sua luta antirracista é o gás que movimenta o meu corpo, vamos por nós.

Ao Wagner, por ser esse cara inconformado com essa estrutura. Você inspira indignação e rebeldia contra esse sistema.

À Giovana, no mundo não tem ser humano mais incrível que você. Sua energia é suave como um copo de água com alecrim em uma tarde quente de verão.

À Laryça, que ganhou o meu coração e me ganha cada vez mais com a sua forma de viver, de não se conformar com as mazelas do mundo. Eu te amo e não é de hoje.

À Kahena, por todas as conversas e construções de estratégias para a luta antirracista, você é uma intelectual orgânica e potente.

À Bianca, a sua inteligente e intelectualidade são potências que me impactam. Você é uma referência na minha vida, que sorte eu tenho de conviver no mesmo tempo e espaço que você.

À Renata, eu nem sei como seria esse processo do mestrado sem você! Duplinha pra vida, obrigado pelas trocas afetivas, teóricas e de vida. Você é um presente na minha vida. Eu te amo!

Ao Kaic, um amigo querido, que nunca me deixou desistir dos meus objetivos, o seu apoio é essencial na minha caminhada.

Ao Lucas, um amigo precioso, que bom que os nossos caminhos se cruzaram. Todas as vezes que te encontro as minhas energias se renovam.

À Thalita, pessoa pelo qual eu tenho amor e afeto, você é potência, os nossos ancestrais planejaram o nosso encontro, vamos mudar o mundo! Obrigado por ter se disponibilizado em ser minha monitora, esse foi um processo rico entre nós. Vem comigo, vamos alcançar lugares altos.

À Ariel, uma das pessoas mais inteligentes, sensível e amorosa que eu conheço, obrigado pelo seu afeto.

À Isadora, por todos os momentos, pela sua presença, pela sua amizade, o nosso elo é forte, é pra vida.

À Karolyne, por ser sincera e por não abaixar a cabeça para os opressores, contigo aprendo que resistir é a saída para derrubar o sistema, mas também que é necessário sentar e aumentar o nosso arsenal teórico.

À Estéfane, por me mostrar uma visão de mundo melhor e por reflexões potentes.

Ao Gabriel Dourado, por ser um amigo sincero, por me proporcionar as melhores conversas reflexivas, você é parte de quem eu sou, eu te amo amigo.

Ao David, por todo apoio sempre, o meu amor por você é incondicional amigo, eu não consigo pensar em um futuro sem você.

Ao Marcondes, que me faltam palavras para te agradecer por tudo, a nossa amizade é um presente que guardo no peito com afeto e carinho, as nossas trocas teóricas são ricas, eu te amo profundamente.

Ao Talisson, por ser um querido, alguém que eu tenho afeto e uma profunda admiração.

Por fim, agradeço às lideranças negras, dentro e fora da academia, a todos que chegaram antes e prepararam esse caminho para mim.

Existe muita coisa que não te disseram
na escola
Cota não é esmola!
Experimenta nascer preto na favela pra
você ver!
O que rola com preto e pobre não
aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando
começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra
ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras
coisas mais
Deu meio dia, toma banho vai pra
escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder
comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no
busão
Mas como é preta e pobre, o motorista
grita: não!
E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se
apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou, não vai entrar na aula de
história
Espera, senta aí, já já dá 1 hora
Espera mais um pouco e entra na
segunda aula
E vê se não atrasa de novo! A diretora
fala
Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai
aprendendo que
Se a passagem é 3,80 e você tem 3 na
mão
Ela interrompe a professora e diz, 'então

não vai ter pão'
E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais, o que
você faria?
Ela cansou da humilhação e não quer
mais escola
E no natal ela chorou, porque não
ganhou uma bola
O tempo foi passando e ela foi
crescendo
Agora lá na rua ela é a preta do suvaco
fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas não adianta nada, todo mundo a
rejeita
Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem
vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e
pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que
ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é
esmola
Cansada de esmolas e sem o dim da
faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê
no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na
comunidade
Cê vai ver como são diferentes as
oportunidades
E nem venha me dizer que isso é
vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o
seu racismo!

Cota Não É Esmola

(Bia Ferreira)

RESUMO

A temática da escravidão é uma categoria essencial para analisar a formação econômico-social e racial brasileira e os seus desdobramentos nas relações sócio-raciais. Neste trabalho, toma-se como ponto de partida a compreensão de que o modo de produção, a economia e o trabalho escravista, elementos do complexo sistema escravista mercantil, são as bases da formação do capitalismo e do racismo que foram desenvolvidos no Brasil, principalmente, das suas particularidades e dos seus eixos estruturantes. Investiga-se como o racismo, enquanto um elemento estrutural, estruturante e institucional, é percebido e qual a sua importância no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Parte-se da concepção de que o racismo existe e que faz parte da estrutura da sociedade capitalista brasileira. Assim sendo, o Serviço Social, enquanto profissão interventiva, não poderia passar ileso das reproduções e produções do racismo. Brevemente, demonstra-se como, historicamente, os projetos profissionais do Serviço Social, vinculados aos projetos societários, sofreram influências do racismo no dever ser profissional. O intuito não é criminalizar o Serviço Social, mas proporcionar elementos reflexivos para uma autocrítica profissional, um reconhecimento de que, pelo simples fato, do racismo ser estrutural, estruturante e institucional, essa profissão pode tanto reproduzir e produzir o racismo ao naturaliza-lo, como também pode oferecer elementos para contribuir no combate ao racismo. Aponta-se que a formação acadêmico-profissional se constitui como um espaço de disputa. Ao mesmo tempo, demonstra-se que a formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro é crítica, e que a temática racial e o combate ao racismo têm lugar nesse processo, e a ausência desses debates podem gerar lacunas quase irreparáveis no âmbito da profissão. Apresenta-se o Projeto ético-político profissional como uma resposta para as possíveis lacunas que podem existir entre o Serviço Social e a luta antirracista. Mostra-se, através de 6 instituições de ensino superior públicas, que oferecem graduação em Serviço Social e pós-graduação na área de Serviço Social, como o debate sobre as questões étnico-raciais, principalmente o racismo, tem sido incorporado no processo de formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais e pesquisadoras/es para a área. Tornou-se evidente, nesse recorte, que esse debate, ainda, é marginalizado. Foi feito um levantamento nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, assim como, levantamentos de dados sobre o perfil das/os docentes, através dos sites dos programas de pós-graduação e dos currículos lattes das/os docentes, também foi realizada uma busca no repositório institucional de dissertações e teses que tiveram como objetivo pesquisar as questões étnico-raciais. Enfim, a dissertação mostra que existe uma lacuna entre o Serviço Social e o debate acerca do racismo e o grande desafio, não só para as instituições selecionadas, mas para o Serviço Social brasileiro como um todo, é preencher essa lacuna no âmbito da formação acadêmico-profissional, tanto na graduação quanto na pós-graduação, fortalecendo a luta antirracista e o Projeto Ético-político.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação Acadêmico-Profissional. Racismo. Sistema Escravismo Mercantil. Projeto Ético-Político. Questão Racial.

ABSTRACT

The theme of slavery is an essential category to analyze the Brazilian economic-social and racial formation and its consequences in socio-racial relations. In this work, select as a starting point the understanding of the mode of production, the economy and slave labor, the elements of the systematic mercantilist system, such as the bases of the formation of capitalism and racism that were used in Brazil, mainly, of the its particularities and its structured axes. It investigates how racism, as a structural, structuring and institutional element, is perceived and what is its importance in the academic-professional formation process in Social Work. It starts with the conception that racism exists and that it is part of the structure of Brazilian capitalist society. Therefore, Social Work, as an interventionist profession, could not pass unhurt from the reproductions and productions of racism. Briefly, it demonstrates how, historically, professional social service projects, linked to corporate projects, have suffered influences from racism in the duty to be professional. The aim is not to criminalize Social Work, but to provide reflective elements for professional self-criticism, an acknowledgment that, due to the simple fact that racism is structural, structuring and institutional, this profession can both reproduce and produce racism by naturalizing it, but it can also offer elements to contribute to the fight against racism. It is pointed out that academic and professional training is a space of dispute. At the same time, it is demonstrated that the academic-professional training of the Brazilian Social Service is critical, and that the racial theme and the fight against racism takes place in this process, and the absence of these debates can generate almost irreparable gaps in the scope of the profession. The professional ethical-political project is presented as an answer to the possible gaps that may exist between Social Work and the anti-racist struggle. It is shown, through 6 public higher education institutions, that offer undergraduate degrees in Social Work and postgraduate studies in the area of Social Work, how the debate on ethnic-racial issues, especially racism, has been incorporated into the training process academic-professional work of social workers and researchers for the area. It became evident, in this cut, that this debate is still marginalized. A survey was carried out on the pedagogical projects of the Social Work courses, as well as surveys of data on the profile of the teachers, through the websites of the graduate programs and the lattes curricula of the teachers, a search was also carried out. in the institutional repository of dissertations and theses that aimed to research ethnic-racial issues. Anyway, the dissertation shows that there is a gap between Social Work and the debate about racism and the great challenge, not only for the selected institutions, but for the Brazilian Social Work as a whole, is to fill this gap in the scope of academic training - professional, both in undergraduate and graduate courses, strengthening the anti-racist struggle and the Ethical-political Project.

Keywords: Social Work. Academic-Professional Formation. Racism. Mercantile Slavery System. Ethical-Political Project. Racial Issue.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1	Esquema da intersecção entre as ideologias de meritocracia, securitização e salvacionismo	142
Quadro 1	Tipos de trabalhos e espaços ocupacionais das/os trabalhadoras/es-mercadorias	38
Quadro 2	Disciplinas curriculares que abordam a temática étnicorracial	162
Gráfico 1	Espaço ocupacional da população por raça 2017	132
Gráfico 2	Taxa de desocupados por raça 2017	133
Gráfico 3	Índice de mortes decorrente de intervenção policial por raça 2017-2018	136
Gráfico 4	Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGPP-UFMA	167
Gráfico 5	Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGPS-UNB	168
Gráfico 6	Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-UFPE	168
Gráfico 7	Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-UFRJ	169
Gráfico 8	Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-UFSC	169
Gráfico 9	Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-PPGSS-UNESP-FR	170
Gráfico 10	Áreas de interesses de pesquisa das/os docentes	171
Gráfico 11	Panorama das/os docentes que orientaram dissertações sobre a temática étnico-racial entre 2009 e 2018	173
Gráfico 12	Panorama das/os docentes que orientaram teses sobre a temática étnico-racial entre 2009 e 2018	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONESS	Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MN	Movimentos Negros
PEP	Projeto Ético-Político
PM	Polícia Militar

SUMÁRIO

Introdução.....	19
Procedimentos Metodológicos.....	20
Estrutura da dissertação.....	24
Capítulo I – O Sistema Escravista Mercantil como uma “Nova Categoria” na História da Economia-Mundo: apontamentos para pensar a necessidade e o surgimento do Serviço Social brasileiro.....	27
1.1 Formação sócio-histórica racial brasileira e o sistema escravista mercantil: relação do trabalho escravista com o capital escravista-mercantil no desenvolvimento do Brasil.....	28
1.2 Abolição do escravismo “revolução pra quem?”: a formação do exército industrial de reserva brasileiro.....	47
1.3 Igreja como “gerente” da pobreza na aliança com o Estado: o surgimento do Serviço Social no Brasil e seu “cordão umbilical” com o racismo.....	54
Capítulo 2 – Formação acadêmico-profissional em Serviço Social: entre o enfrentamento do racismo institucional e a manutenção das relações raciais desiguais.....	70
2.1 Projetos Profissionais do Serviço Social brasileiro: apontamentos sobre a relação com o Estado e o Racismo.....	72
2.1.1 Formação acadêmico-profissional e a consciência racial crítica: os desdobramentos na consciência profissional do Serviço Social.....	72
2.1.2 Formação acadêmico-profissional e os desdobramentos sócio-históricas das relações raciais no Brasil.....	79
2.1.3 Os projetos profissionais do Serviço Social, o Estado e o racismo: apontamentos históricos e contemporâneos.....	84

2.2 Formação acadêmico- profissional: espaço de disputa, poder e relação intrínseca com o Estado e o Racismo Institucional.....	104
2.3 Diretrizes Curriculares como instrumento de poder: objetivação da emancipação ou manutenção do racismo institucional.....	104
Capítulo 3 – Racismo e Formação Acadêmico-Profissional do Serviço Social: o Projeto Ético-Político como uma resposta antirracista no processo de desenvolvimento da consciência profissional.....	126
3.1. Racismo, superexploração da força de trabalho e violência racial.....	127
3.2. O Projeto Ético-Político como resposta antirracista no processo de formação acadêmico-profissional.....	142
3. 3. Diretrizes curriculares e o debate sobre racismo: Realidade dos currículos na Graduação em Serviço Social e o processo de pesquisa na Pós-Graduação na área de Serviço Social.....	151
Considerações Finais.....	178
Referências.....	185

INTRODUÇÃO

“[...] a paixão está na base de qualquer trabalho científico, porque somente através da paixão se chega ao conhecimento da verdade objetiva. Todos os grandes cientistas do mundo foram apaixonados, e somente através da paixão contida neles conseguiram fazer avançar o conhecimento humano”

Clóvis Moura

A paixão é um combustível que alimenta a inquietação, que desperta questões, que aponta caminhos. A paixão pela temática étnico-racial e pelo Serviço Social brasileiro alavancou uma série de questionamentos acerca da lacuna existente entre o Serviço Social e a Questão Racial. É importante levar em consideração que o racismo é um eixo estrutural, estruturante e institucional na sociedade brasileira. A pesquisa que fundamenta essa dissertação tem o intuito de analisar como o racismo, enquanto parte integrante das questões étnico-raciais permeia o processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, principalmente como esse tipo de formação pode ser um espaço reflexivo acerca do combate e enfrentamento ao racismo no Brasil.

Não espere que nesse trabalho não tenha paixão, ou até mesmo neutralidade. Já antecipo que parto do pressuposto de que o racismo existe, logo, diante do racismo ou se é antirracista ou é reprodutor e produtor de racismo! Há rigor teórico e o compromisso político em investigar a totalidade, ou seja, o movimento do real, pois somente assim é possível se aproximar da realidade concreta.

O Serviço Social brasileiro é situado no tempo e no espaço, é dotado de historicidade, valores e compromisso. Desse modo, o Serviço Social que temos hoje, não é o mesmo da sua gênese. É uma profissão em constante construção e desconstrução. Outrora era vinculado à doutrina da Igreja Católica, e hoje se apresenta como uma profissão laica e com um projeto profissional emancipatório.

Nesse sentido, com os avanços da profissão em romper com o conservadorismo profissional, a sua relação com o combate e enfrentamento ao racismo merece ser evidenciada, já que o racismo é um eixo estrutural e estruturante que remonta a vida social brasileira. O racismo é elemento constitutivo da formação social brasileira, nesse sentido, pode ser absorvido pela profissão, mas também pode ser combatido e enfrentado pela mesma. Desta forma, é importante mostrar para a/o leitor/a o procedimento metodológico que foi o precursor desse processo investigativo.

Procedimentos Metodológicos

Para a análise do tema “*Serviço Social e Questão Racial: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional*” delineou-se como **objetivo geral** analisar como a formação acadêmico-profissional (graduação e pós-graduação) em Serviço Social pode servir de espaço reflexivo de combate e enfrentamento ao racismo e quais os elementos são necessários. A intenção foi compreender como a formação acadêmico-profissional incorpora a temática étnico-racial, ou seja, como são proporcionados os elementos reflexivos necessários para possibilitar a centralização da luta antirracista como um compromisso ético-político.

Para dar conta de responder esse objetivo geral, elegeu-se uma pergunta de partida e determinou três objetivos específicos.

Pergunta de partida:

De qual modo a formação acadêmico-profissional (graduação e pós-graduação) em Serviço Social pode contribuir com elementos que proporcione reflexões acerca do combate e enfrentamento ao racismo?

Objetivos específicos:

- 1) Analisar o racismo na formação sócio-histórica brasileira, com as suas respectivas metamorfoses, estruturação e institucionalização, e se foi possível esse ser reproduzido e produzido no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social;
- 2) Analisar se a formação acadêmico-profissional é ou não um espaço de disputa e poder, e verificar se a estruturação curricular pode ser utilizada como um instrumento de poder para contribuir com a naturalização do racismo;
- 3) Compreender como os projetos pedagógicos, através das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, evidenciam a temática étnico-racial, principalmente o racismo, nos cursos de graduação (formação de assistente social) em Serviço Social, como também a organização das linhas de pesquisas, perfil do corpo docente e dissertações e teses que foram elaboradas entre 2009 e 2018 que comportam ou não essa temática.

Para uma aproximação com o objeto de investigação, foram estabelecidos critérios de seleção das IES. O primeiro critério foi selecionar uma universidade pública por regional (de acordo com a divisão regional da ABEPSS), que tenha o curso de Serviço Social

(graduação e pós-graduação) tendo por referência o ano de fundação do curso (critério de antiguidade). Desta forma, a escolha foi a seguinte:

a) Regional Norte: **Universidade Federal do Maranhão** – o curso de graduação em Serviço Social foi criado em 1953 e em 1961 integrou a UFMA / O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA teve o mestrado criado em 1993 e o doutorado em 2001;

b) Regional Centro-Oeste: **Universidade de Brasília** – o curso de graduação em Serviço Social foi criado em 1966 e em 1971 integrou a UnB/ O Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB teve o mestrado criado em 1990 e o doutorado em 2002;

c) Regional Nordeste: **Universidade Federal do Pernambuco** – o curso de graduação em Serviço Social foi criado 1938 e em 1970 integrou a UFPE/ O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE teve o mestrado criado em 1979 e o doutorado em 1999;

d) Regional Leste: **Universidade Federal do Rio de Janeiro** – o curso de graduação em Serviço Social foi criado em 1936 e em 1967 integrou a UFRJ/ O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ teve o mestrado criado em 1976 e o doutorado criado em 1995;

e) Regional Sul I: **Universidade Federal de Santa Catarina** – o curso de graduação em Serviço Social criado 1958/ O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC teve o mestrado criado em 2001 e o doutorado em 2011;

f) Regional Sul II: **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”** – o curso de graduação em Serviço Social foi criado em 1976 no campos de Franca/ O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP-FR teve o mestrado criado em 1991 e o doutorado em 1999.

Para trilhar esse caminho investigativo foi necessário estabelecer conexões metodológicas. A metodologia é o caminho traçado pelo pensamento para analisar o movimento da realidade, cujo objetivo é se aproximar da realidade concreta. Minayo (2001) compreende que a metodologia relaciona a teoria da abordagem – método adotado – com a operacionalidade do conhecimento – as técnicas utilizadas – e com a criatividade do pesquisador.

O método selecionado para esse trabalho foi o método materialista histórico e dialético. Souza Filho (2003) compreende que o método materialista histórico e dialético possui abordagem ontológica, ou seja, exige um permanente exercício de reflexão para captar o complexo movimento da realidade, as suas contradições e tensões, e somente assim, é possível reproduzi-lo intelectualmente e torna-lo conhecido e efetivar a sua transformação. Frigotto (2010) sinaliza que o método materialista histórico e dialético é fundado sobre leis fundamentais da organização, do desenvolvimento e da transformação social.

Netto (2009) afirma que existem inúmeras dificuldades para apreender a concepção do método materialista histórico e dialético. O autor explica que para Marx a sociedade burguesa é uma totalidade concreta, por esse motivo não se trata de um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. A sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica, o seu movimento resulta no caráter contraditório de todas as totalidades, que compõe a totalidade concreta. Nesse sentido, de acordo com Netto (2009), Marx apresenta três categorias nucleares: totalidade, contradição e mediação. Netto argumenta que esse método mantém fidelidade metodológica na articulação das categorias nucleares.

Dessa forma, o método materialista histórico e dialético conduziu esse trabalho na busca pela apreensão da totalidade do objeto, e de forma alguma se propõe a esgotar esse debate. O método materialista histórico e dialético conduziu o percurso do pesquisador de ir para além das aparências, mas buscar se aproximar das essências que circunscrevem o objeto de pesquisa.

Desse modo, em vinculação com o método materialista histórico e dialético, trata-se de uma pesquisa que carrega o caráter qualitativo, que buscou analisar um universo de significados, motivos, valores, dentre outros. Ao mesmo tempo, não desconsiderou o caráter quantitativo. De acordo com Minayo (2001), não existe um “*continuum*” entre “qualitativo-quantitativo”, o qualitativo expressa a intuição, a exploração e o subjetivismo, e o quantitativo expressa o campo científico, ou seja, a relação “qualitativo-quantitativa expressa a tradução do subjetivo em dados.

O processo de vinculação qualitativo-quantitativa possibilitou captar o complexo movimento da realidade que envolve o objeto de pesquisa, ao mesmo tempo, proporcionou vinculares as categorias nucleares do método materialista histórico e dialético. Não houve uma análise do objeto de pesquisa de forma fixa, mas em constante movimento, com idas e vindas, compreendendo que não se trata de um objeto acabado, mas em constante

transformação. Esse é o processo pela busca da totalidade que circunscreve o objeto de pesquisa.

Dessa forma, estabeleceu-se um conjunto de procedimentos metodológicos para dar conta do objetivo geral e dos específicos. Esses foram os procedimentos metodológicos: 1) revisão bibliográfica; 2) pesquisa documental e bibliográfica 3) análise dos documentos e das referências bibliográficas; 4) análise dos dados levantados.

No primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica que buscou as referências que abordassem a formação social brasileira, principalmente as que versam sobre o escravismo – nas perspectivas culturais e marxistas –, sobre o racismo no Brasil com enfoque em raça/etnia e a relação com o sistema capitalista; referências sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro, fundamentos ético-políticos, assim como, sobre a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, referências sobre o projeto ético-político, e sobre a relação do Serviço Social com a temática étnico-racial, com o racismo e com as relações raciais.

No segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental, online, para identificar os projetos pedagógicos das universidades selecionadas, assim como as ementas das disciplinas, para localizar se a temática étnico-racial, principalmente o racismo, é inserida no conteúdo programático das disciplinas da graduação. Também foram investigados os programas de pós-graduação das seis instituições, para identificar as linhas de pesquisas, o quadro docente e o repositório de teses e dissertações entre 2009-2018 (esse recorte temporal foi estabelecido por causa dos grupos temáticos da ABEPSS que foram fundados em 2009), que tiveram como objetos de pesquisas a questão étnico-racial. Com a identificação do quadro docente, houve uma consulta nos currículos Lattes, para identificar a formação das/os docentes, as áreas de interesses de pesquisas e se orientaram ou não, entre 2009-2018, teses e dissertações sobre a temática étnico-racial. Esse esforço investigativo foi para localizar o lugar ocupado pela temática étnico-racial nas áreas de pesquisas dos programas de pós-graduação.

A terceira parte foi analisar as referências bibliográficas e os documentos das referidas instituições. Foi realizada uma pré-análise em primeiro momento, identificando as categorias que mantinham conexão com o objeto de estudo. Depois foi feita uma análise mais aprofundada e vinculada ao processo reflexivo, para afastar a abstração que surgiu no processo investigativo e captar o movimento da realidade social.

Além disso, foram coletados os dados, que supostamente, respondem ao objetivo geral e os específicos, organizando-os em gráficos. Por fim, a metodologia se constituiu por dois momentos que não são distintos, mas que constituem o método materialista histórico e dialético, de acordo com Netto (2011), o primeiro foi o método de investigação – partiu-se da elaboração da pergunta de partida, do objetivo geral e dos específicos – e o segundo o método de exposição – apresentação dessa investigação.

Estrutura da dissertação

O racismo é estrutural, estruturante e institucional, por isso é dotado de historicidade e materialidade. Trata-se de um componente ativo das relações sociais brasileiras, que incide na política, na economia, na cultura, nas instituições, na educação, ou seja, em toda a vida social. Desse modo, analisar a relação que é estabelecida entre o racismo e o Serviço Social, de fato, requer analisar o processo de formação social brasileira.

Dessa forma, esse trabalho está organizado em três capítulos, que possuem um fio condutor: a formação acadêmico-profissional do Serviço Social e o racismo. Essa compreensão foi encaminhada para antes do surgimento do Serviço Social, em um processo complexo e contraditório. Trata-se do período escravista, de forma mais específica, do sistema escravista mercantil. A formação social brasileira é marcada profundamente pelo sistema escravista mercantil, sendo assim, é um marco social, econômico, político, racial e cultural indispensável para as análises que objetivam apreender as relações sociais e raciais no Brasil.

O *primeiro capítulo* é sobre o sistema escravista mercantil e sua relação com a economia-mundo, o objetivo central é refletir sobre a necessidade do surgimento do Serviço Social mais ou menos cinquenta anos pós-abolição. De tal modo, adentra-se na complexidade do sistema escravista mercantil para mostrar como foi organizada a divisão do trabalho escravista, por meio do modo de produção escravista, das relações de trabalho, das classes escravistas, das/os trabalhadoras/es-mercadorias, da violência e do capital-escravista mercantil. Também evidencia o processo de abolição, como uma revolução do “branco para o branco” (FERNANDES, 2017) e como esse processo desencadeou a marginalização da população negra, negando uma cidadania plena e inserindo essa população no exército industrial de reserva brasileiro. Mostra-se qual foi o papel da Igreja no sistema escravista mercantil, no processo de abolição, e a forma como tratou a população negra por mais ou menos 400 anos no Brasil. Nesse sentido, demonstra-se, brevemente, como no surgimento do

Serviço Social, entre 1930 e 1940, a emergente profissão absorveu os desdobramentos dessa formação social.

O *segundo capítulo* apresenta a discussão de como o Serviço Social brasileiro tem lidado com a temática étnico-racial ao longo de sua história social. Busca-se demonstrar como, historicamente, os projetos profissionais do Serviço Social, vinculados aos projetos societários vigentes, sofreram influências do racismo no dever ser profissional. Também são feitos apontamentos sobre a formação acadêmico-profissional ser um espaço de disputa e poder. E como o currículo mínimo, ou seja, as disciplinas se constituem como um instrumento de poder.

No *terceiro capítulo* trata-se da complexidade das relações raciais no sistema capitalista e como esse processo é absorvido na formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Não obstante, demonstra como o Projeto Ético-político é uma resposta para as possíveis lacunas que podem existir na formação acadêmico-profissional. Ao mesmo tempo, a incorporação da temática étnico-racial, principalmente o racismo, pode oferecer para o corpo discente uma formação antirracista que fortalece o Projeto Ético-Político. Deste modo, também é apresentada a análise de como essa temática está incorporada na graduação e na pós-graduação nas seis instituições selecionadas para a pesquisa.

A visão crítica da concepção estrutural do racismo permite compreender que no Brasil ele assume particularidades que estão relacionadas com a formação econômica, histórica, política e social do país. A sociedade brasileira é constituída por um sistema de classes sociais, mas dentro desse emaranhado complexo, das relações de classes, existem outros conflitos que perpassam por esse palco social, mas que não são produzidos por ele. Os conflitos raciais, por exemplo, fazem parte da origem do país e perduram até hoje.

A apreensão da essência desse fenômeno é encontrada no período escravista mercantil. Elementos como a desumanização e a exploração do sobretrabalho – trata-se do resultado da exploração produtiva da/o trabalhador/a-mercadoria que resultava em um trabalho excedente que era convertido em renda monetária (GORENDER, 2016) –, são encontrados nas relações de trabalho que foram orquestradas pelo modo de produção escravista. Moura (2014) e Gorender (2016) apontam como esse modo de produção se desenvolveu, e os motivos dele por si só não conseguir sustentar todo o sistema escravista mercantil, mas relacionado com o comércio de carne humana, mercado mundial e economia central-europeia – que se vinculou a esse sistema através do capital escravista-mercantil – possibilitou a existência desse sistema em duas fases, ou seja, a plena e a tardia.

A desumanização que ocorreu no período escravista se modernizou no sistema capitalista, como uma contínua desumanização que se vincula à violência do Estado, produz um cenário de desigualdades raciais, assim como, materializa a violência como uma prática central e não episódica (OLIVEIRA, 2017). Os arranjos que permitiram o desenvolvimento do capitalismo, tal como temos hoje, é resultado desse período e do processo abolicionista liberal. Além disso, permitiu que o racismo se desenvolvesse na sociedade atual como um eixo estrutural e estruturante de toda a vida social.

O racismo, o escravismo e as relações raciais são indispensáveis para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, pois ao trabalhar esses elementos nos espaços formativos do Serviço Social pode possibilitar o desenvolvimento da consciência profissional, levando no seu bojo elementos reflexivos acerca do combate e enfrentamento ao racismo. Trata-se de um compromisso ético-político, impulsionado pelo compromisso assumido por aquelas/es que se vinculam ao Projeto Ético-Político.

Nesse sentido, ao analisar as instituições selecionadas, notou-se um baixo percentual de disciplinas que abordam o racismo. Apenas duas disciplinas abordam o racismo. Em relação aos programas de pós-graduação, a maior parte do corpo docente é composto por professoras/es com formação em Serviço Social. Foi identificado um percentual de 2% de docentes que têm nas áreas de interesse de pesquisas a temática étnico-racial. Foram analisadas 825 dissertações e 466 teses, publicadas entre 2009 e 2018 pelos programas selecionados, e notou-se um percentual baixíssimo sobre teses e dissertações sobre a temática étnico-racial e esse percentual se reduz ainda mais em relação a objetos de pesquisa que relacionem o Serviço Social e a questão racial.

É nessa seara que esse trabalho entra, contribuindo, minimamente, para o processo reflexivo da categoria profissional sobre os determinantes do racismo. Ofereço uma leitura crítica, pautada no compromisso ético-político, com determinantes antirracistas e com uma visão estrutural, estruturante e institucional do racismo. Não se busca uma verdade fechada, mas subsidiar esse debate através de um referencial teórico especializado e totalmente voltado para o fortalecimento do Projeto Ético-Político. No mais, que a leitura desse trabalho seja um diálogo entre nós e todas as mãos teóricas que perpassam esse trabalho, pois ele não é meu, assim como nenhum conhecimento científico é propriedade privada de ninguém, ou pelo menos não deveria ser.

Capítulo I – O Sistema Escravista Mercantil como uma “Nova Categoria” na História da Economia-Mundo: apontamentos para pensar a necessidade e o surgimento do Serviço Social brasileiro

A humanidade decadente brasileira:
Um projeto de mais ou menos 500 anos!
Decadência moral,
Moralismo que tenta incansavelmente
Ignorar o “escândalo” do escravismo mercantil brasileiro,
E força um “factual” discurso humanitário,
Impondo um “ar” impregnado pela podridão que exala das ditas relações raciais harmônicas.
Mas de antemão digo: nunca houveram relações raciais harmônicas no Brasil¹.

A temática da escravidão é uma categoria essencial para analisar a formação econômico-social e racial brasileira e os seus desdobramentos nas relações sócio-raciais. O sistema escravista mercantil é a gênese do racismo contemporâneo no Brasil. Neste trabalho, toma-se como ponto de partida a compreensão de que o modo de produção, a formação social, a economia e o trabalho escravista, que se formaram através do complexo sistema escravista mercantil, são as bases da formação do capitalismo que foi desenvolvido no Brasil, principalmente, das suas particularidades e os seus eixos estruturantes.

Para uma maior aproximação com o objeto de pesquisa “*Analisar a formação acadêmico-profissional (graduação e pós-graduação) em Serviço Social como espaço reflexivo acerca do combate e enfrentamento ao Racismo*”, é necessário fazer esse esforço teórico de investigar a complexidade do sistema escravista, que produziu desdobramentos que se transformaram nas bases para o desenvolvimento do racismo e do tipo de capitalismo que o Brasil se inscreve.

Encontra-se no sistema escravista mercantil as raízes do racismo que permeia as relações de trabalho e que interfere em diversas áreas da sociedade brasileira. O sistema escravista é, portanto, a base fundadora das relações sociais e raciais, que deu materialidade para o processo embrionário do racismo no país. Torna-se necessidade investigar como o racismo, enquanto um elemento estrutural, estruturante e institucional, é percebido e qual a sua importância no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

As determinações históricas permitem compreender o surgimento do Serviço Social no Brasil, e aponta-se que não se trata de uma profissão que surgiu sem um sentido ou sem um propósito. O Serviço Social brasileiro emergiu localizado na articulação da Igreja Católica, que tratou a profissão como um “[...] departamento especializado da Ação Social [...]”

¹ Trata-se de um trecho do poema “Não tentem ocultar a história racista do Brasil” de autoria de Leonardo Dias Alves. Esse poema foi escrito inspirado na pesquisa que deu estruturação para essa dissertação.

(IAMAMOTO, 1985, p. 143) da Igreja e do Estado, que tentava responder as expressões da “questão social” no Brasil.

Iamamoto (1985, p. 127) destaca que “a “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente a generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente”. Dessa forma, o objetivo desse capítulo é fazer um breve resgate histórico de como foram complexos os desdobramentos do escravismo mercantil, assim como, apontar os impactos no desenvolvimento do capitalismo que o Brasil está inserido, que proliferou uma conjuntura favorável para o racismo se estruturar no país.

O intuito desse capítulo é demonstrar como o sistema escravista mercantil é um marco indispensável para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, pois trata-se da gênese de desenvolvimento da formação econômica, social, política, cultural e racial do país. Desta forma, ao formular os conteúdos programáticos destinados para a formação do quadro técnico do Serviço Social, deve-se incorporar o sistema escravista como um marco indispensável para pensar a formação do Brasil.

1.1 Formação sócio-histórica racial brasileira e o sistema escravista mercantil: relação do trabalho escravista com o capital escravista-mercantil no desenvolvimento do Brasil

O escravismo que ocorreu no Brasil é parte essencial do próprio desenvolvimento do país. Não se tratou de uma simples estrutura, muito pelo contrário, as suas relações sociais, raciais e de produção foram extremamente complexas e, pautadas em instituições que determinavam o funcionamento da sociedade escravista e legalizavam a institucionalidade da escravidão. O período escravista é essencial para refletir como as relações sociais, de trabalho e as raciais surgiram e desenvolveram-se no país.

O escravismo brasileiro assumiu uma característica essencial, que serve de eixo para adentrar nesse processo histórico, que se ousa dizer, o mais cruel da história política, social, econômica e cultural do país. Trata-se da característica mercantil, ou seja, uma escravidão para produzir e circular mercadorias, que gerou o processo de acumulação de capital na Colônia (Brasil) e na Metrópole (Portugal). Pode-se indicar que o escravismo mercantil estruturou-se como uma “máquina de moer corpos negros”, em prol da acumulação de capital.

Uma das características do escravismo mercantil brasileiro, apontada por Moura (1994), foi o seu desenvolvimento em duas fases, com aspectos demográficos, sociais, econômicos e políticos distintos. Trata-se do escravismo mercantil pleno e o tardio. O

escravismo mercantil pleno ascendeu de 1550 (mais ou menos) até 1850; já o escravismo mercantil tardio foi de 1850 até 1888.

As duas fases do sistema escravista mercantil se articularam, reestruturaram e desarticularam “[...] de acordo com a dinâmica específica de cada um [...]” (MOURA, 1994, p. 15). O modo de produção e a formação social nessas duas fases se desenvolveram de acordo com a necessidade do mercado e da economia mundial – e também das próprias movimentações internas do país. O escravismo mercantil pleno e tardio mostra que o modo de produção escravista não se desenvolveu de forma acidental nas relações de produção (internas e externas) e da acumulação de capital. O modo de produção escravista constitui-se de forma bem estruturada e estabeleceu as relações e organização do trabalho no Brasil.

Dessa forma, esse modo de produção escravista se constituiu como um modo de produção historicamente novo, com o seu desenvolvimento vinculado a um determinismo rigorosamente definido pelo tempo e pelo espaço (GORENDER, 2016), totalmente voltado para a economia mundial. Esse formato de produção se caracterizou como uma unidade econômica, que só poderia existir *com e para* a economia externa e o mercado mundial.

O mercado mundial “[...] somente podia dinamizar o seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista” (MOURA, 1994, p. 38). Esse modo de produção lançou raízes no Brasil, por cerca de 4 (quatro) séculos, e a sua existência só foi possível, em nível econômico, através das relações comerciais com o mundo externo – que já lançava longos passos na consolidação do sistema capitalista. O sistema escravista mercantil não teve o seu desenvolvimento e consolidação de forma isolada do mundo, e o mundo – que de forma egoísta era interpretado somente como o continente europeu – usufruiu e lucrou com o tipo de trabalho utilizado nos países colonizados para produzirem mercadorias e luxos, que se convertiam em capital.

Observa-se que tanto o modo de produção escravista mercantil, como também a formação social, não podem ser deslocados e/ou marginalizados das análises que objetivam apreender o processo de formação sócio-histórica e econômica, assim como, das relações raciais que se desenvolveram e se modificaram no Brasil (MOURA, 2014).

No sistema escravista mercantil, o modo de produção é tido como o gerador dos antagonismos, das contradições e das desigualdades que perpassavam as relações do trabalho escravista. Esse modo de produção possibilitou a formação das classes escravistas, ou seja,

escravizados x escravocratas². Essa relação não se pautou meramente em aspectos comportamentais, muito menos em uma perspectiva harmônica, mas sim pela via da dominação total da vida social e do trabalho através da violência. Os escravocratas, através do modo de produção escravista, ao impulsionar a dominação violenta e total da/o escravizada/o, tinha por objetivo inseri-la/o como “[...] o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho” (MOURA, 2014, p. 63).

O caráter dessa produção escravista só pode ser definido através da relação estabelecida entre as classes escravistas (GORENDER, 2016), que definem as relações de produção e as forças produtivas. Outro elemento que perpassou o modo de produção escravista foi à violência institucional como um substrato desse modo de produção, que foi utilizada como instrumento para o aumento da produtividade, do castigo e da tortura contra as/os escravizadas/os mantidos em cativeiros.

Os antagonismos e os conflitos escravistas se desenvolveram *na e pela* exploração e expropriação do trabalho e da vida das/os escravizadas/os. A classe escravizada passou por um processo de dominação total do corpo³ e da exploração total da sua força de trabalho. A classe escravizada teve a sua vida cotidiana inteiramente condicionada ao cativeiro, sujeitada à condição compulsória de escravizada/o, em uma relação social, política e econômica totalmente desigual da classe escravocrata.

A relação estabelecida na divisão do trabalho escravista não foi resultante de choques culturais, mas sim das relações concretas de produção constituídas através da violência e de uma desigualdade bem definida entre as classes escravistas, impulsionada por determinantes raciais. As relações raciais foram acentuadas (no século XVI) pela cultura renascentista que influenciou a construção do moderno ideário filosófico que transformou o europeu no “homem universal” (ALMEIDA, 2018), destruindo aquelas/es que não se encaixavam nesse ideário como inferiores, sujeitadas/os aos tipos mais perversos de violência, dominação, exploração e opressão.

² Utiliza-se o termo “escravizado” e não “escravo” por um posicionamento político em afirmar que a população traficada e transportada para o Brasil foi convertida em escravizado, e que isso não tem nenhuma relação com uma herança hereditária. Nesse sentido, opta-se em utilizar também o termo “escravocrata” no lugar de “senhor de escravos”, por compreender que o termo possibilita materializar a relação antagônica e conflituosa existente nas relações das classes escravistas.

³ Souza Filho (2013) aponta que nos países que se encontram localizados no continente africano, a população era identificada como africanos e colonizados – identificação dada pelos colonizadores europeus – e no Brasil, essa mesma população, foi transformada em escravizados. Essa metamorfose foi “[...] imposta pelo tráfico negreiro ao transformar os corpos de homens e mulheres africanos em objetos de muitas inscrições” (SOUZA FILHO, 2013, p. 20). A classe escravocrata, sob o signo da violência, marcou de forma física e social o corpo da classe escravizada.

A violência que se desenvolveu no escravismo mercantil, como uma das características essenciais desse sistema, possuía dois objetivos centrais. O primeiro era o de impulsionar o processo produtivo e manter a acumulação de capital, que se organizou com a produção e circulação de mercadorias. O segundo era o de estabelecer uma forma de contenção da população escravizada e mantida em cativeiro, através da dominação da vida social, política e econômica, que alcançava a sua materialização na realização dos castigos com instrumentos de tortura e mutilações físicas (GORENDER, 2016; GRINBERG, 2018; MOURA, 2014; SOUZA FILHO, 2013).

Assim, a coerção escravista, através desses dois objetivos, afetava a saúde mental dessa população, pois em relação aos processos de trabalho, era utilizada para gerar ansiedade e pânico nas/os escravizadas/os. As ameaças eram constantes, se por acaso não trabalhassem ou não batessem a meta diária de produção, logo eram castigadas/os com chicotadas, com agravamento nos açoites; a violência escravista desencadeou o processo de adoecimento mental, que pode ser constatado pelo banzo⁴ e pelos suicídios individuais e coletivos⁵.

Nesse contexto, a violência escravista era totalmente institucional e legal, estava associada ao modo de produção escravista, mas também demonstrava a crueldade da classe escravocrata, pois a violência escravista ultrapassava as fronteiras da produção de mercadorias. Essa demonstração da crueldade pode ser observada na carta escrita por Esperança Garcia⁶ (uma escravizada) endereçada ao Governo da Província do Piauí, em 6 de setembro de 1770 (SILVA, 2015), segue a carta⁷:

Eu sou uma escrava de V.S.a administração de Capitão Antônio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi administrar que me tirou da Fazenda dos Algodões, aonde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim não poço explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei.

⁴ De acordo com Mendes (2007, p. 370), em um discurso apresentado à Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1793 e publicado em 1812, o banzo é definido como “[...]um ressentimento entranhado por qualquer princípio, como por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; à ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda da liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam; o mesmo mau trato, que suportam; e tudo aquilo que pode melancolizar”. O banzo, que para Moura (2014), tratou-se de uma depressão psicológica, foi um dos efeitos do escravismo mercantil na vida da classe escravizada.

⁵ Moura (2014) destaca que tanto o banzo, como os suicídios individuais e coletivos, se categorizavam como um tipo de resistência passiva ao regime escravista. Porém, pode-se demonstrar que essa dita resistência passiva, em um regime de violência cotidiana e constante, não era passiva, mas uma tentativa de colocar fim ao sofrimento experimentado nesse modo de produção.

⁶ É importante ressaltar que a alfabetização de escravizadas/os era um crime, quem fosse flagrado ensinando escravizada/o a ler e escrever poderia ser preso e/ou processado (SILVA, 2015).

⁷ De acordo com Silva (2015, p. 1) essa carta é considerada como “[...] um dos registros escritos mais antigos da escravidão no Brasil, escrito pelo próprio escravo negro, no nosso caso uma mulher negra e cativa, Esperança Garcia, o que confere à narrativa epistolar em estudo o status de uma escritura da gênese literária afro-brasileira”.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V.S. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha aos olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda aonde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V.Sa. sua escrava, Esperança Garcia (SILVA, 2015, p. 6).⁸

Uma questão merece a atenção em relação à produção da violência: somente pela via dos castigos e das punições que os sujeitos escravizados e escravizadas eram tidas/os como seres humanos (GORENDER, 2016). A violência praticada através dos castigos revela a crueldade no ato da desumanização, pois não se castigavam objetos ou coisas, mas sim seres humanos, como forma de punir, de “corrigir”. Pode-se verificar que os castigos e mutilações eram instrumentos, ou até mesmo uma “arma de dominação”, da classe escravocrata e do Estado, apontada e direcionada contra a classe escravizada, para a sua inserção na sociedade era convertida em mercadoria e instrumento de trabalho, mas para as práticas dos castigos e mutilações a classe escravizada era constituída por seres humanos inferiores.

Grinberg (2018, p. 144) elenca os tipos de instrumentos e de castigos – sem esgotar esse assunto – que eram direcionados para a classe escravizada:

Instrumentos de tortura como a máscara de folha de flandres – máscara de zinco trancada a cadeado que cobria todo o rosto, com minúsculos orifícios na boca e nariz –, os anjinhos, anéis de ferro aparafusados a uma tábua para prender os polegares, ou os colares de ferro e madeira impressionaram artistas e viajantes tanto pelo grau de atrocidade quanto pela regularidade com que eram utilizados.

[...] os castigos físicos exemplares, entre os quais a imobilização em troncos ou os açoites em pelourinhos, que frequentemente culminavam na morte dos castigados, fossem aplicados em situações extremas como a fuga ou a rebeldia, o castigo, assim como o controle sobre as ações dos escravos, fazia parte do cotidiano da escravidão no Brasil. Com ele os senhores propagavam o temor entre seus escravos, na esperança de produzir “obediência e sujeição”.

A utilização da violência permitia o controle social⁹ da classe escravizada, por meio do pânico de serem castigadas/os, caso não obedecessem, ao mesmo tempo, proporcionava uma espécie de ansiedade produtiva, pois caso não cumprissem a meta estipulada, poderiam ser castigadas/os também. O castigo era a certeza do sobretrabalho e da desumanização em curso no Brasil Colônia e Império.

⁸ Existe uma versão original dessa carta, mas a versão atualizada contempla melhor esse trabalho. Para o acesso da versão original indica-se consultar “A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA: UMA MENSAGEM DE CORAGEM, CIDADANIA E OUSADIA” resultado do projeto coordenado por Leandro Alves da Silva.

⁹ Clóvis Moura ao elaborar o prefácio da primeira edição do livro *Racismo à Brasileira Raízes Históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil* de autoria de Martiniano José da Silva, publicado em 1985, e que já está na sua 4ª (quarta) edição, define o controle social como: “[...] a repressão racionalizada (no sentido weberiano) contra o negro, o índio e demais segmentos oprimidos e/ou discriminados na sociedade brasileira. [...] nada mais é do que uma sistemática de estereótipos, racionalizada por parte de todos os estratos e segmentos dominantes que desejam ver o negro, e as demais parcelas oprimidas, sob a dominação dos grupos e classes detentoras do poder econômico, político e cultural” (MOURA, 2009, p. 21).

Para assegurar o sobretrabalho era necessário dispor de sujeitos que vigiassem e castigassem imediatamente a/o escravizada/o que não correspondesse com as exigências produtivas. A necessidade de vigilância da classe escravizada levou a classe escravocrata a criar “[...] a categoria de *homens do mato*, que se regulava por regimentos especiais e tinha hierarquia própria: soldado, cabo, capitão, sargento-mor e capitão-mor do mato” (GORENDER, 2016, p. 102). A categoria de homens do mato se tornou indispensável para o sistema escravista, levando em consideração que as fugas de escravizadas/os era um problema dentro do violento regime do trabalho escravista, e os *homens do mato* eram a solução para coibir e capturar os escravizadas/os que fugiam. Gorender (2016, p. 102) destaca que:

Os capitães do mato – como a categoria ficou popularizada no Brasil – cobravam dos donos dos escravos recuperados o *custo de tomada*, que variava conforme a distância da captura e outras circunstâncias, podendo ser acrescido do custo judicial de carceragem. [...] com a criação da imprensa, o ônus da captura adquiriu o acréscimo de novo item: o preço do anúncio nos jornais. Não repugnava à moral vigente, nem envergonhava aos donos, que os anúncios caracterizassem os escravos fugitivos por marcas a ferro quente, por cicatrizes e aleijões resultantes de castigos.

Gorender (2016, p. 103) também destaca que o:

“Regime de Feitor-Mor” de meados do século XVII mandava que o escravo, depois de “bem açoitado”, fosse picado com navalha ou faca e se aplicasse nos ferimentos sal, sumo de limão e urina para, em seguida, ser metido “alguns dias na corrente”.

A violência escravista era ainda mais cruel nos castigos que eram praticados contra as mulheres escravizadas. Davis (2016) indica que todos os aspectos que constituíam a escravizada enquanto mulher era retirado dela pelo trabalho compulsório escravista. Nessa lógica, pode-se destacar que as escravizadas eram propriedades dos escravocratas – classe composta por homens e mulheres –, e assim, podiam ser desprovidas de gênero. Nessa lógica,

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

As mulheres escravizadas, por serem mulheres, sofriam a violência escravista de forma diferente dos homens, principalmente por conta da violência sexual, pois nesse cenário – e no atual – o estupro é um instrumento de dominação e violência contra as mulheres. As mulheres escravizadas eram vítimas de estupros individuais ou coletivos. O estupro era uma violência que não podia ser reclamada pelas escravizadas, não podiam resistir, sejam mulheres adultas, adolescentes ou até mesmo crianças. A violência não se limitava aos aspectos produtivos que permeavam o modo de produção, mas permeava todas as relações

estabelecidas na sociedade escravista (DAVIS, 2016, RAIMUNDO, 2003; MACHADO, 2018).

Face ao exposto, a mulher negra cativa e escravizada, de acordo com Raimundo (2003), combinava potências produtivas e reprodutivas. Condicionadas na condição de trabalhadoras-mercadorias, tinha uma questão que as diferenciavam dos homens negros, ou seja, a possibilidade de gerar mais trabalhadores-mercadorias¹⁰, ou seja, mais mão de obra para o modo de produção escravista, e, portanto, as configuravam como uma mercadoria extremamente lucrativa.

Dentro da divisão de gênero do trabalho escravista, as escravizadas eram inseridas em diversas ocupações: amas-de-leite, mucama, cozinheiras, dentre outras, que desencadeou diversos danos para as mulheres negras. Uma das ocupações mais cruéis, era a das amas-de-leite, por tratar-se de um trabalho de amamentação dos bebês das famílias escravocratas, enquanto os seus próprios filhos – esses eram comparados a filhotes de animais de estábulos, tidos como crias, e é desse cenário que surge o termo popular “cria” para se relacionar os filhos – tinham o direito de amamentação negado.

A separação dos bebês das suas mães era um ditame da negação da maternidade para as mulheres escravizadas. Na condição de trabalhadora-mercadoria, a mulher era tida como uma coisa, um objeto, uma fêmea, logo não poderia ter o direito materno assegurado. O filho da escravizada não era seu, assim como, ela própria não tinha nenhuma direito em relação a si mesma. As mulheres negras eram equiparadas a vacas leiteiras e o seu leite era produto comercializável.

O sistema escravista mercantil modelou a consciência social desse período, relacionando, de forma complexa, as relações de trabalho, econômicas, políticas, culturais, sociais, religiosas, raciais e de gênero. O modo de produção escravista mercantil produziu mecanismos de acirramento das relações sociais no Brasil. Gorender (2016) afirma que o modo de produção se formou depois da colonização do território brasileiro, desse modo, o meio produção escravista, não foi uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil, e muito menos se tratou de um tentáculo do escravismo antigo.

A escravidão foi elaborada enquanto uma nova categoria social, porém, precisa-se explicitar que “a escravidão é uma categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção” (GORENDER, 2016, p. 89). A escravidão já surgiu, em outros territórios e

¹⁰ Conceito que será melhor elaborado nas linhas seguintes.

momentos históricos, com função improdutiva, como é o caso da escravidão doméstica, e até mesmo com função produtiva, porém de forma mais ou menos accidental e com atuação direcionada para ser apenas acessória de relações de tipos diferentes. Quando a escravidão se constitui como um tipo fundamental e estável de relações de produção, pode elaborar dois modos de produção distintos: o escravismo patriarcal – com uma economia predominantemente distinta – e, o escravismo colonial (mercantil) que é orientado pela lógica de produção de bens comercializáveis, como é o caso do modo de produção escravista que se desenvolveu nas Américas, principalmente no Brasil (GORENDER, 2016).

A principal característica da escravidão, enquanto uma categoria social é o ser escravizado na condição de propriedade de outro ser humano. O modo de produção escravista mercantil tinha a necessidade de inserção de uma força de trabalho extremamente barata, ou seja, as/os escravizadas/os traficadas/os do continente africano. Essa força de trabalho barata era no sentido de que as/os trabalhadoras/es não poderiam ser remuneradas/os, mas sim escravizadas/os, possibilitando a expropriação e apropriação total do trabalho socialmente produzido pelas/os escravizadas/os.

Portanto, a população sequestrada e traficada do continente africano para o Brasil, era inserida na divisão social do trabalho, enquanto trabalhador-mercadoria no modo de produção escravista. A/o escravizada/o tinha a particularidade de ser, ao mesmo tempo e de forma complexa, a força produtiva, o instrumento de produção e a mercadoria, ou seja, “[...] era a mercadoria que produzia mercadoria, a coisa que se movia, o homem alienado de qualquer direito humano” (MOURA, 2014, p. 44). O trabalhador-mercadoria foi inserido em uma relação de produção extremamente alienante e com instrumentos violentos para impulsionar a sua produtividade e dominar a sua vida cotidiana condicionada ao cativeiro e ao trabalho forçado.

Para Marx (1982) o escravizado não tinha a possibilidade de vender a sua força de trabalho, pois ele era vendido – junto com a sua força de trabalho – como mercadoria de forma perpetua ao escravocrata que o comprava, e poderia posteriormente fazer o que bem quisesse com esse trabalhador-mercadoria, vendê-lo, agredi-lo, matá-lo.

Pode-se observar que a/o trabalhador/a-mercadoria

[...] não apenas produzia mercadorias dentro de um sistema que dificultava o desenvolvimento das forças produtivas, mas se constituía, também, em mercadoria, em objeto de troca. [...] força produtiva no seu sentido global, dentro da sociedade escravista, mas, ao mesmo tempo, do ponto de vista do senhor de escravos, simples meio de produção; equiparado aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores de atividade econômica. Não por acaso era considerado simples

coisa, pois, dentro de regime escravista, não passava, efetivamente, de um instrumento. Não vendia sua força de trabalho, mas era considerado pelo senhor de escravos um simples instrumento de trabalho, de vez que o direito de propriedade se estendia à própria pessoa do escravo (MOURA, 2014, p. 119).

A/o trabalhador/a-mercadoria era complexa/o e contraditória/o. Ao ser sequestrada/o e transformada/o em uma mercadoria, foi o principal produto do comércio de carne humana¹¹, compreendido, inclusive, como uma “peça africana”, era a propriedade lucrativa dos traficantes europeus. Enquanto mercadoria era totalmente comerciável, e o seu destino era dado pelo seu comprador, ou seja, passavam a ser uma propriedade privada do escravocrata, que continua o processo de desumanização e coisificação. Enquanto trabalhador/a, era o principal produtor de mercadorias e dos luxos da civilização, ocupou todos os espaços de trabalho no escravismo pleno e na maior parte do escravismo tardio, sendo a principal força de trabalho na construção econômica da colônia e da metrópole.

De acordo com Gorender (2016b, p. 107), as características das/os escravizadas/os, na condição de trabalhadores-mercadorias, se apresentam em três pontos: “[...] a) é propriedade privada de outro indivíduo; b) trabalha sob coação física extraeconômica; c) todo o produto do seu trabalho pertence ao senhor”. São essas as características sócio-históricas e raciais que condicionaram a população negra na categoria trabalhador-mercadoria. Porém, esse trabalhador-mercadoria também foi um sujeito que se colocou em posição de resistência contra o sistema escravista. Gomes (2015, p. 9) destaca que:

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas e morosidade na execução das tarefas se misturavam com a intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores. Chicotadas, açoites, trancos e prisões eram rotineiros. Assim como as notícias sobre fugitivos. Talvez fugir tenha sido a forma mais comum de protesto.

A resistência da classe escravizada contra o regime do sistema escravista mercantil, enquanto uma resposta direta à situação que estava inserida foi decorrente da configuração da sociedade e do trabalho escravista. Moura (2014, p. 119) destaca que a classe escravista estava:

Na base da pirâmide social, a classe escrava constituía a força produtiva mais importante. Se, demograficamente, pesava de maneira esmagadora, tinha, no entanto, contra si, a alienação em que se encontrava, alienação que – no caso particular do escravo – tem características específicas que devem ser analisadas.

¹¹ O termo “comércio de carne humana” é utilizado por Moura (2014, p.78) para exemplificar o tráfico de pessoas oriundas do continente africano, pelo caráter desumano e animalesco que foi estabelecido nesse processo. Literalmente coisificou a população negra, lotando navios insalubres para fornecer pessoas como se fossem pedaços de carne, transformando o continente africano em um açougue a céu aberto, onde a principal e lucrativa mercadoria ofertada foram as pessoas negras.

A classe escravizada, de acordo com Moura (2014), no conjunto da sociedade escravista, não estava ligada aos meios de produção, não eram proprietários nem dos seus próprios corpos. De um lado, produzia mercadorias em um sistema que dificultava o desenvolvimento das suas forças produtivas. Por outro, como face da mesma moeda, foi a classe escravizada que girou a economia escravista. Não se trata de um simples instrumento de trabalho sem alma, sem vontade, sem pensamentos, ou até mesmo, sem consciência da sua própria situação. A classe escravizada estabeleceu mecanismos para sobreviver e lutar contra o regime do trabalho escravista.

Moura (2014, p. 120) indica que a:

[...] situação material em que viviam e a que estavam submetidos através de diversos métodos de coerção social, temos de atentar – para compreendermos a sua participação em movimentos que surgiram conduzidos por elementos das outras classes sociais – para as restrições políticas totais a que estavam sujeitos.

Observa-se que a classe escravocrata estabeleceu mecanismos para defender a sociedade escravista. Criou-se um peneiramento social para o desenvolvimento do processo eleitoral, o objetivo era preservar as bases do sistema escravista, ou seja, manter o cativo e o trabalho escravista, contra qualquer possibilidade de alteração estrutural da sociedade (MOURA, 2014). Cabe destacar que:

No bojo de tal contradição o escravo se encontrava, de um lado, como força de trabalho decisiva das formas tradicionais de economia, mas, de outro, transformava-se progressivamente em negação dessa economia. E à medida que se integrava no processo de transformação dessa forma de trabalho, integração que muitas vezes, ou melhor, quase sempre, não tinha caráter consciente, criava os elementos para que o processo de alienação passasse a se desenvolver no outro polo, na classe que divorciada do processo de produção, era quem auferia todos os seus proventos: os senhores de escravos (MOURA, 2014, p. 122).

A força política, mesmo clandestina, da classe escravizada, colocava a classe escravocrata em estado de alerta, já que mesmo com a violência escravista operante, a resistência contra o regime de trabalho escravista era frequente. O fato é que sem a classe escravizada, não existiria a economia escravista, já que a exploração do sobretrabalho, como definiu Nascimento (2016), era a espinha dorsal do sistema escravista mercantil. A resistência da classe escravizada era, portanto, a ameaça da interrupção da acumulação de capital. Sem delongas, foi à classe escravista que:

[...] plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. A nobilitante ocupação das classes

dirigentes – os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos – consistia no exercício da indolência, no cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria (NASCIMENTO, 2016, p. 59)

A força de trabalho das/os trabalhadoras/es-mercadorias foi empregada em diversos tipos de trabalhos e espaços ocupacionais, que podem ser observados no quadro abaixo¹²:

Quadro 1
Tipos de trabalhos e espaços ocupacionais das/os trabalhadoras/es-mercadorias

Tipos de Trabalhos e Espaços Ocupacionais	
EXTRATIVOS	
Agropecuária	
Atividades diretamente extrativas	
Agroindústria dos Engenhos de açúcar	
Nas plantações de café e algodão	
Pecuária	
MINERAÇÃO	
Eito:	Domésticos:
Nas minas de ouro	Ourives
Extrativos de diamantes	Ferreiros
	Mestres de Oficinas
	Pedreiros
	Taverneiros
	Carpinteiros
	Barbeiros
	Calafates
	Parteiras
	Correios
	Carregadores em Geral
TRABALHOS DOMÉSTICOS NAS CIDADES E CASAS-GRANDES	
Carregadores de Liteiras	
Caçadores	
Mucamas e demais escravizados de serviço doméstico	
Amas de Leite	
Cozinheiras	
Cocheiros	
“ESCRAVOS” DE GANHO NOS CENTROS URBANOS	
Barbeiros	
Médicos	
Vendedores Ambulantes	
Carregadores de pianos, pipas e outros objetos	
Músicos componentes de orquestras da classe escravocrata	
Prostitutas de Ganho	
Mendigos de Ganho	
OUTROS TIPOS DE TRABALHOS	
Soldados	
Escravizadas/os do Estado	
Escravizadas/os dos conventos e igrejas	
Escravizadas/os reprodutores	

Fonte: Clóvis Moura (2014, p. 46-48)

Como se pode observar, foi o trabalhador-mercadoria que dinamizou e sustentou todo o processo produtivo, além de trabalhos diversos que não se relacionavam diretamente com a

¹² Esse quadro foi elaborado à partir do esquema proposto por Moura (2014).

produção de mercadorias. Esse quadro torna visível a organização do trabalho escravista. As mulheres escravizadas foram inseridas em diversos tipos de trabalho e ocupações, “apenas o trabalho na mineração e o de profissionais especializados – ferreiros, marceneiros, técnicos de purga do açúcar, entre outros – eram exclusividade dos homens” (MACHADO, 2018, p. 335). Os trabalhos domésticos eram majoritariamente destinados para as mulheres escravizadas, mas os trabalhos que envolviam as plantações eram compostos por homens e mulheres escravizadas/os. Em linhas gerais, o trabalho escravista se mostra como um componente essencial da história social do trabalho no Brasil.

O sistema escravista mercantil, através do seu modo de produção, criou uma cisão pontual entre a população originária (indígenas) e a população escravizada (africanos e descendentes). A invasão dos portugueses ao território, que hoje é chamado de Brasil, estabeleceu uma primeira relação com a população originária, que ocasionou em destruição da estrutura econômica, que funcionava por meio das instituições, costumes e cultura desses povos, que remetem a tempos imemoráveis. O ponto de partida foi à relação de escambo, que utilizava a força de trabalho dos indígenas para a derrubada e condução do pau-brasil, ou seja, para as primeiras atividades extrativas e exportadoras, em troca, ofereciam objetos como miçangas, espelhos, pentes, dentre outros. O resultado primário foi à degradação social e cultural para o desenvolvimento dos grupos étnicos indígenas do Brasil.

É nessa relação que aparece a Igreja Católica¹³, através dos seus representantes, os padres jesuítas, que “[...] subordinaram os índios a uma servidão disfarçada [...]” (MOURA, 2014, p. 76), não se tratando de trabalhadores livres, mas também não estavam inseridos na lógica da escravidão. O processo de dominação não se restringiu apenas à semisservidão disfarçada, houveram tentativas violentas de escravização da população indígena, mas que não vingaram. Moura (2014, p. 78) ao destacar a consciência moral e social do período, pontua que:

A escravidão indígena tinha uma desvantagem: pelo próprio material humano que a compunha, vindo de um estágio cultural muito mais primitivo do que o exigido para as tarefas a que o predispunham, era uma peça subsidiária, que desempenhavam – do ponto de vista econômico – um trabalhador complementar e não qualificado.

Essa consciência moral e social estereotipada e preconceituosa, em relação à população indígena – expressão do racismo contra essa população - penetrou no dito senso comum da sociedade brasileira. Criou-se a narrativa da população indígena não ser apta para o trabalho, em um território que eles conheciam a muito mais tempo que os colonizadores. A

¹³ A relação da Igreja com a população indígena e escravizada será desenvolvida no tópico três desse capítulo.

questão é que já havia um processo maior em curso no mundo, ou seja, o escravismo mercantil e o comércio de carne humana. Por esse motivo, a população indígena foi descartada do modo de produção escravista. Sendo assim, passaram a recorrer a outro material humano, “[...] um braço mais caro – o africano – para possibilitar o posterior desenvolvimento da sociedade colonial” (MOURA, 2014, p. 78).

O processo escravista tem total ligação com o continente Africano, pois esse foi um dos principais alvos e vítimas das pilhagens e saques, ou seja, expropriação praticada pelas nações europeias em processo de expansão capitalista. As diversas etnias e populações negras foram transformadas em mercadoria através do sequestro e da exportação, que foi impulsionada pela demanda da força de trabalho nas plantações das colônias americanas, que inclui o Brasil, e que solicitavam esse tipo de mão-de-obra. O comércio de carne humana foi transformado em atividade mercantil, com financiamento intensivo para aquisição de veleiros, equipamentos, portos e contratação de materiais humanos para o desenvolvimento das atividades comerciais (MOURA, 2014).

O comércio de carne humana se estruturou como uma instituição global, “[...] onde as formas de racismo, institucionalizadas, eram as mais cruéis” (SILVA, 2009, p. 28). Esse comércio mercantil foi dominado pelos traficantes internacionais, que estavam fortes economicamente para gerir esse negócio, através da captura e sequestro das populações africanas, e no transporte insalubre pelo transatlântico. Sobre os navios negreiros, ou melhor, o terror que foi, cabe destacar o apontamento de Rodrigues (2018, p. 344):

A alimentação a bordo era escassa, não apenas em razão do mau planejamento das viagens. A quantidade de comida era deliberadamente diminuta, a fim de inviabilizar a resistência dos cativos, sobretudo nos primeiros dias no navio. [...] Na ausência de alimentos frescos, a partir de certa altura da viagem grassavam doenças como o escorbuto, avitaminose conhecida nos séculos XVIII e XIX pelo elucidativo nome de “mal de Luanda”; Luanda era um importante porto negreiro de Angola.

Esse apontamento é primoroso ao demonstrar como era o pensamento dominante dos traficantes, desde o princípio, tinha por intuito dominar e “domesticar” como animais obedientes a população traficada. As pesquisas sobre navios negreiros ainda são limitadas, mas Rodrigues apresenta dois casos, que podem servir de síntese, do que foi o terror dos navios negreiros, em relação ao transporte de pessoas sequestradas para serem inseridas no regime de trabalho escravista.

Primeiro caso:

Em 1828, o pastor inglês Robert Walsh descreveu o *Veloz*, navio negreiro brasileiro apreendido no litoral africano. Tratava-se de uma embarcação grande e bem armada, de convés amplo, três mastros, velas latinas e

tripulada por 161 homens. No porão com escotilhas gradeadas vinham 562 escravos: “O teto era tão baixo e o lugar tão apertado que eles ficavam sentados entre as pernas uns dos outros, formando fileiras tão compactadas que lhes era totalmente impossível deitar ou mudar de posição, noite e dia”. Os africanos ocupavam um espaço “onde não entrava luz nem ventilação a não ser nos pontos situados imediatamente abaixo das escotilhas”. Como era comum, havia uma divisão no porão, separando os escravos pelo sexo e pela idade. A indignação de Walsh ao descrever tal cenário se chocava com a experiência de seus colegas britânicos, para quem o *Veloz* era um dos melhores navios negreiros que eles já tinham visto (RODRIGUES, 2018, p. 346, grifos do autor).

Segundo caso:

Outro caso raro de viajante a descrever um navio negreiro carregado foi o do inglês Pascoe Grenfell Hill, capelão do navio de guerra britânico *Cleopatra*, que subiu a bordo do *Progresso*, capturado pelos ingleses em Moçambique, no ano de 1843. O *Progresso* tinha 140 toneladas e um convés de 37 pés (pouco mais de onze metros) de comprimento. Depois de enfrentar uma tempestade, foram encontrados 54 cadáveres no porão, esmagados e mutilados no balanço do temporal, além dos sobreviventes ensanguentados. Nas palavras do capelão, “o mundo não poderia apresentar espetáculo mais chocante do que o que ocorria a bordo deste navio (RODRIGUES, 2018, p. 346, grifos do autor).

Esses dois casos conseguem demonstrar o horror que era orquestrado pelos traficantes nos navios negreiros. As representações da população traficada nos navios negreiros é sempre limitada aos porões, “eles sempre estão encarcerados, quase nunca ocupam o convés trabalhando, tomando sol ou fazendo qualquer outra atividade” (RODRIGUES, 2018, 37). Nas relações estabelecidas pelo comércio de carne humana, na figura dos traficantes e dos escravocratas, os sujeitos traficados e transportados eram transformados em uma peça “de carne humana”, que poderiam ser repostas, por isso, episódios como os retratados não chocavam a humanidade. O primeiro desafio enfrentado pela população negra – que nesse período eram trabalhadores-mercadoria – era o de sobreviver ao navio negreiro, chegar em terra firme para ser explorada até a morte em outro continente, na lógica de que se um morrer, poderia exportar mais 10 (dez), 20 (vinte), 100 (cem) novos escravizados.

O Brasil foi um dos países que mais importaram escravizados através do comércio de carne humana do continente africano, e o último país a abolir o trabalho escravista. Sendo assim, foi à classe escravizada que impulsionou o crescimento populacional do Brasil. Klein (2018, p. 185) mostra, nessa perspectiva, que o Brasil foi o país que mais receptaram escravizados oriundos do continente africano, que somou:

[...] pelo menos 4,8 milhões de pessoas até 1850. Começando no século XVI com um pequeno fluxo de africanos trazidos por traficantes portugueses, a média anual de escravos africanos elevou-se, progressivamente, de cerca de mil no século XVII para 13 mil no XVIII, alcançando a extraordinária média de 35 mil na primeira metade do XIX.

Foram através das forças de trabalho das/os escravizados que se estabeleceu a economia escravista. Considera-se, que a economia escravista brasileira se desenvolveu dependente e vinculada a economia da metrópole portuguesa e totalmente voltada para a economia-central europeia. A economia da metrópole portuguesa era escorada pelo tripé composto pelas grandes companhias navegadoras, tendo as instituições de traficantes de escravizados como as mais importantes; grandes plantações nos países colonizados; e o monopólio comercial. Moura (2014, p. 85) aponta que o comércio de carne humana contribuiu “[...] em escala ponderável para a acumulação primitiva do capital que serviu de alicerce à sociedade atual”. A economia escravista brasileira, segundo Marquese (2018), durante toda a instituição da escravidão esteve diretamente ligada com as diferentes conjunturas da economia-mundo capitalista, e pela metrópole portuguesa. De acordo com o autor:

As incorporações sequenciais dos espaços produtivos coloniais e nacionais às fronteiras mercantis do capitalismo global deram origem, no Brasil, a um vasto e complexo mosaico de atividades econômicas fundadas na exploração do trabalho escravo. Tal diversidade constituiu uma das marcas distintivas do sistema escravista brasileiro quando comparado às demais sociedades escravistas do Novo Mundo (MARQUESE, 2018, p. 203).

Parra isso, Gorender (2016, p. 87) afirma que é necessário estudar a fundo a economia decorrente do modo de produção escravista mercantil para não cair na armadilha dos “[...] raciocínios operantes com as analogias entre características comuns a fenômenos históricos distintos”. Não se pode equiparar o modo de produção escravista mercantil ao modo de produção capitalista, muito menos ao escravismo antigo. O intuito é constatar como a economia escravista, ao ser subordinada à economia central europeia, que já estava inserida no modo de produção capitalista, contribuiu para a acumulação primitiva do capital no Brasil e nos países europeus.

Marx (2013) argumenta que o dinheiro é convertido em capital, mediatizado pela apropriação de mais-trabalho, a sua essência é a acumulação de mais-valia. De acordo com o autor, a mais-valia ou mais-valor, é resultado do processo de transformação do valor da mercadoria, que posterior ao valor de uso, determina um preço a ser pago pelo produto total do trabalho social. No quadro do escravismo mercantil, esse mais-valor se amplia, pois até os trabalhadores são convertidos em mercadorias com valor de uso e de venda.

Na relação de acumulação primitiva do capital é necessário entender como o capital se apresentou nos quadros do escravismo moderno, ou seja, mercantil, e qual a forma de capital se desenvolveu nas Américas nesse período, principalmente, ao levar em consideração como o modo de produção escravista mercantil se constituiu no Brasil. Mbembe (2018) pontua que

Seria errôneo pensar que saímos definitivamente desse regime que teve o comércio negreiro e em seguida a colônia de *plantation* ou simplesmente extrativista como cenas originárias. Nessas pias batismas da nossa modernidade, pela primeira vez na história da humana, o princípio racial e o sujeito de mesma matriz foram operados sob o signo do capital, e é justamente isso que distingue o tráfico negreiro e suas instituições das formas autóctones de servidão.

Deve-se observar que o sistema escravista mercantil e seu nó central (trabalhadoras/es-mercadorias) estavam economicamente relacionados ao capital. Para uma melhor compreensão da economia escravista, é necessário recorrer ao conceito de capital escravista-mercantil, elaborado pelos teóricos Julio Manuel Pires e Iraci del Nero da Costa, que utilizam o método e a teoria marxista para elaboração desse conceito.

Pires e Costa (2010) apontam que Marx considerou três formas existentes de capital: comercial, usurário e industrial. Porém, Marx considerou uma quarta forma de existência do capital, no caso o capital mercantil. Marx (2008, p. 361) considera que

O capital mercantil se subdivide em duas formas ou variedades – capital comercial e capital financeiro – que vamos caracterizar agora com os pormenores necessários à análise do capital em sua estrutura íntima. E tanto mais necessário quanto os mais destacados corifeus da economia moderna confundem o capital mercantil com o capital industrial e omitem por completo as peculiaridades características do primeiro.

É importante destacar que Marx chama a atenção para a natureza social do capital, ou seja, como ele apareceu no mundo através da mediação da apropriação de mais-trabalho, cuja essência é a chamada acumulação de mais-valia (SANTOS NETO, 2015). Por esse motivo, Pires e Costa (2010) se dedicam na análise do capital mercantil, compreendendo-o enquanto capital escravista-mercantil, como uma espécie de capital desenvolvido nas américas.

A primeira questão apontada por Marx, e utilizada pelos autores, é a observação de que no Mundo Antigo, através dos efeitos do desenvolvimento do capital comercial e o próprio desenvolvimento do comércio, nos quadros do Escravismo Antigo, sempre se traduzia em economia escravista. A segunda questão é como a transformação do sistema escravista patriarcal – o foco principal é a produção de meios diretos de subsistência – passou a ser orientada para a produção de mais valia. Essas duas questões são inerentes a exploração da mais-valia no escravismo antigo. Porém, observa-se que esse tipo de exploração da mais-valia tornou-se presente no Novo Mundo, nas américas, nas áreas¹⁴ que estavam utilizando o modo de produção escravista.

É necessário considerar que:

¹⁴ De acordo com Pires e Costa (2010) essas áreas eram os seguintes países: Haiti, Antilhas e Guianas, Estados Unidos, Cuba, Paraguai e Brasil.

Trata-se, pois, da mesma forma de existência do capital, agora a vigor no âmbito do escravismo moderno, também identificado como escravismo colonial. Enfim, mais-valia, valor que se valoriza, portanto capital; porém, uma forma específica de existência do capital, pois calcada na produção de mercadorias com base no escravismo (PIRES; COSTA, 2000, p. 88).

Pires e Costa (2010) alertam que a análise da existência e subsistência do capital escravista-mercantil não é um exercício para prever o passado, mas sim, de identificar os resultados imediatos de sua ação. O capital escravista-mercantil só pôde emergir porque apresentou determinadas condições. Essas determinações podem ser observadas através da existência previa do escravismo, que se constituiu num sistema que desenvolveu um modo de produção que gerou antagonismos e conflitos, e das fontes supridoras de cativos, ou seja, as/os trabalhadoras/es-mercadorias adquiridas/os por meio do comércio de carne humana. As fontes supridoras apresentou uma dupla natureza, que consiste nas “[...] institucionais – poder do Estado – que fundamentam política e juridicamente a redução e sujeição de pessoas à condição de cativos e as físicas ou biológicas, que garantem a constituição, reposição e o eventual aumento dos plantéis” (PIRES; COSTA, 2010, p. 95).

Observa-se a ausência das alternativas, do ponto de vista econômico, para a não utilização da força de trabalho dos trabalhadoras/es-mercadorias (escravizadas/os). Além disso, o capital escravista-mercantil contava com a existência do mercado mundial, que absorvia as mercadorias produzidas através da exploração da força de trabalho escravista. O capital escravista-mercantil mantinha uma relação íntima com a instituição dos traficantes internacionais, que geriam o comércio de carne humana, possibilitando suprir, através do tráfico e sequestro de pessoas do continente africano, a força de trabalho. Aponta-se que

A conjugação de tais pressupostos, como avançado, deu ensejo ao surgimento do capital escravista-mercantil. De sua ação decorre, imediatamente, a reposição de alguns daqueles supostos, agora derivados da própria existência do capital escravista-mercantil: os escravistas apoderam-se de parte substantiva da mais-valia gerada no processo de produção, vendo, pois, realizado seu desiderato de valorizar valor; o escravo, trabalhador direto, emerge na mesma condição de sujeição em que entrara no processo produtivo (PIRES; COSTA, 2000, p. 95).

De tal modo, decorrente desses determinantes, o surgimento, a emergência e cristalização dos polos escravistas produtores de mercadorias, possuíam os interesses econômicos vinculados ao modo de produção escravista mercantil. Portanto, esse modo de produção direcionou-se para uma rigidez, própria desse sistema de exploração, que de certa forma, tem a sua atuação voltada para a sua própria manutenção e ampliação.

Evidencia-se que o simples fato do crescimento vegetativo da população cativa, ou seja, trabalhadoras/es-mercadoria, que eram propriedade privada daqueles que “[...]”

personificavam o capital escravista-mercantil fosse suficiente para atender às suas necessidades de mão-de-obra escrava” (PIRES; COSTA, 2000, p. 96). Essa relação se completa mediante a reposição dos trabalhadores-mercadoria, através das fontes supridoras, ou seja, através do comércio de carne humana e do mercado mundial, que absorvia as mercadorias produzidas pela exploração da força de trabalho escravista, e desses dois elementos decorre a dependência da existência do capital escravista-mercantil.

O capital escravista-mercantil era incapaz, sozinho, de prover todos os elementos necessários para a sua reprodução, sendo assim, ele não poderia dar suporte ao modo de produção escravista mercantil, sem a presença do comércio de carne humana e do mercado mundial. Conclui-se que

[...] a constituição, no Brasil, de uma economia reflexa e dependente não decorreu meramente da exploração metropolitana ou do fato de a colônia ter sido voltada ao fornecimento de produtos para o comércio europeu, mas derivou, essencialmente, da forma de capital cujo predomínio marcou nossa história até 1888 (PIRES; COSTA, 2000, p. 96-97).

O capital escravista-mercantil é essencial para entender o surgimento e o desenvolvimento da economia relativamente autônoma que se desenvolveu lentamente no Brasil. Indica-se que essa economia era compatível e decorrente dessa forma de capital, e tratou-se de um capital que de forma direta usou determinantes raciais, para impulsionar o processo produtivo e de acumulação de capital. É nos marcos do sistema escravista mercantil, cujo capital escravista-mercantil desenvolveu, amadureceu e gerou mercadorias convertidas em capital, que as relações raciais foram utilizadas para gerar luxos, riquezas e preservar a classe colonial-escravocrata europeia no centro do mundo.

A superação do capital escravista-mercantil é inerente ao processo de transição do capital escravista-mercantil para o capital industrial. Ao mesmo tempo, esse processo não pode ser confundido com o processo de abolição do escravismo mercantil. A abolição constitui-se na transição do trabalho escravista para o assalariado. A superação do capital escravista-mercantil relaciona-se com a transição do modo de produção escravista para o capitalista, ou seja, uma alteração da acumulação de capital. Pires e Costa (2010b, p. 37) compreendem que a superação do capital escravista-mercantil:

[...] poderia decorrer de uma ou da combinação de duas ou mais das seguintes causas imediatas: 1) imposição da metrópole com respeito a suas dependências coloniais; 2) imposição de nação estrangeira em decorrência de atritos econômicos e/ou armados; 3) decisão política adotada de maneira unânime pelas próprias elites escravistas dominantes ou decorrente de uma cisão no corpo das mesmas de sorte a levar a um confronto entre as facções discordantes do qual, no caso, sairia vencedora a ala favorável à abolição; 4) sublevação dos cativos; 5) uma forte expansão da demanda internacional por tal ou qual bem produzido por dada economia escravista poderia levá-la a

encontrar tamanhas restrições quanto ao aliciamento de mão de obra cativa que a busca de uma alternativa não-escravista se impusesse; 6) correlatamente, a retração violenta dos mercados mundiais para os bens oferecidos por dada economia escravista poderia leva-la, no médio prazo, ao colapso, pois faltariam os recursos para sustentar-se enquanto tal; 7) a superação do tráfico também conduziria, na falta de uma oferta interna renovável de cativos, inexoravelmente, ao desaparecimento, em prazo mais ou menos dilatado, do capital escravista-mercantil.

A superação do modo de produção escravista mercantil e do capital escravista-mercantil é marcada por fatores internos e externos, porém o que é necessário pontuar é que a utilização da força de trabalho das/os trabalhadoras/es-mercadorias remete as raízes da questão racial desigual e combinada, através da expropriação do trabalho e de relações de classes (pautadas na raça) extremamente violentas, que se desenvolveram no Brasil.

Observa-se que o escravismo mercantil não foi uma anomalia, mas sim uma estrutura que mantinha relações internas e externas. Marx pontua, de forma assertiva, que “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (MARX, 2013, p. 465). De forma esperançosa, Marx (2013, p. 465) aponta que com a “[...] morte da escravidão brotou imediatamente uma vida nova e rejuvenescida”, porém, ele não contou com a estruturação do racismo na sociedade capitalista. Além disso, é necessário pontuar que o sistema escravista mercantil só se tornou possível vinculado ao sistema capitalista.

Esses apontamentos históricos, políticos, sociais e econômicos que serviram de pano de fundo para a análise do desenvolvimento do Brasil, oferecem acúmulo teóricos para pensar como as relações sociais, desde o Brasil colônia, recorrem ao tensionamento racial para gerar desigualdades econômicas e políticas, assim como para favorecer o acúmulo de capital. A relação racial branco X negro, não é uma questão nova, faz parte do processo de constituição do Brasil. O racismo foi e é um fio condutor para a economia, mas também para definir quem são os sujeitos humanos e os sujeitos subumanos.

O próximo tópico indica como foi o processo de transição do trabalho escravista para o assalariado, de forma breve remonta-se os aspectos raciais, e como a população negra (ex-cativa e escravizada) foi inserida nessa nova configuração do trabalho no Brasil. Os apontamentos sobre o escravismo mercantil e pós-abolição oferecem um panorama social, político e econômico, que antecede o surgimento do Serviço Social, mas que na sua emergência, essas questões se apresentaram de forma latente, porém marginalizada pelo Serviço Social emergente.

1.2 Abolição do escravismo “revolução pra quem?”: a formação do exército industrial de reserva brasileiro

Santo Neto (2015) demonstra a necessidade da superação das relações de produção e circulação do capital mercantilista, que de acordo com Pires e Costa (2000), tratou-se do capital escravista-mercantil. Somente por meio da superação do capital escravista-mercantil que as relações econômicas puramente capitalistas puderam se desenvolver, com base fundamental no trabalho “livre” assalariado, diferente do tipo de trabalho que durou no Brasil por cerca de 400 anos, em um passado recente.

A abolição expressou o fim do regime de trabalho escravista, não da eliminação das dominações, explorações, opressões e violências pautadas em determinantes raciais. O processo de superação do escravismo mercantil e do capital escravista-mercantil não foi acompanhado por um processo de descolonização do território brasileiro.

Fanon (2005, p. 51) afirma que o processo de descolonização¹⁵, por essência, é um fenômeno violento, trata-se da “[...] substituição de uma “espécie” de homens por uma outra “espécie” de homens”. Isso significa que não consiste em uma transição, como é o caso da transição do trabalhador-mercadoria para o trabalhador precarizado assalariado. Em relação ao Brasil, pode-se dizer que não houve, de fato, um processo de descolonização. Nesse caso existem dois apontamentos sobre a não descolonização brasileira. O primeiro consiste no processo de independência da Metrópole Portuguesa, o Brasil além de não abolir o trabalho escravista, manteve no poder a monarquia, que resultou no Brasil Império. O segundo foi a abolição que não transformou a população negra em trabalhadores assalariados plenos, mas em um contingente populacional à margem da sociedade.

O processo de abolição foi acompanhado pela construção de um imaginário (consciência) social coletivo. Nesse sentido, Cord e Souza (2018, p. 410) apontam como esse processo foi construído:

O imaginário coletivo brasileiro, forjado por telenovelas e livros didáticos, entre outros produtos culturais e educacionais, concebe o dia 13 de maio de 1888 como o marco da mudança nas relações de trabalho no país. Em outras palavras, a abolição da escravatura, ocorrida no ocaso do Império do Brasil,

¹⁵ Fanon (2005) analisa o processo de descolonização da Argélia, que era uma colônia francesa. O autor explora como o processo de colonização se desenvolveu nos países colonizados, e quais os caminhos traçados para uma efetivação do processo de descolonização. A contribuição teórica do autor para a compreensão dos processos de colonização, descolonização e racismo é ímpar. O livro “Os Condenados da Terra”, de autoria de Fanon, publicado pela primeira vez em 1961, que inclusive esse “[...] livro foi proibido imediatamente após a sua distribuição, sob a acusação de “ameaça à segurança interna do Estado” (CHERKI, 2002, p.7). Mesmo as diferenças e particularidades dos países em questão (Brasil – que era colônia portuguesa – e Argélia – colônia francesa), é possível captar o movimento da descolonização ou de manutenção e modernização dos Estados Coloniais.

seria o divisor de águas dos nossos modos de produção em direção à “modernidade”, ao “progresso” e à “civilização”.

Cord e Souza (2018) afirmam que o imaginário coletivo, em relação à abolição, naturalizou os estereótipos construídos historicamente, além de reforçar na memória social a inadaptação da população negra ao mercado de trabalho assalariado. Como exemplo, foi utilizado de forma recorrente, “[...] que os negros foram “incapazes” de se adaptar ao capitalismo brasileiro e à emergente sociedade de classes [...]” (CORD; SOUZA, 2018, p. 410-411).

O surgimento do mercado de trabalho assalariado no Brasil, não absorveu as/os ex-cativas/os, que eram a base econômica do sistema escravista enquanto trabalhadoras/es-mercadorias. A população negra recém liberta do cativo foi inserida “[...] no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas” (THEODORO, 2008, p. 25), e desta forma, foi inserida no “setor informal”. Theodoro (2008) orienta que a população negra ex-cativa, passou a ser livre do regime escravista, porém, não foi incorporada no mercado de trabalho brasileiro.

O processo de abolição desencadeou uma série de problemas, que não foram foco de ação do Estado, muito pelo contrário:

De um lado, havia a perspectiva de que os antigos escravos pudessem eles mesmos continuarem a trabalhar nas fazendas adotando um novo status de homens livres, o que, aparentemente, não colocaria problemas técnicos de grande monta. Com efeito, os escravos dominavam o processo de trabalho, assim como as evoluções técnicas mais importantes à época nas atividades que realizavam. [...] Uma segunda opção seria a utilização, total ou parcial, do contingente dos homens livres e libertos no lugar dos antigos escravos. [...] Finalmente, havia a alternativa da imigração, que, como visto, foi largamente adotada pelas regiões economicamente mais distantes (THEODORO, 2008, p. 30).

A presença dos trabalhadores imigrantes no Brasil possibilitou a liberação da “[...] parte do capital destinada à compra de escravos para o próprio processo produtivo, viabilizando um processo de acumulação de capital que antes inexistia” (SANTOS NETO, 2015, p. 178). Nesse ponto de vista, o comércio de carne humana, para qual era destinado essa parte do capital escravista-mercantil, foi essencial para a existência do modo de produção escravista mercantil, pois essa era a fonte supridora de força de trabalho. As/os escravizadas/os na condição complexa de trabalhador-mercadoria dinamizaram todos os processos produtivos, e ao serem libertos do cativo, foram mais uma vez alvos da opressão do Estado e da nova classe dominante – que de nova só possuía o status de capitalistas, pois se tratava da metamorfose da classe escravocrata em classe capitalista-dominante.

A abolição foi um processo complexo e contraditório, principalmente por não ter expressado uma revolução para a população negra, ou seja, para toda a sociedade brasileira, muito pelo contrário. Tratou-se de uma “[...] revolução das elites, pelas elites e para as elites; no plano racial, de uma revolução do BRANCO para o BRANCO [...]” (FERNANDES, 2017, p. 30, grifos do autor). Nessa lógica, a abolição para a população negra expressou um processo de exclusão das regiões e setores que se constituíam como espaços dinâmicos da economia e, em sua maioria, passou a ocupar atividades não assalariadas ou com baixa remuneração (THEODORO, 2008).

A população negra foi obrigada a se juntar com o contingente de trabalhadores nacionais livres, localizados em regiões que inexistiam oportunidades de trabalho, ou até mesmo, em regiões com baixa dinâmica econômica, e as/os que tiveram “sorte”, foram inseridas/os na economia de subsistência das áreas rurais, vinculados aos antigos escravocratas donos de fazendas. Observa-se que:

Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência (THEODORO, 2008, p. 15).

A forma política que desencadeou no processo de abolição do sistema escravista, consolidou-se como manutenção do *status quo*, e determinou o processo de exclusão e marginalização da população negra, assim como, ofereceu os elementos necessários para a formação do capitalismo e do mercado de trabalho no Brasil. Os moldes de transição do trabalho escravista para o assalariado, portanto, teve uma direção ideopolítica racista que passou a ser “[...] manipulada e entrará como componente do pensamento elaborado pelas classes dominantes [...]” (MOURA, 2014, p. 42) na construção do capitalismo dependente que se desenvolveu na América Latina, mas aqui a atenção é voltada para o Brasil.

Moura (1988) indica que houve uma reformulação dos mitos raciais que surgiram *no e para* o sistema escravista mercantil brasileiro. É no contexto da sociedade de capitalismo dependente, que ocupou o lugar da sociedade escravista mercantil, que essa reformulação alimentou as classes dominantes, em relação ao trabalhador/a negro/a. O racismo passou a ser o “[...] combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro” (MOURA, 1988, p. 17).

A liberação dos cativos dos antigos postos de trabalho não resolveu a situação desses, pelo contrário, agravou e ampliou-se ainda mais. A absorção da população negra pelo mercado de trabalho assalariado não foi assegurada, sendo esse um dos fundamentos da nova sociedade em formação e, que dele dependia aqueles que só tinham a sua força de trabalho para vender e suprir suas necessidades básicas humanas.

O ponto alto desse agravamento foi à política de imigração, pois “o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa resultou no crescimento de seu contingente populacional” (SANTOS NETO, 2015, p. 176). Isso significou a formação do exército industrial de reserva europeu. Pode-se observar que esse processo de expansão capitalista, deu-se num processo de neocolonização, e a ocupação não se deu em pilhagens, saques e dominação territorial, mas sim no mercado de trabalho assalariado.

O pensamento dominante desse período foi o de realocar da Europa o seu exército industrial de reserva, para o resto do mundo, na divisão internacional do trabalho. Desta forma, “[...] significa que a população ativa europeia podia resolver o problema da necessidade de força de trabalho nas outras partes do mundo” (SANTOS NETO, 2015, p. 177), que teve uma base sólida na visão racista, na qual desqualificava as/os trabalhadoras/es negros para o novo regime de trabalho.

Nessa perspectiva, trabalhadores e trabalhadoras negras foram libertas/os da condição de trabalhador/a-mercadoria, porém foram inseridos na condição de trabalhadores e trabalhadoras subalternizados, informais, sem remuneração ou com baixa remuneração e, principalmente, no exército industrial de reserva brasileiro. O processo de abolição e pós-abolição, ou seja, final do século XIX, foi fomentado, no que tange a exclusão e marginalização da população negra ex-cativa, com a ideologia do positivismo, que “[...] transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, [...] de objeto filosófico, o homem passou a ser objeto científico” (ALMEIDA, 2018, p. 23).

É indispensável assinalar que a biologia e a física foram utilizadas como modelos para explicar a exclusão da população negra do mercado de trabalho. A noção das características biológicas, inerentes às raças, serviu de fundamento para a alegação de uma dita incapacidade moral, psicológica e intelectual que impedia a adaptação da população negra para o trabalho assalariado. Como se a população negra já não estivesse experimentando uma modernização do trabalho, ainda sob regime escravista. Pois, de acordo com Moura (2014, p. 49), quando a abolição do escravismo mercantil ocorreu, em 1888, o Brasil já tinha “[...] iluminação a gás, cabo submarino, estrada de ferro escoando para Santos o café produzido por escravos e

transportes coletivos (bondes) de tração animal”. Houve um processo de modernização e urbanização das principais cidades brasileiras, que utilizou da mão de obra escravizada para construir as primeiras estradas de ferro no Brasil.

O racismo passou a impulsionar a segregação e a barreira racial, que bloqueou as trabalhadoras e os trabalhadores negros dos principais canais de mobilidade social ascendente. O resultado foi “[...] graves desigualdades raciais e a concentração de negros [...] no extremo inferior da hierarquia social” (HASENBALG, 1979, p. 223). Após mais ou menos 400 anos de exploração, na condição de trabalhador-mercadoria, a “indenização” oferecida pelo governo brasileiro foi a condição de desempregados e desempregadas, o que constituiu na formação do exército industrial de reserva brasileiro.

Diante dessa situação, a população negra ex-cativa serviu de instrumento para que o capital pudesse exercer o controle absoluto sobre o exército que se formou com os trabalhadores ativos e os trabalhadores imigrantes (SANTOS NETO, 2015). O racismo assumiu papel social, ideológico e político, que se instituiu como ideologia de dominação (MOURA, 1994), e serviu para demarcar o lugar da trabalhadora e do trabalhador negro na sociedade capitalista e assim sedimentar uma divisão racial do trabalho.

Martins (2012, p. 456) evidencia que os trabalhadores e as trabalhadoras negras foram profundamente bloqueados “[...] pela ideia de trabalho assalariado associado a uma força de trabalho estrangeira e branca”. Em relação à articulação entre o racismo e a constituição do capitalismo que se desenvolveu no país, a autora destaca que:

Numa conjuntura em que o processo de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção essencialmente deformada e excludente, de valorização do trabalhador branco (o imigrante europeu) como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país. Daí porque a constituição do capitalismo no país, ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica capitalista, imprimiu nessa lógica a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre (MARTINS, 2012, p. 456).

Moura (1977), por sua vez, destaca que essa imagem deformada permeou e permeia a consciência social de que o branco seria superior ao negro e, portanto, estaria mais apto e qualificado para ocupar os postos de trabalho. A desqualificação das/os trabalhadoras/es para o mercado de trabalho é reflexo da “[...] realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso” (MOURA, 1977, p. 19). Isso poderia explicar o motivo das pretensões que objetivavam a redefinição social e cultural do trabalho, que resultou na política de valorização do imigrante e na marginalização das/os trabalhadoras/es negras/os.

Nesse cenário, pode-se observar que, além de uma ideologia de dominação, o racismo passa a ser também um eixo estrutural da sociedade capitalista e estruturante do mercado de trabalho, que teve como principal ação modelar a lei de compra e venda da força de trabalho, que estabeleceu critérios de exclusão e desqualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras negras.

Moura (1977) afirma que ao se referir ao negro e à negra brasileira é comum a afirmação estereotipada de que essa/e seria um/a boa/bom escravizada/o, mas que ao serem libertas/os do regime de trabalho escravista mercantil, tornaram-se péssimos cidadãos. Esses estereótipos ganharam materialidade e potencialidade na disputa pelo mercado de trabalho com o branco (nacional e imigrante). O autor explica que:

É visto ainda como mau cidadão negro aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra. É exatamente aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão (MOURA, 1977, p. 19).

O processo de desqualificação da trabalhadora e do trabalhador negro é resultado da marginalização que foi direcionada para esses sujeitos, sendo um dos frutos primorosos do racismo estrutural brasileiro. De acordo com Almeida (2018, p. 38) “[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”.

Compreender o racismo como estrutural não significa que ele seja imutável, até mesmo incontornável, porém, é essencial pontuar que “[...] do ponto de vista teórico [...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racializados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 39). O racismo é uma máquina estrutural e institucional de produzir desigualdades raciais, que ultrapassa as relações de trabalho, ao mesmo tempo em que é naturalizado como uma norma na sociedade brasileira.

O processo de naturalização do racismo é apoiado na ideologia racista, que opera nas estruturas do capitalismo desenvolvido em território brasileiro, que transforma a trabalhadora e o trabalhador negro em “sujos”. O racismo, executado pela elite branca, estabeleceu que esses trabalhadoras/es são incapazes de “[...] disputar com o branco a liderança da sociedade, nos seus diversos níveis” (MOURA, 1977, p. 19), principalmente, no mercado de trabalho.

De acordo com Carneiro (2011), o trabalho é uma condição necessária para a reprodução social, um direito de reprodução da vida, e a sua exclusão é a primeira negação da cidadania. A exclusão se agravou no formato da sociedade competitiva desenvolvida no Brasil, e tornou-se natural, como um dos principais frutos do racismo anti-negro. O racismo é uma expressão da “[...] racionalização que o branco das classes dominantes criou para justificar o seu *Ego* através da deformação do *Alter*” (MOURA, 1977, p. 20, grifos do autor). Na lógica competitiva do mercado de trabalho brasileiro, o racismo assume um importante papel: delimitar a absorção ou não da população negra nos postos de trabalho qualificados.

Essa é uma das características da formação da classe trabalhadora no Brasil, ou seja, a inclusão da mão de obra estrangeira branca, e a exclusão da mão de obra que havia dinamizado todo o processo de produção de mercadoria, enquanto trabalhadores-mercadorias, por cerca de mais ou menos 400 anos no Brasil.

A/o trabalhador/a negra/o não usufruiu dos preceitos jurídicos que, em suma, protegiam os cidadãos, muito menos, os que eram decorrentes das conquistas sociais, que davam conteúdo para que esses preceitos fossem aplicados (MOURA, 1977). Além disso, pode-se observar, através dos mecanismos das instituições e órgãos repressores, que os membros dos organismos de controle social e repressão, assim como os líderes políticos, localizavam esses trabalhadores como não cidadãos. Theodoro (2008), Martins (2012) e Santos Netos (2015) apontam que as trabalhadoras e os trabalhadores negros foram deslocados do mercado de trabalho, ficando condicionados ao mercado de trabalho informal, subalternizado e precarizado, com baixas remunerações, e que massificaram o exército industrial de reserva.

Martins (2012) ainda sinaliza que o preconceito racial foi um dos responsáveis pela condição de desocupados, na informalidade do trabalho e na precarização. Porém, é necessário pontuar, que o preconceito racial é um mecanismo do racismo, ou seja, é o racismo a fonte da marginalização e alocação dos postos de trabalhos precários e informais. É necessário ter em mente, que no pós-abolição, o racismo já assumia o seu caráter estrutural e institucional – esse por sua vez, desde o comércio de carne humana e o transporte insalubre da migração forçada do transatlântico. Essa observação é necessária, para não minimizar ou deslocar o racismo para o campo individual, mas para direcionar a sua análise para uma visão estrutural, estruturante e institucional, que se apresenta como um fenômeno implacável na sociedade capitalista.

Esses apontamentos podem indicar que as/os primeiras/os usuárias/os do Serviço Social brasileiro, em sua gênese, eram majoritariamente negros. Essa suposição só é possível por conta das configurações que o mercado de trabalho e o desemprego assumiram no Brasil. Para ter uma aproximação dessa realidade, além das contribuições acerca do escravismo mercantil e do processo de abolição, é necessário entender o papel que a Igreja Católica desenvolveu em relação à população negra, já que o Serviço Social surge da relação entre a Igreja Católica e o Estado. Por esse motivo, é necessário situar o papel da Igreja Católica na formação social do Brasil, apontando a sua relação visceral com o Estado e, principalmente, a sua produção e reprodução do racismo, e como esse – o racismo estrutural, estruturante e institucional – poderia ser absorvido no emergente Serviço Social brasileiro. Esse será o conteúdo de análise e desenvolvimento do próximo item.

1.3 Igreja como “gerente” da pobreza na aliança com o Estado: o surgimento do Serviço Social no Brasil e seu “cordão umbilical” com o racismo

A Igreja Católica esteve presente no Brasil desde o início da colonização. Silva (2009, p. 320) elabora o seguinte questionamento: “Como a Igreja Católica tratou os negros num período superior a 500 anos no Brasil?”. E a resposta possível, de acordo com o autor, é encontrada num período que a Igreja desenvolveu nas bases sociais e econômicas do Brasil – tanto no período do Brasil Colônia, como no Brasil Império, e posterior na República – a moralidade perversa. A moralidade perversa desenvolveu-se através de etapas nas quais houve um aumento exponencial de crimes contra a humanidade, que foram deflagrados, principalmente, pelo que e em nome do que a Igreja determinava como virtude e verdade. Desta forma, acabou por determinar a sua posição de poder, enquanto a única detentora da verdade, da moral e da fé.

A moralidade perversa estava associada à visão da cristandade do que é o “homem”, que é embasada nos livros bíblicos, no qual o homem é entendido como a criação de deus, a sua imagem e semelhança, dentre outros atributos que não é o foco desse trabalho. É importante pontuar que esse “homem”, na visão cristã, não englobava o ser humano traficados, transportados e mantidos em cativeiro para a exploração do trabalho, ou seja, os negros oriundos dos países do continente africano (SILVA, 2009).

Foi através de documentos oficiais da Igreja Católica que se deu o início do processo de colonização e a legalização e institucionalização do comércio de carne humana. Esse processo de legalização e apoio da Igreja para o desenvolvimento do sistema escravista mercantil, são encontrados na *Bula Dum Diversas*, que foi enviada pelo papa Nicolau V, em 16 de junho de 1452, para Afonso V, rei de Portugal, com os seguintes dizeres:

[...] nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades [...] E reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes (BATISTA, 1988, p. 15-19 apud SANTOS, s/d).

Esse beneplácito da Igreja deu impulso para o processo de colonização e escravismo no continente Americano e no continente Africano, assim como demais territórios do planeta – como, por exemplo, os continentes: Asiático, Oceania e Médio Oriente (MOURA, 1994) –, e indica que o mundo inteiro foi colonizado pelo continente Europeu. Destaca-se que além da dominação, exploração e opressão nas diversas esferas do sistema escravista, a colonização, através da Igreja, também estabeleceu a dominação e opressão religiosa, que contribuiu fortemente no processo de condicionalidade da população negra no lugar do escravizado, ou seja, do trabalhador-mercadoria.

A opressão da Igreja, que se deu pela via da política eclesial, se assemelhou a opressão e dominação praticada pelos colonizadores e escravocratas, tanto na Colônia como no Império. A Igreja Católica, ao se assemelhar aos colonizadores, colocou em curso, na história do Brasil, um processo contínuo e duradouro de colonização religiosa. D'Adesky (2009) afirma que a religião é uma referência de identidade, que consegue governar a vida espiritual e estabelece um conjunto de práticas e deveres que são seguidos pelos adeptos de determinadas religiões. Porém, é importante compreender como o processo de colonização religiosa impactou a população negra, pois:

Para as populações negras, é importante ressaltar o grau em que as condições históricas imprimiram um sentido especial à inserção religiosa. De fato, o caráter religioso dos negros, praticantes ou não, é o efeito de uma evolução que se desenvolveu sobre diversas gerações durante quase quatro séculos. Em sua chegada ao novo território brasileiro, os negros africanos serão imediatamente inseridos num diferente quadro simbólico religioso, numa ruptura total com a realidade anterior das sociedades africanas. A relação dos negros com a sociedade colonial será marcada, no plano religioso, pela conversão obrigatória à religião do senhor e por um passado de perseguições àqueles que tentaram permanecer fiéis às práticas de seus ancestrais. O catolicismo encarnava o credo dos colonizadores, da elite branca, permanecendo uma religião da epiderme, não sendo interiorizada por aqueles que não renunciaram às divindades africanas (D'ADESKY, 2009, p.51)

Bonfim (2015, p. 56) assegura que quando o primeiro governador geral chegou ao Brasil, em 1549, trouxe junto os primeiros jesuítas. Inicialmente, o principal objetivo dos

jesuítas era o de “[...] catequizar os índios, transformando-os em “bons cristãos””. Moura (2014), por sua vez, indica que os jesuítas estabeleceram um processo de semisservidão disfarçada à população originária, qual não tinha relação com os determinantes que a servidão tinha de específico e, ao mesmo tempo, não se tratava de um trabalho livre ou escravista. O papel dos jesuítas se converteu em alterar e destruir os padrões de valores experimentados, por tempos imemoráveis, pelos diversos povos que habitavam as terras que receberam o nome de Brasil.

Os padres jesuítas passaram a exercer a sua autoridade através da manipulação teológica, estabelecendo uma dominação espiritual pela via do medo e do próprio deus que os jesuítas seguiam. Esse processo de dominação, não é apenas uma questão de fé, mas de colonização religiosa, que se deu através da cristandade. De acordo com Grosfoguel (2016), existe uma diferença pontual em relação ao cristianismo e a cristandade, pois o cristianismo é uma tradição espiritual religiosa, já a cristandade – qual foi utilizada para catequizar a população originária e as populações africanas – é quando o cristianismo se converte em uma ideologia de dominação, ou seja, um projeto societário que é apoiado pelo Estado, e materializado pela Igreja.

Em relação à população escravizada, o papel da Igreja assumiu outra forma de dominação. Utilizou-se de recomendações da própria bíblia, onde um dos seus livros, o Eclesiástico, compara o escravizado a um jumento, e orienta que “para o escravo o pão, o castigo e o trabalho”. Foi através dessa recomendação bíblica, que o jesuíta Jorge Benci sistematizou a sua obra “Economia cristã dos senhores no governo dos escravos”, uma obra de 1700, que foi reeditada e publicada em 1977, em que elenca quatro obrigações dos escravocratas para com os escravizados¹⁶, que na lógica do jesuíta, senhores e escravos. Através dessa obra da época, pode-se entender como a Igreja Católica compreendia o escravizado e como recomendava o tratamento que deveria receber.

A primeira obrigação elencada por Benci (1977), com fundamentação cristã e influenciado pela bíblia, é a do pão, ou seja, o alimento, para assegurar que o escravizado fosse ainda mais explorado. Até a lógica da alimentação do trabalhador/a-mercadoria, era voltada para impulsionar a sua produtividade, ou seja, para gerar mais sobretrabalho. Nesse sentido, um escravocrata que alimentasse o seu escravizado, teria maiores possibilidades de exploração da força de trabalho, podendo gerar mais sobretrabalho, que convertido em renda

¹⁶ De modo geral, essas são as obrigações elencadas por Benci (1977): o sustento (vestimentas e cuidados com as enfermidades; doutrinação cristã (a classe escravocrata deveria evangelizar a classe escravizada); o castigo (meio de obediência e de aumento de produtividade); o trabalho (a classe escravocrata deveria ocupar a classe escravizada com trabalho, pois essa era a vontade de deus).

monetária, se transformava em capital-escravista mercantil. E mesmo com essa recomendação cristã, a fome ainda era permanente na vida dos escravizados. Nas palavras de Benci (1977, p. 61-62): “Senhores há, que não faltam aos escravos com a ração quotidiana; mas está é tão limitada e escassa, que mais serve para que não morram à fome do que para que sustentem a vida”.

Ainda na primeira obrigação, ele chama a atenção para as vestimentas, com o intuito de coibir a nudez e estabelecer um controle moral dos corpos dos escravizados, que pode também ser identificada como uma das expressões da moralidade perversa, apontada por Silva (2009). A orientação sobre a nudez deve ser vista com atenção, pois é nessa orientação que ele nos revela, de fato, uma das faces cruéis da visão cristã do “homem”. Benci aponta que a condição dos escravizados, de acordo com a fundamentação teórico-cristã bíblica, era decorrente de uma maldição explorada no primeiro livro da bíblia, essa história é resumida em trecho que o personagem Cam zombou da nudez do seu pai Noé (ambos personagens bíblicos que compõem a narrativa do primeiro livro), e que Noé amaldiçoou os descendentes do seu filho na eterna escravidão.

A Igreja utilizou-se de uma narrativa bíblica para justificar a inferiorização da população cativa, condicionada como escravizada e convertida em trabalhador-mercadoria. O autor afirma: “[...] em castigo deste abominável atrevimento foi amaldiçoado do Pai toda a sua descendência, que no sentir de muitos é a mesma geração dos pretos que nos servem” (BENCI, 1977, p. 65). O intuito aqui é demonstrar como em 1700 o pensamento social da Igreja e a política eclesial, fundamentados na bíblia, inferiorizavam a população cativa e escravizada, assim como determinava que a sua condição de escravizado fosse uma vontade de deus.

A segunda obrigação consistiu na doutrinação cristã dos escravizados, alegando que não se pode dar o pão, sem alimentar o espírito. Compreende-se que essa doutrinação religiosa foi utilizada como um instrumento de controle dos escravizados, assim como, para assegurar a obediência aos escravocratas, condicionados sempre na vontade de deus. Benci salienta, portanto, que os escravocratas tinham a “[...] estreita obrigação de ensinar aos escravos, ainda que rudes, ainda que boçais, e ainda que brutos, os mistérios da Fé e os Mandamentos da Lei de Deus” (BENCI, 1977, p. 87). A prática dessa dominação religiosa, que o jesuíta aponta como ensinamento e evangelização é explícita em sua obra:

E de que modo poderá isto ser? Pregando o nome de Cristo, e ensinando a sua doutrina a todos aqueles que puder. Pois com quem melhor o podeis e deveis fazer, que com aqueles que Deus vos sujeitou, fazendo-os vossos

escravos, para que sejais seus Mestres na Cristandade? (BENCI, 1977, p. 87-88).

As orientações da Igreja, tendo o jesuíta Jorge Benci como o seu porta-voz, além de aspectos expositivos sobre a dominação, a exploração e a opressão em relação ao trabalho, também orientaram para o exercício da supremacia cultural e religiosa. A sua efetivação se deu através da evangelização cristã, que ultrapassou a perspectiva da fé, e constituiu-se como cristandade. A Igreja se mostrou perversa ao utilizar a colonização religiosa como barganha para a exploração do trabalho escravista, pois orientou os escravocratas para que controlassem as práticas religiosas dos escravizados, e somente assim, de acordo com o jesuíta, era possível explorar ainda mais e com a permissão da Igreja.

A terceira obrigação tratou-se do castigo, através de diversos tipos de torturas e mutilações apoiadas e incentivadas pela própria Igreja e, somente dessa forma, poderiam controlar os escravizados e impulsionar o processo produtivo. O autor afirma que os escravocratas, enquanto seres livres e brancos possuíam a honra dada por deus, não poderiam deixar de castigar as/os escravizadas/os que mereciam, pois os escravocratas:

[...] a quem o pejo, o timbre e o pundonor obriga a fugir dos malefícios: que será nos pretos e cativos, que nascendo naturalmente sem pejo e sem timbre algum, unicamente governam suas acções pelo temor? Logo merecendo o escravo o castigo, não deve deixar de lho dar o senhor; porque não só não é crueldade castigar os servos, quando merecem por seus delitos ser castigados, mas antes é uma das sete obras de misericórdia, que manda castigar aos que erram (BENCI, 1977, p. 127-128).

O castigo expressava a violência escravista, que possuía como particularidade o direito do escravocrata de julgar, condenar e destinar o castigo ao escravizado, que eram realizados na propriedade do escravocrata ou em locais públicos, que em sua maioria eram praticados na frente dos demais escravizados e das pessoas livres (GORENDER, 2016). O papel da Igreja não se restringiu apenas aos aspectos religiosos, mas também orientavam como deveriam ser pautadas, na visão cristã de mundo, as relações de trabalho, pois as recomendações de impulsionar a produtividade eram dadas pelo incentivo da violência e da constante ameaça do castigo. O incentivo da Igreja na prática da violência é espantoso, pois contribuiu para eleger a violência como um instrumento legítima de dominação e manutenção do modo de produção escravista.

A quarta obrigação é sobre o trabalho escravista, ou seja, a produção de mercadorias, como já demonstrado, tem relação com as demais obrigações. Na lógica da cristandade o trabalho e castigo são indissociáveis. O processo de produção mercantil só poderia ser realizado através da ameaça constante do castigo (BENCI, 1977; GORENDER, 2016), que

além do medo, produzia nos trabalhadores-mercadoria ansiedade. Constatase, que todos os processos produtivos – menos os trabalhos artesanais – tinham como forma de gestão e controle, a ansiedade. Um ponto que permeia a lógica do castigo é a vigilância do trabalho, que era um gasto de capital escravista-mercantil para coagir e gerar ansiedade.

A sistematização de Benci mostra a vertente cruel da atuação e do papel da Igreja no sistema escravista mercantil, tendo em vista, que esse papel não era apenas moral, mas também de dominação religiosa e de incentivo ao castigo para impulsionar a produtividade. A lógica da sistematização do jesuíta Jorge Benci permite observar dois elementos essenciais do papel da Igreja no escravismo e na relação com a população negra: 1) o controle da raiva e da violência reprimida da população escravizada (provocada pela violência escravista praticada no privado pelos escravocratas e em público foram praticadas pelo Estado), conduzindo essa população para a consciência forjada de que deus estava castigando-a, pelo simples motivo, de ser culpada por nascer em um continente amaldiçoado – maldição de Cam –, e que obedecer e esperar a morte era a recompensa; 2) impulsionar à produtividade dos trabalhadores-mercadorias, através do mito da vontade de deus e do incentivo a violência e do castigo para os maus trabalhadores.

O Estado e a Igreja possuíam uma relação orgânica. A Igreja, enquanto instituição, não se limita em transformar negros e indígenas em “bons cristãos” (BONFIM, 2015). Para além do controle e dominação espiritual, a Igreja era responsável pela educação das pessoas. A sua atuação incidia tanto com os escravizados, como também com os escravocratas e, “esses dois braços da Igreja possibilitavam a disseminação dos valores cristãos e, ao mesmo tempo, a necessidade de obediência a Deus e ao Estado” (BONFIM, 2015, p. 57). O propósito colonizador da Igreja era o de transformar o Brasil em uma colônia que seguisse os preceitos cristãos católicos, mas teve muitos obstáculos, como por exemplo, os ritos e preceitos que não condiziam com os católicos.

A Igreja Católica foi conivente com o processo de desumanização e coisificação da população negra. De acordo com Silva (2009), a Igreja também foi conivente com o processo de europeização e ocidentalização do Brasil, além de contribuir com a ideologia do embranquecimento dos postos de trabalho pós-abolição, e que corroborou com a “[...] abertura de portas ao imigrante europeu, tratando o negro e sua cultura como inferiores” (SILVA, 2009, p. 320). É necessário apontar, que a discriminação racial, como produto do racismo estrutural e institucional, foi uma prática da Igreja Católica.

Esses apontamentos são necessários para compreender, de qual forma a Igreja se relacionou com a população negra no sistema escravista mercantil, pois esse insumo histórico nos proporciona perceber, no pós-abolição, como a Igreja tratou a população negra, ou seja, naturalizando a discriminação racial e o passado escravista. Esses princípios também direcionam para a necessidade de compreender como no surgimento do Serviço Social, essa profissão se relacionou com a população negra. Isso implica em compreender, a partir dos elementos expostos, que desde o processo de colonização, os valores e princípios da Igreja, influenciados pelo racismo científico¹⁷, marcaram profundamente a formação sócio-histórica e econômica do país, assim como a sua doutrina conservadora cristã lançou raízes no surgimento do Serviço Social brasileiro.

A abolição do escravismo mercantil se constituiu enquanto uma revolução da elite para a elite, na metamorfose do escravocrata para capitalista, ou seja, a manutenção dos brancos no poder. O processo reformista do poder da classe escravocrata, transformada em classe dominante capitalista, impulsionou o processo de pobreza e marginalização da população negra, ou seja, sem trabalho (exercito industrial de reserva) e em condições de trabalho informais (classe subalternizada).

Iamamoto e Carvalho (1985) compreendem que a “questão social”, no Brasil, surgiu diante da generalização do trabalho livre (assalariado) em uma sociedade que a escravidão marcou o seu passado recente. Essa compreensão possibilitar formular o seguinte questionamento: Como nas particularidades da formação sócio-histórica e racial a “questão social” se desenvolveu no Brasil? O passado escravista recente do país e o processo de abolição que não integrou a população negra à cidadania livre e plena, proporcionam reflexões importantes sobre os desdobramentos da “questão social” no país. Pós-abolição, a sociedade brasileira se converteu em uma sociedade competitiva, na qual o peso da escravidão, ou seja, os estigmas da inferioridade racial da população negra – ideologia que foi desenvolvida no escravismo mercantil – eliminou essa população do mercado de trabalho, condicionando-a à margem (miséria) da sociedade brasileira (MOURA, 1977; THEODORO, 2008), expondo-as as expressões da Questão Social emergente no país.

Cardoso (2013) explica que o contexto de surgimento do Serviço Social está vinculado ao processo de industrialização e urbanização experimentados a partir da década de 1910 e aprofundado a partir da década de 1930, que ficou conhecido como “industrialização pesada”,

¹⁷ De acordo com Pereira (2016, p. 42) “o racismo científico, pautou-se no determinismo biológico buscando provar, por meio da ciência, a inferioridade do negro a partir de suas diferenças biológicas, ou seja, uma marca hereditária que se traveste de um significado social”.

e de 1933 até 1945 assume uma fase de industrialização mais restrita, qual ficou conhecida como “industrialização restringida”. Cardoso (2013) e Cisne (2015) apontam que no cenário da crise do comércio de 1929, ocorreu uma reestruturação e aprofundamento do capitalismo, vinculado ao aumento da burguesia industrial e ao crescimento da classe trabalhadora, e não menos importante para essa análise, a pobreza se enraíza ainda mais na sociedade e o resultado é a acentuação da “questão social”.

O aprofundamento da “questão social” é seguido pelo enraizamento da pobreza, que de acordo com Amaro (2005), não tem a sua distribuição democraticamente entre as raças, e que a população negra é mais afetada pela pobreza. Cardoso (2013) indica que a forma como o Brasil se reorganizou, em relação a crise mundial, é pertinente as características próprias de sua condição periférica de capitalismo retardatário. Essa reorganização é marcada por modernizações sem rupturas com a sua formação inicial, ou seja, colonial e inteiramente marcada pelo sistema escravista. Verifica-se que a “questão social” no Brasil é explicitada por diferentes formas de manifestação, como a exploração do trabalho, a fome, a violência, dentre outras. Porém, apenas no Governo Vargas, a partir da década de 1930, que de fato, o Estado, por meio da pressão popular, se coloca como responsável para resolver de forma concreta a “questão social”, ou melhor, amenizar as suas expressões.

É nesse sentido, que compreender o sistema escravista mercantil, como base da formação e desenvolvimento do tipo de capitalismo que se inscreve o Brasil, é uma aproximação com a realidade brasileira, e partindo desse sentido, o surgimento da “questão social” no Brasil se dá no processo de abolição do escravismo, pois:

No dia 14 de maio de 1888, um dia após a abolição da escravatura no Brasil, a comunidade negra deu início a uma nova fase de sua saga. Sem casa, sem trabalho e desqualificado socialmente, o grupo negro foi abandonado a própria sorte. [...] A dificuldade de encontrar ocupação fez com que além de ex-escravos, inaugurassem o início de sua exclusão como "cidadãos livres", já na classificação a eles atribuída (de vagabundos – vagantes, sem emprego – e desordeiros) e consequentemente nas relações e conflitivas decorrentes (AMARO, 2005, 63-64).

O processo de desumanização da população negra, que permeou mais ou menos 400 anos, ou seja, quatro séculos de existência do sistema escravista mercantil no Brasil, não tem a sua abolição em 1888. Oliveira (2017) observa que a contradição desumanização e humanização, que permeou o espaço da subjetividade estrutural que se constituiu no modo de produção escravista mercantil, têm a sua reprodução e produção reconstruída nas relações políticas da sociedade capitalista competitiva. Além disso, pontua-se que:

[...] a desumanização na transição do escravismo colonial para o capitalismo aparece como uma continuidade, ao ponto que a “humanização” – que na sociedade liberal aparece na forma do “cidadão” – por aqui se expressa pelos mecanismos punitivos, como ocorria no escravismo colonial. A cidadania, assim, se constitui como um privilégio e não em uma perspectiva universalista e integrante do “contrato social” (OLIVEIRA, 2017, p. 24).

A cidadania após a proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, consolidou-se através da articulação da cidadania, não enquanto um valor universal, mas determinada pela restrição de determinadas características subjetivas, e os critérios raciais aparecem como elementos centrais das relações desiguais capitalistas. O intuito aqui é demonstrar que as raízes da “questão social” brasileira são encontradas na exclusão e marginalização do mercado de trabalho e da cidadania restrita que recaiu no corpo da população negra. Iamamoto (2012, p. 136) aponta que:

Com a república são estabelecidos os requisitos formais para a universalização dos direitos dos cidadãos. Eliminam-se, em tese, as fronteiras jurídico-políticas entre as classes e estratos sociais, com a abolição da escravatura, a generalização do trabalho livre e a instauração da propriedade privada da terra (Lei de Terras, de 1850). Essas medidas permitem o estabelecimento dos pressupostos para a organização capitalista da produção e do mercado de trabalho, cujas virtualidades não foram homogeneamente incorporadas na formação econômica e política brasileira.

Amaro (2005) compreende que para a população negra foram relegados os porões da sociedade brasileira, e também foi destituída da cidadania plena¹⁸, estabelecendo um quadro educacional e ocupacional que reverberou em uma pior situação social, em relação à população branca. A população negra recém saída “[...] da escravidão ou aqueles miscigenados eram tratados como raças inferiores responsáveis por uma patologia social” (BONFIM, 2015, p. 89). E tendo em vista, que essa população estava localizada na pobreza e no desemprego, temos aqui um ponto necessário para retomar o que estamos chamando de “questão social”. Pós-abolição a marginalização e criminalização da negritude se somou à pobreza, que na disputa desigual pelos postos de trabalho, essa população não foi absorvida pelo trabalho assalariado, tornando-se o exército industrial de reserva brasileiro.

Em relação à “questão social” no Brasil, até 1930 era tratada como caso de polícia, tendo por tratamento a repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985; CISNE, 2015). Além da polícia, a Iamamoto e Carvalho (1985) destacam que a responsabilidade de enfrentamento da “questão social” também foi destinada para os organismos de solidariedade social. A “questão social” no Brasil teve, nesse período, como resposta para as suas expressões a

¹⁸ Oliveira (2017, p. 51) destaca que “[...] na medida em que o racismo atua como elemento estrutural para garantir o contexto da superexploração, a distinção do caráter humano é fundamental, daí que a cidadania não é universal, mas sim restrita”.

coesão social, que pautou-se em estratégias que objetivam, ora, alternativas repressoras, outrora, ideológicas (BONFIM, 2015).

A “questão social” será, nesse período, interpretada como questão de polícia, e tendo o seu enfrentamento alicerçado na violência. Sendo assim, recorre-se a Oliveira (2017, p. 25), que indica que o processo de configuração da sociedade “liberal” brasileira e da sua esfera pública, teve como elementos: o racismo como estruturante das divisões das classes; a concentração de riquezas enquanto um elemento central na sociedade capitalista e; a violência enquanto prática política, e não apenas episódica “[...] tendo em vista que a manutenção de uma ordem social nesses termos – racistas e concentradora de riquezas – só é possível por meio do permanente uso de instrumentos de repressão continuada”.

Além desses fatores, houve um processo de ação embasada no assistencialismo, para tentar amenizar os efeitos causados pela “questão social” no Brasil, mas totalmente voltada para uma relação entre o favor e a violência. Cisne (2015, p. 39) argumenta que “a assistência social não passava de práticas descontínuas e desarticuladas, voluntaristas, benevolentes, da caridade e da solidariedade irracional. Essas ações assistenciais geralmente eram realizadas pela Igreja Católica”.

É nesse momento crucial, na contradição capital x trabalho, no aprofundamento da “questão social” e das suas expressões, que a Igreja Católica, que estava sendo marcada pela sua perda de poder político, entra em cena e compreende a necessidade de atuar diante da “questão social”. A Igreja Católica, na tentativa de recuperar o seu poder político, passa mais uma vez a estabelecer os seus eixos de atuação, de um lado com a classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, e do outro com a classe dominante (elite burguesa) e com o Estado, argumentando que a “questão social” era “[...] um exagero do capitalismo e propondo sua humanização” (CARDOSO, 2013, p. 112). A Igreja Católica se vincula ao Estado para tentar encontrar soluções para os excessos do sistema capitalista, tendo dois papéis centrais: 1) apoio a criação de uma legislação que regulasse as relações entre o capital e o trabalho; 2) elaboração de estratégias de intervenção junto à classe trabalhadora para proporcionar, embasada na cristandade, um processo de recristianização.

O intuito da Igreja Católica em se vincular ao Estado, permeia mais uma vez pela sua necessidade de poder, de se colocar no centro da sociedade, oferecendo a salvação, ou seja, a cristandade como projeto societário possível para responder os excessos do sistema capitalista. Mas é importante pontuar, que assim como a Igreja Católica perseguiu a população negra no escravismo, em relação às práticas religiosas não condizentes com as

dela, ela vincula-se ao Estado, com discurso de humanizar o sistema capitalista, através da caridade. Porém, a sua atuação foi voltada para o controle moral e religioso da classe trabalhadora.

Getúlio Vargas, no período de presidente do Brasil, ou seja, de 1930 até 1945, passa a compreender a “questão social” como questão política, e sua intervenção perpassaram pela legislação social e trabalhista sindical. Nessa conjuntura, Vargas se apossou de um modelo corporativista, em uma tentativa de agradar a burguesia industrial e o proletariado, mas esse agrado foi aparente, pois sua política enfatizava a supremacia do setor das classes dominantes junto ao Estado (CARDOSO, 2013), e por setores das classes dominantes, era composto pelo grupo branco. É por esse motivo que Cisne (2015), de forma pontual, argumenta que Vargas programou medidas estratégicas e paliativas, em uma tentativa de “tapar o sol com a peneira”, ele tenta amenizar os conflitos e antagonismos sociais presente nesse período. A forma que Vargas encontrou foi à concessão que trouxe para o cenário econômico e político alguns benefícios para a classe trabalhadora, dentre eles as políticas públicas e as instituições de previdência e assistência.

A intervenção de Vargas, em relação à “questão social”, era apenas uma tentativa de apaziguamento das desigualdades sociais (CARDOSO, 2013; CISNE, 2015). É desta forma, que a intervenção do Estado, em relação ao enfrentamento da “questão social”, foi voltada para as concessões, em uma tentativa de amenizar, mas não de eliminar, os conflitos e os antagonismos sociais. É nesse contexto que surge o Serviço Social, que pela lógica da naturalização do racismo, pelo Estado e pela Igreja, pode-se dizer que a profissão seguiu o mesmo passo, e tratou a população negra como invisível.

Bonfim (2015) assegura que foram as novas configurações do Estado burguês no tratar e enfrentar da “questão social”, sob a ordem monopólica do sistema capitalista, que estabeleceram as condições para a necessidade de incorporar profissionais que pudessem intervir através do enfrentamento da “questão social”. É importante situar que “[...] a questão social supõe sempre correlação de forças e confronto de interesses opostos, que irão se reproduzir nas políticas sociais correspondentes” (PEREIRA, 1999, p. 53).

Portanto, é com o tratar da “questão social” pelo Estado, que vai surgir a necessidade de tais profissionais – assistentes sociais –, que seriam inseridos na lógica de executores terminais das políticas sociais (NETTO, 1996), esse fator está relacionado com a condição de trabalhador assalariado, inserido na reprodução das relações sociais. Bonfim (2015) pontua que o surgimento do Serviço Social está pautado em dois movimentos articulados: 1) o

redimensionamento do Estado no período monopólico; 2) o fortalecimento no Brasil da ação católica. Resguarda que:

É justamente a necessidade de enfrentamento das expressões da “questão social” que possibilitou a junção de interesses do Estado, da Igreja e dos setores da burguesia dominante em torno do projeto reformista-conservador. Esse projeto tinha entre os seus objetivos modernizar o Brasil, ou seja, inseri-lo na dinâmica capitalista mundial e, ao mesmo tempo, esvaziar as lutas e a organização da classe trabalhadora (BONFIM, 2015, p. 108).

Compreende-se que a relação do Serviço Social com a Igreja Católica na sua gênese, não é meramente uma vinculação de valores ou uma perspectiva teórica, ou seja, o neotomismo¹⁹, mas se constitui visceralmente ao *ethos* profissional (BONFIM, 2015). Embasada em Ortiz (2010), Bonfim afirma que o modo de ser profissional, nos seus primórdios, é exposto através da ambiguidade entre ser uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, mas que também se tratou de uma profissão que apresentou atividades “a serviço do homem”. Essa ambiguidade foi elencada através da visão cristã, que marcou a profissão com os traços da prioridade vocacional, em relação à escolha da profissão e pela forte presença do militantíssimo católico. A visão cristã do “homem”, tanto no período escravista, como pós-abolição, se embasou no racismo científico, na lógica de inferioridade da população negra.

Nesse cenário político e social, o Serviço Social surge como uma estratégia da burguesia e da Igreja Católica – que objetivava recuperar o seu poder político. Essa vinculação do Serviço Social com a Igreja Católica, ao compreender a reprodução e produção do racismo pela mesma, orienta a necessidade de analisar a relação do Serviço Social com a população negra. A Igreja passou a incorporar as mulheres²⁰ católicas da burguesia média, para intervirem nas expressões da “questão social” embasadas na doutrina social cristã e impulsionar as ações de parte das frações da burguesia industrial, nos trabalhos realizados pelo CEAS²¹ junto aos operários.

¹⁹ Yazbek (1999, p. 22) destaca que “os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista, por Jacques Maritain, na França, e pelo Cardeal Mercier, na Bélgica, tendo em vista aplicá-lo às necessidades de nosso tempo”.

²⁰ Cisne (2005) pontua que o surgimento do Serviço Social é marcado por fenômeno social de marca feminina. Pois “essa marca feminina é aqui compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho” (CISNE, 2015, p. 52-53).

²¹ Trata-se do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, trata-se de uma manifestação original do Serviço Social no Brasil, o seu surgimento é datado de 1932. É a condensação da necessidade sentida pelos setores da Ação Social e Ação Católica. “Seu início oficial será a partir do “Curso Intensivo de Formação Social para

É decorrente dos estudos e ações do CEAS que em 1936 é criada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social de São Paulo, que em 1947 é integrada a PUC-SP. Essa institucionalização da formação profissional de Serviço Social era entendida como uma especialização da ação da Igreja, em prol de formar esse tipo de profissional que estava sendo demandado pelo mercado. A formação desses profissionais era uma continuidade do que se era realizado pela Igreja Católica através do CEAS (CARDOSO, 2013; IAMAMOTO, 1985).

A Igreja Católica, como a responsável pela formação profissional dos assistentes sociais, na gênese da profissão, lhe conferiu os seus valores e princípios expressando na profissão um caráter conservador e humanista. A formação profissional nos primórdios da profissão esteve vinculada ideologicamente “[...] a defesa do projeto social vigente, construindo, assim, um projeto profissional conservador estreitamente vinculado aos interesses sociais da burguesia e da Igreja Católica” (CARDOSO, 2013, p. 115).

O primeiro projeto profissional, que não se materializou apenas no trabalho do assistente social, mas também na formação profissional, é denominado de projeto tradicional do Serviço Social brasileiro. A primeira elaboração do *dever ser* profissional é embasada no pensamento conservador, que carregou no seu bojo a defesa da tradição, da família, da hierarquia, da ordem e da moral cristã. Além disso, cabe ressaltar aqui, a naturalização em relação à população negra, nesse primeiro momento do Serviço Social (FERREIRA, 2010).

Quando se fala de naturalização, aponta-se para a necessidade de refletir sobre a formação sócio-histórica do país. O marco de surgimento do Serviço Social e da primeira escola em São Paulo, não por acaso, é também, de acordo com Fernandes (2017), a organização dos movimentos negros²², entre as décadas 1930 e 1940, para enfrentar as barreiras sociais e raciais, que a população negra vinha sofrendo.

Ferreira (2010) afirma que na gênese do Serviço Social brasileiro, as/os assistentes sociais possuíam um programa de ação que não tinha base para, de fato, conhecer a realidade brasileira, principalmente no que se refere à população negra, assim como o passado escravista do país. A intervenção profissional das/os assistentes sociais, no período emergente

Moças” promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho, para qual fora convidada Mlle. Adèle Loneux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas” (IAMAMOTO; CARVALO, 1985, p. 172).

²² Fernandes (2017, p. 31) pontua, em relação a organização dos movimentos negros, que “o protesto negro se corporificou e floresceu na década de 1930, irradiando-se pouco além pela década subsequente”. O autor pontua que esse protesto negro – organização dos movimentos negros – foi consequência do sufocamento da indiferença dos brancos – que acessavam todos os recursos da sociedade e do mercado de trabalho –; assim como, pela precarização da condição humana da população negra; e ganha mais impulso pela intolerância e violência do Estado Novo, esvaziando todo o conteúdo do que deveria ser estrutural em uma democracia.

do Serviço Social, foi voltada para “intervir nas sequelas da “questão social” com o principal objetivo de conter, através de políticas públicas (predominantemente), as tensões específicas entre capital e trabalho” (BONFIM, 2015, p. 109). Nota-se, de acordo com Ferreira (2010), que esse programa de ação das/os primeiras/os assistentes sociais, possuía como eixo norteador, a busca por conhecer os problemas reais, ou seja, ter uma visão da realidade crua da pobreza brasileira, que recaía sobre as costas (e/ou estômago) da grande massa da população, mas sem levar em consideração os determinantes raciais, essa tentativa se esvaia no ar.

A formação das/os primeiras/os assistentes sociais estava direcionada para como as/os trabalhadoras/es deveriam ser, e não como eram. A formação que a Igreja Católica oferecia, teve, com efeito, a naturalização da situação social da população negra, em uma lógica de tentar adaptar a uma concorrência desigual nas esferas econômica, política e social, sem levar em consideração os determinantes que condicionavam essa população na situação em que estavam. O esforço aqui não é jogar a culpa da situação da população negra para o Serviço Social. Como aponta Oliveira (2017), a transição do trabalho escravista para o assalariado, possuía (e possui) como elemento estrutural o racismo, que faz parte da formação do Brasil. O objetivo é demonstrar como as bases de formação, destinadas pela Igreja Católica, levando em consideração o seu papel no escravismo e na naturalização da desigualdade racial, foi absorvida pelo Serviço Social no seu surgimento.

Essa tentativa de adaptação, no trabalho das/os primeiras/os assistentes sociais, ignorando as condições das/os trabalhadoras/es, pode ser observada nos currículos da primeira Escola de Serviço Social, ou seja, as bases reflexivas que sustentaram essa profissão na sua origem. Nessa linha, Cardoso (2013, p. 117-118) aponta que:

[...] nota-se a compreensão da profissão vinculada a aspectos da natureza e morais, bem como a necessidade de aprender os elementos das ciências biológicas para a intervenção social em coerência com a referência positivista sob a qual a explicação dos problemas sociais era colocada nos ditos desajustes e problemas emocionais e/ou biológicos. Vemos, nessa direção, o ensino de disciplinas como psiquiatria, psicologia, anatomia, higiene, higiene pré-natal, puericultura, obstetrícia, moral, religião, psicologia, entre outras.

Pode-se constatar que essa formação visava oferecer para as/os formandas/os as bases científicas e teóricas para que essas/es pudessem ser capacitadas/os para compreenderem a realidade social, tendo a visão voltada para a normalidade da sociedade e para as ditas disfunções, perturbações e patologias. Essa formação profissional entendia que os sujeitos eram desajustados e, que deveriam ser compreendidos individualmente, e assim sendo, as

expressões da “questão social” podiam ser compreendidas como perturbações e/ou patologias, e entendendo essas, a/o assistente social poderia intervir em prol da cura dos desajustados, possibilitando a adequação à sociedade. Destaca-se que essa intervenção profissional tinha por base os princípios e valores conservadores da cristandade (CARDOSO, 2013).

Yazbek (2000) sustenta que a relação desenvolvida entre a profissão e o ideário católico, no emergente Serviço Social na expansão e secularização do sistema capitalista, resultou no Serviço Social ter um caráter apostolado. Nesse sentido, fundou-se uma abordagem da “questão social” como um problema moral e religioso, tendo a sua intervenção profissional alicerçada na lógica da formação da família e do indivíduo, na busca por solucionar os problemas e as necessidades morais e sociais. O Serviço Social emergente terá o seu trabalho voltado para os valores e comportamentos da sua “clientela”, em uma tentativa de integrá-los à sociedade capitalista competitiva, mas sem levar em consideração os apontamentos da própria realidade, passada e presente, naturalizando e culpando os indivíduos pela sua situação social.

Nota-se que, o conservadorismo católico que permeou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 1940, pelo contato com o Serviço Social estadunidense, passa a assumir um caráter tecnicista, onde a sua intervenção passa a ser pautada pelo caráter conservador da teoria social positivista (YAZBEK, 2000). Constata-se que o espírito positivista transformou as indagações sobre as diferenças humanas em objetos científicos. Almeida (2018) argumenta que foi a partir do positivismo que se estabeleceram o determinismo biológico e o determinismo geográfico, para tentar explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças, ou seja, entre negros, brancos e indígenas.

Portanto, a teoria positivista compreendia que a pele negra ou não-branca “[...] e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. [...] Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 23) permeou as relações sociais nas primeiras décadas do século XX. A teoria positivista que embasou a formação profissional e foi objetivada no trabalho das/os assistentes sociais, levou no seu bojo o racismo científico e as práticas discriminatórias embasadas nos valores da própria Igreja católica.

A formação profissional das/os primeiras/os assistentes sociais, influenciadas/os pelo acúmulo teórico racista da Doutrina Cristã, desconsiderou o processo de abolição e marginalização da população negra. A origem do Serviço Social brasileiro, além da sua vinculação com o ideário social católico, também exprime a naturalização da desigualdade

racial. Isso se explica pela ausência de insumo teórico que pudesse compreender a realidade concreta do Brasil, mas também a absorção da formação social brasileira nas suas primeiras formações profissionais.

Conclui-se, que o passado recente do país, foi a base da formação do sistema capitalista brasileiro e, possibilitou que o racismo tornasse um eixo estrutural, que passou a ser institucionalizado pelo Estado. Nesse sentido, o Serviço Social em sua gênese não ficou isento de ser influenciado, como a sociedade e as instituições públicas e privadas, pelo racismo e seus mecanismos de produção e reprodução. Para ter uma apreensão de como a formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, pode ser um espaço de reflexão e combate ao racismo institucional, é necessário priorizar o sistema escravista como objeto de análise. Desta forma, é possível se aproximar da formação das relações sociais e raciais, compreendendo como a população negra foi inserida no regime escravista e, posteriormente, no sistema capitalista. É um exercício teórico, sem a pretensão de esgotar o debate, mas de aproximação com a relação estabelecida entre o Serviço Social, o Estado e a população negra, no que se refere a formação do modo de produção capitalista e das relações sociais e raciais.

Capítulo 2 – Formação acadêmico-profissional em Serviço Social: entre o enfrentamento ao racismo e a manutenção das relações raciais desiguais

Dizem que depois da abolição a população negra se tornou cidadã.

Quem acreditou nisso?

Na tal da cidadania plena?

Quem já experimentou? Qual é o sabor?

Dizem por aí que não somos um país racializado,
 Mas uma nação sem cor,
 Com deus (desde sempre) acima de todos,
 Que não livrou a população negra da fome, da miséria da violência, muito pelo contrário:
 É pão no céu e fome na terra!
 Que bela contradição!²³

Esse capítulo tem o objetivo de demonstrar, teoricamente, como o Serviço Social tem lidado com a temática étnico-racial, destacando a relação com a população negra e, as possíveis interferências do racismo institucional. Parte-se da concepção de que o racismo existe e que faz parte da estrutura da sociedade capitalista brasileira. Assim sendo, o Serviço Social, enquanto profissão interventiva, não poderia passar ileso das reproduções e produções do racismo, por isso, tornou-se necessária essa pesquisa sobre a relação do Serviço Social brasileiro com a questão racial.

Busca-se demonstrar como, historicamente, os projetos profissionais do Serviço Social, vinculados aos projetos societários, sofreram influências do racismo no dever ser profissional. O intuito não é criminalizar o Serviço Social, mas proporcionar elementos reflexivos para uma autocrítica profissional, um reconhecimento de que, pelo simples fato, do racismo ser estrutural, estruturante e institucional, essa profissão pode tanto reproduzir e produzir o racismo ao naturaliza-lo, como também pode oferecer elementos para contribuir no combate ao racismo.

A temática étnico-racial não é uma novidade para a categoria, mas pelos processos de consciência racial, que alinhado ao mito da democracia racial²⁴, invisibilizou essa temática no século passado, confronta-se com grandes desafios na contemporaneidade para absorver e apropriar dessa temática como requisito da formação acadêmico-profissional e no trabalho das/os assistentes sociais.

²³ Trata-se de um trecho do poema “Não tentem ocultar a história do Brasil” de autoria de Leonardo Dias Alves. Esse poema foi escrito inspirado na pesquisa que deu estruturação para essa dissertação.

²⁴ Fernandes (2017) afirma que os mitos servem para esconder a realidade, porém expõem ao mesmo tempo a realidade íntima de uma sociedade. O que deu fundamentação para o mito da democracia racial brasileira foi a ilusão de um regime escravista brando e humanizado por conta da influência da Igreja. Porém, Pós Abolição, a população negra foi descartada como se fossem “bagaço do antigo sistema de produção” do novo mercado de trabalho – já que a mão de obra não era mais oriunda do comércio de carne humana. O mito da democracia racial é um vasto pano de fundo que se expressa como “[...] um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis” (FERNANDES, 2017, p. 30). Trata-se de uma falsa consciência – como já foi desenvolvido aqui – que tem por objetivo ocultar a realidade concreta que permeia as relações raciais. Resulta em uma simplificação dos antagonismos e conflitos que são produzidos pelo racismo. Mascara-se o complexo dos privilégios, padrões de comportamentos e valores racistas. Bernardino-Costa (2016) destaca que esse mito serviu de modelo para todos os países e continentes, que possuiu como características tornar a raça como irrelevante para analisar como são constituídas as chances e oportunidades para a vida dos cidadãos na sociedade capitalista.

São desenvolvidos apontamentos sobre a formação acadêmico-profissional, do qual o intuito é demonstrar que essa formação é um espaço de disputa. Mostra-se como o sistema capitalista solicita profissionais tecnicistas, com conduta robótica e reprodutores alienados de conhecimentos adquiridos no processo de formação profissional. Busca aqui demonstrar que a formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro é crítica, e a temática étnico-racial e o combate ao racismo tem lugar nesse processo, e a ausência desses debates podem gerar lacunas quase irreparáveis no âmbito da profissão.

O currículo mínimo, aqui, é interpretado como um instrumento de poder, qual a finalidade é definir um perfil profissional. Não se trata de uma alegação vazia, mas de uma afirmação histórica e pautada nos avanços que a profissão adquiriu com o Projeto Ético-Político. Esses avanços permitem que sejam elaboradas novas questões para o Serviço Social, inclusive a necessidade da centralização da temática étnico-racial nos currículos dos cursos de Serviço Social no Brasil. Investiga-se as possíveis influências do mito da democracia racial na formulação dos seus projetos profissionais do Serviço Social Brasileiro – principalmente aqueles construídos sob a vertente conservadora. Esse mito, que tem como pano de fundo uma ideologia racista, criou nos processos de consciência social, a ideia da não existência do racismo, que no Brasil não existia tensionamentos raciais, mas que se tratava de um paraíso racial.

Esse capítulo é situado no tempo e no espaço, na conjuntura histórica que a profissão esteve inserida, nas teorias que influenciaram a formação profissional, mas, além disso, mostra que o Serviço Social é uma profissão essencial para o combate ao racismo em todas as esferas da vida social. A proposta desse capítulo não é esgotar esse debate, pode, inclusive, ser interpretado como notas breves, como apontamentos iniciais, como contribuição para desenvolvimentos mais elaborados. Portanto, a construção desse capítulo traz no seu bojo apontamentos históricos e contemporâneos, como válvulas reflexivas da realidade construída pelas relações raciais. O capítulo encontra-se organizado em três tópicos, divergentes e convergentes, mas que possuem o mesmo fio condutor: a formação acadêmico-profissional como um dos espaços de enfrentamento e combate ao racismo.

2.1 Projetos Profissionais do Serviço Social brasileiro: apontamentos sobre a relação com o Estado e o Racismo Institucional

2.1.1 Formação acadêmico-profissional e a consciência racial crítica: os desdobramentos na consciência profissional do Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão compreendida como uma ramificação da especialização do trabalho coletivo, tendo o assistente social como o seu profissional especializado, inserido na divisão social e técnica do trabalho²⁵ (GUERRA, 2003; IAMAMOTO, 2012). Iamamoto e Carvalho (1985, p. 71) observa que essa profissão é “[...] um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”. Percebe-se que as classes sociais e as reproduções sociais são categorias necessárias para compreender as demandas que se apresentam para o Serviço Social brasileiro.

Iamamoto (1985) reitera que as reproduções sociais não se limitam apenas à reprodução da força viva de trabalho e dos meios que objetivam a produção – ou seja, os instrumentos de produção e as matérias-primas. Pelo contrário, a autora reforça que a noção de reprodução abrange-os como elementos substâncias do processo de trabalho. As reproduções sociais ultrapassam esse limite e, de certa forma, englobam a produção, o consumo, a distribuição e as trocas de mercadorias. Convém apontar que a noção de reproduções sociais:

Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídica, religiosa, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 1985, p. 72).

As formas de consciência social, como parte que integra a noção de reproduções sociais, direcionaram-se para uma questão muito pontual: a raça e o racismo como elementos que perpassam pelas formas de consciência social. Antes de adentrar no processo de formação das consciências sociais vinculadas à raça e ao racismo, que é um debate necessário para compreender o processo de formação acadêmico-profissional, é essencial discorrer sobre o processo de consciência.

²⁵ O trabalho é compreendido como social – aqui não se trata exclusivamente do Serviço Social – porque referencia-se ao lugar em que cada trabalhador está localizado no processo de produção e reprodução, ou seja, na divisão das classes sociais: burguesia e proletariado. O trabalho, na sociedade capitalista, será compreendido como técnico por se referenciar ao tipo de trabalho que é realizado, ou seja, material ou intelectual. Significa, essencialmente, o lugar que determinada profissão ocupa na especialização do trabalho coletivo, e isso determina o seu lugar nas classes sociais. Indica-se, nesse aspecto, o tipo de preparação que é necessária para a realização da atividade, o que é determinado pelo nível de formação, de conhecimento e de habilidades, que são requisitos para a realização da atividade (CARDOSO, 2013; IAMAMOTO, 1985; IAMAMOTO, 2012).

Iasi (2011) compreende o processo de consciência, ainda que de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético. Pontua-se que, o movimento que resulta no processo de consciência, necessariamente, transporta no seu bojo, em todos os momentos, os elementos que proporcionam a sua superação, ou seja, as formas que incluem as contradições dos processos de consciência dos seres humanos. Nesse caso, quando esse processo amadurece, gera o processo de consciência para novas contradições e formas de ver/interpretar a realidade concreta. Portanto, “[...] o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos” (IASI, 2011, p. 12). O processo de consciência é parte integral do processo de formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais. É nesse momento, que tais profissionais – assistentes sociais – entram em contato com os fundamentos históricos, teóricos, éticos e metodológicos que revelam a autoimagem da profissão. Entende-se que essa formação envolve saltos e recuos, que se relacionam com a consciência social que permeia pela sociedade, como resultado de contatos com religiões, ideologias e culturas, que entram em confronto, com os fundamentos da formação acadêmico-profissional.

As formas de consciência social, bem salientadas por Iamamoto (1985) vinculadas à análise de Iasi (2011), permite que se elabore a seguinte indagação: Como é possível que as/os assistentes sociais, no processo de formação acadêmico-profissional, possam captar a movimentação das relações raciais? A resposta aparente, sem descartar a profundidade que a envolve, indica para o aprofundamento, no cenário do ensino, pesquisa e extensão, da temática étnico-racial, principalmente sobre o racismo. Esse aprofundamento permite que no cerne da formação dos quadros técnicos do Serviço Social, as/os suas/seus profissionais em formação tenham insumos para intervir na realidade social que é impregnada pelas relações raciais. Considera-se que é essencial:

[...] entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. [...] só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações (IASI, 2011, p. 12).

As formas de consciência social permitem que o processo de consciência racial se desenvolva na sociedade capitalista. O que isso significa? Que conforme as relações raciais surgiram e se desenvolveram, naturalmente, produziram uma forma específica de consciência: a racial. Parafraseando Iasi, a consciência racial não “é”, mas “se torna”. Ela é decorrente dos processos socioeconômicos e históricos que conotam a formação social do Brasil, como

também faz parte das relações conflituosas e antagônicas que se desenvolvem antes e na atual sociedade capitalista brasileira.

Para uma maior aproximação com o processo de consciência racial, é necessário compreender o que é denominado de consciência negra – como uma das formas de consciência racial. Para tal compreensão é fundamental estabelecer um diálogo entre Nelson Fernando Inocencio da Silva (2001) e Steve Biko (1990). Silva (2001) trabalha a compreensão da consciência negra no Brasil, através dos cartazes que materializavam a luta antirracista brasileira. Biko (1990) é um dos fundadores do Movimento da Consciência Negra, movimento que é fruto da luta do movimento estudantil Sul-africano, contra o racismo na modalidade de *Apartheid* na África do Sul, entre as décadas de 1960 e 1970. O objetivo central do Movimento da Consciência Negra era de capacitar e mobilizar grande parte da população negra urbana contra essa modalidade cruel do racismo, o *Apartheid*.

Silva (2001) embasou-se na obra de Biko (*I Write What I Like* – Eu Escrevo o Que Eu Quero), pois essa obra é a primeira a elaborar a definição de consciência negra. O autor, ao abordar a consciência negra, em seu aspecto político, ressalta que não parte de uma experiência particular e individualizante. A sua abordagem parte das relações sociais materiais que são oriundas dos processos históricos que perpassam a formação social do Brasil. Afirma-se que assim é possível abranger “[...] essa consciência inserindo em nossas relações materiais a componente racial” (SILVA, 2001, p. 13). Em linhas gerais, a consciência negra permite que a população negra reaja contra o racismo e os seus produtos na sociedade brasileira, e no que tange a consciência racial. Quando a consciência racial assume o aspecto crítico, permite que os agentes sociais possam ter uma compreensão abrangente das dinâmicas que são operadas pelas relações raciais.

A Consciência Negra é um conceito revolucionário, pois permite que a população negra saia do lugar da não história ou do não pertencimento social, e se perceba como agente de transformação da sua realidade concreta. Porém, cabe pontuar, que não se trata de um conceito pautado na meritocracia, ou em uma transformação social individual. Trata-se de uma consciência individual-coletiva, que tem como característica uma noção que engloba um grupo de pessoas que é diferenciado – inclusive de forma discriminatória – pelo Estado.

Como observado, falar de racismo, de relações raciais e de consciência negra, automaticamente se encaminha para o nó dessas questões: o sujeito negro²⁶. É nesse sentido que Biko (1990) apresenta dois pontos²⁷ para pensar o sujeito negro:

- 1 - Ser negro não é uma questão de pigmentação, mas o reflexo de uma atitude mental;
- 2 - Pela mera descrição de si mesmo como negro, já se começa a trilhar o caminho rumo à emancipação, já se está comprometido com a luta contra todas as forças que procuram usar a negritude como um rótulo que determina a subserviência (BIKO, 1990, p. 65).

Biko (1990) indica que a expressão “negra” não significa abrangência. Longe disso, “[...] o fato de sermos todos não brancos não significa necessariamente que todos somos negros” (BIKO, 1990, p. 66). Essa ressalva é essencial para captar o movimento desigual que envolvem brancas/os e negras/os no Brasil e no Mundo. Mas, Biko antecede essa explicação para apresentar a definição de consciência negra como:

[...] a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem a uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do “normal”, que é ser branco. [...] Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, sua religião e sua maneira de ver a vida (BIKO, 1990, p. 66).

Essa concepção mostra que as diferenças estruturais, diretas ou indiretas, orquestradas pelo racismo, podem ultrapassar as fronteiras impostas pelo mesmo, mas, principalmente, pela via da consciência racial crítica. A consciência negra permite que, mesmo inseridos em um processo perpetuo de marginalização, a população negra consiga extrair elementos que, antes, eram marcas de dor e de auto ódio, e que no processo de consciência são ressignificados e utilizados como elementos de luta contra a opressão racista.

Moura (1977) utiliza-se dos termos classe em si e para si, derivados do conceito de classe social, para explicar as categorias grupos diferenciados e específicos. Diferenciados pela marca visível da cor da pele, o que insere esse grupo em uma desigualdade estrutural em relação ao grupo branco. Específicos por tomarem consciência de que essa desigualdade é fruto do racismo, de um peneiramento social que é praticado institucionalmente pelo Estado, e que transforma essas dores – violência, desigualdades, dentre outros – em símbolos de resistência e luta.

²⁶ Usa-se “o sujeito negro” mas não é limitado ao homem, é uma tentativa de conseguir denominar quem são os sujeitos que perpassam por essa categoria social. Trata-se do homem, da mulher, da criança, LGBT’s, dentre outros, para pensar uma população.

²⁷ Esses dois princípios foram apresentados no Manifesto político do Movimento da Consciência Negra, onde define o negro como uma unidade na luta pela realização de suas aspirações (BIKO, 1990).

O esquema proposto por Moura se relaciona com a definição de Consciência Negra de Biko, pois a relação de consciência de si e para si, é um elemento básico da consciência negra e racial crítica. A população negra tem consciência de que é de fato um grupo diferenciado e, essa diferenciação se acentua na sociedade competitiva capitalista. As oportunidades são diferentes entre os negros e os brancos. A questão é centralizada em quem detém o poder social, econômico e político.

A população negra ao perceber, dentro das relações sociais e raciais, que o fato de ser negra é utilizado como justificativa para ser diferenciada dos demais grupos, pode desencadear dois processos, que podem ser facilmente descolados para os aspectos psicológicos e comportamentais, porém, essa diferenciação não fica apenas no campo psicológico, se enraíza por todas as esferas que compõem a sociedade. O primeiro processo, que é decorrente da educação, da política, da religião e da cultura vigente na sociedade, é o auto-ódio, a culpabilização ensinada desde a infância, de que a sua situação social é culpa sua e resultado de um processo individual. O segundo processo, é a percepção de que o tratamento e a situação diferenciada é resultado do racismo, e em um processo longo e cotidiano, esse grupo passa a ressignificar as ditas marcas de Cam, e passam não apenas a denunciar o racismo, mas a lutar contra ele em todas as esferas da vida social.

Esses processos são divergentes, enquanto processo de consciência, ou seja, um não pode existir junto com o outro, mas trata-se de um processo contínuo. O racismo como uma arma ideológica (MOURA, 1994) interfere na consciência social e racial, gera uma abstração que tenta eliminar as relações raciais, em uma tentativa equivocada de eliminar os antagonismos e conflitos produzidos pelo próprio racismo, e reduzir tudo em conflitos entre classes sociais. Porém, é necessário pontuar que:

O racismo nunca é um elemento acrescentado, descoberto ao sabor de uma investigação no seio dos dados culturais de um grupo. A constelação social, o conjunto culturais, são profundamente remodelados pela existência do racismo.

Diz-se corretamente que o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade (FANON, 2019, p. 68).

D'Adesky (2009) afirma que as estruturas das populações humanas são extremamente complexas. Por esse motivo, o processo de consciência negra é complexo, assim como também é o processo de formação da consciência racial de forma geral. A noção de raça, que pode oferecer insumo, tanto para a construção da consciência racial – principalmente a negra

–, assim como para captar o movimento das relações raciais, não é envolta na perspectiva de raças humanas biológicas e/ou genéticas. Por isso, é importante frisar que

A história da humanidade confirma a inconsistência da noção de raça pura. Misturas biológicas são a constante. Do ponto de vista da genética, não existe raça branca ou negra. Não existe raça ariana ou latina. Também não existe raça brasileira. Os povos nunca cessaram de se misturar uns aos outros. Daí a evidente diversidade dos tipos físicos que formam a população mundial (D'ADESKY, 2009, p. 45).

Porém, um fato evidenciado é que a raça se constituiu como um nó dentro das relações humanas. De fato, a noção de raças humanas biológicas – ou até mesmo a inferioridade genética – é expressão do racismo para justificar as desigualdades raciais interclassistas entre as/os trabalhadoras/es. A raça "[...] permanece sendo um elemento maior da realidade social, na medida em que emprega, a partir de características físicas visíveis, formas coletivas de diferenciação classificatória e hierárquica [...]" (D'ADESKY, 2009, p. 46). A raça é utilizada como elemento de diferenciação social, o que pode acarretar, por exemplo, em discriminação e exclusão.

A raça é, portanto, uma dimensão que se materializa na vida social (BERNARDINO-COSTA, 2016), qual relaciona-se de forma visceral com as classes sociais. Entende-se que a raça é “[...] um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2018, p. 24). Anular o papel social da raça é contribuir com a reprodução do racismo, mas também corrobora com o bloqueio da consciência negra, fortalecendo uma consciência racial que reduz todos, de forma limitada, em apenas brasileiros, em uma abstração das subjetividades que se constituem com a presença das classes sociais e da raça.

A raça exerce um papel essencial nas relações sociais, de delimitar as posições nas classes sociais, na sociedade, no mercado de trabalho e no acesso às políticas públicas e sociais, assim como também, nos serviços sociais. Sobre esse assunto, que se constitui como uma ideologia de anulação e segregação racial, Nascimento (2016, p. 94) destaca que

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado, exatamente por causa de sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro.

Pode-se observar a complexidade que é a existência das relações raciais, mas ao mesmo tempo, essas relações são tratadas como invisíveis. É o resultado primoroso do mito da democracia racial, bem difundido por Freyre, na sua obra principal *Casa Grande &*

Senzala. Nessa obra o escravismo mercantil foi tratado como benéfico, como benevolente, na perspectiva de relações raciais harmônicas, no período escravista e pós-abolição. Porém, o que essa ideologia do mito da democracia racial ofereceu, de fato, foi uma falsa consciência racial.

Fernandes (2017, p. 30) pontua que:

Colocando-se a ideia de democracia racial dentro desse vasto pano de fundo, ela expressa algo muito claro: um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamentos e “valores” de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca” [...].

O objetivo dessa exposição é demonstrar uma parte da realidade concreta que é invisibilizada, tratada como menos importante, como trivial, como experiência pessoal. A anulação da questão racial tem atrasado o avanço no debate da luta antirracista. E é nesse ponto que o Serviço Social é chamado a intervir, não como responsável único, mas como profissão que se relaciona diretamente com essa população. Por esse motivo, a relação Serviço Social e Racismo precisa ser evidenciada.

Situar o Serviço Social brasileiro como elemento que participa das reproduções das relações de classes, acarreta, inevitavelmente, em considerar as particularidades que reside no processo de formação do capitalismo e de como a população negra foi e é tratada no país. Seria impossível desconsiderar o passado colonial e escravista do Brasil, inclusive, como as relações raciais se fortaleceram e ampliaram-se no processo de transição sem ruptura do trabalho escravista para o assalariado. As classes sociais e as raças/etnias são elementos de formação e continuidade do desenvolvimento do Brasil, uma análise unilateral – ou seja, só classe ou só raça – não permite compreender a dinâmica das relações sociais no Brasil.

A formação acadêmico-profissional é um lócus de desenvolvimento da consciência profissional, que consiste no conteúdo apreendido no ensino, extensão e pesquisa. Porém, a consciência profissional é uma das consciências sociais que se apresentam nas relações sociais. No âmbito de formação de quadros técnicos do Serviço Social, os aspectos e determinantes da raça, do racismo e das relações raciais devem ser centralizados como essenciais para o fortalecimento do PEP. Portanto, ao levar esses elementos em consideração, o Serviço Social cumpre a missão de propor reflexões sobre a vinculação do projeto profissional se relacionar com a opção pela construção de uma nova ordem social, que vise a eliminação de todas as formas de dominação, exploração e opressão, que se inscreve o

racismo. No âmbito da formação acadêmico-profissional, o desenvolvimento da consciência racial crítica é um direcionamento ético-político.

2.1.2 Formação acadêmico-profissional e os desdobramentos sócio-históricos das relações raciais no Brasil

A profissão de Serviço Social tem o seu surgimento pautado em uma sociedade cujo seu passado recente se desenvolveu através do perverso e cruel trabalho escravista. Em uma sociedade, que de forma direta e/ou indireta, permitiu que o racismo produzisse o acirramento dos antagonismos e conflitos que acoplam as relações sócio-raciais. Deve-se constatar que o processo de abolição do trabalho escravista não englobou um processo emancipatório da população negra, longe disso, culminou em um projeto institucional do Estado de marginalizar a população negra nas franjas maltrapilhas da sociedade capitalista. Esses apontamentos servem de base sólida para analisar como em seu surgimento, desenvolvimento e contemporaneidade, o Serviço Social brasileiro tem se comprometido com o combate ao racismo – principalmente o institucional – no âmbito da categoria profissional²⁸.

A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho são inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO, 1985). O que não poderia ser diferente, já que no modo de produção capitalista o trabalho é centralizado nessa divisão. Mas, não se pode negar que, existem conflitos e antagonismos – como elaborado nas linhas anteriores – que não surgem com ou decorrente do capitalismo e, pode-se supor que mesmo com a sua superação, esses conflitos e antagonismos podem permanecer em outra forma de produzir e de se relacionar socialmente.

Os eixos estruturantes da sociedade capitalista – o racismo, o sexismo e o patriarcado – determinam como as classes e os grupos sócio-raciais vão se relacionar no modo de produção e de vida que é imposto por esse sistema. A luta de classes é um dos palcos dos antagonismos e conflitos raciais – é o resultado possível de uma sociedade que a sua antecessora foi uma sociedade escravista mercantil. Assim, pode-se “[...] afirmar que o fator raça/cor é determinante para a exclusão ou inclusão dos indivíduos” (ALMEIDA, 2015, p. 313). Por esse motivo, ao considerar a importância das classes sociais para o Serviço Social brasileiro, deve-se buscar compreender como o racismo orquestrou a divisão das classes sociais.

²⁸ Nesse caso trata-se dos espaços formativos, ou seja, a formação acadêmico-profissional e a formação continuada.

Em relação ao período de formação da classe trabalhadora na sociedade capitalista brasileira e o papel do racismo, Gomes e Domingues (2013, p. 19) realizam uma brilhante observação sobre a questão racial:

[...] se constituiu entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX uma verdadeira ideologia da desracialização ou não-racialização no Brasil, qual seja, a de que não se devia falar em raça ou racismo diante de uma ideal de igualdade e não diferenciação, embora se produzissem mecanismos, discursos e práticas de exclusão em termos raciais. Não há raça, mas há racismo (ou “preconceito de cor”); de outro modo, não existe diferença, mas há desigualdades. Certamente personagens, formas de pensar, políticas públicas e ideologias viveram (e ainda continuam a fazê-los) tais dilemas – sempre contraditórios e com nuances – diante de inúmeras questões.

É nítido que houve um processo de naturalização, através da “desracialização”, da situação econômica, política e social da população negra. O racismo teve como principal produto, nesse momento histórico, a exclusão compulsória da população da formação das classes trabalhadoras. Pode-se concluir que, a marginalização da população negra, além de cumprir a agenda política do pós-abolição, indica que o pano de fundo que permitiu a formação desigual das classes escravistas, não se rasgou com a abolição, só se alcançou, mas uma vez, o status institucional²⁹. Esse pano de fundo, sempre ausente de sujeitos, é o racismo.

A relação entre a classe trabalhadora e a população negra é remontada pela ausência de debates, ocasionada pela historiografia do trabalho social brasileiro, que não estabeleceu um diálogo entre o trabalho escravista e o trabalho assalariado. Em outras palavras, a história social do trabalho excluiu a população negra da classe trabalhadora brasileira. Como efeito primário, instaura-se um erro básico de análise da relação da classe trabalhadora, anula-se o grupo que foi, de forma institucional, precarizado, subalternizado e direcionado para os postos de trabalho não remunerados ou com baixa remuneração.

É possível observar que existe uma questão em aberto que:

[...] é o significado de classe social, ou o que pode constituir a razão de não se delinearem classes num processo de lutas de classe. Isso porque a história dos trabalhadores extrapola definições rígidas ou pré-noções generalizantes. Se a investigação empírica e a análise se detiverem na classe trabalhadora aferrada ao “sentido marxista clássico” (o operariado de carteira assinada, braços cruzados e macacão), estamos fadados a raramente encontrá-la. Em outras palavras, aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas podem ser, perfeitamente, fenômenos da história operária (GOMES; DOMINGUES, 2013, p. 31).

²⁹ Vale lembrar que Silva (2009, p. 28) aponta que desde o navio negreiro, o racismo institucional já aparecia bem saliente nas relações mercantis escravistas, nas palavras dele: “[...] as formas de racismo, institucionalizadas, eram as mais cruéis”.

Gomes e Domingues (2013, p. 25) orientam para a necessidade de que se aborde a classe trabalhadora brasileira para além da excludente perspectiva “[...] branca, fabril, de ascendência europeia, masculina e urbana”. Essa orientação cabe também para o processo de formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro, que requer a incorporação de mais elementos que remontam a realidade da classe trabalhadora e dos potenciais usuários do Serviço Social.

O Serviço Social brasileiro precisa captar a movimentação do real, do concreto, que reverbera na situação social da população negra. É importante retirar as vendas do mito da democracia racial, abrir os olhos para uma demanda antiga. O racismo pode agir de forma indireta, mas não surge como novidade, principalmente por cerca de mais ou menos 4 (quatro) séculos de escravismo da população negra no país. Cabe até uma indagação: Como é possível jogar 4 séculos de violência, opressão, exploração e dominação, assim como os desdobramentos contemporâneos das relações raciais, para “debaixo do tapete”?

O processo de consciência racial crítica permite que sejam feitos apontamentos acerca dessa realidade marginalizada. A questão racial é componente indispensável para a divisão das classes sociais. Nesse sentido, não é novidade – pelo menos para o Serviço Social – que a divisão das classes sociais pode ser observada através de duas movimentações básicas: compra e venda da força de trabalho. A dicotomia classe burguesa x classe trabalhadora é muitas vezes tratada sem as devidas mediações com a raça/etnia, o gênero e a sexualidade, que provoca um distanciamento da realidade concreta.

É correto afirmar que a classe burguesa – que em sua maioria é composta pelo grupo racial branco – é a detentora dos meios de produção e do capital, por isso torna-se essencialmente a compradora da força de trabalho, que por meio da superexploração do trabalho, possibilitará a extração de mais-valia, convertida em lucro. A classe trabalhadora – composta por pessoas negras e não negras –, detentora apenas da força de trabalho, é quem essencialmente oferece e vende a sua força de trabalho. A relação entre a classe burguesa e a trabalhadora é centralizada na dependência, quase que natural, do movimento de compra e venda da força de trabalho. Em resumo, a classe burguesa, é a empregadora que se utiliza do mercado de trabalho para empregar trabalhadores, para assim obter meios de sobreviver na sociedade capitalista competitiva.

O movimento da força de trabalho do proletário é responsável pela produção de mercadoria, que no ato de serem comercializadas reverte-se em lucro para a classe burguesa (IAMAMOTO, 2012). Nota-se, que essas duas classes sociais participam do processo de

construção da riqueza coletivamente produzida, porém a sua distribuição é totalmente desigual, isso significa que a classe burguesa branca se apropria da grande parcela da riqueza socialmente produzida. O processo de produção do trabalho, que pode ser material ou intelectual é constituído na divisão da realização das atividades.

A divisão do trabalho – que junto com a linguagem, a cooperação e o próprio trabalho, são componentes da constituição do ser social (MARX, 2013) – é constituída com a burguesia no comando e na disponibilização dos meios de produção, essenciais para a realização do trabalho. A classe trabalhadora vende o seu tempo e a sua força de trabalho para produzir mercadorias, que é convertida em riqueza social para a burguesia, em prol de um salário. Cabe ressaltar que “o trabalho, portanto, se constitui como modelo de toda a práxis social” (BONFIM, 2013, p. 227). Porém, esse processo se complexificando com os avanços das relações entre os seres humanos. Oliveira (2017, p. 21) observa que

[...] o ser humano tem como característica singular a produção de bens, artefatos e riquezas com as quais estabelece uma relação mediada e de controle sobre a natureza e esta produção tem um caráter coletivo. Com base nesses formatos de relações de produção, é que se estabelecem as características das relações sociais.

O processo de produção de bens é marcado pelas desigualdades de classe, ou seja, não se realiza ausente dos conflitos e antagonismos que estruturam a sociedade capitalista brasileira, como é o caso do racismo. Oliveira (2017, p. 21) justifica que “[...] entender o racismo no Brasil implica, necessariamente, compreender como se estabelecem os mecanismos de produção material interna no país [...]”. Logo, a análise contemporânea do racismo não pode ser deslocada do sistema capitalista, pois a sua produção e reprodução se dá na sociedade capitalista, no cerne das lutas de classe. Mas, o racismo não é fruto da luta de classe, mas eixo estruturante dela. Em função disso, Almeida (2018, p. 145) reforça:

A divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista, tem o racismo como veículo importantíssimo. E negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade.

O racismo, dentro do sistema capitalista, evidentemente, não pode ser abordado enquanto uma “questão lateral”, no sentido dele ser dissolvido na concepção de classe (ALMEIDA, 2018). O racismo não pode ser confundido como um mero produto das lutas de classes, mas como um eixo estrutural e estruturante que regula a luta de classes, e define a vida social dos grupos sociais e raciais. Por esse motivo, analisar os impactos no racismo, de certa forma, encaminha para o processo de formação das profissões. As profissões são

compreendidas como uma forma de organização e controle do trabalho, ou seja, as profissões vão determinar, não somente, como a divisão social do trabalho vai se estruturar. Cardoso (2013, p. 71) ressalva que

A maneira como cada profissão estará inserida nessa divisão, terá a ver, portanto, com as demandas históricas e políticas que lhe são postas diante dos interesses do capital, tendo também, em nosso entender, a ver com a maneira como cada profissão se organizará para responder a tais demandas diante dos distintos níveis de consciência que seus agentes terão sobre a funcionalidade que a profissão tem para o modo de produção dominante.

Esse debate pode soar estranho em relação ao Serviço Social, mas é necessário situar a conjuntura atual com os processos históricos que encaminhou para ser o que ela é hoje. O Serviço Social é regulamentado enquanto uma profissão liberal³⁰, que para a realização das suas atividades, é requerido um nível de formação acadêmico-profissional e de registro no Conselho Regional de Serviço Social. O profissional – assistente social –, enquanto quadro técnico da profissão é dotado de uma relativa autonomia na condução do seu trabalho profissional. Para tal, tornou-se necessário a criação e regulamentação de estatutos legais e éticos para o desenvolvimento do trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2012).

Porém, na sociedade capitalista, o trabalho assalariado é central na divisão social e técnica do trabalho. Essa característica assalariada permite, dentro de uma conjuntura de pobreza e desemprego estrutural, suprir as necessidades básicas humanas. A/o assistente social é inserida/o na lógica capitalista de compra e venda da sua força de trabalho especializada, para diferentes empregadores. Esse profissional se depara com as determinações inerentes ao mercado de trabalho capitalista. Um dos principais empregadores das/os assistentes sociais é o Estado, nas suas distintas esferas de poder, mas que não se restringe somente a ele, tendo também as instituições privadas e empresarias. Pode-se ressaltar que:

[...] as demandas colocadas ao Serviço Social [...] se apresentam cada vez mais complexas, principalmente na conjuntura atual de acirramento da “questão social” que atinge duplamente estes profissionais: 1) através da precarização das condições de vida e trabalho dos usuários do Serviço Social; e 2) na precarização das condições e relações de trabalho dos próprios assistentes sociais. Além destes dois elementos, é importante destacarmos outras questões que têm implicações diretas no âmbito do trabalho profissional: de um lado, uma tendência à focalização das políticas

³⁰ “O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do “público ou clientela a ser atendida”” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 80).

sociais e, de outro, o processo de enfraquecimento das lutas sociais (BONFIM, 2013, p. 226).

Trata-se de um reflexo da conjuntura capitalista, que as contradições nos espaços institucionais passam por um processo de aprofundamento, e isso resulta em tensionamento dos projetos profissionais. O que é observado é um acirramento que se materializa por meio de obstáculos que são postos para impedir a construção de estratégias qualificadas e sintonizadas com os princípios do projeto ético-político profissional (BONFIM, 2013).

Os desdobramentos do racismo na sociedade capitalista brasileira são chagas profundas na vida social da população. Por mais que se tente jogar o racismo para “debaixo do tapete”, são mais ou menos 500 anos de estruturação do racismo na sociedade brasileira, mesmo que o Serviço Social queira deixar esse debate marginalizado, no âmbito da formação e do trabalho profissional, é impossível não se relacionar com o racismo em uma sociedade puramente racista. Em linhas gerais, é necessário que haja um processo de ruptura com o silêncio em relação às expressões do racismo. Sem essa movimentação, todos os esforços e avanços do Serviço Social, em romper com o conservadorismo serão em uma expressão popular: “enxugar gelo”. Tencionar o racismo no âmbito da formação acadêmico-profissional é fortalecer o PEP. Por esse motivo, é importante investigar a relação dos projetos profissionais do Serviço Social com o racismo.

2.1.3 Os projetos profissionais do Serviço Social, o Estado e o racismo: apontamentos históricos e contemporâneos

Existe uma relação entre o Serviço Social, o Estado e o racismo, que pode ser captada através da análise da formulação dos seus projetos profissionais. Os projetos profissionais do Serviço Social, ao longo da história, refletem a autoimagem dele na formação e no trabalho desses profissionais.

Os projetos profissionais do Serviço Social foram formulados e situados nos momentos históricos do país, pois esses projetos – profissionais ou societários – só existiram associados aos projetos societários dominantes, nesses momentos. Entende-se que o Serviço Social brasileiro, em relação à formulação dos seus projetos profissionais, possuem duas perspectivas: a conservadora e a emancipatória. Para mergulhar no dever da profissão assentados nessas perspectivas, antes, é primordial, compreender o que são os projetos profissionais e societários.

Os projetos são constituídos pelas respostas elaboradas no processo de consciência social – sem anular a consciência racial –, no qual a realidade concreta é o palco de suas

realizações (CARDOSO, 2013). Netto (1999) afirma que a sociedade não possuiu objetivos e finalidades, sendo apenas factual. Porém, os membros da sociedade, ou seja, os homens e mulheres, os negros e os brancos, sempre agem de forma teleológica – isso significa que possuem a capacidade humana de antecipar, no plano ideal e da consciência, as ideias, que sempre pressupõe finalidades (CARDOSO, 2013) – dessa forma as ações humanas possuem sempre orientações para ter objetivos, metas e fins.

Nossa ação terá sempre uma intencionalidade, donde estarão presentes metas e fins. Diante disso, podemos afirmar que coletiva e individualmente construímos e nos relacionamos com diferentes projetos em nossas vidas, pois, a todo o momento, diante da realidade, realizamos escolhas, projetamos finalidades e construímos meios para realizá-las (CARDOSO, 2013, p. 74).

Os projetos podem ser individuais (as escolhas e os caminhos que os sujeitos objetivam para satisfazer e realizar as suas demandas individuais) e coletivos (projeções de determinados grupos em relação a uma dada coletividade). Assim sendo, é necessário dedicar a atenção, em relação ao que vem sendo desenvolvido aqui, para um tipo específico de projetos coletivos, que são os conceituados como projetos societários. Esses projetos diferem-se dos demais, pois “[...] o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem em projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade” (NETTO, 1999, p. 94). Somente os projetos societários possuem essas características, o que os difere dos projetos profissionais, que não acoplam esses níveis de abrangência, mas que somente existem vinculados a um projeto societário.

Os projetos societários reproduzem a autoimagem do que é pretendido construir e/ou manter. Os projetos societários determinam o tipo de sociedade que se pretende defender e pela qual se luta politicamente para existir (CARDOSO, 2013). A perspectiva de um projeto societário pode ser observada na construção da luta antirracista no Brasil, um projeto que visa a eliminação das desigualdades, dominações, explorações e opressões que são desenvolvidas por antagonismos e conflitos raciais, que remontam desde o período colonial.

O projeto antirracista entra em confronto com o projeto racista, que faz parte da sociedade e que se fortaleceu e sofreu modificações pós-abolição, com a transformação da população negra em exército industrial de reserva, desocupados, marginais, dentre outras condições que permeiam a existência dessa população na sociedade capitalista, que é estruturada pelo racismo e pelas classes sociais.

Na sociedade capitalista os projetos societários se configuram como projetos de classe, mas que levam nos seus bojos determinantes que não surgem e/ou são inerentes ao sistema

capitalista, ou seja, os decorrentes do racismo, do patriarcado/sexismo, dentre outros. Pode-se concluir que:

[...] há apenas duas grandes possibilidades ao pensarmos a sociedade de classes, ou seja, o modo de produção em que vivemos: conservação ou transformação/emancipação.

[...] podemos afirmar que temos dois grandes tipos de projetos societários: os conservadores e os emancipatórios. Cada um desses grandes projetos terá divergências internas e será defendido e apropriado pelos diversos grupos sociais que irão propor diferentes formas, estratégias e táticas na busca de sua concretização (CARDOSO, 2013, p. 77)

Netto (1999) aponta que entre os projetos coletivos, encontram-se os projetos profissionais, que dizem respeito às profissões com regulamentação jurídica e, que supõem formação teórica e/ou técnico-interventiva, que de forma geral são de nível acadêmico-superior. Os projetos profissionais, que apresentam a autoimagem das profissões, têm o papel de eleger:

[...] os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 95).

Iamamoto (2012, p. 222) sobre os projetos profissionais do Serviço Social brasileiro, afirma:

[...] supõe uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedade, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais.

O Serviço Social brasileiro, ao longo da sua história, tem a formulação dos seus projetos profissionais influenciados, tanto pela perspectiva conservadora, como pela perspectiva emancipatória, como já mencionado. É necessário estabelecer um panorama de como o dever ser da profissão sofreu modificações, que em suma se deram vinculado aos projetos societários vigentes nas distintas épocas do país. Inicia-se com o Tradicional, sobre a influência da perspectiva conservadora, e finalizando com o Projeto Ético-Político, assentado na perspectiva emancipatória (CARDOSO, 2013).

O objetivo desse panorama dos projetos profissionais do Serviço Social é apontar, brevemente, como esses projetos se relacionaram com a questão racial e com a questão social

(objeto de estudo e intervenção da profissão). Pode-se dizer que o Serviço Social sofreu influência das ideologias dominantes do Estado e da sociedade em relação à população negra, principalmente compreendendo o racismo como uma arma ideológica (MOURA, 1994).

Em relação ao racismo, enquanto uma ideologia das classes dominantes é assim compreendida, pois teórica e metodologicamente o racismo possui uma força operante e permanente na sociedade capitalista. O racismo também atua enquanto uma perspectiva ideológica de dominação, vide pensar a marginalização da população negra e a sua dita “desqualificação” para o trabalho assalariado. É no mínimo inquietante pensar que, depois de cerca de longos 400 anos, no qual a população negra dinamizou sozinha toda a economia externa e interna com a sua força de trabalho, e pós-processo emancipatório do regime escravista, essa mesma população é anulada pela ideologia da desqualificação para o trabalho. O racismo, de fato, permeou a divisão social e técnica do trabalho, e reproduz e produz de forma orgânica as relações sócio-raciais conflituosas que resulta nas desigualdades raciais.

Não se pode furtar, que o racismo permeia todos os momentos históricos do país, só sendo reconhecido como uma força operante na sociedade e no Estado brasileiro no final do século XX, ou seja, muito recente. Porém, deve-se levar em consideração que ele é essencial para a consolidação do conservadorismo no Brasil. Como salienta Góes (2015, p. 65):

A abolição das relações escravistas deve ser compreendida como expressão do conservadorismo brasileiro, pois, ao libertar os africanos da condição de trabalhadores escravizados, conservou-se o setor latifundiário; as classes proprietárias brasileiras permaneceram as mesmas e não houve nenhum traço de reformulação da concentração da propriedade da terra, razão essa que explica um dos fatores responsável pela marginalização dos egressos do sistema escravista.

O racismo é um elemento estrutural da racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais (SILVA, 2017). Porém, não fica só no campo da abstração, mas sendo um componente concreto das relações capitalista, o que não é novidade, levando em consideração o passado escravista do país. Silva (2017, p. 30) indica, portanto:

Afirmar que o racismo é estrutural implica pensá-lo como sendo relativo ao fundamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. Não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema, mas de um modo próprio de funcionamento.

De outra parte, o racismo também é um estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade. É um agente expressivo que articulado a outros, como por exemplo, o patriarcado e o sexismo, impede a erosão das relações de

exploração e das condições de desigualdade presentes em todas as dimensões da vida social.

Assim, o racismo é estrutural e estruturante na fundamentação das sociedades capitalistas e, principalmente, daquelas “[...] oriundas de sistemas coloniais, e como elemento dinâmico da hegemonia e racionalidade burguesas” (SILVA, 2018, p. 1). No caso brasileiro, o racismo deve ser compreendido como um dos componentes que fundamenta as relações sociais. O racismo oferece substrato para a construção do pensamento conservador.

Sobre a perspectiva conservadora na formulação dos projetos profissionais, de acordo com Cardoso (2013), é essencial compreender que o conservadorismo é um pensamento social, que é situado na sociedade brasileira, e que não se trata de uma exclusividade do Serviço Social brasileiro. O pensamento conservador é:

[...] uma postura política e ética que surge no século XVIII em contraposição às revoluções que marcam este século: a francesa e a industrial, que apresentaram o rompimento com a tradição, ganhando força no século XIX. Esse tipo de pensamento terá como grande representante o inglês Edmund Burke, autor de diversos livros e textos que defendiam tal pensamento, que iniciou seus escritos principais com uma obra crítica à revolução francesa (CARDOSO, 2013, p. 107).

Sobre o pensamento conservador elaborado por Burke, Cardoso (2013) afirma que o autor realizou uma dura crítica à democracia e apoiou fervorosamente a apologia da manutenção da ordem, da família, da Igreja e da propriedade privada. Não será atoa que ele permeará a gênese do Serviço Social brasileiro, mesmo esse surgindo na Europa, mas como o Brasil foi formado como uma colônia, não é espantoso, inclusive, que tenha importado tanto a teoria, como tentou pautar as relações sociais vinculadas a sua dependência externa.

O efeito desse pensamento na Europa foi à oposição completa “[...] à instauração da razão moderna, do individualismo, da construção do Estado, do coletivismo e da ultrapassagem do sistema feudal para o industrial” (CARDOSO, 2013, p. 107). Esse pensamento social defendeu a propriedade privada e as corporações instauradas como naturais, como a família e a Igreja, base de intervenção do Serviço Social brasileiro. O pensamento conservador condiciona todo o conhecimento ao passado, desvalorizando o presente e as necessidades de avanço.

Esses pensamentos propõem a valorização da autoridade, da hierarquia, da ordem, da repressão e da disciplina, em uma negação completa da razão, da democracia, da liberdade, da igualdade, da emancipação das mulheres, da negação da cidadania plena para a população negra, dentre outros (CARDOSO, 2013; BARROCO, 2008; OLIVEIRA, 2017). Sob a

perspectiva conservadora, foram elaborados três projetos profissionais do Serviço Social brasileiro: o *Projeto Tradicional*, o *Projeto Modernizador* e o *Projeto Fenomenológico*.

O Projeto Tradicional tem origem na gênese do Serviço Social brasileiro, sendo entendido como uma contribuição do projeto burguês, na ordem monopólica, e vinculada ao projeto de recuperação da hegemonia ideológica da cristandade. Em seu período originário, a profissão voltou-se para o atendimento das expressões da questão social, tendo por finalidade, a persuasão e o controle social da classe trabalhadora. A proposta ideológica, que direcionou essa profissão, foi assentada em uma perspectiva acrítica da realidade concreta que essa profissão era convocada para intervir, e a sua força de trabalho foi direcionada para a dita “ajuda aos necessitados” (FORTI; COELHO, 2015).

O Serviço Social em sua gênese teve o seu papel direcionado para intervir em prol da manutenção da ordem capitalista vigente. A base da formação e do trabalho profissional das/os primeiras/os assistentes sociais, foi à doutrina cristã, ou seja, alicerçada na ideologia e no projeto da cristandade, na tentativa de retomar o seu poder político. Isso desencadeou na efetivação da perspectiva do apelo moral, como meio de se idealizar o trabalho das/os assistentes sociais na intervenção das expressões da questão social. Porém, como desenvolvido no terceiro tópico, do primeiro capítulo, a Igreja Católica desde o período da colonização e do escravismo, condicionou a população negra como inferior em relação à branca, argumentando com fundamentação religiosa os motivos da escravização dessa população.

O Projeto Tradicional do Serviço Social brasileiro, inicialmente embasado na visão cristã do “homem” naturalizou a situação da população negra, e ao ser influenciado pelo Serviço Social estadunidense e franco-belga, sofreu influências do positivismo na base da formação e do trabalho profissional (IAMAMOTO, 1985; NETTO, 2011; CARDOSO, 2013). Na lógica do positivismo, as expressões da “questão social” se constituem através do determinismo biológico e geográfico, mas ao mesmo tempo esses determinismos se constituíram como a base do racismo científico.

Pode-se destacar que antes dos anos 1930, as expressões da “questão social” eram tratadas como demanda da segurança pública, ou seja, “caso de polícia” (BONFIM, 2015). Moura (1977), em sua obra “O Negro de Bom Escravo a Mau Cidadão?”, pontua como esse “caso de polícia” e a dita “patologia social” serviram de base para as políticas eugenistas, que como produto direto do racismo estrutural nesse período, também demonstrou ser um

mecanismo primoroso para a manutenção do conservadorismo. Como bem apontado pelo autor, pós-abolição, houve um processo de Modernização Conservadora.

Já nas primeiras décadas de existência do Serviço Social brasileiro, a desigualdade racial, como produto do racismo estrutural e justificada pelo racismo científico se apresentou como demanda para as/os assistentes sociais brasileiras/os. Por ausência de arsenal teórico e influência da ideologia do mito da democracia racial, esses profissionais não foram capazes de obterem uma real aproximação com a realidade brasileira, tanto no que concerne a reprodução da profissão, na formação do seu quadro técnico, como na sua intervenção profissional diante da população negra.

A desigualdade racial, nos primórdios da profissão, não só foi naturalizada, como pensada a partir da patologia e da localidade (favelas, periferia, rua, dentre outros) e utilizada como justificativa para culpar e acusar a população negra de acomodação. Porém, isso não é uma relação só do Serviço Social, mas da formação social do Brasil, que foi absorvida pela profissão na sua gênese.

Gonçalves (2018, p. 515) sobre como o Serviço Social, embasado no Projeto Tradicional, atendeu a população negra, aponta:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo.

Através da análise de Gonçalves (2018), pode-se verificar que a relação do Serviço Social tradicional com a população negra esteve permeada por duas questões: 1) as influências eugenistas³¹ na profissão direcionaram o seu dever ser profissional para a justificativa moral de que o destino da comunidade nacional era a melhoria da raça; 2) assentada no universo ideológico conservador, a categoria estava inserida no mito da democracia racial. Gonçalves (2018, p. 515) ainda salienta que, em ambos os casos, “[...] os

³¹ Góes (2015) afirma que um dos objetivos do projeto de eugenia era oferecer ferramentas para solucionar problemas gerados pela consolidação e pelo desenvolvimento das sociedades industriais. Isso significa que o foco do projeto de eugenia era direcionado, sobretudo, para as situações de pobreza, delinquência, doenças mentais que, nas propostas das ideológicas do movimento eugenista, eram compreendidos como fenômenos de natureza hereditária. O autor ainda destaca que o final do século XIX sofreu influência das teorias do darwinismo-social e da Antropologia. Desta forma, houve intensificação das controvérsias sobre o destino da humanidade. Esse contexto foi marcado pelos conceitos de eugenia, darwinismo-social e racismo, os quais passaram a fazer parte do pensamento conservador. Esse pensamento foi utilizado como instrumento ideal para as burguesias clássicas validarem os seus projetos societários. Góes (2015) indica que no caso brasileiro, essas ideias eugênicas foram incorporadas, num primeiro momento, com tímidos estudos relacionados à saúde e criminalidade. O projeto de eugenia foi a base do racismo científico no Brasil.

(as) primeiros (as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial”. A relação das/os primeiras/os assistentes sociais com a população negra, para além da naturalização das desigualdades raciais, se deu pela via da desconsideração do tensionamento racial, através das ideologias racistas que marcavam esse momento histórico, e na reprodução do mito da democracia racial.

O conservadorismo do Projeto Tradicional do Serviço Social brasileiro lança estreita relação com o racismo, principalmente por desconsiderar que a população negra foi transformada em exército industrial de reserva e, que isso refletiu na sua situação social. Isso não deveria ser uma novidade, pois ao olho nu, é possível afirmar que a pobreza e os alvos da questão social, no começo do século XX, tinham cor e um passado que remontavam a sua condição de ex-escravizado.

Gonçalves (2018, p. 520) provoca uma inquietação estarrecedora:

[...] por que o Serviço Social ainda guarda reticências em perceber que a questão racial é nuclear à questão social? Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo (NETTO, 2001b), qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? Ora o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que esta se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital.

Essa indagação deixa uma sensação de desconforto, e que não é restrita apenas a lógica do Projeto Tradicional³², mas remete as dificuldades atuais do Serviço Social brasileiro em incorporar a luta antirracista, não como um adendo da luta anticapitalista, mas como um elemento essencial para se pensar outro projeto societário.

O Projeto Tradicional do Serviço Social brasileiro foi o primeiro projeto de dever ser da profissão, que durou de 1930 até 1960, se tratando da primeira elaboração do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, projeto que visceralmente se relacionou com o racismo estrutural brasileiro, naturalizando e reproduzindo a eugenia do racismo científico.

Verifica-se que até a primeira metade dos anos 1960 o Serviço Social não apresentou disputa de projetos profissional, muito menos indicativos sobre a desnaturalização do racismo, pelo contrário. A profissão abraçou o mito da democracia racial, e reverteram suas

³² Netto (2005, p. 6) afirma que O Projeto Tradicional é “[...] a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável”

intervenções profissionais pautadas na patologização e no desajuste. Basta verificar a marginalização da população negra, que é possível saber que mesmo com visão humanista-cristã, não deixou de reproduzir e produzir relações pautadas no racismo. O Serviço Social adentrou os anos 1960 “[...] sem alterações significativas em relação ao projeto tradicional conservador [...] mas consolidando-se e expandindo-se como profissão” (CARDOSO, 2018, p. 125).

Netto (2011, p. 128) afirma que o Serviço Social:

[...] até a metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica.

A partir da década de 1960, o Serviço Social passou por uma movimentação, que definiu os futuros passos da profissão. Trata-se do Movimento de Reconceituação, experimentado pelo Serviço Social latino-americano, que no caso do Brasil, desencadeou no Movimento de Renovação. Goin (2016, p. 117) salienta que o Brasil foi protagonista no Movimento de Reconceituação, tendo como “[...] elementos fulcrais que balizaram os caminhos profissionais na constituição de produtos objetivados desde intento reconceituador: a filiação profissional a um projeto anticonservador e desatrelado de uma pseudoneutralidade profissional”.

Cardoso (2013) compreende que as alterações propostas pelo Movimento de Reconceituação, no Brasil, expressou a primeira manifestação de divergências teóricas, políticas, operativas e éticas, possibilitando mudanças importantes para o dever ser profissional. Orienta, ainda no sentido dessas divergências, que mesmo com fragilidades e problemas, expressou “[...] um importante caminho na construção do pluralismo e da possibilidade da divergência de pensamento na erosão do tradicionalismo profissional [...]” (CARDOSO, 2013, p. 123).

Evidencia-se:

Panoramicamente, os rumos trilhados pela profissão, a partir dos anos 60 do século XX, foram geneticamente distintos dos das décadas que lhes precederam, uma vez que, até então, não apresentavam polêmicas vultosas, quiçá disputas acerca de projeções profissionais. Ao revés, a partir dessa demarcação, que, além de temporal, é histórico-política, abalizou-se a configuração de um caleidoscópio teórico-metodológico de fraturas ideológicas, de projetos profissionais em confronto e de concepções e/ou

proposições formativas e interventivas diversas (NETTO, 2007), que culminaram num processo de metamorfose do modo de ser dessa profissão, consolidado, nas últimas décadas, sob o veio teórico-crítico (GOIN, 2016, p. 117).

Essas alterações significativas que provocaram mudanças no Serviço Social latino-americano foram impulsionadas pela realidade e pelo contexto social. Esse contexto vai da década de 1960 até final da década de 1980, inserido em um momento de alterações expressivas do capitalismo em nível global.

Nesse período, pode-se observar que “viviam-se ainda os gloriosos impactos do processo de expansão do capitalismo em nível mundial iniciado após a II Guerra, o que ficou conhecido como sua “longa onda expansiva”, entrando em crise a partir de meados dos anos 1970” (CARDOSO, 2013, p. 123). O Brasil apoiou-se na ideologia da discriminação econômica contra ampla parcela da população negra, que mesmo com a Lei Afonso Arinos, de 1951, que proibia a discriminação racial – que não teve efeito prático –, a população negra continuou sendo discriminada, principalmente no mercado de trabalho.

Observa-se, que nesse contexto de alterações significativas, a profissão, mesmo com as fragilidades e problemas do Movimento de Reconceituação³³ e Renovação³⁴, não houve espaço para refletir e ter uma autocritica em relação ao mito da democracia racial, que desde a gênese da profissão é uma ideologia presente. Cardoso (2013), ainda sobre o Movimento de Renovação e a erosão do tradicionalismo profissional, pontua que como fruto desse movimento, também surgiram projetos profissionais que modernizaram o Tradicional, como é o caso do Modernizador e Fenomenológico.

Nesse momento, a atenção deve ser voltada para esses dois projetos profissionais, que também são frutos do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro. O primeiro o Projeto Modernizador, denominado de vertente modernizadora, consistiu-se como uma modernização do tradicionalismo profissional, não houve um rompimento com a essência do projeto anterior, apenas lhe empregou uma nova roupagem, se materializando enquanto uma

³³ De acordo com Netto (2005) o Movimento de Reconceituação expressou, de fato, um marco inarredável e incontornável para a história do Serviço Social latino-americano. O autor ressalta que esse movimento deve ser situado num processo mais amplo e de caráter mundial. Esse processo ocorreu na segunda metade dos anos 1960, que marcou a maioria dos países cujo o Serviço Social já havia se institucionalizado como profissão. O Movimento de Reconceituação se expressou, de forma pontual, como uma crítica certa ao Serviço Social tradicional. Para maiores aprofundamentos ler Netto (2005), Netto (2011), Faleiros (2005), dentre outros autores que produziram vastos documentos teóricos sobre esse momento.

³⁴ Netto (2011, p. 131) define o Movimento de Renovação do Serviço Social como “[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”. Esse movimento foi específico do Brasil.

continuidade do mesmo projeto, que em linhas gerais, adequou-se e lhe dedicou novas características.

Essa movimentação foi resultado da ditadura militar que era a ordem vigente no país, ou seja, que se constituiu através da modernização do conservadorismo³⁵. Isso mostra que o Serviço Social, ao longo da sua história, sempre refletiu e foi influenciado pela conjuntura do país, “[...] embora traga novas bases na busca de sua cientificidade e caráter técnico, mantém sua postura conservadora, sem romper com as bases do surgimento da profissão” (CARDOSO, 2013, p. 136).

O conservadorismo modernizado nesse projeto, por não ter rompido com a essência do anterior, renovou as suas práticas sob a influência do tradicionalismo profissional. O ponto que merece atenção, é que nesse contexto, os conflitos raciais, outrora naturalizados e analisados pela via do racismo se apoiou nesse momento no mito da democracia racial, mas uma vez marginalizando a população negra e reproduzindo o racismo, que desde a consolidação do Brasil como nação e do surgimento do Serviço Social, compõe a vida na sociedade capitalista.

Cardoso (2013, p. 137) orienta:

[...] o projeto modernizador como uma continuidade do projeto tradicional conservador acrescido do aprofundamento de uma referência teórico-metodológica mais claramente definida: o positivismo [...]

Nele coloca-se como fundamental o investimento na sistematização teórica e a criação de metodologias científicas de intervenção profissional. Assim, do ponto de vista de sua dimensão teórico-metodológica, evidencia-se um grande esforço, na produção do conhecimento orientado pela descrição de procedimentos racionais que orientem a ação do assistente social, o que respondia à funcionalidade que lhe era colocada pelo Estado autoritário burguês dessa época.

A metodologia utilizada pelo Serviço Social possuía um método que envolvia o “diagnóstico” das sequelas sociais, que resultava em uma “intervenção planejada” do assistente social. Esse método tinha total identificação com o positivismo, base nas ciências naturais, na tentativa de cientificar os seus estudos e, assim pautava as suas respostas para as demandas apresentadas.

³⁵ Cardoso (2013) explica que esse termo foi cunhado por Barrington Moore Junior para explicar os processos de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, que estão relacionadas com a passagem de suas economias pré-industriais, ocorridas por meio das “Revoluções burguesas”, que ocorreram por cima, por via de pactos políticos entre as elites conservadoras. O termo é usado no Brasil com o mesmo sentido. Porém, Moura (1994) utiliza esse termo para explicar a transição do modo de produção escravista mercantil para o capitalismo dependente que foi realizada mantendo intactas as estruturas sociais da antiga sociedade escravista.

O foco da profissão era a prevenção das causas de desajustes, e a compreensão foi a de que “[...] a sociedade, enquanto corpo harmônico teria uma estrutura sem contradições, que poderia ser diagnosticada, classificada e comparada, criando modelos que sempre se repetiriam” (CARDOSO, 2013, p. 138). O diagnóstico social tornou-se central metodologicamente, na projeção de uma forma de investigar a realidade dos sujeitos, na busca de uma intervenção sobre as causas dos desajustes e patologias. Ocorre uma retomada da metodologia de Casos, Grupos e Comunidade. A novidade foi à desvinculação com a Igreja Católica, que ocorreu em meados da década de 1970.

Em relação ao modo como a profissão intervia socialmente, destaca-se que:

Permanece a compreensão sobre a questão social enquanto problemas individuais, desajustes ou patologias que devem ser supostamente corrigidas e/ou tratadas por meio da atuação profissional, portanto, em uma perspectiva conservadora (e moralizadora) que remete a profissão a responder às expressões da questão social com ações pontuais de enquadramento e ajustamento dos indivíduos, propondo assim, ao Serviço Social, uma intervenção corretiva e preventiva junto aos desvios e desajustes compreendidos como questão social (CARDOSO, 2013, p. 139).

Resumidamente, tratou-se de uma nova vertente de elaboração do conservadorismo no Serviço Social, tendo a dimensão ética voltada e pautada nos valores humanista-cristãos, ainda sob base neotomista, na busca da perfectibilidade humana e no bem comum, como fortes expressões do conservadorismo. A referência teórica foi o positivismo, que além de conservador é racista, buscando corrigir e prevenir a questão social para assim enfrentar os desajustes e desequilíbrios, com o objetivo de integrar e reenquadrar os indivíduos através de propostas metodológicas de intervenção cientificamente planejadas e elaboradas, com base na metodologia de Caso, Grupo e Comunidade, que remete a linha que era dada na formação profissional do Projeto Tradicional.

Outro projeto profissional que se constituiu sob solo conservador foi o Projeto Fenomenológico, situado entre os anos 1975 a 1979, sendo uma vertente do conservadorismo profissional, reatualizado com base no projeto tradicional. Cardoso (2013) aponta que a teleologia desse projeto se apoiou na perspectiva da ajuda psicossocial, que consistia no cuidado e na compreensão da pessoa, sem nenhuma crítica ou questionamento da ordem social. Esse projeto levou o Serviço Social a contribuir com a manutenção do *status quo*. Expressou a entrada do Serviço Social nas universidades, influenciando as produções acadêmicas e a pós-graduação na área. Já a “questão social” não será pautada, mas pensada em um modelo transclassista, voltando o trabalho profissional apenas para o que é apresentado à consciência do ser em relação à consciência do outro.

Até aqui, foi realizado um balanço sobre a formulação dos projetos profissionais vinculados a perspectiva conservadora, mostrando as influências na relação com a população negra, com o Estado e como a profissão estava intervindo sobre a questão social. A intervenção profissional das/os assistentes sociais, na lógica conservadora, não expressava criticidade, muito pelo contrário. O intuito era uma adequação dos indivíduos a lógica capitalista, pautada na manutenção do status quo e na culpabilização dos indivíduos. Romper com o conservadorismo é uma questão que persegue o Serviço Social brasileiro até os dias de hoje, por esse motivo deve-se fortalecer o projeto ético-político.

Agora, a dedicação teórica será voltada para os projetos vinculados a perspectiva emancipatória, que consiste em dois projetos profissionais, ou seja, o Projeto de Intenção de Ruptura e o Projeto Ético-Político.

A perspectiva emancipatória é vinculada à busca da superação do sistema capitalista, ou seja, da exploração e dominação do trabalho. Trata-se da necessidade de uma liberdade plena para os seres humanos, e isso implica em eliminar todo tipo de opressão, exploração e dominação e, principalmente da alienação, direcionando o foco para emancipação humana³⁶ (CARDOSO, 2013). Em resumo, é necessário que se volte à energia, em amplo sentido, para a construção de uma nova sociabilidade, ou seja, preza pela luta por uma nova ordem social, que se pautar na liberdade e na igualdade. Quando se pensa nessa nova sociabilidade, não se pode cometer os mesmos erros do processo de abolição, excluindo a população negra, que saiu do regime escravista para ser “inserida” na ordem capitalista, com uma falsa liberdade e com cidadania restrita.

Não se pode desconsiderar, que ao pensar na sociedade capitalista, na cruel divisão de classes, que o racismo é estrutural e estruturante, principalmente levando em consideração a sua concepção institucionalizada, ou seja, o racismo institucional. Como já apontado, o racismo se articula com a estrutura econômica, social e política do Brasil. O racismo, no capitalismo, se apresenta como uma estrutura, ou seja, um modo natural que se constitui nas “[...] relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2018, p. 38). Desta forma, os comportamentos racistas e as práticas racistas nas instituições são resultantes de uma sociedade que tem o racismo como elementos fundamentais do seu desenvolvimento. Por esse

³⁶ Marx (2010) indica que a emancipação humana consiste na realização do ser humano real em recuperar para si o cidadão abstrato, e torna-se *ente genérico* na qualidade de ser humano individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais. Expressa-se quando o ser humano tem a capacidade de reconhecer e organizar suas forças sociais, tendo como consequência, a não separação de si mesmo da força social na forma de força política.

motivo, a análise do racismo estrutural carece de ser realizada sob a concepção do racismo institucional.

A concepção do racismo institucional expressou um grande avanço teórico para analisar os conflitos e antagonismos que são decorrentes das relações raciais. O racismo institucional ultrapassa a compreensão do racismo enquanto, somente, resultado dos comportamentos individuais. Trata-se do “resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29). Segundo Oliveira (2016, p. 33), “a despeito dos avanços institucionais, o problema do combate ao racismo ainda é marginal na estrutura do Estado brasileiro”, o que direciona para a necessidade de fortalecimento das políticas antirracistas, assim como profissionais que possam refletir esse princípio – o antirracismo – em suas intervenções profissionais.

Para Carmichael e Hamilton (1967)³⁷ o racismo institucional é o fracasso coletivo das instituições em promover serviços e profissionais apropriados às pessoas em virtude da raça, cultura e/ou origem étnica. Materializa-se na operação das forças estabelecidas e respeitadas na sociedade, configura-se como um mecanismo de legitimação e reprodução da estrutura racista.

A partir desse pressuposto, não se pode esquecer que a junção do racismo com as relações raciais, produz-se um processo de consciência racial que opera nos processos institucionais. Por esse motivo, é que há a exclusão programada, qual dificulta para as/os trabalhadoras/es negras os serviços sociais, assim como, estabelece barreiras para o acesso às políticas públicas e sociais. O racismo institucional constrói uma cisão cultural, econômica, política e social, que resulta na diferenciação do grupo negro em prol dos grupos não negros, e o resultado é agudizar as desigualdades raciais e sociais na sociedade capitalista.

Os projetos emancipatórios, na sua base, devem conter o antirracismo e reflexões críticas sobre a consciência racial, do contrário, continuará apartado da realidade concreta que permeia o Brasil, com ideologias e mecanismos racistas. De tal modo, a luta antirracista não é um dever apenas do Serviço Social, mas uma luta coletiva, que na divisão social e técnica do trabalho é primordial.

³⁷ O conceito de racismo institucional foi elaborado pelos autores na obra “*Black Power: Politics of liberation in America*”, qual propõe que haja um rompimento com as perspectivas e análises que restringem o racismo apenas aos comportamentos individuais (ALMEIDA, 2018).

É importante situar os projetos profissionais do Serviço Social sob as perspectivas emancipatórias. O primeiro é o Projeto de Intenção de Ruptura, que foi dos anos 1979 até o começo da década de 1990, quando haverá a consolidação do projeto ético-político. A teleologia que abarcou esse projeto foi direcionada para a transformação do Serviço Social, reconhecendo a vinculação da profissão com as classes trabalhadoras e com os movimentos sociais na construção dessa transformação. As suas dimensões política e ética foram pautadas na perspectiva emancipatória, totalmente vinculada ao compromisso com a classe trabalhadora, assim como, levando em consideração a demarcação dos processos sociais.

A profissão passa a se apropriar do materialismo histórico-dialético, como referencial teórico-metodológico, que imprime no Serviço Social uma visão de especialização do trabalho coletivo e, a/o assistente social como classe trabalhadora, ou seja, um trabalhador/a assalariada/o que vende a sua força de trabalho. A apropriação do materialismo histórico-dialético se iniciou com o Método B.H³⁸.

Iamamoto (2012), em relação ao método BH, constata que se tratou de alterações significativas nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Portanto, possibilitou a construção de uma autoimagem do Serviço Social, que se encaminhou para formular respostas que pudessem levar a profissão a confirmar a sua importância e necessidade no espaço e tempo da sociedade brasileira. Isso refletiu em um salto qualitativo na formação acadêmico-profissional, na produção acadêmica e na organização política.

Esse avanço possibilitou a “[...] crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo quanto do marxismo vulgar, articulado em torno do debate histórico, teórico e método” (IAMAMOTO, 2012, p. 237). Essa intenção de ruptura, ultrapassou a mera denúncia do tradicionalismo profissional, permitindo encaminhar para uma efetivação do enfrentamento dos dilemas profissionais, no que se refere a construção da crítica aos seus limites socioculturais e políticos.

Porém, um fato histórico se torna importante, nesse momento de ruptura com o conservadorismo, no cerne da profissão: o centenário da abolição do escravismo, em 1888. Tratou-se de um período de efervescência dos movimentos negros, na denúncia do racismo e do mito da democracia racial. A década de 1980, foi marcada, não só pelo processo de

³⁸ O método de B.H. ocorreu no período de 72 à 75, compreendido como um caminho e meio para a saída das dificuldades no momento, ou seja, ditadura militar, foi um método desafiador e ousado para tal período. Foi aplicado na Escola de Serviço Social de Belo Horizonte. O objetivo era aproximar professores e estudantes da realidade concreta dos setores sociais mais explorados de Minas Gerais. O intuito era formar profissionais críticos e comprometidos com a classe trabalhadora (SANTOS, 1999).

redemocratização³⁹, mas também pelo ressurgimento do movimento negro⁴⁰. Esses movimentos negros, não agiram sozinhos, estabeleceram articulações políticas com os demais movimentos sociais e categorias profissionais, como com assistentes sociais, inclusive, muitos desses assistentes sociais eram militantes de movimentos negros e/ou participaram da formação desses, assim como dos demais movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, dentre outros.

Mas, ao mesmo tempo, a relação Serviço Social e população negra, nos anos 1980, se manteve “estranha”. A professora Elisabete Pinto analisou o processo de formação profissional do Serviço Social, assim como a relação dos assistentes sociais com os seus usuários negros, entre 1981 e 1986, com foco na PUC de Campinas. Pinto (2003, p. 11) faz um importante destaque sobre essa relação:

O assistente social trabalha com a população negra sem ao menos ter conhecimento de sua história, de sua cultura e dos seus problemas, estes desencadeados pelo racismo camuflado, pela falsa “democracia racial”, ideologia que a classe dominante faz questão de manter, sendo responsável pela alienação da população negra, bloqueando os seus processos de conscientização, participação e organização política.

Pinto observa que nesse momento há de fato uma aproximação do Serviço Social, no que refere a formação profissional, com os movimentos sociais, porém, não com o movimento negro. A autora salienta que o que havia de relação do Serviço Social com os movimentos negros e com a população negra, era o racismo, pautado no descompromisso, incoerência e contradição, ainda na lógica de negar à população negra o status de classe trabalhadora. Todo o debate de emancipação humana, de uma nova sociedade, não era destinado para a população negra, mesmo em um momento de transformação da profissão. A autora concluiu:

[...] não havia o mesmo empenho do Serviço Social com os movimentos e organizações negras; do contrário, havia sim, principalmente em relação aos usuários negros, descompromisso, incoerência e contradição
[...] Nem mesmo diante dessa atmosfera de mudanças, a Faculdade assumiu um compromisso com a população negra, maioria dos usuários dos serviços sociais. Esse desserviço decorrente da discriminação racial tem perpetuado problemas específicos dessa população nas relações sociais do trabalho, ou melhor, no exercício de sua cidadania e em relação à própria cultura (PINTO, 2003, p. 27).

³⁹ Faleiros (1999, p. 48) destaca que a ruptura com o regime militar foi um processo lento e gradual, “[...] com anistia em 1979, que possibilitou o perdão aos torturadores e concedeu direitos políticos e civis aos considerados inimigos internos do regime de segurança nacional”. Degennszajh (1999) compreende que se tratou de um momento que emergiu as lutas contra a ditadura militar e os esforços de construções democráticas do Estado e da Sociedade.

⁴⁰ Domingues (2008, p. 110) pontua que “com a redemocratização do País na década de 1980, muitos ativistas negros se instalaram no interior dos partidos a fim de levar a peleja em prol da valorização racial para o terreno político-institucional. Alguns deles, inclusive, saíram candidatos nas eleições. Este fenômeno aconteceu sobretudo no Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Pinto oferece uma análise pontual, que gera reflexões importantes, pois entender a relação que o Serviço Social estabeleceu com a população negra, nos seus projetos profissionais conservadores. Porém, na efervescência de buscar formular seus projetos com base na perspectiva emancipatória, é importante compreender a conjuntura da sociedade e do Estado. A década de 1980 foi um momento de ressurgimento dos movimentos negros, que foram, como todos os movimentos sociais, barrados pelo regime da ditadura. Destaca-se:

A ditadura que foi implantada a partir do golpe militar de 1964 desarticulou a luta política do movimento negro organizado. Seus militantes eram vigiados pelos órgãos de repressão. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida, de modo que o movimento só reuniu forças para se reorganizar no final da década de 1970, quando outros movimentos populares (como o sindical, estudantil, das mulheres e dos gays) entraram em cena no país (DOMINGUES, 2008, p. 103)

Porém, aqui gostaria que fosse dada atenção para 1988, ano que expressou um avanço para os movimentos sociais, em relação à conquista de diversos direitos incorporados na Constituição de 1988. Sobre os movimentos negros, cabe pontuar que se tratava do centenário da abolição, ou seja, 100 anos de liberdade e cidadania para a população negra, e nesse contexto de redemocratização, a luta contra o racismo ganhou corpo e visibilidade, na denúncia do racismo e no desmascaramento do mito da democracia racial. Oliveira (2017, p. 12), em relação a esse período, faz esse importante destaque:

Esse momento histórico do movimento negro brasileiro foi importante porque deu início a um processo de transfiguração da denúncia do racismo para a exigência de políticas públicas de enfrentamento da desigualdade racial. As características singulares do racismo brasileiro fazem com que boa parte da energia do movimento negro do país se direcione para a denúncia das práticas racistas. Isso se deve a um modelo de relações raciais centrado no mito da democracia racial e na subalternização estrutural do sujeito negro brasileiro.

Houve também a participação de assistentes sociais, organizadas/os em diversos movimentos negros, na contribuição da luta antirracista e do desmascaramento do mito da democracia racial e na construção de movimentos negros importantes, para esse momento. Como exemplo, pode-se pontuar a participação das assistentes sociais Conceição Bueno e Lúcia Ágata, na construção do Unegro, em São Paulo (OLIVEIRA, 2017). Sobre a participação de assistentes sociais na construção da agenda contra o racismo nesse momento, a Revista Libertas, em 2013, em um dossiê temático, sobre questão racial, entrevistou a

assistente social e professora Dra. Magali Almeida⁴¹, indagando sobre a contribuição do Serviço Social, enquanto categoria profissional, nessa luta.

Almeida, nessa entrevista, descreve a situação da população negra e do Serviço Social na década de 1980, discorrendo inicialmente sobre as organizações da população negra, enfatizando os efeitos do racismo – preconceito, discriminação, opressão, exploração e exclusão – na sociedade brasileira, que recaía sobre a população negra, demonstrando como o mito da democracia racial era uma falácia. Almeida pontua, nessa conjuntura, qual era a relação dos movimentos negros com o Serviço Social, e através de quais sujeitos políticos:

Nós – aqui coloco-me como militante do MN – nos engajamos na construção da Marcha Contra a Falsa Abolição. Quando os MN assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidente. Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja, a luta contra o racismo e suas mazelas. Assim, assumimos essa luta. Então, a nossa entidade é mais uma das entidades dos trabalhadores que, em conjunto com o MN, organiza a Marcha de 1988, participando do núcleo de organização estadual. Por conta dessa participação, passamos a ser uma referência para as outras entidades de classe no Rio de Janeiro sobre esse tema (ALMEIDA, 2013, p. 231).

O 6º CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais –, realizado em Natal, no ano de 1989, um ano depois do centenário da abolição do escravismo, é um marco importante do tensionamento sobre a questão étnico-racial nas bases do Serviço Social. Esse tensionamento se deu através de um grupo de assistentes sociais, vinculadas à temática étnico-racial e aos movimentos negros e de mulheres, onde nesse encontro se colocaram para apresentar teses sobre a temática. Ribeiro (2004), em relação ao tensionamento sobre a questão racial, aponta as seguintes teses que foram apresentadas e aprovadas no 6º CBAS:

No 6º CBAS, realizado em 1989, no tema “Análise da conjuntura econômica, política e social na sociedade brasileira e no contexto latino-americano referenciando ao capitalismo internacional”, foram elaboradas as seguintes teses: “A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora” de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus e o “Serviço Social e os bastidores do racismo”, de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Ana (RIBEIRO, 2004, p. 152).

Esses apontamentos servem para ilustrar que o debate e o enfrentamento do racismo (estrutural, estruturante e institucional), no âmbito do Serviço Social, não é uma novidade. As/os assistentes sociais, desde a sua gênese, sempre estiveram frente a frente com a

⁴¹ A prof.^a Dra. Magali é professora da Universidade Federal da Bahia, dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, além disso, é considerada como uma das grandes pesquisadoras da temática étnicorracial no Serviço Social Brasileiro. Esse destaque também cabe para a prof.^a Dra. Elisabete Pinto, também professora da UFBA no curso de Serviço Social.

população negra. Por esse motivo, é necessário analisar a relação do Serviço Social com a luta antirracista à luz do Projeto Ético-Político. É através desse projeto que a luta antirracista ganha sentido para as/os assistentes sociais, como um dos elementos essenciais para a objetivação dos princípios do projeto ético-político.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é um projeto crítico, resultado de determinados compromissos que foram assumidos pela profissão, desde meados dos anos 1960. As bases que dão fundamentação são democráticas e progressistas, em prol dos interesses da classe trabalhadora. Expresse-se, portanto, um salto em relação a qualificação e produção acadêmica, assim como, na articulação e organização política na sociedade (IAMAMOTO, 2012). Significa que:

Parcelas significativas dos assistentes sociais afirmaram-se como sujeitos profissionais e cidadãos (ãs), dotados de uma presença viva e ativa na sociedade e determinados a ampliar a autoconsciência crítica das implicações sociais de seu trabalho. Portanto, esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior (IAMAMOTO, 2012, p. 224).

Iamamoto (2012) afirma que, a materialidade do Projeto Ético-Político se materializa através de documentos legais da categoria profissional. Nesse sentido, essa materialização é orientada pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). A autora indica que a legislação profissional, de tal modo, imprime uma defesa da autonomia profissional, pois “[...] codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis” (IAMAMOTO, 2012, p. 224).

O Projeto Ético-Político é um avanço para o Serviço Social, qual assumiu hegemonia a partir da década de 1980, mas recebe essa denominação na década de 1990, especificamente no ano de 1998. Brittes (2013, p. 53) compreende que o PEP tem fomentado debates no interior da categoria profissional, pois refere “[...] à sua fundamentação histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”. A autora elucida que esse debate tem proporcionado contribuições, que de fato, favorecem as devidas mediações que existem entre o projeto profissional e a construção de um projeto societário livre das formas históricas de dominação e exploração. A base de fundamentação do PEP indica as orientações que devem ser objetivadas e realizadas no trabalho e na formação acadêmico-profissional do Serviço Social. Por esse motivo, é necessário:

[...] considerar que as orientações de valor do projeto ético-político profissional do Serviço Social possuem uma efetividade real – e histórica – e sua realização depende, ao mesmo tempo, do modo como os agentes profissionais se apropriam de tais valores, ou se preferirem, da consciência crítica dos profissionais sobre o significado de tais valores e da processualidade histórica que favorece sua realização ou negação.

Assim, os valores defendidos pelo projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais expressam a apreensão crítica e valorativa que a categoria profissional elabora sobre a realidade social e profissional e as possibilidades efetivas de sua realidade social e profissional e as possibilidades efetivas de sua realização, na medida em que representam conquistas históricas (BRITTES, 2013, p. 54).

A efetivação do PEP depende do processo de consciência crítica das/os assistentes sociais. Esse processo deve captar os processos históricos que fundam a sociedade, assim como, os eixos que estruturam a sociedade capitalista. Não se pode negar que, ao se efetivar um projeto crítico e, que visam contribuir com a construção de outro projeto societário, não tem como anular os eixos, para além do modo de produção capitalista, que orientam, produzem e reproduzem os antagonismos e conflitos que desencadeiam relações sociais desiguais. Não é à toa que Forti e Coelho (2015, p. 19-20) pontuam:

[...] não é incomum observarmos sujeitos que, apesar da sua negação da sociedade produtora de desumanização, de alienação, de competição, e de desigualdade social, a reproduzem. Não podemos deixar de destacar, aliás, que muitas vezes esquecemos que, não obstante negarmos tal sociedade – ou melhor, o modo de vida social de determinada formação social –, se nela fomos formados, podemos estar impregnados dos seus valores, da sua ideologia e, portanto, negando-a, podemos “inconscientemente” reproduzi-la.

Essa questão nos leva diretamente para a formação acadêmico-profissional do Serviço Social, espaço pelo qual as/os assistentes sociais têm o primeiro contato com o PEP, com a autoimagem da profissão, através dos fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e éticos. A utilização dos princípios e valores do PEP é fundamental para a luta antirracista, e isso não significa que é responsabilidade única e exclusiva do Serviço Social. Em outras palavras, o antirracismo é elemento que compõem os valores e princípios do PEP de forma direta e indireta, e, assim sendo, não se pode jogar para “debaixo do tapete” o potencial de combate, ao mesmo tempo, que o de reproduzir o racismo no âmbito do Serviço Social. Porém, esse debate deve fazer parte do processo de formação acadêmico-profissional, através do ensino, extensão e pesquisa. O próximo item vai versar sobre o processo de formação acadêmico-profissional ser um espaço de disputa, que envolve determinantes teóricos, mas interferências do Estado e, inclusive, do próprio racismo.

2.2 Formação acadêmico- profissional: espaço de disputa, poder e relação intrínseca com o Estado e o Racismo Institucional

A formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro tem direcionamento crítico que se expressa no Projeto Ético-Político. Direcionamento que se iniciou na década de 1990, qual norteia a formação acadêmico-profissional por meio dos princípios e valores do PEP, que se opõem à ordem do sistema capitalista, com o arcabouço teórico-político embasada no materialismo histórico-dialético.

Inicialmente, é necessário ter em mente e de forma bem situada, o que é uma formação profissional, assim como, de qual forma o mercado de trabalho capitalista tem imposto desafios e requerido uma formação profissional que ofereça um perfil específico de profissionais. Observa-se que “[...] a mercantilização do ensino superior vem causando prejuízos importantes à formação profissional dos assistentes sociais, suscitando, inclusive, a hipótese de que esteja surgindo um novo perfil profissional” (FORTI; COELHO, 2015, p. 26-27). De tal modo, para ter uma dimensão crítica do processo de formação profissional, é importante estabelecer que independente da especificação da formação profissional – professor, médico, advogados, administradores, gestores, assistentes sociais - o processo de formação profissional, exprime a autoimagem de determinada profissão.

A formação acadêmico-profissional estabelece um dever ser da profissão. Logo, situa-se como parte do projeto profissional, que não se aparta do projeto societário vigente ou que tem a sua orientação para a construção de um novo projeto societário – como é o caso do projeto profissional vigente no Serviço Social brasileiro –, e que possui sempre a mesma finalidade: formação de um novo profissional, ou seja, trata-se da reprodução do quadro técnico da profissão.

A formação profissional qualifica como especializada a força de trabalho que será vendida no mercado. Pois, é em busca de uma formação profissional, que os sujeitos históricos, que compõem as classes sociais e os grupos diferenciados e específicos, buscam um tipo de formação para especializar a sua mão de obra. Portanto, a finalidade da formação profissional é sempre pautada em formar um novo profissional, que exprime a autoimagem da profissão nos diversos momentos históricos.

O modelo capitalista de formação profissional estipula a competitividade, que torna a formação profissional, uma arena de egos, na reprodução de hierarquias de dominações estruturais, que resulta em formações profissionais estáticas, robóticas e tecnicistas, como

resposta acrítica para solicitação do mercado de trabalho capitalista. O objetivo ao solicitar esses tipos de profissionais é a manutenção da ordem, do status quo e do controle do trabalho. Os profissionais que resultam desse tipo de formação profissional possuem o perfil de apenas reproduzirem as habilidades, os conhecimentos e as técnicas adquiridas no processo de formação profissional, sem refletir sobre o impacto da sua intervenção profissional na realidade concreta das relações de trabalho na divisão social e técnica do trabalho.

Uma formação profissional sem criticidade, ausente de subsídios que proporcione estabelecer processos reflexivos da realidade concreta, reflete nos profissionais que serão inseridos no mercado de trabalho. A formação profissional é extremamente importante, pois, trata-se do primeiro contato com a profissão, com a projeção do dever ser profissional com a autoimagem da profissão, que estabelece subsídios para a construção da consciência profissional – aqui não se descarta o processo de consciência social e racial. A formação acadêmico-profissional oferece os elementos teórico-acadêmico, ético-político e técnico-operativo, embasados nas teorias e debates que permitem construir a autoimagem da profissão, dos seus princípios e valores. A formação acadêmico-profissional é a força vital de todas as profissões, pois sem ela não existe reprodução dos quadros técnicos.

A formação profissional é um espaço institucionalizado, que se adequa e estabelece sempre uma relação de dependência para a sua existência, ou seja, precisa de uma instituição de ensino de nível técnico e/ou superior, e automaticamente pressupõe um quadro de profissionais qualificados enquanto formadores, e um quadro de sujeitos históricos e políticos como formandos.

Eurico (2013, p. 291) explica que da forma como as instituições públicas – e isso não significa que as instituições privadas e/ou de caráter filantrópico e/ou religiosas estão isentadas – “[...] estão estruturadas pode reforçar racismo contra ampla parcela da população, em virtude de sua origem étnico-racial”. O racismo ao ser institucionalizado assume um caráter legalizado, norma e regra de organização e divisão das instituições, passando a se pautar em uma forma de ser do racismo que é inquestionável, uma reprodução de racismo apartado de sujeitos racistas, um racismo gelatinoso, que sem uma reflexão crítica e ausente de ações estratégicas, é impossível o seu combate e enfrentamento.

É importante pontuar que as instituições de ensino superior e técnico – e a formação profissional não fica isenta – são constituídas por contradições, antagonismos e conflitos sociais – e até pessoais –, que remontam nessas a realidade das relações econômico-social e conjuntural que se materializam em toda a vida social. Esses são estabelecidos pelas relações

sociais, pela economia, pelo modo de produção, e pelos eixos estruturantes que podem ou não ser inerentes a ele, mas que a dominação, exploração e opressão desses, permeiam e determina a existência e a própria fase de acumulação capitalista experimentada pelo país e pelo mundo.

A formação profissional será definida por bases teórico-científica, que estabelecem o tipo de conteúdo ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, específicos e necessários para a formação de determinadas profissões. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino e o quadro técnico de formadores, definem que tipo de teoria não fará parte como essencial e definidor da autoimagem da profissão, de tal modo, a/o formador/a pode definir o tipo de conhecimento que não será desenvolvido como conteúdo técnico-operativo e teórico-metodológico, ou até mesmo como prioridade.

No campo da formação profissional, as/os formadoras/es podem determinar o que é prioridade fomentar, através de determinado tipo de teoria e ideologia, mas que consciente ou inconsciente pode estabelecer critérios explícitos ou implícitos de naturalização de determinadas demandas e debates que permeiam a realidade social. Inclusive, podem se apresentar para as profissões no decorrer de seu desenvolvimento e reconhecimento como profissão, e que de uma forma ou de outra, implicam em influenciar no dever ser profissional.

No caso da naturalização de determinada dominação, exploração e opressão, presume a elaboração de ideias, que são criadas e difundidas para justificar e minimizar as disparidades resultantes de antagonismos e conflitos, que são absorvidos e reproduzidos pelo quadro de profissionais na instituição. O perigoso da naturalização, seja qual for, é o afastamento da criticidade, que produz de forma ideológica a construção do senso comum, tendo por característica o “[...] “é como é”, como se o mundo tivesse uma essência e não fosse resultado de construções históricas e sociais” (MORAES, 2013, p. 18). A naturalização indica interferência e presença, de determinada ideologia, de teorias que desqualificam determinados debates, marginalizados ou, até mesmo, tratar determinadas temáticas e debates como inexistentes, como o caso do racismo (MORAES, 2013).

A questão racial, principalmente o racismo como estrutural e estruturante do modo de produção e relações capitalistas, não pode ser esquecido do processo de formação acadêmico-profissional. Trazer esse debate para o âmbito do Serviço Social é tencionar a própria estrutura do Estado, que institucionaliza de forma legal o racismo, mesmo o Brasil, possuindo lei que enquadre o racismo como crime. Os debates e as produções científicas sobre o racismo, como por exemplo, estudos, pesquisas, trabalhos de conclusão de curso,

dissertações, teses, artigos científicos e, até mesmo livros teóricos sobre o racismo e suas concepções não podem ser marginalizados, ou nem mencionado, no processo de formação acadêmico-profissional.

Mascaro (2013, p. 105) oferece uma explicação para o motivo do isolamento do debate sobre o racismo no âmbito da formação acadêmico-profissional: “ao criminalizar o racismo explícito, o Estado legitima o preconceito implícito. E, em casos extremos, é o próprio Estado quem legitima e estimula ódios seletivos”. É no espaço da formação profissional, também e não exclusivamente, que são elaborados e legitimados ou deslegitimados os conhecimentos científicos, que serve de base para a construção de elementos que proporcione intervenção na realidade, seja de forma material e/ou intelectual.

A formação profissional determina o tipo de conhecimento, debates, ideologias e, principalmente, teorias que dão fundamentos para se formar um profissional, que expressa o acúmulo teórico e político, acumulado no processo histórico de determinadas profissões, que estabelecem os valores e os princípios inerentes a esse processo. Portanto, quando se fala em formação profissional, compreende-se que se trata da integração de “[...] conhecimentos, valores, modelos, símbolos, etc., acumulados naquele próprio fazer e no viver de formadores e formandos” (NICOLAU, 2004, p. 83). Ou seja, a projeção de uma profissão, no campo do ideal, da consciência, que é passada por meio da acumulação teórica e técnica de uma determinada profissão, em uma articulação das representações sociais da profissão pelos seus sujeitos-formandos.

A transmissão de conhecimentos, de teorias, não se faz independente das condições concretas e históricas dos seus agentes profissionais, dos sujeitos da formação e do jogo de interesses polarizados. Nessa ótica, entende-se que não é apenas a informação teórica que forma o profissional; a formação atualizada, em seus objetos, a história e o contexto, a experiência e a vivência, de indivíduos e grupos. Logo, integra uma modalização da prática, mediatizada pelo trabalho. É o trabalho, assim circunscrito como fazer profissional, que potencializa um conhecimento novo acerca de objetos do real, concreto, filtrando-o num movimento que o articula ao viver cotidiano. Nessa filtragem e articulação está o indivíduo ativo que, necessariamente, (re)constrói o que lhe chega, ao se apropriar dos objetos e objetivar esta apropriação em sua prática (NICOLAU, 2004, p. 83-84).

A formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro, desde a década de 1990, tem sido palco de profundos debates em relação a formação dos seus quadros técnicos. Esse debate é consonante com o processo de hegemonia do projeto ético-político. O Código de Ética Profissional da/o Assistente Social elenca 11 princípios fundamentais, que diz respeito ao trabalho e a formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais. Esses princípios direcionam o posicionamento político adotado pela categoria profissional. Dos 11

princípios fundamentais, apenas dois não estão, diretamente, associados à defesa do enfrentamento ao racismo, porém, destacam-se os três princípios que direcionam para a necessidade de refletir, no âmbito do Serviço Social, a questão étnico-racial:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferentes;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação. Exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a nem discriminar, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23-24).

Esses princípios fundamentais estabelecem uma direção ético-política, e não se trata apenas de princípios legalistas, mas que definem as balizas de uma autoimagem da profissão, que no campo da projeção e da teleologia, elencam os conhecimentos e valores que serão oferecidos na formação acadêmico-profissional. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos e respeito às diversidades, não é algo pessoal/individual ou de responsabilidade apenas do Serviço Social. Porém, para que haja, de fato, um empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos e incentivo às diversidades, antes de tudo, deve-se buscar compreender como a sociedade e o Estado compreendem esses; como a conjuntura econômica, política e social se direcionam para tal compreensão; e, principalmente, como a formação acadêmico-profissional aborda, analisa e compreende os preconceitos (e os seus respectivos pano de fundo, características, incidências) e o que são as diversidades humanas. Esses elementos devem ser trabalhados em sala de aula, em grupos de pesquisa, em projetos de extensão.

A sala de aula e os grupos de estudos e pesquisas, também, são espaços de materialização desses princípios. O ensino, a extensão e a pesquisa, podem proporcionar reflexões no campo da consciência, alterar a visão de mundo e consolidar princípios que objetivam outro projeto societário. No âmbito da formação acadêmico-profissional, o racismo deve ser compreendido como estrutural do sistema capitalista e estruturante das relações sociais, e que sua forma de atuação é institucionalizada.

O racismo acirra as relações de classe, utilizando dessas para estabelecer as relações raciais, que determinam como as classes vão se relacionar entre si através de parâmetros racistas. O racismo não é uma questão que se restringe apenas aos comportamentos racistas, pelo contrário, o racismo se relaciona econômica, social e politicamente, através da política do Estado e das ideologias que formam as consciências sociais e raciais. Nesse sentido, é

importante compreender a relação do Estado com o Racismo. Em relação à isso, o Estatuto da Igualdade Racial define, nas disposições preliminares, no Art. 2º que

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais (BRASIL, 2019, p. 9).

O Estatuto expressa um avanço político-jurídico em relação ao combate e enfrentamento ao racismo, principalmente em relação ao Estado, mas não consegue captar o que de fato é esse Estado. Mascaro (2013) apresenta o Estado como forma-Estado. O Estado contemporâneo é uma forma de organização política específica do capitalismo. A sua especificidade no capitalismo é marcada pela separação entre a dominação política e a dominação econômica. Esse Estado se difere do escravista, no qual via de regra, a dominação política e econômica eram siamesas, sendo praticadas e organizadas, pela mesma classe dominante, a escravocrata.

Enquanto o Estado é tido como um aparato que cumpre um papel necessário na reprodução capitalista, o de assegurar a troca de mercadorias e controlar a exploração da força de trabalho. Em relação à dinâmica do capital x trabalho, o Estado atua como terceiro, como uma parte necessária para a reprodução capitalista. Nesse sentido, o Estado evita que o domínio do capital sobre o trabalho seja de forma direta. A característica do Estado como um terceiro na relação trabalho x capital, também é o que o difere do escravismo, que a dominação do capital escravista-mercantil era total sobre o trabalho escravista. O Estado não pode ser compreendido como um aparato neutro é, sim, um derivado necessário para a própria reprodução do capitalismo (PIRES; COSTA, 2010).

Desse modo, o Estado contemporâneo possui uma natureza afirmativa, não se tratando apenas de um aparato repressivo, mas que se expressa como constituição social. Nessa direção, é um aparato político apartado dos agentes econômicos individuais, e isso lhe emprega a possibilidade de influir na constituição das subjetividades, mas ao mesmo tempo, “[...] lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva” (MASCARO, 2013, p. 21). A forma-Estado não é somente um aparato instrumental, como uma arma que uma classe aponta para a outra. Muito pelo contrário, como forma específica do capitalismo, estabelece uma rede de interações que se entrecruza com todas as demais relações sociais, e através delas é que ele é constituído e se constitui. Trata-se de um complexo de relações sociais indissociáveis do sistema capitalista,

mas que se relaciona e se estrutura, através da interação das relações sociais, com estruturas que não são inerentes ao sistema capitalista.

Almeida (2017, p. 191) pontua que em uma sociedade dividida por classes, o Estado se apresenta como uma unidade possível, “[...] em uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos”. Salienta-se que a manutenção desse modo de vida conflituoso só é possível através da internalização, pelos indivíduos sócio-históricos das condições que fundamentam a sociedade capitalista como parte da cultura, o que dá base para a criação de ideologias de senso comum. Pode-se destacar:

A ideologia – e quando esta não for suficiente, a violência física – fornece o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis. Esses fatores explicam a importância da construção de um discurso ideológico calcado na meritocracia, no sucesso individual e no racismo a fim de “naturalizar” a desigualdade (ALMEIDA, 2017, p. 191).

Torna-se necessário e fundamental que se compreenda que o conflito social, resultante da relação capital x trabalho, não é o único conflito existente na sociedade capitalista, e mais ainda, os demais conflitos são originários de relações de dominação e exploração, que não são inerentes ao sistema capitalista, mas que com ele se relacionam, e que também não sumiriam com o desaparecimento das relações pautadas nas classes sociais. Essas outras relações podem ser raciais, sexuais, religiosas, dentre outras, que se constituíram em períodos anteriores ao regime capitalista. O autor pontua a compreensão dos conflitos e antagonismos raciais e sexuais são primordiais para ter uma compreensão mais aprofundada do capitalismo, “[...] visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual” (ALMEIDA, 2013, p. 191).

O Estado não pode ser resumido na mediação da troca de mercadorias, pois o racismo e sexismo serão importantes definidores do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos constituintes da sociedade. Em linhas gerais, é inevitável constatar que existe um nexo estrutural entre as relações de classe e as relações raciais, e ignorar esse fato, é contribuir para a manutenção, mais uma vez, do status quo. E pode não parecer, mas quando se pensa em classes, elas não são abstratas, mas bem realistas compostas por um vasto seguimento de grupos, que de forma colorida, as classes são compostas por negros e negras, homens e mulheres, cis e trans, indígenas, população LGBT, pessoas com deficiência e “[...] não podem ser definidas tão somente pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção” (ALMEIDA, 2015, p. 749).

Como é visto o processo de formação acadêmico-profissional, em um Estado que o racismo é estrutural e estruturante, e que por assim ser, sempre será institucional, é no mínimo estranho, que não tenha a criticidade de perceber que de fato, esse debate é importante, para que se formem profissionais, que entendam que a luta antirracista é elemento crucial para a objetivação dos princípios e valores que são norteados pelo projeto ético-político.

O posicionamento antirracista, não deve ser só um adendo ou um recorte, sem profundidade e elementos que saiam do individualismo, da lógica comportamental, mas que se tenha a certeza de que o racismo é uma estrutura que determina as desigualdades entre os grupos racializados e, que a história do Serviço Social brasileiro é marcada pela sua relação com a população negra. O posicionamento da categoria frente ao enfrentamento do racismo, é pautado no projeto ético-político profissional, através dos princípios e valores que direcionam o dever ser profissional.

É importante pontuar, que essa formação é tensionada pelo fato de estar em curso uma nova significação dos processos de formação profissional, resultado da revisão curricular nos anos 1990 (KOIKE, 1999). As transformações societárias permitiram o surgimento de um novo padrão de organização social da produção, situa-se no tempo e no espaço, baseando-se “[...] na nova racionalidade dos processos produtivos [...] pela flexibilização dos processos de trabalho, determinando novas modalidades de produção e consumo da força de trabalho [...]” (KOIKE, 1999, p. 104). Em linhas gerais, a formação acadêmico-profissional do Serviço Social, necessitava de uma apreensão de compreender o impacto dessas transformações societárias no dever ser da profissão, mas ao mesmo tempo sofreu interferências do processo em curso no país.

Koike (1999) em relação a essa apreensão elenca um duplo problema, que deve ser refletido no campo da formação acadêmico-profissional. O primeiro é a necessidade de desvelar o significado das transformações sociais contemporâneas; o segundo consiste na compreensão e reflexão das exigências que se manifestam na ressignificação dos processos educativo-formativos na contemporaneidade, que passa a ser redefinida em todas as dimensões da formação acadêmico-profissional.

Esse cenário é observado pelo novo padrão de organização social da produção, resultante de uma nova crise do processo de acumulação do capital, que é instalada nos anos 1970, perpassa os anos 1980 e se incrementa nos anos 1990. Uma das características é a flexibilização dos processos de trabalho que determinou novas modalidades de produção,

gestão e consumo da força de trabalho, o que provocou transformações no conteúdo, na qualidade e nas relações laborais.

Nesse sentido, a formação profissional, requerida por essa sociedade, deve conduzir a uma subjetividade adequada a nova forma de organização social do capitalismo atual. Almeida (2017, p. 189) orienta que o capitalismo necessita de condições subjetivas, e isso significa que “[...] os indivíduos precisam ser formados, subjetivamente constituídos, para reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil”. Nesse sentido, é necessário pontuar, que em relação ao Serviço Social, essa relação se deu muito no âmbito dos espaços e instituições do Estado.

O racismo é compreendido como uma relação de poder que se manifesta em momentos e circunstâncias históricas e como pontua Du Bois (1998, p. 35) “[...] a questão do Século Vinte é o problema da linha de cor”. Esse período, o século XX, foi marcado pelo racismo, décadas atrás de décadas, e somente no final do século XX, que o Brasil reconhecesse a existência do racismo no país. De lá pra cá, ele vem se metamorfoseando, e inclusive acompanhando a movimentação das denúncias da existência de racismo e resistência antirracista no Brasil. Inclusive, o racismo beneficia-se de conquistas do movimento negro, como a institucionalização dos movimentos negros, que desenvolveu duas questões divergentes. Por um lado, os movimentos negros foram cooptados, o que limitou a luta antirracista a burocracia do Estado. Por outro lado, a presença desses movimentos nos espaços e instituições do Estado, em suas esferas de poder, é um cumprimento de uma agenda antirracista dos movimentos negros, de serem inseridos nesses espaços, principalmente em espaços de deliberação, elaboração e financiamento de políticas sociais.

A questão central não permeia só pela discussão da institucionalização dos movimentos negros, pois o pano de fundo desses espaços institucionais, é elaborado em normas e condutas, de uma nova e velha modalidade do racismo, que se expressa através da naturalização do racismo. Não de forma inofensiva. Muito pelo contrário, alicerça-se na lógica da cidadania restrita, que é observada desde o período da abolição do escravismo mercantil. O racismo passou a ser institucionalizado, e mesmo posterior às denúncias, de que o racismo não era nada velado, mas que a sua forma silenciosa é inteiramente escancarada. Ao assumir uma modalidade/concepção nova de legalização do racismo, burlando inclusive a lei que proíbe e criminaliza o racismo (Lei Caó – Lei nº.7716/1989), lei essa que também é influenciada pelo racismo na sua aplicabilidade, transformando o crime de racismo em injúria racial.

O racismo em sua concepção institucional pode possibilitar que as organizações das instituições se voltem para a materialização do racismo, que não vai se resumir apenas em atitudes discriminatórias, muito pelo contrário, antes do ato, existe todo um processo formativo que permite normatizar esses. O racismo institucional se pauta em ser uma norma, uma regra, uma ideologia, uma dominação, que não passa despercebida no quadro geral do racismo e do sistema capitalista. Em via de regra, é sempre uma produção e reprodução do racismo, que não se inicia com o ato racista, mas com a própria construção do racismo estrutural e estruturante, ao estabelecer um modelo de relação social, que pode na sua máxima, destruir corpos negros.

O perfil profissional das/os assistentes sociais, nessa conjuntura, assenta-se na priorização da competência técnica, a crítica – embasada na teoria social crítica – e nos princípios ético-político (GUERRA, 2003). Nesse sentido:

A formação profissional estabelece a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao ethos do trabalho (como referência ético-político) e um acervo técnico-instrumental que lhes sirvam de referências estratégicas para a ação. Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutiva da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham orientar e instrumentalizar ação profissional, permitindo não apenas o atendimento da demanda imediata, mas reconstrução crítica (GUERRA, 2003, p. 17)

É nessa linha, que surge a necessidade de que se formem profissionais que conheçam a realidade concreta dos usuários. Para tal, a formação acadêmico-profissional deve acoplar conhecimentos que expressem a estrutura, conjuntura e contextos, pelos quais a profissão foi e é inserida. É necessário conhecer o seu significado sócio-histórico, como a profissão esteve e está lidando com as demandas raciais, e isso só é possível conhecendo a população usuária. E uma questão pontual, pois o projeto profissional atual não se alinha com o projeto societário vigente. Todas as contradições devem ser colocadas “na mesa” da formação profissional. E, portanto, colocado como:

[...] o desafio de construir e reconstruir projetos pedagógicos que sejam expressão efetiva de necessidade históricas da sociedade e que envolvam não apenas a formação, mas também a qualificação. É nesse sentido que a concepção de formação profissional tem que ser ampliada abarcando os assistentes sociais já formados (GUERRA, 2003, p. 18).

A formação acadêmico-profissional deve incorporar os elementos que possibilitem à/ao assistente social, além de identificar a aparência da realidade concreta das relações raciais, ou seja, a essência desses fenômenos. É necessário captar os fundamentos que

estruturam o racismo, que demanda uma análise crítica dos conflitos raciais, não como subproduto das relações capitalistas, mas como elementos que fundamentam tais relações. Portanto, a formação acadêmico-profissional, como espaço de disputa e poder de produção de conhecimento e de elaboração de perfil das/os profissionais, deve compreender que a realidade que permeia as relações de classe, não se limita à uma classe abstrata, mas uma classe que tem significado histórico, de sujeitos que se estruturam com quesitos raciais, étnicos, de gênero e sexualidade.

O esforço é demonstrar que a formação acadêmico-profissional é, de fato e sem dúvidas, um espaço de poder, que as/os formadores, mesmo embasados nos princípios e valores do Projeto Ético-Político, selecionam os conteúdos, privilegiando uns e marginalizando outros. Essa seleção dos conteúdos, pode representar uma filtragem racial, que de forma inconsciente ou consciente, pode marginalizar os debates acerca do racismo, que pode ocasionar em lacunas profundas no processo de formação da consciência profissional. Por esse motivo, é necessário que se compreenda os projetos de formação como instrumento de poder, que sujeitos históricos, ao reproduzirem as suas formações anteriores, podem sim, naturalizar determinadas opressões, e é nesse ponto que se consolida a reprodução ou o combate ao racismo. A formação acadêmico-profissional é estruturada pelo currículo mínimo, que determina o conteúdo e, de certa forma, o perfil das/os profissionais que vão se constituir como o quadro técnico do Serviço Social.

2.3 Diretrizes Curriculares como instrumento de poder: objetivação da emancipação ou manutenção do racismo institucional

A afirmação do currículo enquanto um instrumento de poder é relacionado à perspectiva do conhecimento que é transmitido através da formação profissional. Como já mencionado no item anterior, a formação acadêmico-profissional é um conjunto de integração de conhecimentos, valores, modelos, símbolos, dentre outros, que foram acumulados durante os processos históricos e do fazer e viver daqueles que estão na posição de formadores e dos formandos. A formação profissional se torna uma arena, onde a disputa é que tipo de conhecimento será utilizado ou não, mas sempre abrindo margem para a naturalização de determinados debates pela via da ausência, ou seja, uma disputa pelas diretrizes curriculares. Destaca-se que a formação acadêmico-profissional está organicamente relacionada com a conjuntura econômico-política.

O currículo do curso de Serviço Social envolve as condições concretas e históricas da profissão, e que elenca um jogo de interesses polarizados (NICOLAU, 2005). O currículo e a

formação acadêmico-profissional não são apenas um conjunto de informação teórica, mas envolve um processo reflexivo, que se reverbera no processo de consciência dos formandos. Rocha (2005, p. 114) afirma que “o currículo, sem querer simplificar a complexidade que representa, é um forte instrumento de poder”, que pode servir de instrumento que contribua para a manutenção ou com a ruptura do *status quo*. Tem a possibilidade, de tal forma, de encaminhar-se para dois lados: 1) recuperação da concepção científica, que privilegia a categoria histórica, possibilitando que se evita e supera as ideologias pós-modernas, que elenca um caráter fragmentado e a-histórico na produção do conhecimento; 2) direciona-se para a reafirmação dos saberes que são construídos historicamente, sob uma perspectiva de hierarquização da dominação de classe, raça e etnia, de gênero, identidade de gênero e sexualidades (IAMAMOTO, 2008; ROCHA, 2014). Pode-se afirmar:

O currículo é produto de um projeto de formação acadêmica é constituído a partir de disputas de concepções ideológicas distintas, de tensões e de embates travados no processo de sua construção. A direção política contida no projeto político-pedagógico de um curso tem na constituição do currículo pleno a sua expressão mais concreta em relação aos avanços, sob o ponto de vista das lutas sociais e, também, em relação às suas contradições, que fazem parte do movimento dialético dos processos sociais (ROCHA, 2014, p. 114).

Porém, esse currículo também será uma movimentação histórica e de construção coletiva da categoria. As diretrizes curriculares foram construídas pela ABEPSS, na década de 1990, sendo fruto de grandes mobilizações da categoria, resultado de diversos fóruns de debates realizados pela categoria em todas as regiões do Brasil. Tratou-se de um momento efervescente, que mudou o rumo da formação profissional (ROCHA, 2014). Iamamoto (2012, p. 444-445) observa que as diretrizes curriculares legalmente vigentes, não integram o projeto de formação acadêmico-profissional da ABEPSS, pois:

A proposta das diretrizes curriculares, encaminhada ao então Ministério da Educação e do Desporto, foi fruto de uma construção coletiva das unidades de ensino, com ampla representatividade, sob a liderança da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Essa proposta referendada pela então Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, assessorada da Secretária de Ensino Superior – SESu –, do MEC para assuntos relativos ao Serviço Social, foi encaminhada ao Conselho de Educação, onde sofreu uma forte descaracterização.

Para Rocha (2014, p. 93) o Conselho Nacional de Educação ao promulgar as Diretrizes Curriculares vigentes do curso de Serviço Social, “mutilou” os principais elementos que ressoavam “[...] a realidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria profissional”. Essa descaracterização da direção social na formação acadêmico-profissional recaiu fortemente nos conhecimentos e habilidades essenciais ao desempenho do assistente

social, ou seja, comprometeu o projeto original. Essa manobra do MEC possibilitou a polarização das formações acadêmico-profissionais do Serviço Social brasileiro. Isso pelo motivo de algumas instituições não se comprometerem com o currículo mínimo e a proposta da ABEPSS, que em suma, são as IES públicas e algumas privadas que seguem a proposta das diretrizes curriculares e os três núcleos fundantes para a formação profissional. Nessa linha, Boschetti (2004, p. 22-23) afirma:

Os pareceres e a resolução do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social, emitidos em 2001 e 2002, após anos de análise, reduziram drasticamente o projeto pedagógico que constava nas diretrizes curriculares da própria ABEPSS. Não devemos entender essa redução drástica como mera simplificação e mera formatação padrão de todos os currículos. Considero que, por trás dessa simplificação, está um projeto de formação conflitante com a proposta de formação do Serviço Social, construídos coletivamente pelas entidades a partir da ação da ABEPSS.

Não se trata de troca de palavras ou emprego de um sinônimo, mas de alterações recheadas de posicionamentos políticos em relação à formação acadêmico-profissional. Iamamoto (2012, p. 445), em sua análise, observa que: “[...] no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilizar dos recursos da informática” [...]”. Um troca totalmente absurda, alterando o direcionamento do conteúdo, e isso indica que a disputa pelo currículo e diretrizes curriculares do Serviço Social não é apenas uma disputa entre a categoria e as instituições de ensino, mas uma disputa entre a categoria e suas entidades representativas com o aparato estatal.

A ABEPSS (1996, p. 6-7) propôs 11 princípios fundamentais:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate

sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Esses princípios possibilitaram que a formação acadêmico-profissional acompanhasse o movimento conjuntural e estrutural do Estado capitalista e do capital, e aprofundar em debates que ainda não ganharam espaço na formação acadêmico-profissional. A formação não está apartada da realidade, e o rigor teórico é o que possibilita a compreensão e aproximação com a realidade que o Serviço Social intervém. Nessa lógica, o Serviço Social não pode se furtar na negação de que o Brasil não é só dividido por classes, mas que essas classes, mesmo entre si, reproduzem e produzem mecanismos de discriminação que são inerentes às estruturas que remontam e montam a sociedade brasileira. Rocha (2014, p. 95-95) explica:

É a partir dos pressupostos que nortearam a concepção de formação profissional impressa na revisão curricular e dos princípios que fundamentam a formação profissional que são definidas as diretrizes curriculares, que defendem a capacitação teórico-metodológica, ético-política e teórico-operativo.

Essa defesa é pelo fato do trabalho do assistente social ser permeado pelas dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo (FORTI; COELHO, 2015). Santos (2003, p.23) compreendem que as dimensões da prática profissional “[...] são construções históricas e refletem as direções sociais assumidas pela profissão nas diversas conjunturas”. E que essas são e devem ser mesmo debatidas no processo de formação acadêmico-profissional, refletindo a autoimagem da profissão. A utilização do termo dimensão remete-se às propriedades, no sentido dos pressupostos, direções e princípios fundamentais, que vão contribuir na concretização da profissão e das suas bases. Desta forma, as dimensões da prática profissional são constitutivas e constituintes do acúmulo cultural e teórico da profissão, à luz do projeto ético-político profissional, e essa direção é uma conquista do coletivo profissional.

A ABEPSS, nas diretrizes curriculares de 1996, apresentam também os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e

atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

Bonfim (2015) explica que para compreender as tensões que circunscrevem o projeto ético-político profissional – e aqui cabe pontuar que também desrespeita a formação profissional, levando em consideração os princípios anteriores – duas questões são essenciais. A primeira é entender que os processos alienantes da sociabilidade burguesa são obstáculos para o livre desenvolvimento dos seres humanos. A segunda são as particularidades da formação moral brasileira, que possui raízes profundas no processo de colonização, do sistema escravista mercantil e a transição para o capitalismo dependente. Porém, ambas estão relacionadas com o complexo processo de produção e reprodução da existência material dos seres humanos.

Forti e Coelho (2015) apontam, embasadas em Lukács, que a base “dinâmico-estruturante” do ser social é o trabalho, sendo uma atividade que o seu surgimento só ocorreu depois de um nível de desenvolvimento do processo de reprodução do ser orgânico. É fato, portanto, que o trabalho é guiado pela consciência, e desta forma, não é restringido ao condicionamento biológico. É necessário explicar que a biologia e a física serviram de modelos explicativos da diversidade humana, ou seja, o determinismo biológico que estipulou a perspectiva de características biológicas, que serviram para explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças (ALMEIDA, 2018). Essa foi uma das justificativas para expandir globalmente a instituição escravidão, embasado no racismo científico, e na lógica do trabalhador-mercadoria totalmente alienado e destituído dos meios de produção. A ideia de características biológicas permeou a formação social do Brasil, e até a contemporaneidade é utilizada para justificar a desigualdade racial, ou justificar a moral racista que permeia a sociedade brasileira.

A sociabilidade é permeada por um movimento de complexidade, que se incluem os valores e a questão do dever ser (FORTI; COELHO, 2015), e a ação do ser social na busca pela satisfação das suas necessidades pressupõe trabalho e escolhas. Forti e Coelho (2015, p.17) destacam que “o trabalho faz supor escolhas entre alternativas, entre elementos reais e suas utilidades, e pressupõe fim consciente”. Trata-se de uma atividade que concentra a materialização de posições teleológicas, que na medida em que o produto é originado, o valor é estabelecido. É importante destacar que:

[...] em nossa realidade, os espaços sócio-ocupacionais, ao requererem a força de trabalho dos assistentes sociais, delimitam, mais claramente, as competências e habilidades desses profissionais, ocorrendo no interior da categoria crescente segmentação das atividades profissionais. [...] As

competências e habilidades requeridas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais são delimitadas segundo as expressões da “questão social” a serem respondidas e as diferentes políticas sociais implementadas. As políticas sociais, por sua vez, fragmentam-se segundo o nível de proteção, o segmento da classe trabalhadora a ser atendido, o tipo de serviço a ser prestado [...] cada uma das políticas e serviços sociais, existem os espaços institucionais específicos que concebem, planejam e financiam, imprimindo a direção social a cada política e serviço; os espaços que os avaliam e monitoram; os espaços que os executam. Os espaços sócio-ocupacionais são fragmentados e pulverizados, distinguindo-se segundo a sua natureza pública ou privada (FORTI; COELHO, 2015, p.30).

Almeida (2018) salienta que o racismo institucional tem por característica a ideia de que as instituições são fundamentais para a consolidação da supremacia de um grupo racial. O racismo institucional, de certa forma, incide na formulação de regras e imposições de padrões sociais que atribuem camadas de privilégios para um grupo racial, e barreiras e dificuldades para outro grupo racial. Porém, o que deve ser entendido é que o racismo institucional não está desvinculado de um projeto político-institucional e condições socioeconômicas específicas.

Portanto, a concepção que a instituição tem das demandas apresentadas, da focalização da política social e dos interesses dos grupos raciais, o/a assistente social é mergulhada/o dentro de possibilidades reais de reprodução das duas dimensões do racismo institucional, mediante mecanismos cotidianos e corriqueiros, que são naturalizados institucionalmente, para a reprodução do racismo.

É importante entender como esse debate se adequa na nova organização curricular. O currículo mínimo foi alicerçado sob o tripé de conhecimentos que foram constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional (ROCHA, 2014). Os núcleos fundamentais são esses:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social:** Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade.

- **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:** Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada

com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista nos países, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.

- **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:** O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABEPSS, 1996, p. 10-13).

Os núcleos de fundamentos para a formação profissional – principalmente o *Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira* – indicam que o debate sobre as questões étnico-raciais, com destaque para o racismo, não é um equívoco ou menos pertinente. Pelo racismo ser estrutural e estruturante, e ao mesmo tempo institucional, ele tem a capacidade de permear a formação brasileira, pelo trabalho, pelo Estado, pela sociedade, pelo trabalho profissional e pelas esferas da formação acadêmico-profissional. É nesse sentido, “[...] a questão da raça e etnia pode também ser tratada como tema transversal em diferentes núcleos” (ROCHA, 2014, p. 96). A introdução da temática étnico-racial, no processo de formação acadêmico-profissional é essencial para objetivar a luta antirracista como elemento estrutural do Projeto Ético-Político, para objetivar a construção de um novo projeto societário. E como apontado pela literatura utilizada no decorrer desse trabalho, não se trata de um debate novo para o Serviço Social brasileiro. A novidade é colocar em evidência como o Serviço Social tratou, trata e como deveria tratar esse debate.

Eurico (2013) salienta que a aproximação do Serviço Social com a temática e debate sobre a questão racial, com destaque para o racismo, ainda é tímida. Mas revela a necessidade de problematizar de que forma a profissão vem entoando as discussões e conceitos sobre a temática. Sobre a relação das/os assistentes sociais com os conceitos étnico-raciais, pontua-se que as/os assistentes sociais ao entrarem em contato com os termos “[...] afrodescendentes,

branquitude, discriminação racial, etnia, negro, preconceito racial, racismo, racialismo e raça, os profissionais podem transitar por diversas interpretações, muitas vezes antagônicas” (EURICO, 2013, p. 293). Isso só ilustra que o desafio é grande, mas que travar essa disputa é um compromisso ético-político.

Observa-se que a inserção do debate étnico-racial é um dos caminhos para travar o enfrentamento e combate ao racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional. É um processo que requer entender que ao

Escamotear tais discussões é também assumir uma posição política. E nisto, o Serviço Social brasileiro se diferencia das demais profissões, uma vez que em seu Projeto Ético-Político, o lado que se optou em seguir, é o da classe trabalhadora, composta pela parcela mais empobrecida da sociedade brasileira, negros(as), mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais. Portanto, trata-se então, de que esta categoria atente-se para que a condição da população negra não seja subjugada ou secundarizada por quem se coloca como construtor de uma nova ordem societária, onde não cabem explorações e nem dominações sejam elas de qual origem for (ALMEIDA, 2015, p. 325-326).

Iamamoto (2012) destaca que a/o assistente social no cotidiano profissional lida com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que vão ser atravessados por determinações de classe. Porém, é importante pontuar os impactos causados nos grupos diferenciados e específicos das/os trabalhadoras/es negras/os inserido, desde o pós abolição, no exército industrial de reserva e na superexploração do trabalho nos postos de trabalho precarizados e subalternizados.

De acordo com Forti e Coelho (2015) a realidade não pode ser conhecida de imediato, pois o processo de apreensão da realidade é processual e construído coletivamente. Assim, a teoria social crítica e seu método de conhecimento são essenciais, enquanto instrumentos, para a apreensão do movimento do real. Segundo Forti e Guerra (2016) a/o assistente social tem o papel de buscar responder às necessidades sociais, e pressupõe que esse profissional é portador de fundamentos teóricos que não lhe permitem ficar limitado nas barreiras do senso comum.

Portanto, é necessário compreender, que a formação acadêmico-profissional diluída no “senso comum”, que o pano de fundo é o racismo, constrói uma perspectiva a-histórica de ausência e deslocamento dos antagonismos e conflitos raciais na sociedade, que são desconsiderados nas reflexões profissionais, essa postura ídeo-política deve ser tensionada, no processo de apreensão do movimento do real. Iamamoto (2012, p.220-221) destaca que:

O profissional é desafiado a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares que aí se concretizam, como condições de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movam a ação.

Torna-se necessário recorrer à categoria mediação para compreender a relação das dimensões universais e particulares, totalidade e singularidade, e como esse debate pode se relacionar com a formação acadêmico-profissional e com as diretrizes curriculares. Pontes (2000) explica que se trata de uma categoria objetiva e ontológica, e independente dos sujeitos, deve estar presente em qualquer realidade. A mediação é uma das categorias centrais da dialética, e é “[...] inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)” (PONTES, 2000, p.38). O autor indica a necessidade de compreender as determinações fundamentais da ontologia marxista.

A mediação é uma categoria da realidade, tratando-se de uma ontologia do ser social, e presume sempre se colocar diante de um tipo de ser, e não em conceitos ideais, voltada para os processos de produção e reprodução da vida humana. A sua sustentação é dada pela relação homem-natureza, ou seja, o primado da economia do ser social, e entende o trabalho como central da existência humana, pois proporciona a sociabilização humana. Prioriza a ontologia do ser social sobre a consciência, porque é o ser social que determina a sua consciência, e não o contrário. Traz a compreensão da totalidade enquanto um grande complexo constituído por complexos menores (PONTES, 2000). A mediação, enquanto categoria, é um caminho para o aprimoramento do debate étnico-racial no processo de formação acadêmico-profissional, ou seja, oferecerá para o corpo discente determinantes para refletir a funcionalidade do racismo na vida social.

A dimensão reflexiva da mediação compreende a necessidade de ultrapassar a imediatez, ou seja, a aparência, e busca-se a essência, implicando na necessidade de construir intelectualmente mediações que proporcione a reconstrução da própria movimentação do objeto. Nesse sentido, em sala de aula, o processo de apreensão do racismo na sociedade brasileira, conota, de certa forma, em ultrapassar o imediato das relações sociais, em descortinar o “invisível”, no ato da exposição dos fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e ético-políticos, que constroem a autoimagem da profissão.

Coelho (2016) destaca que o cotidiano profissional da/o assistente social – que pode também ser, aqui, interpretado como o cotidiano docente – é permeado pela superficialidade da vida cotidiana, onde o pensamento hegemônico da sociedade capitalista se apresenta de forma fragmentada, e a tendência é a naturalização dos fenômenos sociais. Desta forma, pode-se obscurecer a essência do racismo institucional, levando a naturalização da compreensão sutil e silenciosa do racismo institucionalizado, que se materializa através da burocratização institucional, na rotina cotidiana, na repetição de tarefas, que podem assumir uma característica robótica, e na espontaneidade que requer respostas imediatas, assim como as múltiplas exigências no âmbito da reprodução social.

Pontes (2000) indica que os pressupostos que apoiam o processo de reconstrução de mediações na intervenção profissional são: singularidade, particularidade e universalidade; fica nítida a possibilidade de uma mediação que leve em consideração os elementos, processos, produção e reprodução do racismo estrutural e institucional na sociedade brasileira.

De acordo com Pontes (2000), a singularidade incorpora a aparência, que circunscreve a imediatez das demandas que chegam para a/o assistente social, ou seja, os problemas individuais, familiares, psicossociais, organizacionais e programático-operativos, compreendidos como as demandas institucionais. A particularidade compreende o campo das mediações, ou seja, a síntese de determinações, que compreende a reconstrução do objeto de intervenção profissional, que envolve as relações sociais, o espaço-tempo, a história e a cultura.

Desta forma, elencam-se as particularizações de sistemas de mediação, que são compostas pelos processos sócio-produtivos, instituições sociais presentes, correlação de forças em presença (o poder), política social particularizada pela instituição, rede de proteção social articulada, movimentos sociais, relação indivíduo-sociedade e outros processos sociais particularizados. A universalidade é composta pelas leis tendenciais, que engloba as demandas sociais, que corresponde à divisão social do trabalho, as relações sociais capitalistas, a relação capital e trabalho, a relação estado-sociedade, as leis de mercado, as políticas econômicas, as políticas sociais e as demais determinações.

Essa explicação dos pressupostos da mediação é a chave para a compreensão da relação das duas dimensões do racismo institucional no cotidiano e fazer profissional, tendo como eixo central a necessidade de incorporação do racismo como demanda profissional, que chega principalmente nas dimensões institucional e estrutural, e que podem direcionar todo o processo do trabalho da/o assistente social.

A inserção de sujeitos na formação acadêmico-profissional do Serviço Social, deve permitir que esses, tenham contato, através dos conteúdos propostos pelos programas e ementas, que são embasados nas diretrizes curriculares, com diversas realidades sociais. Dentro do conteúdo programático, que são oferecidos pelas ementas, o racismo pode ser incluído, como um eixo estrutural da realidade social, que permear tanto a vida cotidiana da/o discente, como também da/o docente. Essa relação se assenta no plano da singularidade, convertidas em demandas institucionais, que se apresentam ao intelecto da/o assistente social desprovidas de mediação, sendo “[...] paramentada por objetivos tecnoperativos, metas e uma dada inserção [...]” (PONTES, 2000, p.45). Os sujeitos que se inserem nessa formação precisam compreender que o racismo tem incidência material nas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade brasileira.

É necessário que se ultrapasse a imediatividade, buscando compreendê-la e partindo dela para concepções mais amplas e complexas do real, realizando uma aproximação do plano das determinações universais da realidade. Isso significa uma aproximação da legalidade social. E, desta forma, é imprescindível que a formação acadêmico-profissional, através das diretrizes curriculares, combata a naturalização do racismo e dos seus produtos reprodutores e produtores de desigualdade, exclusão e marginalização. Levando-os para determinantes das leis específicas que envolvem o processo de formação da sociedade brasileira, o desenvolvimento da industrialização, economia dependente, superexploração e principalmente, as dimensões institucional e estrutural que dão materialidade para o racismo. De tal modo, no âmbito da formação acadêmico-profissional é necessário trazer esses fatos, para além de explica-los, buscar responde-los, para possibilitar a construção de valores antirracista, que contribuam para a objetivação dos princípios e valores que regem o projeto ético-político.

A compreensão do movimento da realidade pode auxiliar na construção de possibilidades que visam a objetivação de valores democráticos, fortalecimento dos direitos humanos, objetivando romper com a ordem opressiva do capital e do racismo. É preciso levar em consideração à formação sócio-histórica brasileira, que tem no seu bojo, historicamente a exploração das/os trabalhadoras negras, que no escravismo mercantil era baseada no sobretrabalho do trabalhador-mercadoria, e no sistema de produção capitalista na superexploração baseada em postos de trabalhos precarizados e subalternizada. É necessário romper com a falsa democracia racial e erguer as mangas para enfrentar o racismo institucional, que se apresenta como demanda urgente e histórica para esses profissionais.

As diretrizes curriculares, nesses pormenores, é um dos principais instrumentos de poder que se apresentam nas instituições que oferecem o curso de Serviço Social. Os conteúdos e conhecimentos produzidos tem o papel de elaborar um processo de consciência profissional, que de certa forma, e via de regra, estabelecem quais serão os meios teóricos que a prática profissional se embasará. É necessário que se tenha consciência da realidade imposta pelas relações raciais, e que não se tenha medo de sair da zona de conforto e confrontar o racismo institucional que faz parte das instituições de ensino, e o caminho é ter atenção com os conteúdos que devem e são ministrados em sala de aula. Cabe ainda levantar a seguinte questão, que será melhor desenvolvida no próximo capítulo: Como os currículos da graduação e dos programas de pós-graduação na área do Serviço Social, tem posicionado a temática étnico-racial, principalmente o racismo?

Pode-se constatar que o debate sobre o racismo na estrutura curricular do Serviço Social não é simples, mas complexo, pois se posiciona no campo reflexivo e que depende de sujeitos formadores para desenvolver esse debate. O processo investigativo não se propõe esgotar esse debate, mas contextualizar a formação acadêmico-profissional a partir da conjuntura social. Trata-se de situar o Serviço Social na luta antirracista, apresentar os seus desafios e as contribuições para essa luta que é um compromisso ético-político.

Capítulo 3 – Racismo e Formação Acadêmico-Profissional em Serviço Social: o Projeto Ético-Político como uma resposta antirracista no processo de desenvolvimento da consciência profissional

Na nação racista brasileira
Nunca houve cidadania plena para o povo preto
E todos estão cientes dessa afirmação,
O “direito” do povo preto sempre foi o de permanecer calado,
Quando tem a fala autorizada deve pronunciar: “não senhor, eu sou trabalhador!”
Mas é a hora de revelar um segredo:
O povo preto nunca foi submisso!
A potência preta é histórica
E nunca precisou de um Jesus preto,
Pois Exú sempre abriu os caminhos para o povo preto!⁴²

Esse capítulo tem como objetivo apresentar como a complexidade das relações raciais no sistema capitalista podem ou não ser absorvidas pela formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Mostra-se como o racismo se estruturou na sociedade brasileira e, principalmente, quais os impactos na vida social da população negra. O intuito é demonstrar que essa complexidade precisa se apreendida no processo de formação acadêmico-profissional do Serviço Social.

Não obstante, visa mostrar como o projeto ético-político profissional é uma resposta para as possíveis lacunas que podem existir entre o Serviço Social e a luta antirracista. Mostra-se, por meio de 6 instituições de ensino superior públicas, que oferecem graduação em Serviço Social e pós-graduação na área de Serviço Social, como o debate sobre as questões étnico-raciais, principalmente o racismo, tem sido localizado no processo de formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais e pesquisadoras/es para a área.

Foi feito uma pesquisa a partir dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, assim como, coleta de dados sobre o perfil das/os docentes, a partir dos sites dos programas de pós-graduação e dos currículos lattes das/dos docentes. Também foi realizada uma busca das dissertações e teses nos repositórios institucionais para obter as que tiveram como objeto de pesquisa as questões étnico-raciais.

Esse levantamento possibilitou estabelecer um panorama, mesmo que nesse recorte de instituições de ensino superior - IES, para compreender como os cursos de graduação e de pós-graduações selecionados têm tratado à temática. O objetivo é trazer os dados, para que a/o leitor/a visualize como o debate tem sido localizado no interior dos cursos. Os números, podem não demonstrar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão sobre a questão racial, e nem como o racismo pode ter interferido nesse processo de formação, mas ao menos, servem

⁴² Trata-se de um trecho do poema “Não tentem ocultar a história do Brasil” de autoria de Leonardo Dias Alves. Esse poema foi escrito inspirado na pesquisa que deu estruturação para essa dissertação.

para demonstrar que existem muitos desafios para o Serviço Social no combate e enfrentamento ao racismo.

E, parte-se da premissa de que o racismo é estrutural, estruturante e institucional, logo, ele é uma relação social potente, que vinculado ao sistema capitalista, tem provocado o genocídio da população negra no território brasileiro. E, portanto, compreende-se que o Serviço Social tem um papel muito importante nessa luta, por isso, é necessário que a profissão invista mais em pesquisas sobre a temática, tanto na graduação, como na pós-graduação.

3.1. Racismo, superexploração do trabalho e violência racial

Para ter uma dimensão de como a formação acadêmico-profissional em Serviço Social pode contribuir com a luta antirracista, antes, primordialmente, é necessário compreender como, na atualidade, o racismo se vincula ao capitalismo e cria uma realidade complexa e com profundas desigualdades para a população negra.

O racismo não é um acidente e/ou um desvio de conduta moral, ou até mesmo, um mero problema psicológico. O racismo é uma estrutura que fez e faz parte da formação cultural, econômica, política, religiosa e social do Brasil. Do período escravista mercantil até os dias atuais, o racismo passou por um processo de transformação que lhe compete ser um eixo estrutural, estruturante e institucional do sistema capitalista brasileiro. Destaca-se que

El racismo, verdadero "fenómeno social total", se inscribe en prácticas (formas de violencia, de desprecio, de intolerancia, de humillación, de explotación), discursos y representaciones que son otros tantos desarrollos intelectuales del fantasma de profilaxis o de segregación (necesidad de purificar el cuerpo social, de preservar la identidad del "yo", del "nosotros", ante cualquier perspectiva de promiscuidad, de mestizaje, de invasión), y que se articulan en torno a estigmas de la alteridad (apellido, color de la piel, prácticas religiosas). Organiza sentimientos (la psicología se ha ocupado de describir su carácter obsesivo, pero también su ambivalencia "irracional"), confiriéndoles una forma estereotipada, tanto en lo que se refiere a sus "objetos" como a sus "sujetos". Esta combinación de prácticas, de discursos y representaciones en una red de estereotipos afectivos es la que permite atestiguar la formación de una comunidad racista (o de una comunidad de racistas, entre los que reinan, a distancia, lazos de "imitación"), y también el modo en que, como en un espejo, los individuos y las colectividades que son blanco del racismo (sus "objetos") se ven obligados a percibirse como comunidad (BALIBAR, 1991, p. 32)⁴³.

⁴³ "O racismo, um verdadeiro "fenômeno social total", faz parte de práticas (formas de violência, desprezo, intolerância, humilhação, exploração), discursos e representações que são tantos desenvolvimentos intelectuais no fantasma da profilaxia ou segregação (necessidade de purificar o corpo social, preservar a identidade do "eu", do "nós", diante de qualquer perspectiva de promiscuidade, miscigenação, invasão) e articuladas em torno de estigmas de alteridade (sobrenome, cor da pele, práticas religiosas). Organiza os sentimentos (a psicologia preocupou-se em descrever seu caráter obsessivo, mas também sua ambivalência "irracional"), conferindo-lhes uma forma estereotipada, tanto em termos de "objetos" quanto de "sujeitos". Essa combinação de práticas,

O racismo tem a capacidade de se estruturar em toda a vida social, criando e recriando instituições e políticas públicas e sociais, que já surgem tendo o racismo como norma, regra e política. É uma estrutura implacável, que se materializa através de mecanismos institucionais, como o racismo institucional e a violência institucionalizada, e resulta sempre em produção de desigualdades raciais profundas. Almeida (2016, p.23) afirma que o “racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente”, por esse motivo, é dotado de materialidade e historicidade.

Pode-se observar que:

Não é sem razão, aliás, que o racismo, em sua hedionda e perversa história, sempre causou confusão, inclusive teórica, sendo que a mais antiga referência à discriminação racial data aproximadamente 2000 a.C. e consta de um marco erigido acima da segunda catarata do Nilo, proibindo qualquer negro de atravessar além daquele limite, salvo se com o propósito de comércio ou de compras, restando óbvio que a discriminação era fundamentalmente de ordem econômico-política, usando a raça como referencial (SILVA, 2009, p. 68)

As relações sócio-raciais e o racismo, no Brasil, têm a sua gênese no sistema escravista mercantil. A utilização da raça como referencial para a exploração compulsória da força de trabalho se configurou como um tipo de racismo e a sua metamorfose se inicia no processo de abolição do sistema escravista mercantil.

O racismo, em seu efeito primário e necessário para o capital escravista-mercantil, transformou seres humanos em mercadorias, em trabalhadores-mercadorias. O sistema escravista mercantil estabeleceu uma relação complexa entre o modo de produção escravista, a economia escravista, o mercado mundial e o comércio de carne humana. Essa complexidade se materializou no nó central do escravismo mercantil, ou seja, o trabalhador-mercadoria, desprovido de qualquer direito social, político e trabalhista, com uma exploração total do seu trabalho, do seu corpo e da sua fé.

A face cruel e esmagadora do trabalho para a população negra no Brasil, que foi orquestrada pelo trabalho escravista, não sumiu com o fim do sistema escravista mercantil, pelo contrário. Os sentidos da abolição, enquanto umas revoluções burguesas brasileira foram racistas, totalmente alinhados com a política econômica liberal em uma relação visceral com a política de incentivo à imigração e com o racismo científico.

discursos e representações em uma rede de estereótipos afetivos é o que torna possível testemunhar a formação de uma comunidade racista (ou de uma comunidade de racistas, entre aqueles que reinam a distância, laços de "imitação") e também a maneira pela qual, como um espelho, indivíduos e coletividades que são alvo do racismo (seus "objetos") são forçados a se perceber como uma comunidade”. Tradução livre.

O pensamento social coletivo da população negra, no cenário abolicionista, era a convicção de que o regime do cativo era parte do passado, era aguardado dias melhores, “um futuro de direitos, igualdade e cidadania era questão de tempo” (GOMES; DOMINGUES, 2013, p.15). Porém, com a instauração da República, em 15 de novembro de 1889, um ano após a abolição do escravismo mercantil, as perspectivas de conquistas sociais e políticas não vingaram (GOMES; DOMINGUES, 2013). A realização da abolição brasileira se deu através da hegemonização das forças liberais, com a repressão dos movimentos abolicionistas protagonizados pela própria população negra (MOURA, 1994; OLIVEIRA, 2017).

Oliveira (2017, p. 9) afirma:

O temor de que houvesse no Brasil um processo semelhante ao que ocorreu no Haiti (uma revolta dos escravizados) levou os setores dominantes a buscarem o protagonismo no processo abolicionista, realizando-o *pari passu* com a disseminação de políticas de branqueamento da população (sustentadas pelas teorias “científicas” da eugenia, reconfiguradas no Brasil para práticas do branqueamento).

Oliveira (2017; 2017b) pontua que a transição societária pelo alto resultou na formação de um Estado capitalista tendo por base: a concentração de renda e patrimônio; o racismo como elemento estruturante da divisão das classes sociais; a cidadania restrita; e, a violência como práxis política central. A concentração de renda e de patrimônio é a manutenção da estrutura fundiária do país, e é um dos principais resquícios do período escravista mercantil. O racismo se apresenta como elemento estruturante das divisões das classes sociais, pela própria transição do trabalho escravista para o trabalho assalariado sem ruptura com as instituições escravistas.

A cidadania restrita (OLIVEIRA, 2017), consiste na criação de uma tipificação de “cidadão” que não abrange toda a população, principalmente o segmento racialmente descriminalizado e marginalizado. Uma das características das ordens societárias capitalistas liberais é a transfiguração da desigualdade de classe da dimensão econômica para a igualdade jurídica, ou seja, “somos todos iguais perante a lei”, mas na prática, nas ações, nas repressões, nas opressões e nas explorações, demonstram que a relação de cidadania é totalmente diferente entre as/os trabalhadoras/es negras/os e as/os trabalhadoras/es brancas/os.

Compreende-se que “os direitos jurídicos são, então, estendidos a todos, visto não como pertencentes a uma ou outra classe social, mas como “cidadãos”” (OLIVEIRA, 2017, p. 50). A cidadania plena é típica dos ordenamentos capitalista liberais, mas como pontuou Moura (1977), a população negra não foi tratada como cidadã, mas como má cidadã, ou seja, como uma cidadã e um cidadão incompleta/o, que deveria ser eliminada/o. Isso explica a

lógica da cidadania restrita. A violência, ao articular diretamente com esses elementos na sociedade capitalista, é uma práxis política central e não uma prática episódica, e os aparelhos repressivos do Estado agem como instrumentos que auxiliam na manutenção da ordem.

Pode-se constatar, de acordo com Menezes (2010), que a igualdade jurídico-formal – assegurada pela CF-88 – que ganhou corpo nas últimas décadas do século XX e permeou as duas primeiras décadas do século XXI, não tem dado conta de diminuir e extirpar as desigualdades que se proliferaram no solo brasileiro. Logo:

Embora a Constituição (1988) em vigência garanta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (artigo 5º), esta premissa não foi suficiente para efetivar direitos de cidadania plena para as mulheres, para os negros e para os grupos indígenas, por exemplo. Entraves institucionais, econômicos e valorativos culturais vêm obstaculizando, na prática, o acesso a bens e serviços por estes grupos depreciados/desprestigiados socialmente, embora nos discursos e na teoria estejamos todos protegidos pelo “manto democrático” (MENEZES, 2010, p. 9-10).

Nesse sentido, de acordo com Pereira (2016, p. 41):

O racismo se configura com uma das questões fundamentais no Brasil tanto pelas características assumidas no país quanto pela história de desigualdades provocadas por este fenômeno em várias dimensões da vida cotidiana como renda, saúde, trabalho e educação. Durante muitos anos houve uma naturalização de tais desigualdades, uma invisibilização da questão racial e uma negação da marginalização dos negros.

Um ponto que chama a atenção é a relação das bases que modelaram o sistema capitalista no Brasil com a superexploração do trabalho. Marini (2005) aponta que a combinação dos mecanismos de intensificação do trabalho, da prolongação da jornada de e da expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho, configuram o modo de produção da superexploração do trabalho, que resulta em uma remuneração abaixo do seu valor. Nesse sentido,

É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho; nesse sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo accidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus – como as minas de ouro e de prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil – foram assentadas sobre o trabalho escravo (MARINI, 2005, p. 157).

A superexploração do trabalho, que se configura como um modo de produção fundado na maior exploração das/os trabalhadoras (MARINI, 2005), é resultado do capitalismo dependente desenvolveu-se nos países latino-americanos. O Brasil é inserido nesse tipo específico de capitalismo, porém, guarda particularidades que merecem ser analisadas.

Moura (1994) explica que as particularidades do capitalismo dependente desenvolveram-se no Brasil, foram desenhadas com raízes profundas no sistema escravista mercantil (principalmente no tipo de exploração do trabalho – sobretrabalho –, modo de produção e economia – capital escravista-mercantil). O autor indica que o processo embrionário da dependência do Brasil é encontrado no sistema escravista mercantil em suas duas fases (pleno e tardio).

No escravismo mercantil pleno, esse processo é encontrado na dependência econômica de Portugal, do mercado mundial e do mercado supridor de mão de obra – comércio de carne humana –, na qual a economia desenvolveu e girou-se através da extração do sobretrabalho das/os trabalhadoras/es-mercadorias. Porém, esse processo intensificou-se no escravismo mercantil tardio, com uma acentuação da dependência econômica da economia mundial (MARQUESE, 2018), possuindo como fator importante a modernização, urbanização e endividamento, ambos agenciados pela Inglaterra.

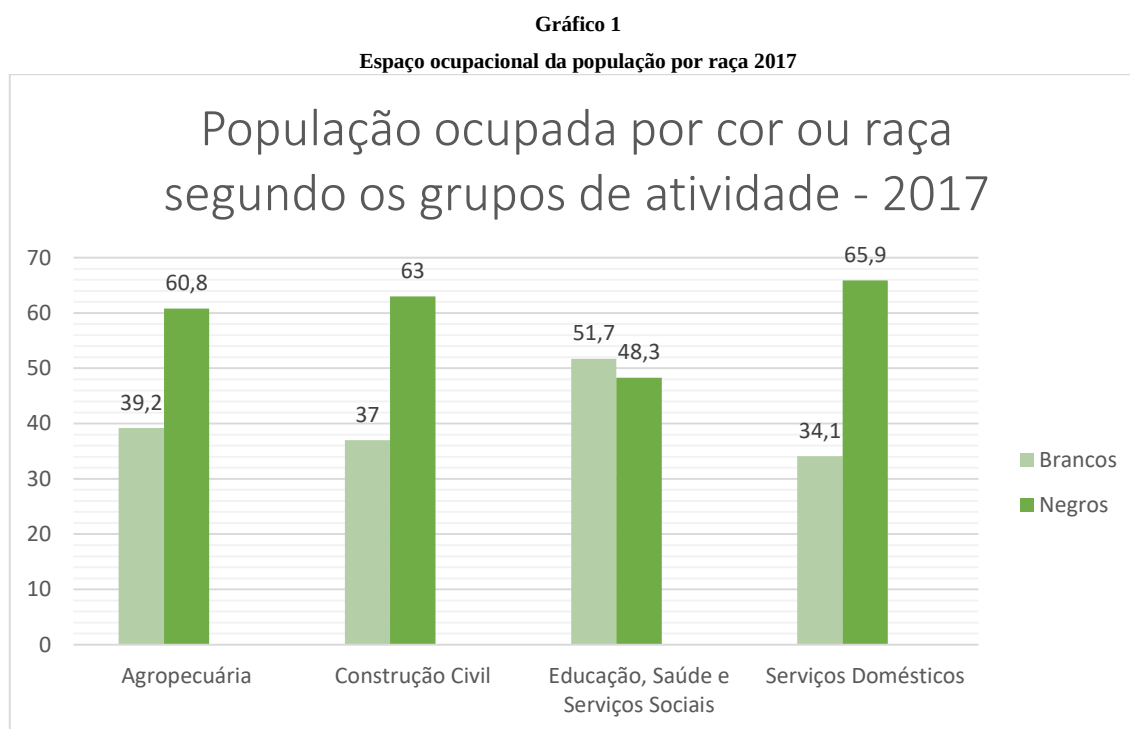
A superexploração do trabalho, no Brasil, é uma metamorfose do sobretrabalho escravista. Não é à toa a relação visceral da superexploração do trabalho com o racismo, já que, de acordo com Almeida (2018, p. 135), “[...] o racismo normaliza a superexploração do trabalho [...]”. Portanto, a superexploração do trabalho e o racismo condicionam os trabalhadores e trabalhadoras negras no subemprego e na precarização do trabalho, e isso explica os motivos dessas/es não conseguirem sustentar a própria família com o salário que recebem.

A relação da superexploração do trabalho e do racismo fica evidente através da análise apresentada pela “*Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IBGE (2018) destaca que em 2017 a proporção populacional de brancos foi de 45,8% e de pretos e pardos (negros) de 53,2%. Essa proporção é um dado importante, pois permite compreender a segmentação das ocupações trabalhista de acordo com o quesito raça/cor e, indica a presença da divisão racial do trabalho no Brasil.

As/os trabalhadoras/es negras/os em 2017 ocuparam os trabalhos com os menores rendimentos médios, como por exemplo, na Agropecuária (60,8%), na Construção civil (63,0%) e nos Serviços domésticos (65,9%), sendo esses os mais acentuados. Por outro lado, as/os trabalhadoras/es brancas/os ocupam, em 51,7%, os trabalhos na educação, na saúde e nos serviços sociais (IBGE, 2018). Moura (1983, p. 127) de forma pontual afirma que:

Esta divisão social do trabalho que correspondeu, na Colônia, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho, por força da mão de obra escrava ser praticada pelos negros - divisão compulsória, portanto - agora é acionada no contexto competitivo, reservando-se para o Negro apenas aquilo que o Branco, por uma série de razões, descarta ou despreza.

A divisão racial do trabalho pode ser observada através do gráfico abaixo:



Fonte: Gráfico produzido pelo autor a partir de dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Em linhas gerais, a articulação do modelo capitalista e o racismo que se apresentam no Brasil, estabelecem mecanismos que acentuam as desigualdades sociais e raciais. Esse padrão é observado nos tipos de trabalho e na superexploração do trabalho, que utiliza o racismo como determinante de inclusão nessa realidade social. Almeida (2018, p. 135-136) explica:

[...] há três indagações que nos colocam diante de um impasse em face desta boa explicação funcional do racismo:

1. a existência de racismo e superexploração nos países *desenvolvidos* ou *centrais*, que se dirige tanto a nacionais como a imigrantes;
2. o racismo que se manifesta fora das relações de produção, como na violência policial contra minorias;
3. o fato de que uma mesma formação social possa abrigar as mais diversas formas e níveis de exploração, podendo, na mesma formação social, o trabalhador assalariado e com direitos sociais conviver com o trabalhador que produza em condições análogas à escravidão, inclusive na mesma cadeia produtiva.

Oliveira (2017) compreende que a existência da superexploração do trabalho, de certa forma, depende da existência de uma abundância de mão de obra disponível. Nesse sentido, a superexploração do trabalho depende, diretamente, do exército industrial de reserva, que

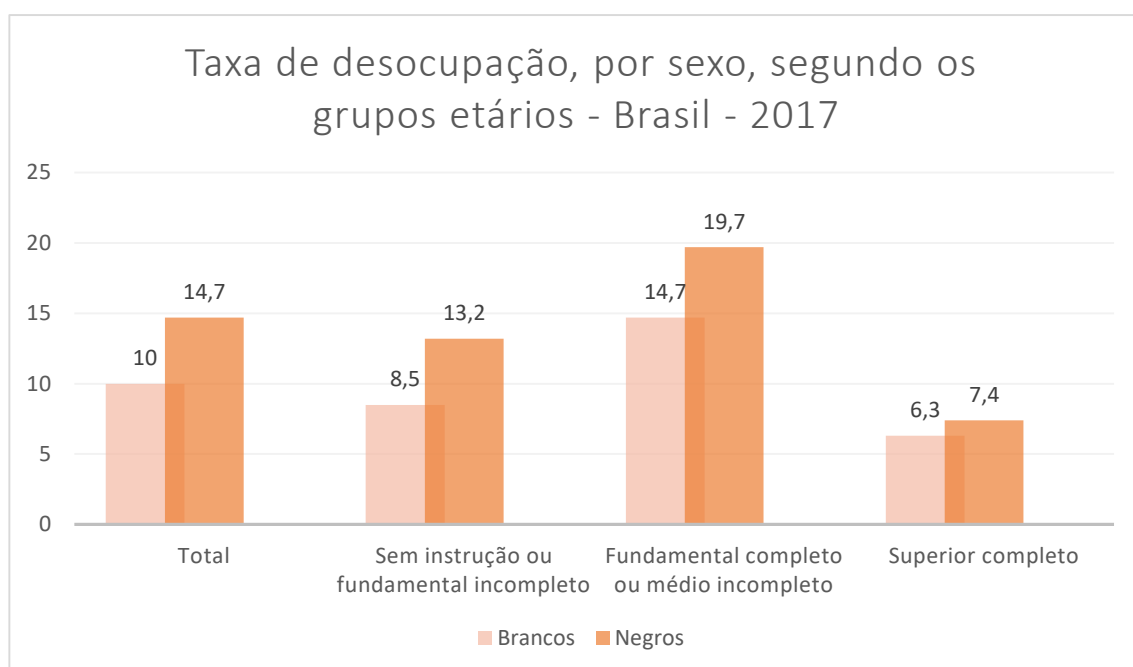
nesse quadro complexo das relações de trabalho, funciona como um mecanismo que rebaixa o valor da mão de obra. O autor afirma que

É nessa perspectiva que o racismo funciona como elemento central, à medida que, excluindo a negra e o negro do mercado formal de trabalho, cria um grande contingente de trabalhadores que, em busca da sua sobrevivência, se submete às piores condições de trabalho, desvalorizando na média o valor da mercadoria da força de trabalho (OLIVEIRA, 2017, p. 50).

Martins (2012) compreende que a deterioração dos postos de trabalho repercute diretamente na classe trabalhadora racialmente discriminada. Nesse caso, o racismo exerce uma dupla função no mercado de trabalho: “[...] ao mesmo tempo, deixou a grande parcela de trabalhadores(as) negros(as) no exército dos(as) desocupados(as) e distanciou-a do mercado formal de trabalho” (MARTINS, 2014, p. 126). De acordo com o IBGE (2018), a taxa de desempregados/desocupados é sempre maior entre as/os negras/os. Esse índice é acentuado pela perspectiva da escolaridade, já que a população negra apresenta o pior índice de escolaridade (ensino fundamental e médio incompletos) e o menor índice de ensino superior completo. O índice de desocupadas/os pode ser observado abaixo:

Gráfico 2

Taxa de desocupados/desempregados por raça 2017



Fonte: Gráfico produzido pelo autor a partir de dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Calado e Barbaric (2017) compreendem que a escola é um lócus privilegiado para o enfrentamento e combate ao racismo. As autoras destacam que a ideologia racista, no ambiente escolar, constrói um olhar social, que não se limita ao campo da consciência, mas

que demarca lugares hierarquizados, e quando tensionados “[...] resulta em incômodo e, até mesmo, em mal-estar. A estratégia menos dolorosa parece ser então, a negação” (CALADO; BARBARIC, 2017, p. 165). Nesse caso, a/o profissional de educação, professoras/es, atua na construção da autoimagem e da consciência (social e racial) das crianças – que mais tarde se tornarão trabalhadoras e trabalhadores. Em relação à atuação desses profissionais, no desenvolvimento da identidade das crianças brancas e negras, é necessário:

Ao considerar o processo de constituição da identidade, essa criança branca poderá tornar-se um indivíduo que reconheça na brancura de sua pele vantagens materiais e simbólicas, possivelmente utilizando este autoconceito sobrevalorizado em benefício próprio. Já para a criança negra o processo é o inverso, ou seja, ela pode aprender que a sua cor de pele, seus traços fenotípicos e culturais são menosprezados socialmente, o que pode acarretar um processo de negação de si mesma e de seu grupo (CALADO; BARBARIC, 2017, p. 167).

O processo de produção e reprodução do racismo inicia-se muito cedo, na construção da consciência racial na infância. Brito (2013) assinala que o aprendizado do racismo – aqui compreendido como desenvolvimento da consciência racial – envolve os familiares, as/os amigas/os, a igreja, a escola, os clubes, dentre outras instituições em que as crianças, adolescentes, adultos, pessoas cis e trans, negros e brancos estão inseridos.

O racismo por ser estrutural tem a competência de formar um tipo específico de consciência (racial) na sociedade, e pode se materializar de forma silenciosa ou como mecanismo institucional. A ausência de reflexões críticas acerca do racismo podem gerar lacunas, que se configuram como processos de consciências acríticas sobre as questões raciais, reproduzindo e produzindo racismo como regra e norma, como por exemplo, nos espaços de formação educacional e profissionais.

O racismo no ambiente escolar, como uma vertente do racismo estrutural, estruturante e institucional, favorece a divisão racial do trabalho e a superexploração do trabalho, pois a educação não consegue ser universal, já que priva as crianças negras de terem um ensino de qualidade, formando um quadro técnico de trabalhadoras e trabalhadores para os subempregos e para os postos de trabalhos mais precarizados. Essa questão fica ainda mais complexa na relação do racismo estrutural com o capitalismo. Almeida (2018, p. 137) nessa linha compreende:

É neste ponto que a relação estrutural entre o racismo e capitalismo demonstra uma incrível sutileza, visto que nacionalismo e racismo são práticas ideológicas que traduzem a comunidade e o universalismo necessários ao processo de subsunção real do trabalho ao capital, adaptando tradições, dissolvendo ou institucionalizando costumes, dando sentido e

expandindo alteridades, a partir das especificidades de cada formação social na integração à organização capitalista da produção.

O racismo age como um elemento estrutural para assegurar a superexploração do trabalho e implica, portanto, compreender que “[...] a distinção do caráter humano é fundamental, daí que a cidadania não é universal, mas sim restrita” (OLIVEIRA, 2017, p. 51). O Brasil é um país que se inscreve no modelo de superexploração do trabalho e da cidadania restrita, e relativizar esses elementos os torna normais para o funcionamento das relações sócio-raciais no país. Nesse caso, sendo o/a negra/o tida/o como não cidadã/o e um ser humano hierarquizado na perspectiva da inferiorização, não faz parte do dito “contrato social”, e desta forma, pode ser vítima “legítima” da violência (OLIVEIRA, 2017).

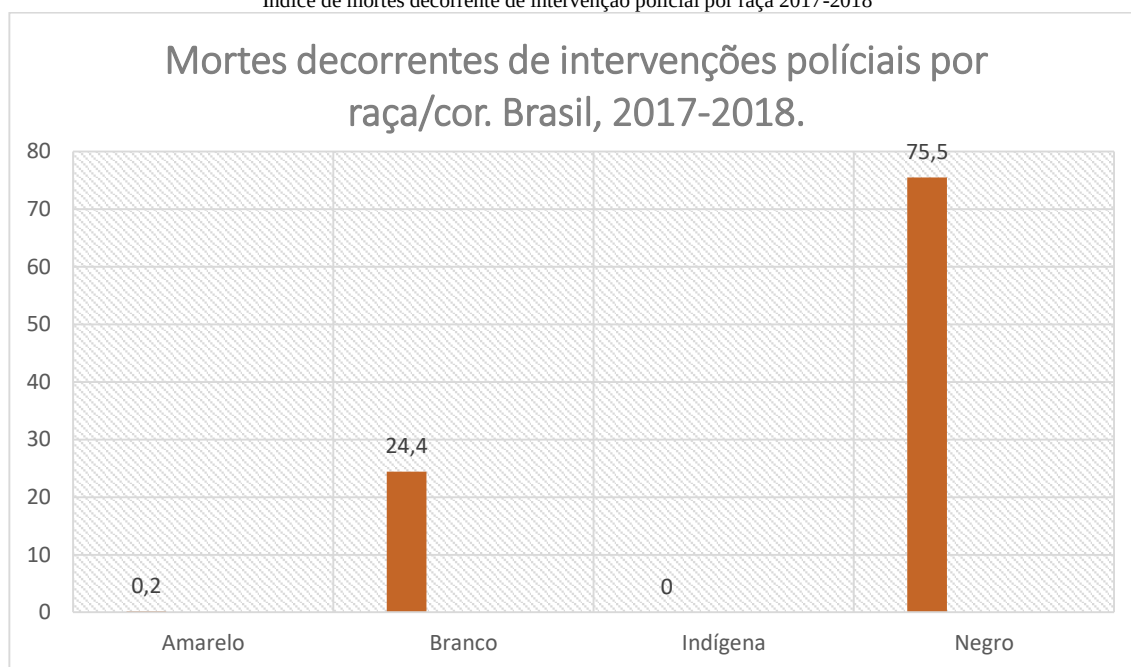
Almeida (2014) assinala que a violência racial contra a população negra é naturalizada na sociedade brasileira e reforçada pela mídia, através dos programas sensacionalistas e de cunho policial, que ridicularizam e inferiorizam a população negra. A autora destaca que as ideologias raciais são o *pano de fundo* que oferecem movimentação e estruturam as relações sociais no Brasil, sobretudo, “[...] as que reafirmam os preconceitos e as práticas discriminatórias que dão materialidade ao racismo “à brasileira”” (ALMEIDA, 2014, p. 132). Afirmar-se, de tal modo, que o racismo, no Brasil, tem a sua existência material e imaterial reconhecida pela população, justamente por ocorrer o processo de construção da consciência racial. Mas, ao mesmo tempo, dialeticamente, nega-se a existência de sujeitos racistas, estabelecendo, dessa forma, o fortalecimento do mito da democracia racial ao alegar que “ninguém é racista” entre os brasileiros.

A violência racial pode e é direcionada pelo Estado, ou melhor, pelo braço forte do Estado, ou seja, as/os agentes de segurança pública, em especial a polícia militar, que pratica sua violência racial-institucional contra ampla parcela da população negra. De acordo com o 13º Anuário da Violência, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2019, entre 2017 e 2018, indica-se que de 11 a cada 100 mortes violentas intencionais foram praticadas pelos policiais⁴⁴. Chegou-se a 17 pessoas mortas por dia, em um total de 6.220 vítimas em 2018. O perfil das vítimas foi de homens (99,3%), jovens entre 15 e 29 anos (77,9%) e negros (75, 4%). Esse aspecto racial das vítimas de mortes violentas ocasionadas pelos policiais pode ser observado no gráfico abaixo:

⁴⁴ O 13º Anuário da Violência mostrou que os Policiais negros são os que mais morrem também.

Gráfico 3

Índice de mortes decorrente de intervenção policial por raça 2017-2018



Fonte: gráfico produzido pelo autor a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

É explícito que existe uma seletividade racial no padrão de distribuição da violência letal da policial. A população negra, principalmente os adolescentes e os jovens, são as maiores vítimas da morte violenta praticada pelos policiais. O percentual populacional da população negra brasileira, nesse período, foi de 53,2% em 2017 e de 55% em 2018, mas o percentual de mortes negras violentas e intencionais ocasionadas pelas ações de policiais foi de 75,4%. Esses dados demonstram como o fator racial, na violência policial, é um dado importante, pois essa violência é destinada para as/os trabalhadoras/es negras/os, independentemente de serem ou não envolvidos com o crime nos locais que moram.

A violência nem sempre é visível e, muitas vezes, é mascarada pela rotina e pelas práticas institucionais naturalizadas e ausentes de reflexão (BARROS, 2008). A violência praticada pela PM contra a população negra é constituída como norma e conduta no processo de formação dos policiais. Evidencia-se:

Entre os policiais, quando se provoca um diálogo sobre o perfil do suspeito policial, entrementes surgem palavras tais como “favela” e “vestimenta”, entre outras que, no contexto, dão a entender que o preconceito de classe predomina em detrimento do preconceito racial (BARROS, 2008, p. 135-136).

Entretanto, na prática policial, o componente racial e a filtragem racial, como demonstrado, são recorrências naturais, normatizadas e institucionalizadas como conduta a ser aplicada nas abordagens dos policiais (BARROS, 2008). A abordagem policial é uma das

ações mais simples, que consiste em chegar, aproximar, atingir, versar. Trata-se, do primeiro contato do policial com o público. Desta forma, a abordagem policial é compreendida como “[...] a maneira pela qual um policial identifica, corrige, prende ou investiga um suspeito de vir a cometer ou ter cometido um crime ou infração” (BARROS, 2008, p. 136).

Barros (2008) utiliza a definição de filtragem racial de Amar (2005), para descrever as práticas racialmente tendenciosas para identificar os suspeitos. Trata-se da tática de abordar alguém apenas pela cor da pele, por esse motivo, o principal fator motivacional da ação policial é a cor da pele. Indica-se que a filtragem racial não é declaradamente explícita. Existe, institucionalmente, a construção de perfis de suspeitos, os ditos “fatores de riscos”. Cabe destacar:

Tais perfis incluem marcadores visuais e comportamentais que designam um indivíduo como tendo uma probabilidade de ser ligado a um grupo cultural ou social criminogênico (produtor de crime). Essa ligação criminogênica é encarada como uma espécie etnicidade visível, não explicitamente raça, mas como constructo cultural que opera como um mix de estereótipos subnacionais, de classe, sexuais, de gênero e de cultura jovem. Essas tipificações estão identificadas com cultura de pobreza, normas étnicas e, cada vez mais, no sentido mais técnico, com “fatores de risco”. Através da filtragem, a racialização é reproduzida, mesmo se negada e deslocada, reenquadrada como “mera” formação subcultural de comportamento, como uma perigosa etnicidade, como um registro científico de traços criminogênicos, tudo quantificado e catalogado como “fatores de risco” (AMAR, 2005, p. 242 apud BARROS, 2008, p. 137).

A produção dos perfis “fatores de riscos” oferece, para a PM, uma aparência técnica e neutra para ação policial. Essa perspectiva técnica isenta a instituição de quaisquer responsabilidades em relação à produção e reprodução do racismo.

Nesse sentido, apoiar-se na falta de intencionalidade de uma prática racista como justificativa para desqualificá-la como tal não é mais pertinente, pois o racismo deve ser considerado em virtude das consequências negativas da ação. Assim, mesmo que os atores de uma instituição não sejam racistas ou que não tenham intenções de cometer práticas racistas, a consequência das ações é o que contará na caracterização (BARROS, 2008, p. 137).

A violência racista-institucional praticada pela PM contra ampla parcela da população negra é letal. Trata-se de uma contínua desumanização dos corpos negros. A desumanização contínua fica evidente na violência que retirou a vida de Cláudia⁴⁵.

Cláudia Silva Ferreira era uma trabalhadora negra de 38 anos, que ocupava um posto de trabalho subalternizado – auxiliar de limpeza –, mãe de quatro filhas/os e responsável pelo

⁴⁵ O relato do caso de Cláudia foi extraído do portal do Geledes – Instituto da Mulher Negra. Site: <https://www.geledes.org.br/barbarie-um-saco-com-quatro-filhos/> acessado em 12 de janeiro de 2020 às 16h20min.

cuidado de mais quatro sobrinhas/os, e também esposa; que foi alvo da violência e da contínua desumanização. Cláudia foi vítima de “bala perdida”, em uma troca de tiros entre a PM e suspeitos de envolvimento com a criminalidade no morro da Congonha, em Madureira, no norte do Rio de Janeiro, na manhã de 16 de março de 2014. Cláudia não tinha nenhum envolvimento com o crime na região e estava caminhando para comprar alimentos para o café da manhã das/os suas/seus filhas/os e sobrinhas/os.

O caso não encerra com o seu corpo sendo alvejado pela suposta “bala perdida”, mas acentua-se a contínua desumanização na prestação de socorros que recebeu. Três policiais que alocados na 9ª BPM, que estavam participando da troca de tiros, pegaram o corpo de Cláudia – o relatório policial indica que ela estava viva –, com feridas no pescoço e nas costas, e jogaram no porta-malas da viatura da PM.

A “intenção” nesse ato era prestar socorros, porém, é necessário questionar: Quem socorre uma pessoa ferida de “bala perdida” jogando seu corpo no porta-malas de um camburão? Por qual motivo Cláudia não foi colocada no banco traseiro da viatura, se o intuito era assegurar o seu direito de socorro?

A contínua desumanização foi ainda mais cruel com essa trabalhadora. O descuido, interpretado como despreparo dos PMs, ocasionou em um erro, que indiretamente, foi estratégico, permitiu que o porta-malas da viatura da PM se abrisse. Cláudia ficou presa às ferragens pelas roupas que usava e foi arrastada 250 metros pela viatura da PM. De acordo com o Geledés, os policiais foram alertados pelos pedestres e por motoristas que viram essa cena de terror que Cláudia estava vivendo, mas a viatura só parou em um semáforo e os policiais pegaram o corpo dela e jogaram no porta-malas novamente⁴⁶. Cláudia foi tratada como uma coisa, como um saco de ossos, e teve toda a sua humanidade retirada dela.

O depoimento da filha dela, Thaís Silva, que na época tinha 18 anos, e do esposo, Alexandre Fernandes da Silva, na época com 41 anos, que consta no portal Geledés, é a exemplificação da contínua desumanização que Cláudia passou: *“Eles arrastaram minha mãe como se fosse um saco e a jogaram para dentro do camburão como um animal”* (Thaís) e *“A perna dela ficou toda em carne viva. Não podiam ter feito isso com ela”* (Alexandre). O caso de Cláudia é um, dentre outros milhares (ou mais) que demonstram como a população negra é tratada pelo Estado brasileiro.

⁴⁶ Esse fato traz lembranças do caso dos navios negreiro (PRECIOSA E CLEOPATA) que foram expostos no capítulo um.

Barbosa (2017) assinala que o lugar destinado para as mulheres negras é a periferia, sendo esse espaço o aglutinador das matrizes de opressão contra as mulheres negras. Oliveira (2018, p. 51) ao pensar as periferias diz que se trata dos novos espaços coloniais e, que as intervenções do Poder Soberano é expressa por instituições legitimadoras, como a igreja, a escola, o trabalho e a polícia. Nesse sentido, Cláudia morreu por ser negra, mulher, moradora de periferia, trabalhadora subalternizada... Cláudia Silva Ferreira foi assassinada pelo Estado, não por um fator isolado, mas pela totalidade que ela estava inserida. A música “Dona Chica” do grupo VisiOOonárias⁴⁷, ilustra um pouco o terror vivenciado pelas pessoas nas periferias, segue um trecho:

*Tô injuriada com tanta covardia desses caras
Invadem a quebrada toca terror e nunca para
Só se ver mãe chorando a todo instante sem parar
Cada dia que passa é mais um jovem pra enterrar
Se pá deixa pra lá, é só mais um e o que é que há?
Tô falando da favela é da quebrada de s.a
Se chama o camburão vem também o rabecão
E passa na TV como guerra de facção
E o preto da favela que já é discriminado
Morre inocente e ainda sai como culpado
Lei sem volta de retorno me parece é labirinto
Preto no xadrez ou de refém se tiver vivo
Melhor pegar visão não tô falando de bandido
Eu tô falando é de crianças que já crescem no perigo
[...]*

Essa música reflete como o governo brasileiro trata e intervém nas periferias brasileiras. Oliveira (2017b, p. 30), em relação ao governo, observa que

Após pouco mais de treze anos de governo petista, em que o projeto Neodesenvolvimentista implicou certo breque na perspectiva neoliberal e possibilitou a incorporação de determinadas temáticas da luta antirracista na agenda política, a direita se rearticula de forma forte em toda a América Latina, principalmente pela dificuldade da proposta de conciliação de classes dos governos petistas de apresentar respostas à crise econômica mundial.

É importante compreender que o governo petista não se configurou como uma “continuação do projeto neoliberal”, tão pouco, como uma “contrarrevolução transformista”, ou até mesmo, enquanto um “governo popular de esquerda” (OLIVEIRA, 2017b). Os governos petistas “[...] tiveram como base uma “burguesia interna”, uma classe dominante cujos principais negócios dependem de ações do Estado [...]” (OLIVERA, 2017b, p. 31).

Nesse contexto, posterior ao golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, em 2016, a direita brasileira que ganhou corpulência, de acordo com Oliveira (2017b), é uma

⁴⁷ É um grupo de rappers de Salvador na Bahia, composto por Brena Élem e Udi Santos, essa música encontra-se em todas as plataformas de música e vídeo.

reconfiguração da estrutura do Estado brasileiro que se constituiu no pós-abolição, expressa-se através de três dimensões ideológicas: ideologia da meritocracia, ideologia da securitização e ideologia salvacionista-messiânica; que se articulam diretamente com o racismo (estrutural, estruturante e institucional) e com a superexploração do trabalho.

A ideologia da meritocracia é uma das principais expressões das classes medias altas – inclusive, descontentes com as políticas públicas de ações afirmativas. Essa ideologia vincula-se diretamente com os acessos aos direitos de cidadania e bem-estar social.

A meritocracia vai contra o acesso ao trabalho de qualidade e do ensino superior público (leva-se em consideração que esse é tido como de qualidade) para os segmentos marginalizados da sociedade brasileira. Em relação ao ensino superior público, a meritocracia não se limita apenas à graduação, a perspectiva dessa ideologia no ensino superior é ainda mais avançada no acesso às pós-graduações (mestrado e doutorado), pois o principal fator de seleção é a meritocracia, que consiste em um processo seletivo desigual, utilizando-se a lógica do mérito próprio para ingressar nos programas, e o mérito próprio também é utilizado para a concessão de bolsas de pesquisas nesses programas. Já que a meritocracia é compreendida como o método mais eficaz de seleção. Os processos seletivos dos programas de pós-graduações nas universidades exercem um peneiramento racial, selecionando, de forma indireta e direta, mais estudantes brancos do que negros, e isso pode refletir no quadro de professores negros e brancos nas universidades, e isso merece ser objetivo de pesquisas.

Oliveira (2017b, p. 31-32) alerta que a ideologia da meritocracia vai muito além, pois.

Mesmo políticas emergenciais de transferência de renda para pessoas na situação de marginalidade, como o Bolsa Família ou ainda a extensão dos direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas, foram alvo de intensos ataques, sempre ressaltando que os privilegiados conquistaram seus espaços por mérito próprio.

A ideologia da securitização, como outro mecanismo dessa reconfiguração da direita, é apresentada no Congresso Nacional pela intitulada “bancada da bala”. O autor afirma que o processo político brasileiro de transição da ditadura militar para a democracia institucional, foi feito por um acordo por cima e causou o impedimento da total ruptura institucional com o modelo repressivo, e esse se infiltrou como práxis nos órgãos de segurança.

A democracia institucional permitiu que os expoentes e as lideranças deste segmento repressivo buscassem os espaços institucionais pela via eleitoral. A “bancada da bala” é criação deste segmento e defendem, de forma incisiva, a necessidade de o Estado intensificar

a proteção do dito “cidadão de bem” e transformou o sujeito periférico no “inimigo interno” do Estado.

De forma geral:

A pressão da bancada da bala chega ao ponto de transformar o Brasil em um país em que o encarceramento mais cresce e, mais ainda, com um aumento exponencial dos assassinatos de jovens pobres e negros nas periferias. Essa narrativa transforma a segurança em um item central na agenda política, pressionando por uma maior radicalização nos processos punitivos (OLIVEIRA, 2017B, p. 33).

A ideologia salvacionista-messiânica, que se articula no Congresso Nacional como a “bancada da bíblia”, apresenta-se como dimensão religiosa e como o único projeto societário capaz de transcender os sujeitos periféricos. Ou seja, a utilização da moral, dos ditos bons costumes e da religiosidade (a cristandade em sua forma pura), são a possibilidade de salvação da situação de miserabilidade que os sujeitos periféricos estão inseridos (OLIVEIRA, 2018).

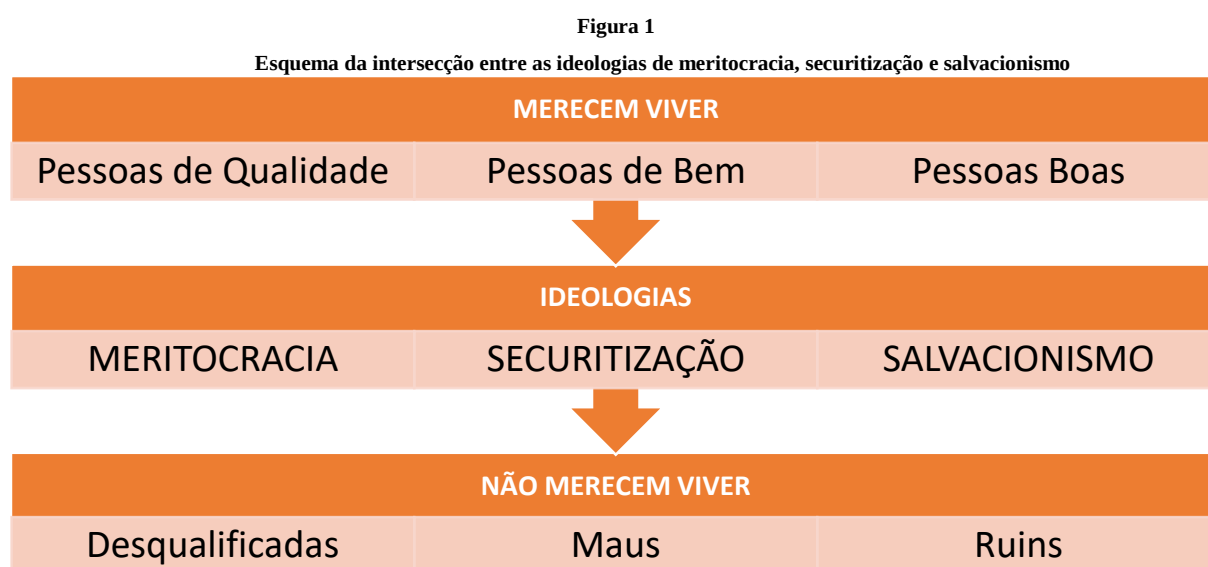
A bancada da bíblia ganhou força em função do crescimento da diversidade, e possui as bases populares mais sólidas. Os militantes pentecostais usam a “conversão estabilizadora”, que é um conceito desenvolvido por Villazón (2015) e utilizada por Oliveira (2017). A “conversão estabilizadora” ocorreu no “olho do furacão” da crise econômica dos anos 1980 e do enfraquecimento dos “laços familiares”, no momento em que nem a cosmologia da igreja católica tradicional, muito menos a da igreja evangélica ascética possibilitaram a reconstrução emocional e social das pessoas. Ocorreu a migração para os contextos mais emotivos e pré-rationais, ou seja, para o pentecostalismo, que ofereciam a reconstrução emocional e familiar das pessoas (OLIVEIRA, 2017).

As ditas conversões estabilizadoras estão associadas às estruturas hierárquicas, que supostamente, proporcionam uma espécie de segurança e de uma experiência religiosa fortemente emotiva de tipo pentecostal. Por isto são:

[...] as conversões estabilizadoras que norteiam o crescimento da militância evangélica atual fortalecem a narrativa conservadora, não só no sentido de “moral e bons costumes” e os impactos contra a agenda da diversidade, mas dá sustentação a retrocessos políticos e ataques a direitos democráticos. Nesse aspecto a narrativa salvacionista possibilita uma sustentação da ideologia da securitização (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

A articulação dessas três ideologias, como base da rearticulação da direita, perpassa pelo fortalecimento do projeto de Estado Mínimo. E essas ideologias criaram o cenário que favoreceu a eleição de um presidente da república com histórico de ações racistas, misóginas

e homofóbicas, vinculado em uma corrente política de extrema-direita-militar. Além disso, reconfigurou o ideário do “cidadão de bem” e do “cidadão de mal”, que recorre em estabelecer critérios de quem merece viver e morrer. Oliveira (2018, p. 51) apresenta um quadro da intersecção dessas ideologias, e fica visível quem são os sujeitos que merecem morrer e os que merecem viver, segue o quadro:



Fonte: Oliveira (2018)

A vinculação dessas ideologias com o racismo e com a superexploração do trabalho condicionou a população negra nas periferias, que é o espaço destinado para a morte. Nesse sentido, mesmo que a população negra seja evangélica, trabalhadora, estudante, ou seja, que se encaixem nos ditos “cidadãos de bem”, essa população não é vista como cidadã, mas sempre como o suspeito. Não é por acaso, inclusive, que vemos crianças negras morrendo indo para a escola, na escola, dentro de casa ou em qualquer outro lugar. É a construção dos perfis de fatores de risco, da contínua desumanização, da marginalização, do racismo estrutural, estruturante e institucional que retira toda a humanidade da população negra.

O racismo, portanto, não é uma novidade, não se trata de uma descoberta nova do século XXI. É antigo, faz parte da formação dos indivíduos e forma os indivíduos. Balibar (1991) afirma que todo racismo histórico é ao mesmo tempo institucional e sociológico. É importante observar como o racismo orquestrou mecanismos de exclusão, segregação, desumanização, violência e morte que recaí nas costas, nos braços, nas pernas, no corpo da população negra nos campos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Portanto, deve-se verificar como o Serviço Social brasileiro tem lidado com as demandas que as questões raciais, através do racismo (estrutural, estruturante e institucional), apresentam para a profissão. Ao mesmo tempo, qual a estratégia política e profissional tem

sido elaborada pela profissão, ao longo dos anos, e assentadas no Projeto Ético-político profissional, principalmente no espaço de formação acadêmico-profissional.

3.2. O Projeto Ético-Político como resposta antirracista no processo de formação acadêmico-profissional

O Serviço Social brasileiro contemporâneo tem a sua formação de quadros técnicos e o trabalho profissional direcionado pelo Projeto Ético-político profissional. Esse projeto é inscrito na perspectiva emancipatória, e objetiva construir, junto com as bases da profissão, a superação da ordem do capital e todos os tipos de opressão que se aglutinam nesse modo de vida. As orientações do Projeto Ético-Político visam proporcionar a plena liberdade dos seres humanos, por meio do fim da condição de dominação/exploração da classe trabalhadora (CARDOSO, 2016). Trata-se de uma perspectiva que envolve a disputa de consciência de todo o conjunto de profissionais de Serviço Social, assistentes sociais.

Para compreender a inscrição do Projeto Ético-Político na perspectiva emancipatória, é importante compreender a emancipação política e a emancipação humana. Marx (2010, p. 52) compreende que a emancipação política “[...] representou concomitantemente a emancipação da sociedade burguesa em relação à política, até em relação à aparência de um teor universal”.

Marx (2010) explica que, no contexto europeu, a sociedade feudal foi dissolvida em seu fundamento, no ser social, mas em um ser social egoísta. O ser social é a base e o pressuposto do Estado político, que o reconhece desta forma, por meio dos direitos humanos⁴⁸. Porém, a liberdade do ser social egoísta e o reconhecimento dessa liberdade são de tal modo, embasada na propriedade privada que causou uma bifurcação do “[...] ser social entre um homem egoísta e um cidadão (perante o Estado), o que impossibilita a realização da liberdade enquanto emancipação humana” (CARDOSO, 2016, p. 170-171).

⁴⁸ Trindade (2013) reconhece que a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) foi um marco simbólico da “fundação” dos direitos humanos na modernidade. O autor afirma a necessidade de um balanço dos dois séculos pós essa declaração, e destaca a impossibilidade de não levar em consideração os fatos e procedimentos terríveis que parcelas da humanidade sofreram, dentre elas: “[...] o prosseguimento do genocídio físico e cultural de índios nas Américas; a manutenção do trabalho escravo nesse continente – com status legal até quase o final do século XIX; a prolongação e cruenta resistência patronal-governamental, em todos os países do mundo, ao reconhecimento de direitos “humanos” aos trabalhadores; o uso de gases venenosos como arma de extermínio pelos dois blocos beligerantes da Primeira Guerra Mundial; a repressão, ordenado por Stálin, dos camponeses que, na década de 1930, resistiam à coletivização rural na União Soviética; o morticínio de civis, com estupros em massa, perpetrado em 1937 em Nanquim (China) pelo exército imperial japonês; os genocídios industrialmente planejados e executados pelos nazistas (de judeus, comunistas, sindicalistas, ciganos, homossexuais, doentes mentais, eslavos insubmissos etc.) [...]” (TRINDADE, 2013, p. 11-12) dentre outros, que revelam que os direitos humanos ainda não alcançaram um status de emancipação humana, mas limita-se a emancipação política.

Marx (2010, p. 41) afirma:

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática.

Marx (2010, p. 41-42) conclui:

O homem se emancipa politicamente da religião, banindo-a do direito público para o direito privado. Ela não é mais o espírito do Estado, no qual o homem – ainda que de modo limitado, sob forma bem particulares e dentro de uma esfera específica – se comporta como ente genérico em comunidade com outros homens; ela passou a ser o espírito da sociedade burguesa, a esfera do egoísmo, do bellum omnium contra omnes [da guerra de todos contra todos]. Ela não é mais a essência da comunidade, mas a essência da diferença. Ela se tornou expressão da separação entre o homem e sua comunidade, entre si mesmo e os demais homens – como era originalmente. Ela já não passa de uma profissão abstrata da perversidade particular, do capricho privado, da arbitrariedade. A interminável fragmentação da religião, p. ex., na América do Norte, confere-lhe já exteriormente a forma de uma questão puramente individual. Ela foi desbancada para o meio dos interesses privados e degradada da comunidade como comunidade. Todavia, não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política. A cisão do homem em público e privado, o deslocamento da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a realização plena da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade real do homem.

No processo de formação sócio-histórica e racial no Brasil, a emancipação política que supostamente ocorreu no país, com o fim do regime escravista, e que de modo geral, deveria ter eliminado a dominação do escravocrata sob o escravizado, não ocorreu. O escravizado passou de ser escravizado para o ser social, mas sob o julgo do racismo que não lhe permitiu ser cidadão ou até mesmo um ser social egoísta. Nesse sentido, o racismo se apresenta como um grande entrave para a emancipação prática, já que nem como cidadã a população negra é tratada. Para a ampliação da materialização do Projeto Ético-Político, no que envolve uma disputa de consciência social e racial, visando à emancipação humana, o antirracismo deve ser apresentado como um eixo central das lutas, reflexões e embasamento teórico no conjunto das/os profissionais de Serviço Social.

O Projeto Ético-Político passou a ser denominado como tal e ser hegemônico na categoria profissional, a partir dos anos 1990 e início dos anos 2000 (CARDOSO, 2016) – observa-se que no mesmo momento em que, no Brasil, há uma efervescência da luta antirracista e de uma ampliação dos movimentos sociais negros na denúncia do racismo e do mito da democracia racial no país.

O PEP é assentado em três pilares, que lhe oferecem a materialidade necessária para não ser tratado como uma mera utopia, mas como um projeto que tem historicidade e valores emancipatórios, que são eles: “[...] a lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS” (GUERRA, 2015, p. 39).

Forti e Coelho (2015) assinalam que o PEP é um projeto profissional crítico, que resultou do compromisso assumido pela profissão, e que possui fundamentação democrática e progressista. A sua principal característica é o fortalecimento da luta da classe trabalhadora. Mas, deve-se tomar nota, que a classe trabalhadora não é uma massa homogênea, com uma só característica – no caso, possuir exclusivamente a força de trabalho para vender –, mas que trata-se de uma classe trabalhadora que possui gênero, sexualidade, raça/etnia, religião, dentre outras; e é remontada por segmentos racialmente discriminados. Em relação ao trabalho da/o assistente social,

[...] é possível verificar que essa profissão se dirige ao trato das múltiplas expressões da “questão social”, também é evidente que as condições histórico-sociais prevalentes na sociedade capitalista atual vêm tendo implicações ainda mais graves no exercício profissional do assistente social, o que a todo momento se revela em inúmeras indagações profissionais relacionadas aos fundamentos e à direção social do citado projeto (FORTI; COELHO, 2015, p. 15).

As determinações sócio-históricas e raciais, que compõem o passado e o presente do Brasil, não podem passar despercebidas no processo de formação acadêmico-profissional e no trabalho das/os assistentes sociais. A vinculação do racismo e da “questão social” no país geram confusões. Por um lado, tenta-se traduzir todas as desigualdades como produto ou expressão da “questão social”, por outro, não se tem a noção de que o sistema capitalista, desenvolvido no país, absorveu, fez manutenção e aprimorou estruturas que já existiam aqui antes mesmo do país se tornar puramente capitalista, como é o caso do racismo.

Em relação às reflexões sobre o racismo, no cerne do Serviço Social brasileiro, observa-se que a ausência de uma reflexão crítica do racismo estrutural gera lacunas no processo de formação da consciência profissional, pois, “a ausência dessa reflexão estrutural é que tem interditado avanços mais profundos no enfrentamento ao racismo brasileiro, mesmo no contexto de avanço de políticas públicas” (OLIVEIRA, 2016, p. 34). Ao mesmo tempo, no âmbito do Serviço Social, o PEP é a principal resposta contra o racismo, pois compreende-se como um projeto que visa combater quaisquer tipos de discriminação, dominação, exploração, opressão, preconceitos e violência, o que inclui, de todas as formas, o enfrentamento e combate ao racismo.

O PEP vem alimentando o debate no cerne do Serviço Social brasileiro, principalmente, no que se refere à fundamentação histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (BRITTES, 2013). Esse debate contribuiu para elencar as mediações existentes entre o projeto profissional e a construção de um novo projeto profissional. Essas mediações objetivam construir caminhos para a emancipação prática, ou seja, livrar a sociedade das formas históricas e antagônicas de dominação, exploração, opressão e violência. Brittes (2013, p. 53) afirma:

A base de fundamentação deste projeto profissional, em seus aspectos históricos, teóricos e ético-políticos, indica as orientações de valor que se pretende realizar no âmbito do trabalho profissional. Ao realizar o seu trabalho, o Assistente Social comprometido com esse projeto profissional procura afirmar valores como a liberdade, a democracia, a justiça social, a cidadania, e todos os valores que representam a afirmação de direitos historicamente conquistados e a ampliação do acesso à riqueza socialmente produzida.

Porém, deve-se questionar: Como fortalecer valores de liberdade, democracia, justiça social e cidadania em uma sociedade que a maioria da população (negra) é tratada como suspeito número um da PM, como mau cidadão, privado de qualquer justiça social, vivendo em uma cidadania restrita? Quais as estratégias são necessárias para assegurar esses valores para toda a população? Quais são os valores racistas que dificultam o fortalecimento desses valores no atendimento das demandas da população negra que chegam até as/os assistentes sociais?

É notório que o racismo projeta valores que podem interferir no trabalho da/o Assistente Social. Brittes (2013) compreende que os valores, no âmbito da abordagem ontológica, são construções históricas que decorrem da práxis dos sujeitos vivendo em sociedade. Sejam quais forem os valores e seus conteúdos – culturais, econômicos, estéticos, éticos, morais, políticos ou raciais – sempre possuem efetividade real e concreta e, supõem a sua incorporação subjetiva por parte dos indivíduos sociais. Salienta-se:

[...] não podemos falar em valor ou em orientações de valor sem uma base real que lhes dê sustentação, efetividade. Essa base real pode ser a natureza, ou parte dela, um objeto, um comportamento ou a realidade social em suas diferentes dimensões. No entanto, o valor que depende desta base real não é a expressão imanente, espontânea desta mesma realidade, de suas características, propriedades ou potencialidades, mas sempre resulta da relação que o homem estabelece com a mesma no atendimento de necessidades, daí considerarmos o valor como construção histórica decorrente da práxis (BRITTES, 2013, p. 54).

Compreende-se que os valores vão sempre possuir certa objetividade que não é, de fato, externa nem para os objetos, muito menos para os comportamentos, ou quem dirá, da

própria realidade – seja ela natural ou social –, e que os indivíduos sociais e o modo histórico de vida em sociedade não se anulam em relação aos valores. Nesse sentido, portanto, ao levar em consideração que a sociedade brasileira é uma sociedade racista, deve-se indagar como o racismo projetou valores racistas, que inclusive, vão contra os valores do PEP, e apresentam-se como entraves para a ampliação da objetivação dos valores que norteiam esse projeto no âmbito da formação acadêmico-profissional e dos espaços de trabalho das/os assistentes sociais.

As bases de fundamentação dos valores racistas, que são produzidos pelo racismo, encontram materialidade ideológica no mito da democracia racial. O conceito do mito da democracia racial tornou possível a criação de uma determinada imagem da população negra, que no dinamismo da sociedade brasileira, definiu esta população como a única responsável pela sua situação atual, e gerou a ilusão de que as oportunidades entre negros e brancos são idênticas (MOURA, 1983).

Nesse sentido, o mito da democracia racial, que foi amplamente denunciado no final do século passado, ainda é utilizado e fomenta a consciência racial acrítica. Apresenta-se como um valor, no que se refere ao atendimento das necessidades básicas humanas, para justificar e minimizar as expressões do racismo, alegando que “somos todos iguais”, quando existe uma profunda desigualdade racial no Brasil. O mito da democracia racial, como um produtor de valores racistas, é um desafio para o PEP, já que no conjunto profissional, é necessário descortinar o que esse mito encobre, o racismo.

Os valores racistas vão contra os valores do PEP, são elementos opostos, que podem determinar o tipo de consciência profissional. Os valores que norteiam o PEP proporcionam o desenvolvimento da consciência profissional crítica, e a incorporação de valores antirracistas, principalmente no âmbito da formação acadêmico-profissional, podem fortalecer essa consciência crítica para um passo maior em direção à emancipação humana. O antirracismo, de acordo com D’Adesky (2009), apresenta-se como um valor democrático que objetiva uma maior igualdade de condições, sem desconsiderar o esforço reconhecer a dignidade humana para a população negra. O antirracismo perpassa pela equidade na partilha do poder e no acesso aos bens materiais, como também na ocupação das posições de prestígio na sociedade.

Brittes (2013, p. 56), em relação aos valores, propõe uma reflexão necessária:

Embora a consciência crítica sobre o significado social de tais valores seja fundamental, essa realização depende da construção objetiva de respostas profissionais às demandas particulares postas ao trabalho profissional e que

resultam de necessidades sociais determinadas pelo campo contraditório dos interesses de classe.

Deve-se observar que essas respostas também alimentam e orientam o processo de formação acadêmico-profissional. Trata-se do primeiro e principal espaço de contato teórico e prático (através de pesquisas de campo e estágios supervisionados) dos profissionais em formação. As respostas em relação ao racismo poderiam ser respondidas, se no âmbito da formação acadêmico-profissional, ocorresse a compreensão de que o racismo é dotado de historicidade e é um processo político e, ao mesmo tempo “[...] um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2018, p. 49). Portanto, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de:

1. produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial;
2. constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não-brancos” (ALMEIDA, 2018, p. 49)

Portanto, os valores emancipatórios e antirracistas, assim como, os valores racistas, se materializam na complexidade do ser social. Na produção de subjetividades norteadas por tipos de consciência social, mas que para além de meras subjetividades, são construções históricas, que precisam ser confrontadas. Não pode haver naturalidade no racismo, pois naturalizar o racismo, principalmente em espaços formativos (ensino fundamental, médio e superior) é oferecer uma manutenção do racismo e projetar profissionais com os “olhos vendados” para as expressões e manifestações do racismo.

O Serviço Social, por meio das entidades representativas, o Conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS, avançou no combate e enfrentamento ao racismo. Um dos principais instrumentos de combate e enfrentamento ao racismo, que o Serviço Social oferece, são as bandeiras de luta, pois

No 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado na cidade de Brasília em 2017, aprovamos a revisão e atualização do documento intitulado **Bandeiras de Luta**. Ele condensa parte da pauta política construída coletivamente ao longo dos últimos anos, como produto das plenárias deliberativas, que ocorrem anualmente, conforme previsto na Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil. A primeira consolidação das Bandeiras nesse formato foi realizada em 2015 (CFESS-CRESS, 2019, p. 5)

Esse documento visa estabelecer um diálogo entre a categoria e a sociedade, e expressa, de forma visceral, o acúmulo histórico de lutas e ações travadas pela profissão,

como os princípios éticos e políticos do Conjunto CFESS-CRESS. É um documento que explicita posicionamentos que devem derivar em atuações, ao mesmo tempo não deve ser confundido com elas. Esse documento é estruturado em três eixos: “[...] defesa da profissão, da segurança e dos direitos humanos” (CFESS-CRESS, 2019, p. 6). De forma geral, esse documento é constituído pelos princípios e valores que são defendidos pela profissão, e expressa posições concretas e cotidianas nas entidades do Conjunto, na formação acadêmico-profissional e no trabalho das/os assistentes sociais.

Dentre as bandeiras de luta, destacam-se as que mantem uma relação direta com as discriminações, dominação, exploração, opressões, preconceitos e violências que recaí sobre a população negra, que se concentram no eixo de “defesa de direitos humanos”, que são elas:

- [...] 6. Repúdio às formas de tortura, desaparecimentos forçados, encarceramento em massa, execuções extrajudiciais, arbitrárias, sumarias, genocídios, feminicídios, intervenções militares e outras violações praticadas pelos/as agentes do Estado. [...]
- 14. Repúdio ao feminicídio e a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, que atingem majoritariamente as mulheres negras.
- 15. Defesa da responsabilização dos/as autores/as de crimes de violência contra a mulher e de racismo.
- 16. Luta pela equidade racial e étnica e repúdio a todas as formas de racismo.
- 17. Repúdio ao extermínio/genocídio da juventude negra.
- 18. Repúdio à violência como expressão do racismo religioso, dirigida às religiões de matrizes africanas e outras denominações.
- 19. Repúdio às ações higienistas de violência contra a população em situação de rua, negra e LGBT, que reforçam ideologias de extermínio [...] (CFESS-CRESS, 2019, p. 8-9).

Essas bandeiras deixam explícito, o posicionamento do Serviço Social, através do Conjunto CFESS-CRESS, em relação ao enfrentamento e combate ao racismo. É um avanço, que refletiu na campanha (2017-2020) “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” da gestão “É de batalhas que se vive a vida”. Além disso, o CFESS, na gestão “Tecendo na luta a manhã desejada” (2014/2017), com continuidade na gestão “É de batalhas que se vive a vida”, lançou a série de cadernos *Assistentes Sociais no combate ao preconceito*, que conta com 7 cadernos⁴⁹ com diversos temas sobre preconceito.

O terceiro caderno é sobre o racismo, e o texto foi elaborado por Roseli Rocha. No caderno constam elementos como quando utilizar a raça, a diferença entre raça e etnia, a importância em utilizar a cor no censo e nos sistemas de informação, definições de racismo, a diferença entre preconceito racial, discriminação racial e racismo, apontamentos sobre

⁴⁹ A gestão 2014/2017 lançou 5 cadernos – 1) O que é preconceito? 2) o estigma do uso de drogas; 3) racismo; 4) transfobia; 5) xenofobia; a gestão 2017/2020 lançou 2 cadernos – 6) machismo; 7) discriminação contra a pessoa com deficiência. Essa série de cadernos é um marco simbólico do avanço do Serviço Social no enfrentamento aos preconceitos, e instrumentos primordiais para a disputa de consciência das/os assistentes sociais.

intolerância e racismo religioso, definição de ações afirmativas, dentre outros. Trata-se de um instrumento que oferece um subsídio inicial para se pensar a importância do combate ao racismo no âmbito do Serviço Social brasileiro.

Rocha (2016) destaca que é no que concerne à defesa de direitos que as/os assistentes sociais são convocadas/os para intervir. Compreende que é no campo “[...] arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, o/a assistente social se defrontará com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes” (ROCHA, 2016, p. 16). É nesse campo, portanto, que são apresentadas as demandas impostas pelo racismo, e a/o assistente social precisa ter conhecimento sobre esse fenômeno do racismo e das suas diversas expressões na vida social.

Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (ROCHA, 2016, p. 16).

As/os assistentes sociais se defrontam, na sociedade brasileira, com o contexto de superexploração do trabalho, direcionada pelo racismo, e pela cidadania restrita que recai sobre o segmento racialmente discriminado no Brasil. Essa é uma demanda desafiadora, principalmente no contexto de reconfiguração da direita, assentada sob a ideologia da meritocracia, securitização e salvacionismo-messianismo, que determina quem são os sujeitos de “bem” e os de “mal”. E sem o aprofundamento desse debate, as/os assistentes sociais podem contribuir para a manutenção de quem são os sujeitos que merecem acessar os serviços sociais e benefícios, através de uma filtragem racial das/os usuárias/os. Mas com o devido aprofundamento, que se deve iniciar no processo de formação acadêmico-profissional, favorece que essas/es profissionais alcancem maiores passos na direção da emancipação humana.

O processo de formação acadêmico-profissional precisa levar em consideração os fenômenos que se apresentam na sociedade capitalista, os que são inerentes a ela, como aqueles que historicamente se apresentam no Brasil. Esse processo vincula o ensino, a pesquisa e a extensão, e não pode limita-se só a graduação. É necessário se atentar para os debates que são prioritários e quais os motivos para outros não fazerem parte dos eixos de pesquisa.

Martins (2012) compreende que o racismo se apresenta como uma temática indispensável para a formação acadêmico-profissional. A autora sinaliza que o racismo não

afeta somente a subjetividade da população racialmente discriminada, mas que determina as condições de vida e de trabalho da população negra. O não tratamento do racismo e de suas expressões/manifestações, de acordo com a autora, no processo de formação acadêmico-profissional, impõem limites para o trabalho qualificado. E é preciso lembrar, que as/os usuárias/os dos serviços pelos quais as/os assistentes sociais desenvolvem as suas atividades são fundamentalmente negras/os (MARTINS, 2012).

Portanto, o PEP aponta para o antirracismo, ao fortalecer a construção de um outro projeto societário, mas os seus valores precisam ser objetivados no trabalho da/o assistente social e, também, principalmente, no âmbito da formação acadêmico-profissional. O fortalecimento desses princípios e dos valores antirracistas em sala de aula – a formação acadêmico-profissional não se limita apenas ao espaço sala de aula –, de modo geral, oferecerá aos estudantes reflexões necessárias para que haja, junto com a construção da consciência profissional, elementos que contribuam para centralizar o combate e enfrentamento ao racismo como importantes para o fortalecimento do PEP.

Desta forma, é necessário analisar como o processo de formação acadêmico-profissional tem tratado a questão étnico-racial, principalmente o racismo. A presença ou ausência desse debate pode determinar o tipo de assistente social que está sendo formado nas instituições de ensino superior no curso de Serviço Social. Dessa forma, essa pesquisa se constituiu através da seleção de seis instituições, que oferecem elementos para refletir à cerca de como o processo de formação acadêmico-profissional (graduação e pós-graduação) tem localizado a temática. O próximo item trata desses desdobramentos.

3. 3. Diretrizes curriculares, currículo mínimo das IES e o debate sobre racismo: Realidade dos currículos na Graduação em Serviço Social e o processo de pesquisa na Pós-Graduação na área de Serviço Social

Existe uma preocupação do conjunto de profissionais do Serviço Social (assistentes sociais em diversos espaços sócio-ocupacionais, docentes, estudantes e entidades representativas) com os rumos da formação acadêmico-profissional e os impactos que podem causar no PEP (ORTIZ, 2013). Ao levar em consideração a investigação de como tem sido tratada a temática étnico-racial, principalmente o racismo, pelos cursos de Serviço Social brasileiro e os rebatimentos no PEP, a análise partirá das diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e homologadas pelo MEC em 2001.

Para essa análise, realizou-se um recorte das IES que oferecem o curso de Serviço Social, selecionando uma IES por região, de acordo com a divisão regional da ABEPSS⁵⁰. Os critérios utilizados foram: ser uma IE de ensino público e associada à ABEPSS – portanto, que segue as diretrizes curriculares propostas pela entidade –, a mais antiga tendo por referencial o ano de criação do curso de graduação e pós-graduação.

As instituições selecionadas foram: Universidade Federal do Maranhão – UFMA⁵¹ (Regional Norte), Universidade de Brasília - UnB⁵² (Regional Centro-Oeste), Universidade Federal do Pernambuco – UFPE⁵³ (Regional Nordeste), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ⁵⁴ (Regional Leste), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC⁵⁵

⁵⁰ A ABEPSS estabelece 6 regiões em sua divisão, que são elas (juntos com os respectivos estados): Norte – Acre-AC, Amazonas-AM, Rondônia-RO, Roraima-RR, Pará-PA, Amapá-AP, Tocantins-TO, Maranhão-MA e Piauí-PI; Centro-Oeste – Mato Grosso-MT, Goiás-GO e Distrito Federal-DF; Nordeste – Ceará-CE, Rio Grande do Norte-RN, Paraíba-PB, Pernambuco-PE, Alagoas-AL, Sergipe-SE e Bahia-BA; Leste – Minas Gerais-MG, Espírito Santo-ES e Rio de Janeiro –RJ; Sul I – Paraná-PR, Santa Catarina-SC e Rio Grande do Sul-RS; Sul II – Mato Grosso do Sul-MS e São Paulo-SP.

⁵¹ O curso de Serviço Social (CSS) da UFMA é considerado o pioneiro na trajetória da formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais no Maranhão. O curso foi fundado em 1953, por meio da Arquidiocese de São Luís, que na época era dirigida pelo Arcebispo Metropolitano Delgado. A Escola foi inscrita na Faculdade de Filosofia, através do Decreto nº 5 de fevereiro de 1953. Porém, em 1961, a Escola Maranhense de Serviço Social passou a ser denominada de Faculdade de Serviço Social e foi integrada à Universidade Católica do Maranhão. Já em 1966, o curso entrou para o sistema federal de ensino universitário, através da Lei nº 5.152 de 21 de outubro de 1966, na instituição da Fundação UFMA. De acordo com o PPP do Serviço Social da UFMA, a incorporação da faculdade de Serviço Social à Fundação UFMA é confundida com a própria criação da instituição em 1966, pois essa constitui-se com a junção de várias faculdades isoladas. O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA teve o mestrado criado em 1993 e o doutorado em 2001.

⁵² O curso de Serviço Social na UnB, tem a sua origem vinculada ao surgimento da primeira Faculdade de Serviço Social de Brasília (FSS), que foi reconhecida pelo MEC através do Decreto nº 058953 de 01 de agosto de 1966. De acordo com o PPP da UnB, o curso de Serviço Social surgiu quase praticamente com o nascimento de Brasília e, daí em diante, instituiu-se como um locus pioneiro de estudos, pesquisas e de formação de assistentes sociais. O curso de Serviço Social no DF surgiu vinculado à Igreja Católica, pois a FSS tinha como instituição mantenedora a Ordem Católica Sociedade Feminina de Instrução e Caridade. O curso foi mantido nessa instituição até 1971, quando foi extinto e o corpo discente foi transferido para a Universidade de Brasília. Na UnB o reconhecimento deu-se através do Decreto nº 74.194, de 20 de junho de 1974. Observa-se que até 1998 a UnB foi a única instituição formando assistentes sociais no DF por quase três décadas. O Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB teve o mestrado criado em 1990 e o doutorado em 2002.

⁵³ O curso de Serviço Social, ou melhor, o ensino, em Pernambuco iniciou-se em setembro de 1938, inclusive antes de existir uma Escola de Serviço Social. De acordo com informações do departamento de Serviço Social na UFPE, que constam no site alimentado pelo departamento, em 20 de setembro de 1938, o jornal Folha de Manhã, informou que estava aberta, nas dependências do Juizado de Menores, sob a direção do Dr. Rodolfo Aureliano, um curso de Serviço Social. Inicialmente, o curso foi destinado aos funcionários do Juizado e, também, para preparar as/os candidatas/os para o exame de admissão da futura Escola de Serviço Social, que já estava planejada e em fase de organização. Em 20 de novembro de 1970 houve um convenio entre a Escola e a Universidade Federal de Pernambuco, para a integração do Curso de Serviço Social à UFPE. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE teve o mestrado criado em 1979 e o doutorado em 1999.

⁵⁴ O curso de Serviço Social tem o seu surgimento datado de 1936, criado pela Escola de Enfermagem Anna Nery, na Universidade do Brasil, a sua origem é do Curso de Preparação em Trabalho Social. Em 1967 foi criada a Escola de Serviço Social, inserida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ teve o mestrado criado em 1976 e o doutorado criado em 1995

⁵⁵ O curso de Serviço Social teve a sua criação, em Florianópolis, através da articulação das entidades sociais (filantrópicas, patronais e confessionais) de Santa Catarina, que se juntaram para instituir e manter a Fundação Vidal Ramos (FVR). A criação da FVR deu-se em 03 de maio de 1958, e firmou um convênio com a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, que encaminhou duas assistentes sociais (Irmã Clementina Tonellotto e Madre Olma Aquino Casses) para organizarem e dirigirem a Faculdade de Serviço Social. A FSS compôs desde o início a recém-inaugurada UFSC, mas como uma escola agregada e isolada do resto da Universidade. Somente

(Regional Sul I) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP-FR⁵⁶ (Regional Sul II).

Analisaram-se os projetos políticos pedagógicos das respectivas instituições, no intuito de identificar as disciplinas que abordam a temática étnico-racial – não só pelo nome das disciplinas, mas buscou-se nas respectivas ementas algum indício de que nelas são tratadas as temáticas étnico-raciais, principalmente o racismo –, o período que está alocado na estrutura curricular e a carga horária das disciplinas. A intenção foi verificar os avanços e desafios para o combate e enfrentamento ao racismo no âmbito da formação acadêmico-profissional, que reverberam no trabalho da/o assistente social.

Ortiz (2013) compreende que a historiografia do Serviço Social brasileiro permite analisar, compreender e identificar que, durante mais ou menos 70 anos da profissão, houve sempre a preocupação em oferecer uma formação profissional capaz de garantir o perfil e as habilidades necessárias para o desenvolvimento competente da intervenção profissional, principalmente, na entrada do Serviço Social nas universidades, nos anos 1960, que lhe atribuiu um status de profissão de nível superior.

As diretrizes curriculares contemporâneas, que são preconizadas pela ABEPSS, é a expressão do amadurecimento intelectual, acadêmico e ético-político da profissão no Brasil. Nota-se, que no âmbito da formação acadêmico-profissional, o Serviço Social deve ser compreendido como uma totalidade, atravessado por múltiplas determinações históricas, com natureza econômica, política, cultural e ideológica (ORTIZ, 2013). Nessa linha, a formação acadêmico-profissional deve ser constituída por uma:

[...] perspectiva crítica, ciente do processo histórico brasileiro e suas relações com o capitalismo mundial, das particularidades assumidas pelas classes sociais no Brasil e pelo Estado, que, sem eliminar os traços arcaicos, modernizou-se no trato das expressões da “questão social”, combinando repressão com políticas sociais (ORTIZ, 2013, p. 13).

As diretrizes curriculares da ABEPSS traçam um determinado perfil de assistente social que deve ser objetivado na formação acadêmico-profissional:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissionais dotados de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade

em 1980 o curso foi definitivamente integrado à UFSC, e assim a sua direção passou a ser laica. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC teve o mestrado criado em 2001 e o doutorado em 2011.

⁵⁶ O curso de Serviço Social na UNESP-FR foi implementado em 1976. A condição desse curso na referida instituição possui a característica especial em ser o único curso estadual de natureza pública do Estado de São Paulo. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP-FR teve o mestrado criado em 1991 e o doutorado em 1999.

de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do assistente social (ABEPSS, 2007, p. 227 apud ORTIZ, 2013, p. 13).

Para alcançar esse determinado perfil, as diretrizes curriculares da ABEPSS estabelecem pressupostos, que devem ser visados pelas IES no âmbito dessa formação. Esses são os quatro pressupostos que norteiam a concepção de formação profissional em Serviço Social, e é o resultado do movimento de revisão curricular, que se iniciou nos anos 1980:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5-6).

Observa-se, principalmente, com os pressupostos indicados pela ABEPSS, que as diretrizes curriculares apontam a “questão social” como o fundamento básico de existência do Serviço Social como profissão, e, portanto, permeia todo o processo de formação acadêmico-profissional. Nesse sentido, o avanço no debate sobre a “questão social”, na formação acadêmico-profissional, expressa o acúmulo teórico do Serviço Social, principalmente na consolidação do processo de ruptura com o conservadorismo histórico da profissão no Brasil. De modo geral, à partir da década de 1990, a “questão social” passou a ser base da formação e do trabalho das/os assistentes sociais (MARTINS, 2015).

O projeto de formação acadêmico-profissional do Serviço Social, de modo geral busca conduzir um processo de consciência profissional que aproxima o trabalho da/o assistente social com a dinâmica da sociedade capitalista. Por isso, a “questão social” e o trabalho, ou melhor, o caráter contraditório da relação trabalho x capital – gênese da “questão social” –, são centrais na formação acadêmico-profissional, por fazer parte da realidade social que envolve a vida da população – com reverberações em desigualdades sociais e raciais

profundas, que assola principalmente o segmento racialmente descriminalizado e criminalizado.

Martins (2015) destaca que existe uma relação visceral entre a “questão social” e a questão étnico-racial. E, desta forma, é necessário fazer uma mediação, no âmbito do Serviço Social – formação e trabalho profissional –, para compreender essa relação. A relação da “questão social” com a questão étnico-racial, é acentuada pelo nó central desta, ou seja, a/o trabalhador/a negra/o, que é uma dimensão histórico-estrutural e, de tal modo, alimenta e retroalimenta a “questão social” (MARTINS, 2015). Iamamoto (2012, p. 160) oferece uma importante reflexão sobre essa relação, quando afirma:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Iamamoto (2012) assegura que a “questão social” possui uma dimensão estrutural, que atinge diretamente a classe trabalhadora – com destaque, aqui, para o segmento racialmente descriminalizado e criminalizado. Além disso, a “questão social” é envolvida em um processo denso e intenso de conformismo e rebeldia e, imersa pelo desenvolvimento da consciência e da luta pelo reconhecimento dos direitos individuais e coletivos. A autora ainda destaca que, é entre a produção e reprodução das desigualdades (de classe, gênero, sexualidade, etnicorraciais, dentre outras) e na produção de rebeldia e resistência, que as/os assistentes sociais são convidadas/os à intervirem profissionalmente, “[...] situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2012, p. 160).

Portanto,

[...] apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de re-invenção da vida construídas no cotidiano, por meio das quais são recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado no presente (IAMAMOTO, 2012, p. 161).

O esforço teórico de Iamamoto, ao apontar que a “questão social” é mediatizada pela questão étnico-racial – mas também de gênero, sexualidade, dentre outras – indica que as desigualdades econômicas, políticas e culturais, que se desenvolvem na sociedade capitalista brasileira, são marcadas por características étnico-raciais, que podem ser observadas no contexto de crise do capital (MARTINS, 2015).

Almeida (2017, p. 192) afirma que “a crise é um elemento estrutural, inscrito na lógica da sociabilidade capitalista”. Ou seja, a crise é parte essencial do sistema capitalista e, a sua definição permeia pelo funcionamento da economia e das instituições políticas que, de certa forma, mantem a estabilidade. Sobre a crise econômica – ou seja, do capital –, o autor destaca dois fatores que são negligenciados ao analisar a crise do capital, que são eles:

O primeiro é o caráter estrutural e sistêmico da crise. Em geral, são destacados como motivos determinantes da crise os erros e ou excessos cometidos pelos agentes de mercado ou pelos governos da vez. O caminho intelectual dessa explicação é o individualismo, o que reduz a crise a um problema moral e/ou jurídico. Desse modo, a avaliação da crise e suas graves consequências sociais – fome, desemprego, violência, encarceramento, mortes – convertem-se em libelos pela reforma dos sistemas jurídicos, pela imposição de mecanismos contra a corrupção ou ainda, por campanhas pela conscientização acerca dos males provocados pela “ganância” ou pela sede de lucro. Enfim, tanto causas como efeitos recaem apenas sobre os sujeitos e nunca são questionadas as estruturas sociais que permitem a repetição dos comportamentos e das relações que desencadeiam as crises.

O segundo fator esquecido pelos estudiosos da crise – intimamente ligado ao primeiro – é a especificidade que a crise assume no tocante aos grupos sociais que a sociologia denomina de minorias. Minorias caracterizam-se pelos processos de discriminação direta ou indireta a que são submetidas pessoas socialmente identificadas como pertencentes a determinados grupos sociais (negros, judeus, mulheres, pessoas LGBT etc.). A discriminação sistemática, processual e histórica cria uma estratificação social que se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciados na forma de pobreza, salários baixos, menor acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte (ALMEIDA, 2017, p. 187-188).

De tal modo, Almeida (2017, p. 188) observa que, em contexto de crise, a identificação de grupos “minoritários” deve ter como determinante de análise as particularidades de cada formação social, considerando que “[...] a dinâmica do processo discriminatório vincula-se à lógica da economia e da política”. E, portanto, o processo discriminatório só se torna sistêmico se houver a reprodução das condições sociopolíticas que naturalizam a desigualdade de tratamento que são oferecidas aos indivíduos que pertencem aos grupos diferenciados e específicos.

O Brasil é um país que é inserido no modelo de superexploração do trabalho, da cidadania restrita e do racismo (estrutural estruturante e institucional). Levar esses elementos em consideração, é evidenciar que se trata de um modelo de produção e de modo de vida extremamente nocivo para a população negra. Martins e Santos (2016) ressalva que, no Brasil, as/os negras/os são as/os mais afetadas/os pelas consequências do capitalismo e do racismo. Pontua-se, que essas “consequências” só são estabelecidas com a participação do Estado, que atua diretamente na classificação das pessoas e nos processos discriminatórios

(ALMEIDA, 2017), como por exemplo, na produção dos perfis “fatores de risco” para agenciar a filtragem racial que é utilizada como instrumento da abordagem da PM, que é agente do Estado.

Martins e Santos (2016) compreende que a criminalização da pobreza e as políticas focalistas são a resposta dada pelo Estado para a questão (social) étnico-racial⁵⁷. As autoras observam a utilização do belicismo pelo Estado brasileiro na política de segurança pública. O Estado na “tentativa” de responder as expressões da questão (social) étnico-racial cria um estado de guerra permanente contra os pobres, principalmente o segmento racialmente descriminalizado. Essa perspectiva se articula com a ideologia da securitização, que é um mecanismo da rearticulação da direita brasileira (OLIVEIRA, 2017b, 2018), cujo objetivo é proteger o dito “cidadão de bem” e matar o “cidadão de mal”, ou o inimigo interno do Estado. A criminalização da pobreza atual é uma resposta racista para combater o suspeito número um do Estado, o inimigo interno, ou seja, a/o negra/o.

A utilização do belicismo não é uma direção ao acaso, mas “[...] caminha dentro da lógica da manutenção dos lucros capitalistas [...]” (MARTINS; SANTOS, 2016, p. 54), que utiliza da estrutura racista para a superexploração do trabalho, para o encarceramento e para exterminar as/os trabalhadoras/es negras/os. O belicismo, observado nas políticas de segurança pública do Estado é a grande extensão do dito “negócio capitalista privado” (MARTINS; SANTOS, 2016), que mesmo em momentos de paz interna do país, promove uma guerra permanente contra a população racialmente descriminalizada e os pobres. Portanto,

[...] embora a criminalização da pobreza, como resposta do Estado às expressões da “questão social”, seja direcionada à classe trabalhadora, o foco dessa resposta concentra-se na parcela racialmente discriminada, daí ser uma resposta à questão (social) étnico-racial. Nesse sentido, [...] cabe situar quem são os classificados como “classes perigosas”, que são, no Brasil, os mesmos que se revelam nas estatísticas de pobreza e que são alvo dos programas focalistas do Estado, ou seja, que têm renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00 mensais, mais especificamente, a parcela negra da classe trabalhadora do país (MARTINS; SANTOS, 2016, p. 54).

O racismo, na sua relação íntima com o capitalismo, impõe uma realidade social que não pode passar despercebida, invisibilizada, até mesmo naturalizada, no processo de formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Brasil. É, portanto, urgente que haja

⁵⁷ Martins (2016) desenvolve o conceito de questão (social) étnicorracial levando em consideração o panorama da realidade das/os trabalhadoras/es negras/os e a resposta dada pelo Estado para as manifestações da Questão Social sob a ótica racial. “As respostas efetivas na direção da criminalização dos pobres e do atendimento à pobreza, através dos programas de transferência de renda, andam na direção de fazer frente àquelas sequelas de um capitalismo tardio, forjado com as marcas da escravidão e do racismo, melhor dizendo, caminham na direção de responder às expressões da questão (social) étnico-racial” (MARTINS, 2016, p. 51).

um aprofundamento e aprimoramento do debate, reflexão, combate e enfrentamento do racismo no espaço de ensino, pesquisa e extensão; com a perspectiva crítica, e com a visão estrutural, estruturante e institucional do racismo no âmbito cultural, econômico, político e social nas relações sociais brasileiras. Principalmente, ao levar em consideração que o racismo não pode ser analisado sem os determinantes do capitalismo e vice-versa. A relação entre o racismo e o capitalismo é de alimentação e retroalimentação das mazelas sociais e das profundas desigualdades sócio-raciais no contexto brasileiro.

Essa apropriação e aprimoramento do debate sobre o racismo é uma forma de fortalecimento do PEP, que é apoiada pelas diretrizes curriculares e pelo Código de Ética Profissional da/o Assistente Social. Destacam-se dois princípios: “VI. *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças*” e do “VIII. *Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*”, esses princípios, como os demais, precisam ser trabalhados no processo de formação acadêmico-profissional e a sua ausência pode, de certa forma, se enquadrar como infração dos princípios. Além disso, os princípios do CEP, de forma direta e indireta, versam a objetivação de combate e enfrentamento ao racismo, que não é explícito no documento – e deveria –, mas é uma orientação importante para o conjunto de profissionais do Serviço Social.

De forma geral:

[...] Diretrizes Curriculares, assim como o Código de Ética Profissional, sinalizam a busca por uma compreensão da realidade social, com suas singularidades e particularidades – sem fragmentá-la, articulando-a com a teoria social crítica. Ou seja, a discussão acerca das relações étnico-raciais também está contemplada nos princípios e parâmetros norteadores da formação e do exercício profissional das(os) assistentes sociais. Mas, esta característica expressa no campo interventivo do Serviço Social, não vem sendo devidamente considerada e analisada, tanto no processo de formação profissional, quanto na prática profissional (MENEZES, 2010, p. 14).

O processo de combate e enfrentamento ao racismo é um direcionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, que além de fortalecer o PEP, inscreve a profissão na luta antirracista no contexto brasileiro. Esse processo deve ser iniciado no espaço de sala de aula⁵⁸, como um espaço que tem o intuito de fomentar debates e reflexões, de expor

⁵⁸ Compreende-se que os formadores e os formandos são sujeitos históricos, e, portanto, inseridos em diversos contextos sociais, dotados de diferentes tipos de consciências sociais e raciais. Porém, aqui o foco é em um tipo específico de sujeitos, assistentes sociais/professoras/es. Isso não significa que o Serviço Social é a única profissão responsável pelo combate e enfrentamento do racismo, pelo contrário, o Serviço Social, aqui, é compreendido como parte fundamental dessa luta, mas não de forma isolada.

as contradições, conflitos e antagonismos que são acoplados, produzidos e reproduzidos na sociedade, mas além disso, e principalmente, propor soluções e possibilidades de respostas para os diversos fenômenos que remontam a vida social.

Em linhas gerais, fomentar o debate e a reflexão do enfrentamento do racismo em sala de aula é, de tal modo, a possibilidade desse processo ter continuidade no trabalho profissional, nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Do contrário, pode perpetuar a atuação e o silêncio em relação ao racismo, afastando o trabalho interventivo da/o assistente social do combate e enfrentamento do racismo, anulando as demandas que esse coloca e convida tais profissionais para intervir.

Visando o combate e enfrentamento ao racismo, a ABEPSS, na gestão “Quem é de luta resiste” (2017-2018), propôs o documento *Subsídios para o debate sobre questão Étnico-racial na formação em Serviço Social*. De forma geral, o documento tem como objetivo “oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão [...]” (ABEPSS, 2018, p. 12).

A ABEPSS (2018, p. 13) argumenta:

O debate sobre o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira. A premissa inicial proposta nesse documento é contribuir na construção desse conceito para o entendimento da relação entre raça/etnia e classe como estrutural e estruturante das relações sociais, considerando que o racismo é um dos fundamentos dessas relações no Brasil.

Além disso, o documento fortalece os núcleos de fundamentação para a formação acadêmico-profissional, principalmente o “núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira”. No âmbito da formação acadêmico-profissional, a temática étnico-racial, com destaque o racismo (estrutural, estruturante e institucional), deve ser abordada como uma construção social, que se ramificou como uma estrutura social no tipo de capitalismo que o Brasil é inscrito.

Martins (2016) compreende que a colonização – destaca-se que o escravismo mercantil também, já que a colonização, no Brasil foi acompanhada pela inserção do trabalho escravista – serviu de base para a construção do modo de produção na Europa. Esse processo se constituiu através da articulação da economia escravista mundial, do capital escravista-mercantil e da exploração do sobretrabalho da classe escravizada (MARQUESE, 2018; PIRES e COSTA, 2010; MOURA, 2014; GORENDER, 2016).

O sistema escravista mercantil, como modo de produção resultante da colonização, se inscrevia na divisão internacional do trabalho, nas fronteiras mercantis do capitalismo global, direcionado pelo capital escravista-mercantil, que orquestrou o cruel processo de exploração do sobretrabalho das/os trabalhadoras/es-mercadoria. A conexão entre o sistema escravista mercantil com o capitalismo global europeu teve como interlocutor o capital escravista-mercantil, que para sua existência e reprodução, estabeleceu relação com o comércio de carne humana (financiado, organizado e ampliado pela Europa) e com o mercado capitalista absorvedor da produção exportável que era impulsionada pela economia escravista, que mantinha intimamente relação com o capitalismo global.

O processo mercantil, nesse cenário, foi um marco para o desenvolvimento das relações raciais, já que, de acordo com Fanon (2005), nos espaços coloniais a infraestrutura econômica era também uma superestrutura. O autor compreende que alguém era rico – escravocrata – porque era branco. Sinalizando:

[...] as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. Até mesmo o conceito de sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, deveria ser repensado aqui. O servo é de uma essência diferente da do cavaleiro, mas uma referência ao direito divino é necessária para legitimar essa diferença de status. Nas colônias, o estranho vindo de fora se impôs com a ajuda dos seus canhões e das suas máquinas. A despeito da domesticação bem sucedida, apesar da apropriação, o colono continua sempre sendo um estranho. Não são nem as fábricas, nem as propriedades, nem a conta no banco que caracterizam primeiramente a “classe dirigente”. A espécie dirigente é primeiro aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os autóctones, “os outros” (FANON, 2005, p. 57).

Não obstante, as relações raciais, na formação sócio-histórica brasileira são elementos fundadores do país, versando determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos, em prol do trabalho, mas tendo como pano de fundo, sempre, o racismo. Não foi à toa, que no marco da abolição, ocorreu aqui, o que Fanon (2005, p. 57) denominou de construção das “[...] vias de passagem entre as duas zonas”. Que significa, sob a ótica racial, a construção de uma cidadania negra e outra branca, e que isso vai determinar as expressões da questão (social) étnico-racial.

Martins e Santos (2016, p. 22), sobre esse processo, que é inserido em profundas mudanças nas relações de trabalho brasileiro, de forma assertiva, afirma:

É nesse contexto de transformação e de necessidade de redefinir a força de trabalho no país que a questão étnico-racial se define e se aprofunda, uma vez que o trabalhador escravo é posto à margem do processo produtivo que começa a se instaurar no Brasil.

De modo geral, é urgente, que esses elementos expostos, no contexto da formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro, as/os formadoras/es (professoras e professores), considerem e apresente, como conteúdo indispensável no processo de formação da consciência profissional.

Os impactos provocados pelo padrão do capitalismo que o Brasil é inscrito, em relação à questão étnico-racial, é um conteúdo rico, que deve ser apropriado e aprofundado pelo Serviço Social, para “[...] apreender as condições de exploração do trabalhador brasileiro e as condições de superexploração em que o trabalhador oriundo do trabalho compulsório foi inserido após a emergência do trabalho livre” (MARTINS, 2016, p. 22).

É evidente, que a ABEPSS por meio das diretrizes curriculares e do documento “subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” orienta para que haja a incorporação da temática étnico-racial no processo de formação acadêmico-profissional e, desta forma, as IES podem oferecer uma formação antirracista para o corpo discente.

Nesse sentido, por meio dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, é possível observar qual o lugar tem sido destinado para a temática étnico-racial, principalmente o racismo, no processo de formação acadêmico-profissional. Compreende-se, que se trata de um recorte comparativo entre as IES por região da ABEPSS.

Nessa abordagem, como meio de evidenciar as disciplinas que estabelecem diálogos e reflexões sobre a questão étnico-racial, principalmente o racismo, foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: afro-brasileira/o, afrodescendente, discriminação racial, colonização, diversidade étnica e racial, etnia, étnico, etnocentrismo, miscigenação racial, mito da democracia racial, movimento negro, negro/a, quilombo, quilombola, raça, racial e racismo. Desta forma, o conteúdo aqui não tem a proposta de dar conta de todas as IES que oferecem o curso de Serviço Social no Brasil. Mas estabelecer uma relação entre as IES selecionadas e o debate sobre a questão étnico-racial e o racismo.

A concepção de racismo que precisa ser desenvolvida na formação acadêmico-profissional, não é mais “o racismo vulgar, primitivo, simplistas [...]” (FANON, 2019, p. 64) que se escondia e tinha na biologia a sua base material. Ou seja, o racismo científico, que tinha por objetivos, constatar a inferioridade da população negra, para justificar a sua situação social, por intermédio da “[...] forma comparativa do crânio, a quantidade e a configuração

dos sulcos do cérebro, as características das camadas celulares do córtex, as dimensões das vértebras, os aspectos microscópicos da epiderme, etc.” (FANON, 2019, p. 64).

Constata-se que “o objetivo do racismo já não é o homem individual, mas uma certa forma de existir” (FANON, 2019, p. 65). Nesse sentido, o intuito é verificar se existe indicativo, nos projetos pedagógicos, de centralizar a temática étnico-racial como eixo importante para a formação em Serviço Social, e se existe orientação para uma abordagem, nas disciplinas – não somente as abertamente sobre questão étnico-racial, mas as demais que podem mesclar essa temática em seus conteúdos programáticos.

Desta forma, ao analisar os projetos pedagógicos, foi possível identificar quais as disciplinas que envolvem a temática, assim como qual o seu caráter (obrigatória, eletiva, optativa), carga horária e alocação por semestre, e organiza-las em um quadro expositivo. Segue o quadro:

Quadro 2
Disciplinas curriculares que abordam a temática étnicorracial

Quadro de disciplinas que envolvem a questão étnicorracial						
IES	Departamento	Disciplina	Palavra-chave	Caráter	Carga horária	Período
UFMA	Serviço Social	Relações Étnico-Raciais no Brasil e o Serviço Social	Etnia/Raça e Racismo	Obrigatória	30h	3º
UFMA	Serviço Social	Relações de Gênero e Serviço Social	Etnia/raça	Obrigatória	30h	4º
UFMA	Serviço Social	Movimentos Sociais e Serviço Social	Etnia/raça	Obrigatória	60h	3º
UFMA	Serviço Social	Serviço Social e Questão Social I	Etnia e raça	Obrigatória	60h	2º
UnB	Serviço Social	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	Raça e etnia	Optativa	60h	8º
UFPE	Serviço Social	Relações Étnico-raciais e Serviço Social	Raça, Racismo e Diversidade	Eletiva	60h	7º
UFPE	Serviço Social	Saúde- Gênero e Violência	Racismo	Eletiva	60h	- - -
UFRJ	Serviço Social	Identidades culturais e Serviço Social no Brasil	Mito da Democracia Racial	Obrigatória	60h	4º
UFSC	Serviço Social	Serviço Social e Gênero	Raça e Etnia	Optativa	72h	- - -

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada para dissertação nos programas pedagógicos dos cursos.

Constata-se, que nas ementas de disciplinas do Serviço Social, que no nome da disciplina de forma explícita indica que vai abordar a temática étnico-racial, ou até mesmo, nas que não aparece de forma explícita, a categoria “raça e etnia” apareceu com mais frequência, em seis ementas. Nas outras disciplinas do Serviço social, a categoria racismo apareceu em duas ementas, e o mito da democracia racial em uma ementa. Nas disciplinas de outros departamentos, a categoria escravidão, colonização e miscigenação, ambas ofertadas pelo departamento de história e uma em cada ementa; grupos étnicos aparecem em uma ementa oferecida pelo departamento de antropologia.

A análise dos projetos pedagógicos permitiu visualizar que a temática étnico-racial, principalmente o racismo, é marginalizada no processo de formação acadêmico-profissional, nas referidas IES. Além disso, não foi detectada nenhuma disciplina na UNESP-FR que aborde a temática. A categoria raça e etnia, é a categoria mais relevante, nesse arranjo de disciplinas com a temática étnicorracial. D’Adesky (2009, p. 46) salienta que a raça, enquanto uma categoria social oferece elementos determinantes para a compreensão da realidade social, pois é dotada de “[...] características físicas visíveis, formas coletivas de diferenciação classificatória e hierárquica que podem engendrar, às vezes, comportamentos discriminatórios individuais ou coletivos”.

Não é por acaso, que os movimentos negros brasileiros utilizam a categoria raça como elemento de luta e, mostra que a mesma alimenta, através da diferenciação, a estrutura racista. A raça possibilita, que no contexto da sociedade divididas por classes sociais, seja possível diferenciar, em amplo sentido, trabalhadoras/es que ocupam os mesmos postos de trabalho; ao mesmo tempo, a raça pode tornar essas/es trabalhadoras/es em específicos, dotados de consciência social e racial, sobre a sua situação na sociedade capitalista e, os determinantes que as/os levaram para essa situação.

O movimento negro não aparece como categoria para ser abordada na formação acadêmico-profissional, nessas IES, nem nas disciplinas que versam sobre as questões étnico-raciais, muito menos nas de movimentos sociais. Rocha (2014, p. 109) propõe uma reflexão pontual acerca da formação acadêmico-profissional, das resistências sociais – que compõem os movimentos sociais – e dos sujeitos históricos:

O conhecimento sobre a importância histórica dos movimentos de resistência negra – sem desconsiderar as lutas empreendidas por outros segmentos sociais – no processo de construção da identidade e formação social brasileira é matéria fundamental para qualquer área de formação. Entretanto, para o Serviço Social, que tem a questão social como seu elemento fundante, a apropriação dessa discussão torna-se imprescindível, pois é sobre as

múltiplas expressões da questão social que irá atuar. Assim, interrogamos: Quem são os sujeitos sociais historicamente discriminados e alvos preferenciais das ações de violações de direitos? Quem são os sujeitos que mais demandam a intervenção do profissional de serviço social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais? E, é sobre quem que as políticas de repressão e controle do Estado agem mais fortemente? Conhecer esses sujeitos vai para além de conhecer o seu “registro de identidade”. É preciso conhecer a sua história e com ela apreender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente.

Rocha (2014) compreende que, sendo as/os assistentes sociais, profissionais que buscam fortalecer o PEP, com explícita referência teórico-política assentada no pensamento crítico marxista, ao desconsiderar a questão étnico-racial, destacando o racismo (principalmente a visão estrutural) correm o risco de:

[...] primeiro, contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; em segundo, de deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação (ROCHA, 2014, p. 109).

Essa indagação propõe duas saídas para a categoria profissional, que não se limita apenas à formação acadêmico-profissional, mas ao trabalho das/os assistentes sociais, ao intervir na realidade social: investindo em pesquisadoras/es especialistas na temática, para favorecer a incorporação da temática, com apropriação e aprofundamento no ensino, extensão e pesquisa, através de uma perspectiva crítica; ou silencia, naturaliza e desconsidera essa temática, permitindo que o debate seja realizado de forma a-histórica, descolado dos fundamentos históricos, teóricos, ético-políticos do Serviço Social, que resultaram, sempre, em manutenção das desigualdades, dominações, explorações, opressões e violência racial.

A superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que não podem ser resolvidos, no máximo mantidos sob controle. Todavia, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar (ALMEIDA, 2017, p. 198).

Esse panorama, mesmo que focalizado em seis instituições, alerta para uma questão: é possível, que haja uma naturalização do racismo no âmbito da formação acadêmico-profissional? Constata-se, que a naturalização é a base de todas as estruturas de dominação, exploração e opressão. O combate e enfrentamento ao racismo requer apreender os espaços pelos quais o racismo tem a sua atuação não abertamente declarada. Nesse sentido, levando

em consideração, nesse recorte, o pequeno percentual de disciplinas que abarcam a temática, pode-se constatar que o caminho na luta antirracista no âmbito da formação acadêmico-profissional ainda é longo, a formação é uma arena de disputa teórica, um espaço embutido de ego, que não permite observar o óbvio: o racismo é parte integral dentro e fora do Serviço Social, “tapar os olhos” nesse caso, é permitir que a formação acadêmico-profissional se torne uma fábrica de produtores e reprodutores de racismo, de forma consciente ou inconsciente, já que no processo de formação da consciência profissional esse debate é marginalizado.

A formação acadêmico-profissional, na luta antirracista, que por meio do PEP, materializado pelo Código de Ética, pelas Diretrizes curriculares e lei de regulamentação da profissão, é um espaço com potencialidade para fomentar essa luta. Mas, para ter efetividade, é necessário que cortem as arrestas, que podem gerar lacunas entre o fortalecimento do PEP e combate e enfrentamento ao racismo. Os avanços da profissão nessa luta, que não é nova, mas que é carregada de embates, das/os assistentes sociais negras/os que se vinculam na luta antirracista, direcionam para um caminho profissional sem medo de ir à luta com classe e raça.

Porém, focar apenas na graduação não garante a efetividade dessa luta. A pós-graduação na área de Serviço Social, mestrado⁵⁹ e doutorado⁶⁰, é outra face da formação acadêmico-profissional, que visa formar os quadros docentes. A pós-graduação como locus de produção de conhecimento e de formação de novos pesquisadores, também formam os novos professoras/es, que garantem, para as novas gerações de assistentes sociais, o compromisso com o fortalecimento do PEP.

Nesse sentido, é importante analisar qual o panorama dos seis programas de pós-graduação⁶¹ das IES selecionadas. O objetivo é de traçar o perfil dos docentes dos programas, buscando verificar a formação profissional de cada docente, as áreas de interesses e, se entre 2009-2018 orientaram dissertações e teses sobre a temática racial. Esses apontamentos, de

⁵⁹ Garcia (2017, p.) aponta que “[...] Os primeiros cursos de mestrado no Brasil foram os da região Sudeste: PUC-Rio e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda nessa década verifica-se a expansão do mestrado para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977, e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978, e a UFPE, em 1979. Na área de Economia Doméstica, o primeiro curso foi criado em 1992 na Universidade de Viçosa”.

⁶⁰ “O primeiro curso de doutorado em nosso país foi instituído na PUC-SP, em 1980 e, entre 1981 e 1989, o Programa titulóu 8 doutores em Serviço Social.” (GARCIA, 2017, p. 3).

⁶¹ Os respectivos programas selecionados: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP/UFMA, criado em 1993; Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS/UnB, criado em 1990; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFPE, criado em 1979; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFRJ, criado em 1976; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFSC, criado em 2001; e, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UNESP-FR, criado em 1991. Esses programas expressam a qualidade na avaliação da CAPES, sendo que 7 é a maior nota e três é a menor, segue os programas com suas respectivas notas: PPGPP/UFMA nota: 6; PPGPS/UnB nota: 6; PPGSS/UFPE nota: 6; PPGSS/UFRJ nota: 6; PPGSS/UFSC nota: 4; PPGSS/UNESP-FR nota: 4.

modo geral, servem para compreender os limites e possibilidades para uma formação de mestres e doutores na área do Serviço Social, que apontem, no caminho do ensino, extensão e pesquisa, para a luta antirracista.

A investigação, ou seja, a pesquisa, é central na formação acadêmico-profissional e no trabalho das/os assistentes sociais. A pesquisa possibilita que haja a atualização das/os docentes, assim como, a formação de novas gerações de pesquisadoras/es e, também, na qualificação do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2012).

A pós-graduação, através da pesquisa, possibilita uma fecunda integração entre a formação acadêmico-profissional e a pós-graduação. Desta forma, a pós-graduação “[...] contribui para imprimir padrões de excelência acadêmica à instituição universitária no exercício de suas funções precípuas, que não podem ser reduzidas à transmissão de conhecimentos e à formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2012, p. 453).

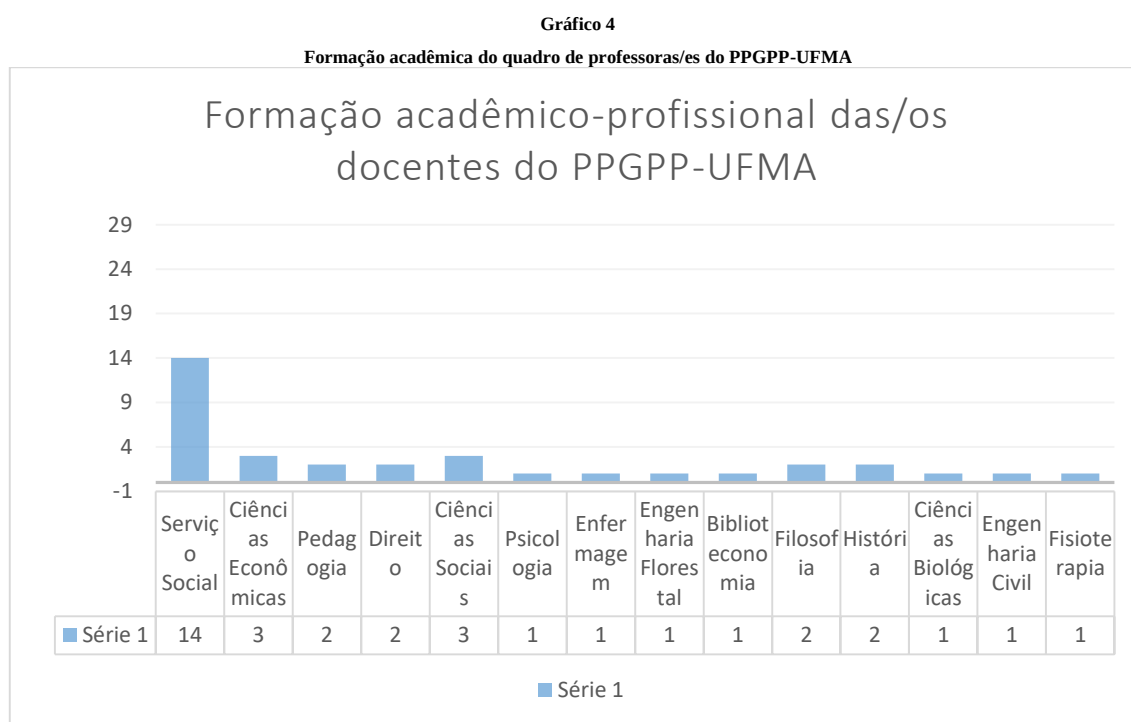
Iamamoto (2012) apresenta que desde o final da década de 1970 e início da década de 1980, o Serviço Social brasileiro vem investindo em pesquisas sobre os desafios que a história recente da profissão no país coloca para as/os profissionais. A autora observa, que a trajetória da profissão, principalmente na consolidação e organização das/os assistentes sociais no Brasil, resultou num relativo distanciamento do intenso intercâmbio do Serviço Social na América Latina. Porém, esse distanciamento vem sendo revertido, principalmente com a retomada da articulação latino-americana no Serviço Social brasileiro e sua participação no processo de re-fundação da ALAEITS. Ao mesmo tempo, esse processo retirou as influências estadunidenses e europeias do Serviço Social brasileiro.

A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fujam à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia (IAMAMOTO, 2014, p. 452).

Os programas de pós-graduação em Serviço Social são os meios pelos quais se formam os quadros de professoras/es que exercem o papel de formar novas/os assistentes sociais e pesquisadoras/es para a área. Esses programas são constituídos por linhas de pesquisa, que de certa forma, determinam o perfil de cada programa. Dos seis programas,

apenas três⁶² apresentam linhas de pesquisas que envolvem questão racial, mas sempre relacionadas com a temática de gênero, sexualidade, dentre outras, tidas como debates minoritários.

Além das linhas de pesquisa, o perfil do corpo docente e as áreas de interesses, também determinam o funcionamento dos programas, já que sem docentes e pesquisadores, os programas não poderiam funcionar. Para traçar o perfil do corpo docente, foram consultados os sites dos seis programas, com o objetivo de identificar as/os docentes, e mediante isso, foi possível, através do currículo *Lattes*, traçar esse perfil, dessa forma foram consultados 150 currículos. A primeira observação é a predominância de assistentes sociais nos programas⁶³. Segue os gráficos do corpo docente das respectivas instituições:

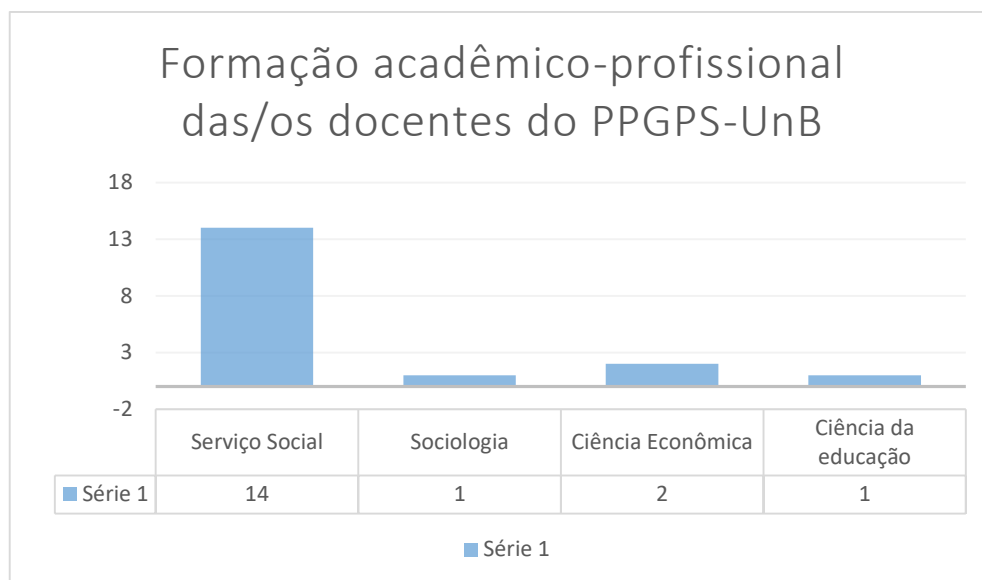


Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente do PPGPP-UFMA

Gráfico 5
Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGPS-UNB

⁶² Programas e respectivas linhas que envolvem a temática étnicorracial: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFPE, linha: Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça, Etnia e Família; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFRJ, linha: Temas urbanos e movimentos sociais; Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS/UnB, linha: Exploração e Opressão de Sexo/gênero, raça/etnia e sexualidades.

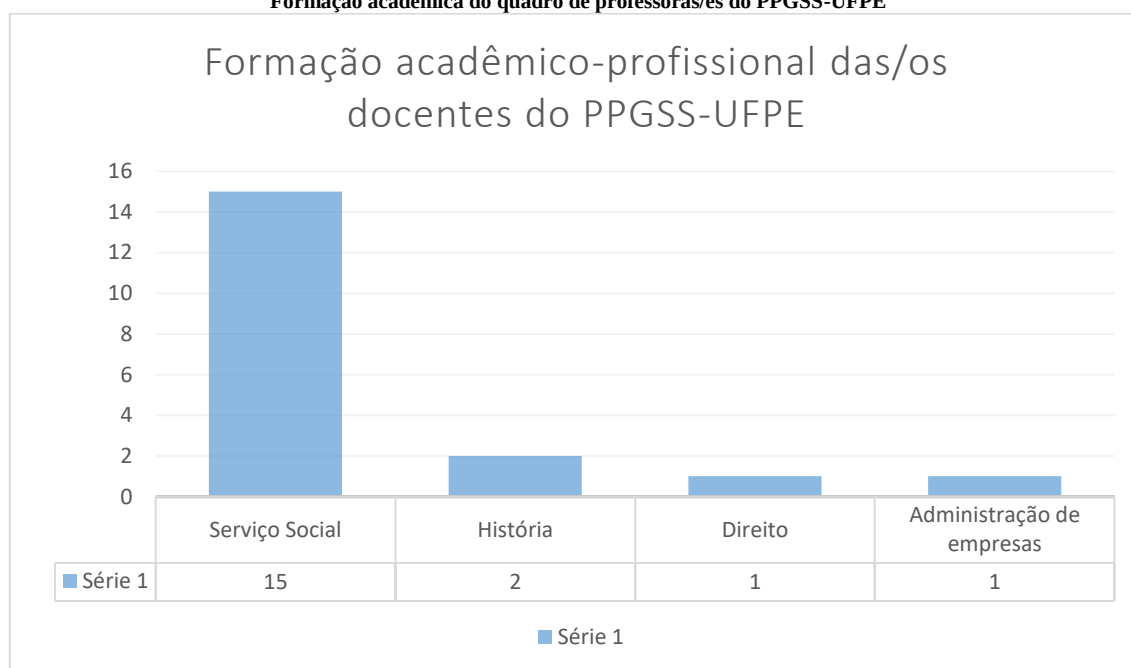
⁶³ Segue a quantidade de docentes por programas: PPGPP-UFMA: 29 docentes; PPGPS-UnB: 18 docentes; PPGSS-UFPE: 16 docentes; PPGSS-UFRJ: 46; PPGSS-UFSC: 21 docentes; PPGSS-UNESP-FR: 20 docentes.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente do PPGPS-UnB.

Gráfico 6

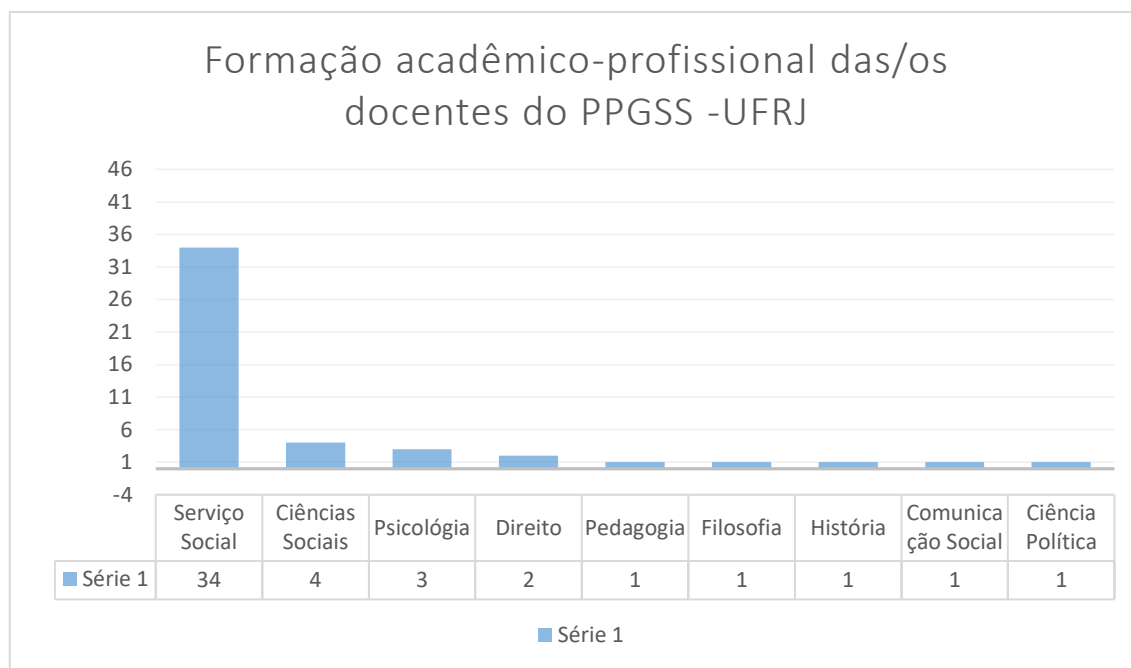
Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-UFPE



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente do PPGSS-UFPE.

Gráfico 7

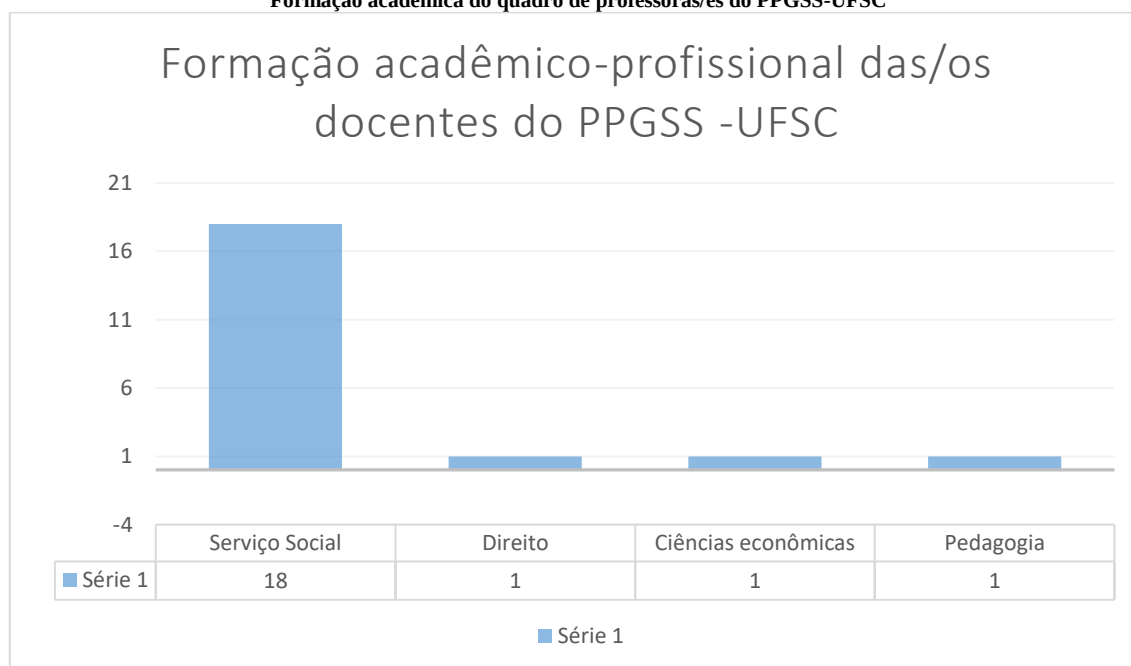
Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-UFRJ



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente do PPGSS - UFRJ.

Gráfico 8

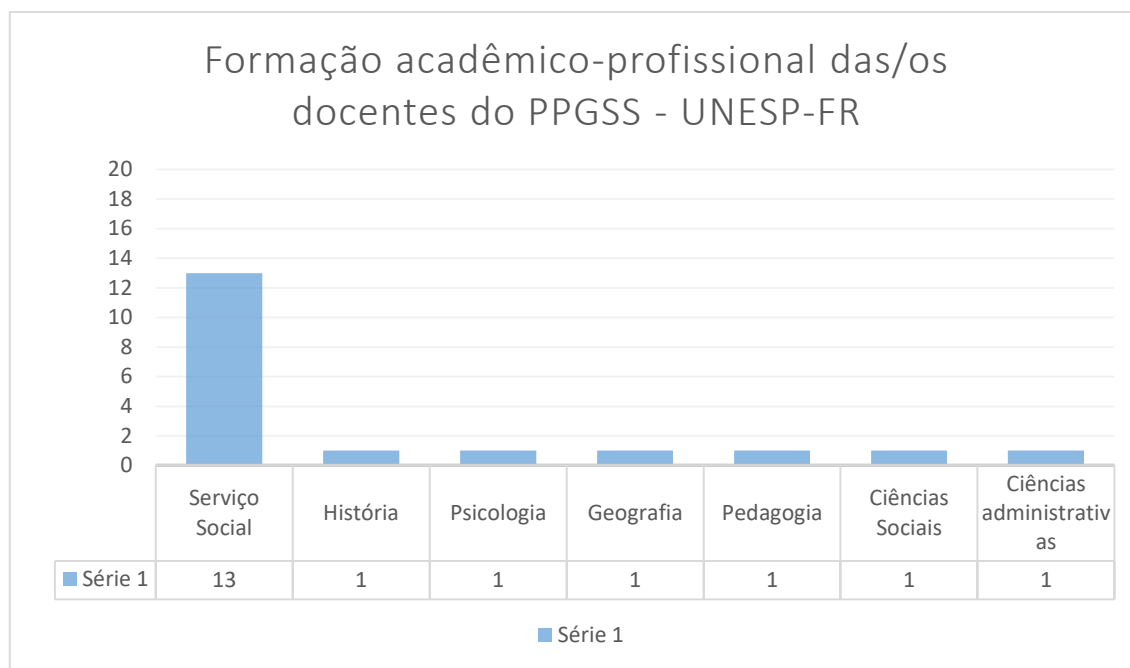
Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-UFSC



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente do PPGSS - UFSC.

Gráfico 9

Formação acadêmica do quadro de professoras/es do PPGSS-UNESP-FR

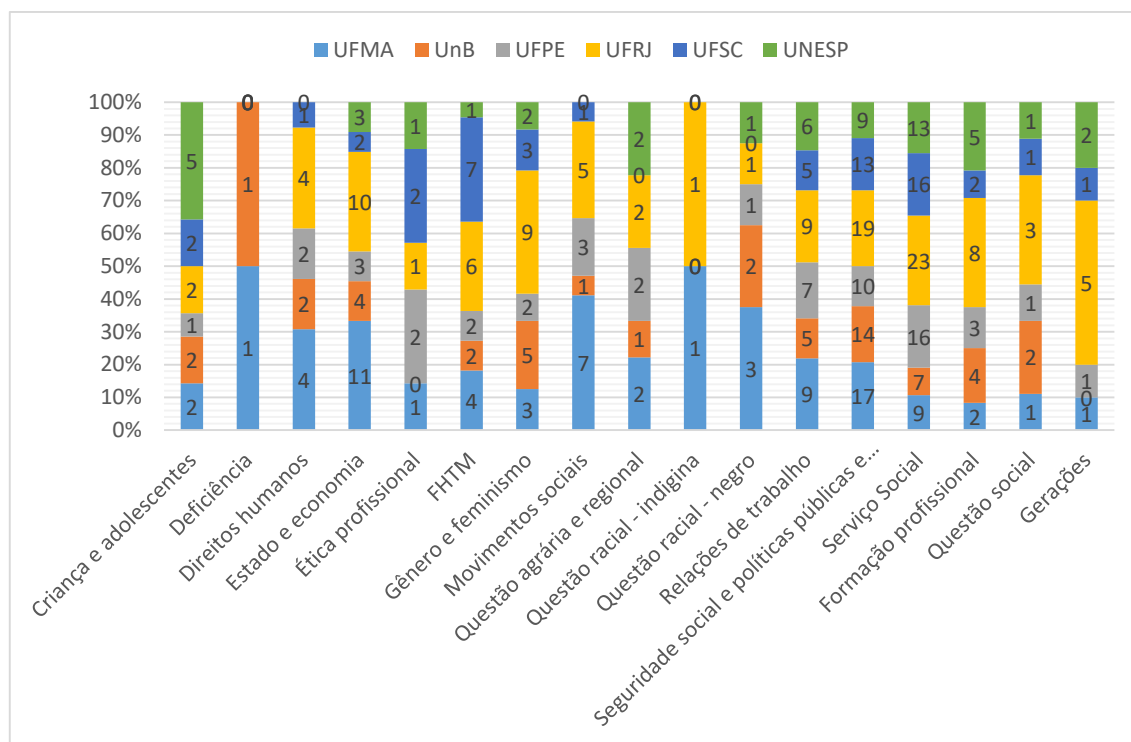


Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente do PPGSS - UNESP-FR.

O número de assistentes sociais no corpo docente desses programas pode expressar o compromisso dos programas com o PEP. O fortalecimento do PEP no âmbito da pós-graduação visa uma produção de conhecimento que objetive a emancipação humana, além disso, pode propor reflexões sobre a construção de um novo projeto societário. Por isso, a presença expressiva de assistentes sociais, pode ser interpretada como um fortalecimento do PEP na pós-graduação.

Como já desenvolvido aqui, a luta antirracista é um compromisso ético-político que o Serviço Social assume, através do PEP (materializado pelas diretrizes curriculares, código de ética profissional e a lei de regulamentação da profissão), que pode ser expresso na produção de conhecimento também. Por esse motivo, levantaram-se as áreas de interesses das/os docentes, para visualizar como o interesse pela temática étnico-racial está presente entre as/os docentes. Segue os gráficos sobre as áreas de interesse das/os docentes:

Gráfico 10
Áreas de interesses de pesquisa das/os docentes



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente dos programas: PPGPP-UFMA, PPGPS-UnB, PPGSS-UFPE, PPGSS-UFRJ, PPGSS-UFSC e PPGSS -UNESP-FR.

Pode-se observar que a temática étnico-racial não é o foco de interesse da maioria do corpo docente. Os gráficos mostram que 2% do quadro de docentes dos programas têm interesses na área de pesquisa sobre questão étnico-racial, e na USFC, não foi encontrada/ nenhum/a docente com interesse nesse campo de pesquisa. Esses dados podem ser considerados subjetivos, pois o interesse pelas áreas de pesquisas são construções sociais individuais, mas ao mesmo tempo demonstra que os programas têm um déficit em relação às/aos docentes que pesquisam na área de pesquisa sobre a temática étnico-racial.

As áreas de interesse de pesquisa das/os docentes mantêm relações com as linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação. As linhas de pesquisas podem ser consideradas como a “espinha dorsal” das produções de conhecimentos que são desenvolvidas pelos programas, ou seja, pelas/os docentes e discentes (dissertações e teses). Verificou-se que dos seis programas de pós-graduação analisados apenas três programas possuem linhas de pesquisas que englobam a temática étnico-racial, que são elas: “Exploração e opressão de sexo/gênero, raça/etnia e sexualidades” do PPGPS-UnB; “Relações de gênero, geração, raça, etnia e família” do PPGSS-UFPE; “Temas urbanos e movimentos sociais” do PPGSS. Nos outros programas não consta nenhuma linha e nem referências à temática nas demais linhas.

A compreensão estrutural, estruturante e institucional do racismo permite que as temáticas étnico-raciais possam ser objeto de investigação em áreas de pesquisas que não tenham, diretamente, essa temática como foco. Desta forma, mesmo com a ausência de linhas

de pesquisas que não englobam “raça/etnia”, as/os docentes que se interessam pela temática podem pesquisar e orientarem dissertações e teses sobre a temática étnico-racial nos programas de pós-graduação. Mas a existência de linhas de pesquisas que incorporam a temática étnico-racial assegura que pesquisadoras/es, docentes e discentes (que buscam mestrado ou doutorado) que se interessam pela temática se vinculem institucionalmente aos programas de pós-graduação na área de Serviço Social.

Porém, é no mínimo preocupante, que os programas achem normal esse baixo percentual de docentes que se interessam pela temática étnico-racial, principalmente ao levar em consideração os impactos que o racismo causa na realidade social. O não interesse, pode não ser compreendido como uma modalidade de racismo, principalmente o institucional, mas pode ser um reflexo da naturalização do racismo, que é um fenômeno estrutural, mas que no âmbito da formação acadêmico-profissional (graduação e pós-graduação), esse debate é marginalizado e, portanto, não entra no processo de desenvolvimento da consciência profissional.

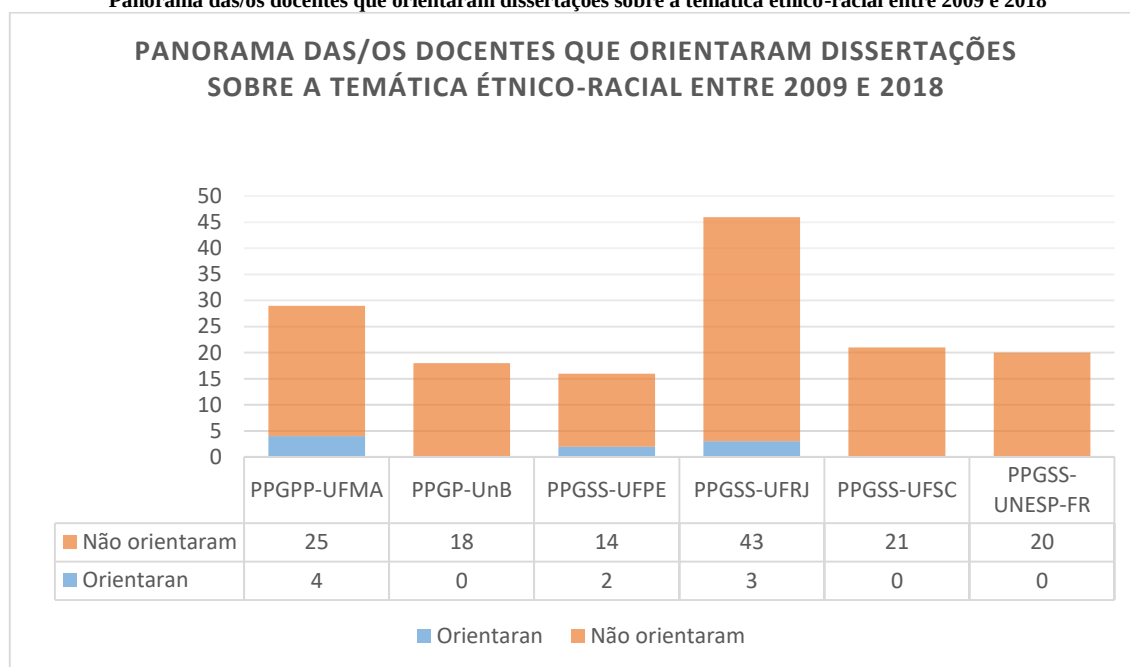
Esse processo reflete na produção de conhecimento. Por isso, verificou-se, pelos repositórios institucionais dos programas e pelos currículos lattes das/os docentes, como foram os últimos 10 anos (2009-2018) sobre a produção de conhecimento (dissertações e teses) sobre a temática étnico-racial, buscando identificar a presença de dissertações e teses sobre o Serviço Social e a questão étnico-racial, principalmente sobre racismo.

Entre 2009 e 2018 foi produzido um total de 825 dissertações e 466 teses nos programas de pós-graduação selecionados, isso significa que em um período de 10 anos, esse foi o total de mestres e doutores formados pelos seis programas de pós-graduação na área de Serviço Social. Porém, de 825 dissertações, apenas 19 foram resultado de pesquisas sobre a questão étnico-racial, o que significa que 2% das dissertações produzidas nos seis programas foram sobre a temática. Dessas 19 dissertações apenas 3 foram sobre Serviço Social e a questão étnico-racial (versando sobre raça e racismo). Das 466 teses, apenas 14 foram sobre questão étnico-racial, ou seja, 3% das teses, no intervalo de 10 anos, foram produzidas sobre questão étnicorracial, e dessas 14 teses, apenas duas foram sobre Serviço Social e a questão étnico-racial.

Com esse baixo percentual de produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial, em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado), chamou atenção para identificar qual o percentual de professoras/es, nesses 10 anos, que orientaram dissertações e teses sobre a temática. Esses percentuais podem ser observados nos gráficos abaixo:

Gráfico 11

Panorama das/os docentes que orientaram dissertações sobre a temática étnico-racial entre 2009 e 2018

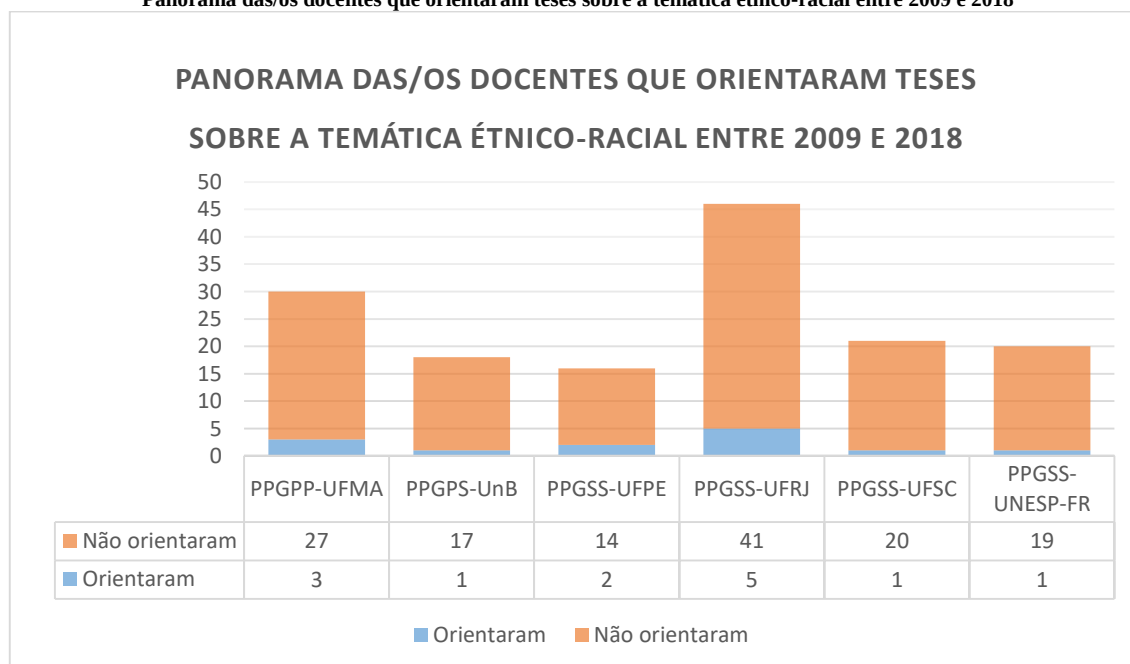


Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente dos programas: PPGPP-UFMA, PPGPS-UnB, PPGSS-UFPE, PPGSS-UF RJ, PPGSS-UFSC e PPGSS -UNESP-FR.

Agora as orientações de teses sobre a temática:

Gráfico 12

Panorama das/os docentes que orientaram teses sobre a temática étnico-racial entre 2009 e 2018



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da pesquisa realizada por meio de consulta aos currículos Lattes do quadro docente dos programas: PPGPP-UFMA, PPGPS-UnB, PPGSS-UFPE, PPGSS-UF RJ, PPGSS-UFSC e PPGSS -UNESP-FR.

Nota-se, a partir de consulta ao currículo lattes⁶⁴ das/os docentes, que existe um baixo percentual de docentes que orientaram, tanto dissertações, como teses, entre 2009 e 2018, e observa-se, também, que o PPGSS-UFRJ possui o maior percentual de docentes que orientaram dissertações e teses sobre a temática étnico-racial. Nos programas PPGPS-UnB, PPGSS-UFSC e PPGSS-UNESP-FR, as/os docentes não orientaram nenhuma dissertação sobre a temática em 10 anos, sobre teses, os mesmos programas ficaram em baixa nas orientações de teses sobre as temáticas. É importante salientar que não foi possível identificar as/os docentes que entraram a menos de 10 anos nos programas e esse dado pode interferir no resultado. Esse percentual se relaciona de forma direta com as linhas de pesquisas dos programas e com as áreas de interesses de pesquisas das/os docentes.

A ausência de fomentações teóricas sobre as implicações do racismo na sociedade capitalista marginaliza a importância desse debate para análises de conjunturais da sociedade capitalista. A pós-graduação como um locus de pesquisa, se defronta com toda a realidade social brasileira, e o racismo nessa conjuntura é uma ideologia que é manipulada como componente da produção de conhecimento que é elaborada pela elite intelectual de docentes dos referidos programas. Nesse sentido, quando o racismo estrutural é dissolvido nos programas de pós-graduação e passa a funcionar como racismo institucional, são estabelecidos entraves criados por meio de mecanismos estratégicos, mas nem sempre amostra, que impedem a incorporação da temática étnico-racial como área de pesquisa. Ao mesmo tempo, as/os docentes e discentes são sujeitos históricos que experimentam a realidade social das formas mais variadas e que interferem de forma direta nos seus interesses acadêmicos e áreas de pesquisa. Desta forma, a compreensão estrutural do racismo permite compreender que esse problema de incorporação da temática étnico-racial é uma questão estrutural, por esse motivo, deve ser encarada como a relevância que merece e ser combatida de forma crítica e com a apropriação e aperfeiçoamento dos subsídios necessários para a consolidação da temática étnico-racial como uma área de pesquisa do Serviço Social.

Esses dados, somados às áreas de interesses das/os docentes, reflete uma questão que merece atenção, que é a marginalização de pesquisas sobre as questões étnico-raciais, que não pode ser generalizada em todos os programas de pós-graduação da área de Serviço Social, mas mesmo em uma amostragem de 6 programas, o reflexo é impactante. Esse quadro leva a algumas indagações: Qual o pano de fundo da escassez de produção de conhecimento – através de dissertações e teses – nesses programas? É por falta de orientadoras/es com

⁶⁴ Teve-se o cuidado de verificar se os currículos estavam atualizados, além disso, identificou-se que as orientações de 2009 até 2018 constavam no currículo e correspondiam ao repositório institucional dos programas.

interesse na temática, já que observando as áreas de interesses dos docentes, poucos tem interesse nessa temática? Qual o motivo de pesquisadores que pesquisam questões étnico-raciais, principalmente assistentes sociais, não procurarem esses programas?

São questões que possuem poucas respostas, já que a questão étnico-racial é tratada como identidade ou subjetividade. Mas, compreendendo que o racismo na sociedade brasileira é uma estrutura, tal como o capitalismo, deve-se refletir de qual modo o racismo, na sua variável institucional, tem se alocado nos programas e gerando barreiras de acessos para as/os pesquisadores e estudantes que tem interesse nessa temática. Esse é o desafio desses programas, é o desafio que percorre o Serviço Social contemporâneo.

Almeida (2015, p. 129) compreende:

A produção de conhecimento cumpre um papel importantíssimo para a compreensão das complexidades que se estabelecem nas relações sociais da vida humana. Nessa direção, fica fácil a interpretação de que a produção do conhecimento é muito mais do que assegurar a direção hegemônica de uma determinada categoria, ela também é responsável pela manutenção das relações de poder que se estabelecem na sociedade.

O racismo, em sua concepção estrutural, também estabelece estruturas de poderes racistas, que determinam o que é interessante e o que não é interessante de ser pesquisado, sob a ótica racista. A temática étnico-racial, a população negra e o próprio racismo são sub-representações no âmbito da formação acadêmico-profissional, nesse recorte de seis IES que oferecem graduação em Serviço Social e pós-graduação na área de Serviço Social. E não trata-se aqui de uma representatividade abstrata, ou meramente política, mas de uma reflexão crítica, já que o Serviço Social tem um projeto profissional, que de uma forma ou de outra, aponta, sim, para a eliminação do racismo.

Porém, é necessário ter em mente:

[...] a fala daqueles que estão no poder não representa os interesses das minorias e tampouco guarda origem nelas – isso não é nenhuma novidade. É nítido que há um déficit de representação institucional e este quadro colabora com as desigualdades raciais existentes no país (BERSANI, 2017, p. 99).

É necessário que os departamentos e os programas de pós-graduação em Serviço Social assumam a luta antirracista, começando pela reflexão sobre os motivos de não aceitarem ou não serem procurados para orientar pesquisas (iniciação científica, TCCs, dissertações e teses) sobre a temática étnico-racial. É necessário que as/os docentes entendam que a produção e reprodução do racismo não estão fora do campo da pesquisa, mas que esse espaço pode servir para fortalecer o *status quo* racista, ou impulsionar a luta antirracista. Em

sala de aula, quem representa o poder institucional, ou seja, a/o docente, encontra-se em uma posição que é propícia para reproduzir e produzir ou combater e enfrentar o racismo no processo de desenvolvimento da consciência profissional.

É urgente que a formação sócio-histórica e racial faça parte da formação acadêmico-profissional, esse é o desafio dessa geração de formadoras/es, para assegurar o futuro de uma nova geração de assistentes sociais comprometidos em fortalecer o PEP, compreendendo que a luta antirracista é um direcionamento ético-político na categoria profissional.

O tensionamento presente nessa pesquisa não é para o mero constrangimento, pelo contrário, o tensionamento é feito por acreditar que o Serviço Social cumpre um papel importante na luta antirracista. Trata-se de uma profissão, que de uma forma ou de outra, entra em contato com a população negra, e na maioria das vezes, com uma população que está sentindo os impactos das expressões da questão (social) racial. E pode, no trabalho profissional, agir que nem a PM, e estabelecer como critério de atendimento, a filtragem racial.

As lutas travadas para romper com o conservadorismo profissional, hoje devem ser fortalecidas ainda mais e posicionadas na eliminação de todas as formas hediondas de discriminação, principalmente das variáveis estruturais. O compromisso ético-político que assumido pelas/os assistentes sociais e pesquisadoras/es da área, é contra a ordem capitalista, mas também é contra a ordem racista, patriarcal, sexista. É necessário que essas estruturas, sejam incorporadas no âmbito da formação acadêmico-profissional, do contrário, existirá de forma operante mecanismos que reproduzem conhecimentos de formas mecânicas, despartados da totalidade.

A formação acadêmico-profissional é um espaço de disputa e poder, que precisa ser tencionada em relação à incorporação da temática étnico-racial para o fortalecimento do PEP. É necessário que haja uma aproximação com a realidade social que o racismo produz ultrapassando as fronteiras do “somos todos cidadãos”, ou melhor, “somos todos classe trabalhadora”, para compreender de forma crítica os impactos do racismo na vida da classe trabalhadora. É primordial que o antirracismo seja centralizado como um valor objetivado no processo de formação acadêmico-profissional e no trabalho das/os assistentes sociais. O antirracismo não é distinto do PEP, pelo contrário, um fortalece o outro. O racismo não pode ser silenciado no âmbito da formação de consciência profissional, esse processo precisa ser envolvido em reflexões que levem as/os assistentes sociais à questionarem a estrutura racista, para perceberem que ele está em toda a vida social, que é um determinante das desigualdades

sociais e raciais. O Serviço Social brasileiro avançou muito com o PEP, o desafio contemporâneo é avançar no fortalecimento desse projeto, e o antirracismo se apresenta como um meio de fortalecimento do PEP. Que as próximas gerações de assistentes sociais tenham no seu processo de formação de consciência profissional o antirracismo como um valor ético-político.

Considerações Finais

Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.
Maria Carolina de Jesus

Busco inspiração para começar essas considerações finais na grande escritora e intelectual negra Maria Carolina de Jesus, que através da sua potente escrita levanta questões essenciais para refletir as relações sócio-raciais no Brasil, principalmente no campo da produção de conhecimento. Esse trecho da obra Quarto de Despejo, publicada pela primeira vez em 1960, que é construída por meio dos seus diários cotidianos. De forma poética e totalmente conectada com o desenvolvimento do racismo, a autora demonstra os impactos da estrutura capitalista e racista na vida e no corpo negro. Ao mesmo tempo, esse trecho proporciona reflexões poderosas sobre a produção de conhecimento no Brasil, e como a pesquisa (investigação) é afetada pelo racismo.

Considera-se que a pesquisa (pensando principalmente os programas de pós-graduação, locus privilegiado do campo da pesquisa) é acessada por meio de seleções com critérios voltados para a meritocracia. Hoje, posso dizer que não é só a PM que utiliza a filtragem racial, a maioria, sem generalizar, dos programas de pós-graduação, de forma discreta, como regra e norma, utilizam de critérios que excluem a população negra e pobre de acessar o campo da pós-graduação. Trata-se da institucionalização do racismo nos cursos e programas de pós-graduação, e apresenta-se como um problema estrutural. Porém, quando pessoas negras e/ou pobres, oriundas/os das classes trabalhadoras subalternas, conseguem ser aprovadas/os em uma pós-graduação, as condições de permanência são quase mínimas. E se houver questionamento de como os programas implementam as ações afirmativas (cotas raciais) e não pensam as condições de permanência, você pode escutar de coordenador de programa: “Você está achando que mestrado é trabalho? Você tem que procurar é um trabalho!”. Esse é um reflexo de como o racismo consegue se institucionalizar, além disso, demonstra como a consciência racial acrítica ofusca a visão estrutural, estruturante e institucional do racismo.

O racismo é uma estrutura potente, lembro-me de uma aluna, quando dei prática docente no 1/2019, na disciplina de Gênero, Raça/Etnia e Política Social, que em sala de aula ela disse que não adianta fugir do debate sobre racismo e serviço social, pois é “como fugir da chuva se jogando na piscina, você vai se molhar de um jeito ou de outro”.

O tema abordado nesse trabalho partiu da perspectiva de que o racismo existe, e que a sua materialidade, hora silenciosa, outrora barulhenta e sangrenta, é uma estrutura que se institucionalizou em todas as esferas da vida social, com destaque para a formação acadêmico-profissional. Para dialogar com esses pressupostos, tracei um caminho investigativo que pudesse responder a minha questão de partida, qual seja, como a formação acadêmico-profissional em Serviço Social pode contribuir com reflexões acerca do combate e enfrentamento ao racismo? Defrontei-me com camadas teóricas como possibilidades de responder essa questão. Ficou evidente que racismo é, de fato, estrutural, estruturante e institucional, por esse motivo se relaciona intimamente com as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Escavando a formação social brasileira, buscando vestígios das relações sócio-raciais na história do país, observação, uma relação das instituições escravistas com a Igreja Católica da Colônia ao Império e na República, a Igreja Católica esteve como agente ativo em prol da produção e reprodução do racismo.

O objetivo dessa pesquisa foi descortinar essa estrutura e prosseguir na denúncia de sua existência como uma relação ideopolítica, econômica, cultural e social. Então, esse trabalho surgiu das inquietações em relação ao debate sobre o racismo no âmbito do Serviço Social, desde a minha primeira aula na graduação, em 2013, início do meu processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, e que persistem até hoje.

Desse modo, o percurso de investigação escolhido foi realizado buscando uma compreensão da totalidade social, ou seja, entender como a temática étnico-racial, principalmente o racismo, é incorporado no processo de formação acadêmico-profissional. De certa forma, considera-se que o racismo é um dos eixos estruturantes da sociedade brasileira e, parte essencial da formação social e racial brasileira. O intuito foi buscar, sem esgotar esse debate, como a estrutura racista, que desencadeia um profundo processo de desigualdades sócio-raciais e violência contra a população negra, é e pode ser incluído no processo de formação acadêmico-profissional. Além disso, para esse percurso, buscou-se refletir, dialogando com as/os teóricas/os utilizadas/os, como esse processo de formação pode ser um espaço reflexivo acerca do combate e enfrentamento ao racismo, como elemento indispensável para o desenvolvimento da consciência profissional.

Nesse sentido, o processo de formação social é um ponto crucial nessa relação “estranhada” entre o Serviço Social e o debate sobre as questões etnicorraciais. Inicialmente foi necessário destacar que o sistema escravista mercantil é um marco histórico que comporta a raiz profunda da formação social e racial do Brasil. Nesse sentido, o processo de investigação iniciou-se, brevemente, na busca por essas conexões. E, dessa forma, pode-se,

sim, dizer que o período escravista é indispensável para a formação acadêmico-profissional do Serviço Social.

Os desdobramentos do período escravista, metamorfoseados no racismo (estrutural, estruturante e institucional) desencadeou um processo contínuo de desumanização e marginalização da população negra. Nesse sentido, a população negra, ao ser liberta do cativo e do regime de trabalho escravista, foi direcionada para as franjas maltrapilhas da sociedade capitalista que se desenvolveu no Brasil.

O racismo não é uma questão nova para o Serviço Social brasileiro, mas sim uma velha questão que se arrasta de forma silenciosa no âmbito da profissão, e mesmo com os avanços na defesa da classe trabalhadora, essa questão continua marginal. O Serviço Social brasileiro, desde o final do século XX, é direcionado pelo Projeto Ético-Político profissional, que de forma simplória, posiciona o Serviço Social na defesa intransigente das classes trabalhadoras, fortalecendo valores e princípios democráticos e vinculados à busca da construção de um projeto societário que visa eliminar todas as formas de opressão. Desse modo, o Serviço Social se inscreve na luta antirracista, e por esse motivo, tornou-se necessário investigar como, no campo da formação acadêmico-profissional, esse debate é localizado.

A historiografia social do trabalho que remonta o processo de formação das classes trabalhadoras – conteúdo indispensável para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social – excluiu de forma racista as/os trabalhadoras/es negra/os. Essa população foi inserida nos postos de trabalho subalternizados e precarizados, com a alegação de que a população negra seria inapta para o trabalho assalariado. O que é, minimamente, um grande equívoco. A população negra dinamizou o processo de trabalho durante mais ou menos 400 anos, a população imigrante só começou a chegar ao Brasil no final do século 18. O início de processo de modernização e urbanização se iniciou ainda com trabalho escravista.

Esse trabalho, de certa forma, cumpri o papel de adentrar, mesmo que brevemente, nos desdobramentos de mais ou menos 500 anos de racismo brasileiro. O racismo é parte integral da formação sócio-histórica brasileira, e é nessa concepção que ele relaciona-se com o Serviço Social brasileiro, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que tem a “questão social”, como seu objeto de estudos e intervenção. A essência da “questão social” é a contradição capital x trabalho e, sim a questão social é inerente ao sistema capitalista. Não tenho dúvidas, pois no período escravista mercantil, a “questão social” não existia, mas sim a escravidão pura, as desigualdades entre as classes escravistas eram inerente à escravidão

institucionalizada, e impulsionada pelo modo de produção escravista. Mas, as raízes da “questão social” no Brasil, tem conexões com o sistema escravista mercantil, especificamente, a abolição desse regime.

A abolição expressou o fim da institucionalização e legalidade do trabalho escravista no Brasil. Em linhas gerais, esse foi um processo de transição do trabalho escravista para o trabalho assalariado, ou seja, transição da/o trabalhador/a-mercadoria para o trabalhador assalariado. Mas não expressou o fim da dominação, exploração, opressão instituída por determinantes raciais, muito menos eliminou a violência que recaía sobre as costas da população negra, pelo contrário. Com o pós-abolição, houve um processo de estruturação do racismo, que modernizou esses determinantes, e mais uma vez institucionalizou a dominação, a exploração, as opressões e a violência. Nesse sentido, a abolição, como uma revolução da elite branca, abriu as chagas da “questão social” brasileira, com a formação do exército industrial de reserva brasileiro e com os postos de trabalhos precarizados, ambos destinados para a população negra.

Nesse sentido, o Serviço Social, ou melhor, a formação acadêmico-profissional junto como o racismo, tornaram-se objeto de investigação nesse trabalho. Gostaria de destacar que o intuito não é criminalizar o Serviço Social, ou colocá-lo como o único responsável pelo racismo ou para acabar com ele. De antemão, é necessário constatar que o Serviço Social é formado por sujeitos histórico, e esses por sua vez, possuem diversos tipos de formação de consciência ao longo das suas trajetórias. Mas ao mesmo tempo, a formação acadêmico-profissional é parte orgânica do projeto profissional e, portanto, assumi também os valores e princípios do PEP.

Bem, o processo de formação acadêmico-profissional, é de fato, um espaço reflexivo-formativo, que o intuito e a finalidade é formar as/os futuras/os profissionais de Serviço Social. Portanto, é de certa forma, a força vital da profissão, sem ela é impossível haver novas/os profissionais. Por esse motivo, a formação acadêmico-profissional, cumpri uma papel extremamente importante para a existência do Serviço Social no Brasil: desenvolver o processo de consciência profissional. E por isso, tornou-se um rico objeto de pesquisa.

Lembro nitidamente das palavras da professora Potyara Amazoneida Pereira Pereira, em uma das aulas da pós-graduação, que ela foi como convidada para dialogar com a turma sobre o método marxista, que ela disse que o principal instrumento de trabalho do assistente social é o cérebro, ou seja, a possibilidade de pensar para intervir na realidade social. Porém,

para que isso ocorra, é necessária que antes, seja desenvolvida uma consciência profissional, que se dá, inicialmente, no processo de formação acadêmico-profissional.

A formação acadêmico-profissional, atualmente, é direcionada pelo Projeto Ético-político, que marca um dos maiores avanços do Serviço Social brasileiro, através das diretrizes curriculares da ABEPSS. Mas ainda temos muito que avançar para maiores fortalecimentos desse projeto profissional. Principalmente ao observar, que nesse recorte, as IES não oferecem insumo teórico para as/os assistentes sociais captarem as interferências do racismo na realidade concreta.

As diretrizes curriculares estabelecem três núcleos de fundamentação para a formação acadêmico-profissional. Um deles é o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que explicitamente recomenda que nesse processo sejam abordadas a temática étnico-racial. Porém, observa-se que essa recomendação ainda é um desafio para os departamentos, pelo menos desses que foram analisados. Nas seis instituições analisadas, uma não possuía nenhuma disciplina sobre, apenas dois departamentos tinham disciplinas sobre a temática étnico-racial como obrigatórias, as outras disciplinas eram todas optativas. Nesse sentido, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira ainda precisa ser aprimorado nessas instituições.

Uma das observações é a que o escravismo não aparece em nenhuma ementas de disciplina que traz o debate do sistema escravista mercantil para o processo de formação acadêmico-profissional. Isso pode significar que as IES ignoram que na formação sócio-histórica brasileira o sistema escravista mercantil é um marco histórico, que diz muito sobre a realidade social e racial do Brasil contemporâneo. O sistema escravista mercantil foi um grande impulsionador da acumulação de capital, por meio da exploração do sobretrabalho das/os trabalhadoras/es-mercadorias, que possibilitou o desenvolvimento de um tipo específico de capital, o capital escravista-mercantil. A existência do capital escravista-mercantil, do comércio de carne humana (mercado supridor de mão de obra) e mercado mundial, a economia escravista gerada no Brasil, conectou o país com o mundo.

Nesse sentido, cabe indagar: Como a formação acadêmico-profissional tem desenvolvido a formação social brasileira? Pude observar nos ementários das disciplinas, que objetivam trazer os fundamentos históricos que perpassam a profissão, que o conteúdo programático se inicia, quase sempre com o feudalismo europeu, ou com a formação das classes trabalhadoras, com base na Europa. Essa organização dos conteúdos nas ementas, de

forma introdutória, demonstra a existência de uma lacuna enorme da formação sócio-histórica brasileira.

Sobre o racismo, o debate é quase mínimo, e somente duas IES versam essa temática em suas disciplinas. Mesmo compreendendo que as/os discentes são sujeitos históricos, e que fora da formação acadêmico-profissional, podem ter acesso à essa temática, seja por interesse pessoal, ou coletivo nos movimentos sociais, mesmo assim, trata-se de uma temática que deve ser compreendida como eixo primordial no processo de formação acadêmico-profissional. Principalmente, ao relacionar essa temática com os fundamentos históricos, teóricos e ético-político do Serviço Social. É um campo de pesquisa que tem muito para contribuir com o fortalecimento do projeto ético-político.

Não se trata aqui de cair na polêmica de quem veio primeiro, o ovo ou a galinha, no caso, classes sociais ou raça. O processo de formação social e racial brasileiro tornou essas categorias convergentes, uma não existe sem a outra, e uma determina como a outra vai se materializar na vida da classe trabalhadora. Dessa forma, o racismo e o capitalismo são estruturas que se situam no tempo e no espaço, contribuindo para um agravamento nas chagas da “questão social”, e demandando uma resposta crítica do Serviço Social.

No cenário da pós-graduação, ficou evidente que existe um quadro reduzido de docentes que tem interesse em pesquisar sobre racismo, e ao mesmo tempo, poucas/os docentes orientaram dissertações e teses sobre a temática étnico-racial. Esse dado merece, ainda maiores aprofundamentos, que esse trabalho não deu conta de abarcar a complexidade dessa situação. Primeiro, o interesse pelos campos de pesquisa é subjetivo, pois as/os docentes possuem a liberdade de exercer o seu papel de pesquisador/a, de empregar a sua força de trabalho especializada, nas temáticas que elas/es têm interesses. Segundo, a falta de interesse não se configura como um racismo individual, mas expressa o desinteresse das IES e programas de pós-graduação em investir em seleções específicas para pesquisadores dessa área, principalmente aqueles que investigam na área do Serviço Social. Esse processo assegura que tanto na graduação, como na pós-graduação, haja uma perspectiva crítica em buscar respostas para as profundas desigualdades raciais.

As relações do Serviço Social com as questões étnico-raciais são complexas, e por isso, é necessário sair da aparência de “somos todos cidadãos”, e reconhecer que, no Brasil, há desde o processo de abolição a constituição da cidadania restrita. A ausência pontual desse debate pode ser configurada como uma continuação do mito da democracia racial, que esconde mecanismos estruturais, como o racismo institucional. Mas o aprimoramento desse

debate pode fortalecer o projeto ético-político, se apropriando de uma forma mais sincera das diretrizes curriculares, desenvolvendo melhor os três núcleos fundamentais da formação profissional. Além disso, pode trazer contribuições para a luta antirracista, que reverberam como ganho para a categoria profissional e para a classe trabalhadora. E, por fim, mas não menos importante, pode assegurar que no desenvolvimento da consciência profissional, haja elementos que aprimorem a consciência racial crítica entre os quatro técnicos do Serviço Social.

A incorporação dessa temática nas ementas, é assegurar, pelo menos documentalment, que esse debate é uma responsabilidade, também, das/os formadoras/es. É um compromisso ético-político que os sujeitos históricos assistentes sociais assumiram, ao se vincular ao projeto ético-político. É um desafio, assumido pelo Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS, que deve ser incorporado por toda a categoria profissional, seja aquelas/es inseridos na “ponta”, ou aquelas/es inseridas/os na produção de conhecimento.

A superação da ordem capitalista, não pode ser objetivada sem levar em seu bojo as estruturas que dão sustentação, se reproduzem e produzem suas desigualdades no seio do capitalismo. A luta antirracista é um compromisso ético-político de suma importância, e totalmente direcionado pelo PEP, que é o que diferencia o Serviço Social das demais profissões. Mas sem um aprimoramento do debate, o Serviço Social contemporâneo, inscrito em um projeto emancipatório, pode cair nos estigmas do Serviço Social inscrito na perspectiva conservadora, e tratar o racismo como natural.

A urgência de se enfrentar e combater o racismo são tão atuais, como foi em meados das décadas de 1980 e 1990. O Serviço Social brasileiro não pode se furtar de entrar, de forma crítica, nessa luta. Essa luta se constrói nas ruas, mas as universidades se materializam como a forma mais pura da sociedade, ou seja, na produção e legitimação do conhecimento científico. Nessa conjuntura social e política que vem deslegitimando o conhecimento científico, fortalecer campos de pesquisas marginalizados nas universidades é ser contra hegemônico, é afirmar quais são as bandeiras de luta do Serviço Social. Que esse trabalho, minimamente, possa proporcionar uma autocrítica para a profissão, já que ela não é abstrata, mas construída por sujeitos históricos, dotados de consciência social e racial. No mais, a luta antirracista convoca o Serviço Social, é hora de retirar as cortinas do mito da democracia racial e assumir que sim, assistentes sociais, como quaisquer outros profissionais, podem produzir e reproduzir racismo, mas temos um compromisso ético-político explícito e hegemônico entre a categoria que aponta para a luta antirracista.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ALMEIDA, Magali da Silva. Entrevista com Magali da Silva Almeida. JANOÁRIO, Ricardo de Souza; ROCHA, Roseli; ALMEIDA, Sheila Dias (entrevistadores). **Revista Libertas**. v. 13, n. 1 jan/jun. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

_____. Desumanização da População Negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**. n. 34, v. 12. Rio de Janeiro: UERJ, 2014

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Revista Temporalis**. v. 15. n. 29. Brasília: ABEPSS, 2015.

_____. **A Pós-Graduação em Serviço Social na Cidade do Rio de Janeiro: um olhar sobre o silêncio indolente que invisibiliza as relações raciais na produção de conhecimento**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

_____. Capitalismo e Crise: os desdobramentos da política contemporânea. **A Luta Contra o Racismo no Brasil**. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017.

_____. Apresentação. Dossiê: marxismo e questão racial. **Margem Esquerda – Revista Boitempo**. n. 27. São Paulo: Boitempo, 2016,

_____. Estado, direito e análise materialista do racismo. KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; MELO, Tarso de. (org.) **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra universitária, 2015.

ALVES, Leonardo Dias. **Racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional: desafios para o curso de Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso. SER/UnB. Brasília: UnB, 2017.

_____. O conceito de racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional do serviço social. **Cadernos do Lepaarq**, v. XVI, n.31. Pelotas: UFPEL, 2019.

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 81, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, nación y clase**: las identidades ambiguas. España: IEPALA Textos, 1991.

BARBOSA, Eliete Edwiges. Mulheres Negras: interseccionalidade e a resistência na periferia **A Luta Contra o Racismo no Brasil**. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, Geová da Silva. Filtragem Racial: a cor na seleção do suspeito. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 2. Edição 3. São Paulo, 2008

BENCI, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (livro brasileiro de 1700)**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Do mito da democracia racial à lei de cotas: a luta antirracista nas universidades brasileiras. SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota (org). **Políticas Públicas e Raça: avanços e perspectivas**. Brasília, 2016.

BERSANI, Humberto. Racismo, trabalho e estruturas de poder no Brasil. **A Luta Contra o Racismo no Brasil**. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**: uma seleção dos principais textos do líder negro. Tradução Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BONFIM, Paula. O autoritarismo nas relações sociais brasileiras: influências no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fatima Grave (org). **Temas Contemporâneos**: o serviço social em foco. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direito para qual cidadania? **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIV. n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Brasília, 2019.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Revista Serviço Social em Revista**. v. 15, n.2. Londrina: UEL, 2013.

BRITTES, Cristina Maria. Valores, ética, direitos humanos e lutas coletivas: um debate necessário. FORTI, Valeria; BRITTES, Cristina Maria (org). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

CALADO, Maria da Glória; BARBARIC, Silvana. Desafios no combate ao racismo na educação. **A Luta Contra o Racismo no Brasil**. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CHARMICHAEAL, Stokely; HAMILTON, Charles V. **Black power**: the politics of liberation in America. New York: Vintage, 1967.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação**. Brasília, 2012

CFESS-CRESS. **Bandeiras de luta do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COELHO, Marilene. Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (org). **Projeto ético-política do Serviço Social: contribuição à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério Santos. Trabalhadores livres e escravos. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEGENNSZAJH, Raquel Raichelis. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil. **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, continuada a Distância, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: histórias, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista Dimensões**. Vol. 21. Espírito Santo: UFES, 2008.

EURICO, Marcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**. n. 114. São Paulo: Cortez, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, continuada a Distância, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

_____. **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. FANON, Frantz; NKURUMAH, Kwame... [et al] MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (org). São Paulo: Autonomia Literária.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular coedição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social: (Brasil, 1936-1947)**. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2019**.

FORTI, Valeria; COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (org). **Projeto ético-político do Serviço Social: contribuição à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra?”. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (org). **Serviço Social: temas e contextos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. FAZENDA, Ivan (org) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 276 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Marília. São Paulo: UNESP, 2015.

GOIN, MARILÉIA. **Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba**. 216 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Doutorado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**. v. 21, n. 3. Florianópolis: UFSC, 2018.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

_____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016b.

GRINBERG, Keila. Castigo físico e legislação. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31 nº 1. Brasília: Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UnB, 2016.

GUERRA, Yolanda. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Revista Libertas**. v.2, n.2. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KLEIN, Herbert S. Demografia da Escravidão. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 2**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, continuada a Distância, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Economia escravista mundial. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social e Sociedade**. nº 111. São Paulo, 2012.

_____. “Questão social” e questão étnico-racial: pistas para o debate na formação profissional. GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos... [et al.].

Serviço Social no debate cotidiano: fundamentos, formação e exercício da profissão. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SANTOS, Ana Carolina Trindade dos. Criminalização e focalização como resposta à questão (social) étnico-racial: o visível invisível no exercício e na formação profissional do serviço social. GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; MARTINS, Tereza Cristina Santos; SANTOS, Vera Núbia (org). **Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão.** São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro terceiro:** o processo global de produção capitalista. Volume V. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política, livro I:** o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no brasil contemporâneo. **Revista Liberta.** v. 13, n. 1. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional:** dez anos do GT racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MOURA, Clóvis. **O negro de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. O Racismo Como Arma Ideológica de Dominação. In.: **Revista Princípios.** São Paulo: 1994

_____. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994

_____. Prefácio – 1ª edição. In.: SILVA, Martiniano José. **Racismo à brasileira raízes históricas:** um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4.ed. ver. Ampl. e. atualizada. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

_____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5.ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição Fundação Maurício Grabois, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 1**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, continuada a Distância, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-6. 16ed**. São Paulo: Cortez, 2011.

2011b

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n.79. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Extraprensa**. v. 11, n. 2. São Paulo: USP, 2018.

_____. Drogas, opressão social e racismo. **A Luta Contra o Racismo no Brasil**. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017.

_____. O combate ao racismo é uma luta anticolonialista. **A Luta Contra o Racismo no Brasil**. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017b.

_____. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. Dossiê Marxista e Questão Racial. Margem Esquerda – **Revista da Boitempo**. n.27. São Paulo: Boitempo, 2016.

ORTIZ, Fatima Grave. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fatima Grave (org). **Temas Contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 1**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, continuada a Distância, 1999.

PEREIRA, Lucélia Luiz. **Repercussões do Programa Mais Médicos em Comunidades Rurais E Quilombola**. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2016.

PINTO, Elizabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançados**. 14 (38). São Paulo: USP, 2000.

_____. O capital escravista mercantil. PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da (org). **O Capital escravista-mercantil e a escravidão nas américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2010.

_____. Causas imediatas da superação do capital escravista-mercantil. PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da (org). **O Capital escravista-mercantil e a escravidão nas américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2010b

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, continuada a Distância, 2000.

RAIMUNDO, Valdenice José. **É preciso ter raça: as formas de organizações informais no cotidiano das Mulheres Negras da favela Bola de Ouro – Território de maioria negra**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pernambuco. Recife: UFPE, 2003.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n.79. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

_____. **Sério assistente social no combate ao preconceito: racismo**. Brasília: CFESS, 2016.

RODRIGUES, Jaime. Navio negreiro. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, David. (Frei). **Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo no Brasil**. Educafro, s/d.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 6ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. **Revista Libertas**. v.2, n.2. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Martiniano José. **Racismo à brasileira raízes históricas**: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **O Contrário de “Casa Grande” não é Senzala. é Quilombo! A Categoria Práxis Negra no Pensamento Social de Clóvis Moura**. 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Apontamentos sobre o materialismo dialético. **Revista Libertas**. v.2, n.2. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. THEODORO, Mário (org.) **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, continuada a Distância, 1999.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000.

